

Vida Social e Política nas Favelas

pesquisas de campo no Complexo do Alemão

Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues



Os capítulos reunidos neste livro resultaram de uma singular experiência coletiva vivida por um grupo de intelectuais com trajetórias e perspectivas diversas. De imediato, percebemos a motivação comum para enxergar e compreender a potência, velada, nas ações empreendidas pelos moradores de um grande território popular, na direção da conquista de uma vida digna na cidade. Potência essa tornada invisível pelo estigma do lugar e de sua gente, permanentemente nutrido por aqueles que têm voz e pautam o debate público. Esse é o caso das favelas do Complexo do Alemão, nome cunhado nos anos 1990, quando as políticas de contenção socioterritorial são redefinidas em conformidade com o aprofundamento da segregação na cidade do Rio de Janeiro.



Vida Social e Política nas Favelas

pesquisas de campo no Complexo do Alemão

Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues



Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro Valdir Moysés Simão

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Mathias Jourdain de Alencastro

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

José Aparecido Carlos Ribeiro

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Paulo Kliass

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Vida Social e Política nas Favelas

pesquisas de campo no Complexo do Alemão

Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues



ipea

Rio de Janeiro, 2016

Vida social e política nas favelas : pesquisas de campo no Complexo do Alemão / Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues. - Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

234. p. : il. : gráfs., mapas color.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-271-4

1. Favelas 2. Desenvolvimento Comunitário 3. Condições Sociais. 4. Políticas Públicas 5. Juventude. 6. Brasil I. Rodrigues, Rute Imanishi II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

CDD 307.760981531

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
Rute Imanishi Rodrigues	
CAPÍTULO 1	
CENAS HISTÓRICAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE FRONTEIRA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	15
Marize Bastos da Cunha	
CAPÍTULO 2	
UMA CONSTRUÇÃO COMPLEXA: NECESSIDADES BÁSICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, GOVERNO E MERCADO	43
Rute Imanishi Rodrigues	
CAPÍTULO 3	
NOTAS SOBRE O SURGIMENTO DO BAIRRO DO COMPLEXO DO ALEMÃO	71
Thiago Oliveira Lima Matioli	
CAPÍTULO 4	
POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PAC DAS FAVELAS.....	95
Bruno Coutinho de Souza Oliveira	
CAPÍTULO 5	
ENTRE NOVOS E VELHOS SINTOMAS: APONTAMENTOS SOBRE SAÚDE E DOENÇA.....	115
Natália Helou Fazzioni	

CAPÍTULO 6

A SERRA DA MISERICÓRDIA COMO UMA ZONA DE SACRIFÍCIO
DO RIO DE JANEIRO..... 129
Éric Vidal Ferreira da Guia

CAPÍTULO 7

MOBILIZAÇÕES, PROJETOS SOCIAIS E JUVENTUDE
EM FAVELAS CARIOCAS: UM OLHAR A PARTIR DOS EVENTOS
#OCUPAALEMÃOÀS9H E #OCUPABORELÀS9H..... 153
Patrícia Lânes Araujo de Souza

CAPÍTULO 8

FILHOS DE SUAS MÃES: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA
SOBRE A JUVENTUDE E O TRÁFICO DE DROGAS NO CONTEXTO
DE PACIFICAÇÃO 175
Felícia Picanço

CAPÍTULO 9

CASAS E ECONOMIA COTIDIANA..... 197
Eugênia Motta

CAPÍTULO 10

VAMOS DESENROLAR: REFLEXÕES A PARTIR DE UM PROJETO
DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO215
Adriana Facina

EPÍLOGO

O MUNDO COMPLEXO... DO ALEMÃO.....227
Alan Brum Pinheiro

APRESENTAÇÃO

O Ipea tem a missão de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e da disseminação de conhecimentos, e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas. Na área de assentamentos precários, o Ipea conta com uma ampla produção, notadamente nos temas da habitação e do urbanismo. O projeto Políticas Públicas para as Favelas: Passado e Presente, que deu origem a este livro, amplia a produção do Ipea já consolidada em diagnósticos e acompanhamento das políticas voltadas para os assentamentos precários, ao tratar de políticas públicas em favelas em uma perspectiva institucional e histórica.

O livro *Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*, que ora apresentamos, contribui para a compreensão dos arranjos institucionais que viabilizam as ações públicas nas favelas, e dos mecanismos de participação política dos moradores. Este tipo de informação sobre as favelas é produzido, essencialmente, por meio de pesquisas de campo, pois as estatísticas censitárias sobre as favelas sofrem de muitas limitações para informar sobre os arranjos institucionais que viabilizam o acesso da população aos bens e aos serviços públicos, bem como sobre como tais arranjos interferem nos resultados das ações estatais.

O livro traz ainda estudos aprofundados sobre a sociabilidade nas favelas, elemento imprescindível para a compreensão de seu contexto atual. O resultado é uma coletânea que convida o leitor a uma reflexão para além do postulado da *ausência do Estado* nestas áreas, ao resgatar o histórico das ações governamentais nestas favelas e suas grandes debilidades, a participação política de seus moradores, e aspectos da vida social e cultural que aí se desenvolvem.

Destacamos que este livro é resultado de uma parceria entre o Ipea e o Instituto Raízes em Movimento, que tem sede e atuação no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. O livro tem como matéria-prima um conjunto de pesquisas de campo realizadas por pesquisadores e professores universitários de diversas instituições – além do Ipea, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

(UFRRJ), que participaram dos encontros organizados pelo Instituto Raízes ao longo dos anos de 2011 a 2015. Assim, o livro é também uma parceria do Ipea e do Instituto Raízes com os autores dos textos desta coletânea, que aderiram ao projeto com entusiasmo.

Boa leitura!

Jessé Souza

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PREFÁCIO

O Instituto Raízes em Movimento surgiu no ano de 2001 a partir das inquietações e engajamento político de jovens, alguns universitários, na proposição e implantação de soluções para os problemas do Complexo do Alemão. Esses jovens haviam participado de um projeto de ensino de jovens e adultos e se organizaram em torno de um curso pré-vestibular.

Desde então, a trajetória do Raízes em Movimento foi marcada por iniciativas próprias em ações culturais e de protagonismo local como o Tintarte, um cineclube, o Adubando Raízes Locais (projeto de desenvolvimento local), o Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela, o Vamos Desenrolar (oficina de produção de conhecimento) e, mais recentemente, a construção do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação do Complexo do Alemão (Cepedoca). Mas também marcou-se pelo engajamento em causas maiores ou tocadas por outros coletivos, como a luta pela implementação do Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão (Consa), a criação do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), a atuação em parceria com o Verdejar Socioambiental pela implantação do Parque Municipal da Serra da Misericórdia e a participação no coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão.

Essas ações se coadunaram no já citado Cepedoca, que tem como pilares a reconstrução da memória do Complexo do Alemão e a forma como, a partir dela, uma trajetória de lutas e a própria história da cidade podem ser recontadas; a formação de novos quadros de reflexão e ação nesse território; e a construção diferenciada de conhecimento, fazendo os saberes, acadêmicos e não acadêmicos, dialogarem. Entendemos que o conhecimento é um elemento estratégico na produção de cidades desiguais, da mesma maneira as formas pelas quais ele é produzido e difundido devem ser disputadas e reinventadas com perspectivas de uma sociedade mais justa.

Uma das ações através das quais se manifestam perspectivas dialógica e horizontalizada de construção de saberes é o Vamos Desenrolar. Essa atividade toma forma em oficinas de produção de conhecimento e memórias e se caracteriza pela realização de encontros em praça pública em diversos locais do território. É por meio dessas oficinas que pesquisadores dos mais variados temas, moradoras

e moradores com seu saber e trajetória ligada ao conteúdo discutido dinamizam um debate, com microfone aberto para pessoas que estejam passando e queiram acompanhar o encontro e participar, contando e contribuindo com suas histórias.

Outra ação é o Coletivo de Pesquisadores em Movimento, do qual as autoras e autores dessa coletânea participam. Ele tem como objetivo, por um lado, a sistematização de uma rede de pesquisa de modo a potencializar a produção de conhecimento sobre o Complexo do Alemão ou sobre a cidade a partir de lá, e, por outro, simultânea e consecutivamente a isso, pensar maneiras de apropriação desse conhecimento pelas pessoas, seja através da produção de memória, formação de novos quadros, alimentação de ações diretas ou de reivindicação ante o poder público.

Este livro é fruto dessa ação engajada do Instituto Raízes em Movimento, subsidiando a parceria e o trabalho conjunto com o Ipea, e representa um passo importante na consolidação do Cepedoca, buscando novas formas de pensar e fazer a cidade.

Vamos que vamos!

Alan Brum Pinheiro

David Amen

Lauro Sidney Ottoni

Renato Tutsis

Ricardo Moura

Thiago Oliveira Lima Matioli

Membros do Instituto Raízes em Movimento

INTRODUÇÃO

Rute Imanishi Rodrigues¹

Todos os autores e autoras deste livro participaram de atividades promovidas pelo Instituto Raízes em Movimento, no Complexo do Alemão, nos últimos anos. Estas atividades reuniram pesquisadores, moradores locais, servidores públicos, entre outros. Desta convivência nasceu o projeto de um livro que visava unir a produção do Ipea sobre as políticas públicas para as favelas à produção de outros pesquisadores, com experiência acumulada sobre o tema e que realizavam pesquisas de campo no Alemão. Os autores e as autoras desta publicação aceitaram o convite do Ipea e, assim, ajudaram a contar neste livro um pouco da história e da vida social e política do Complexo do Alemão.

O livro apresenta uma coletânea de artigos que fazem vislumbrar as favelas a partir de um ponto de vista comum, no sentido físico do termo, que é o ponto de vista da pesquisa de campo. A despeito da diversidade dos princípios de partida e das conclusões de chegada, todos os autores e autoras desta coletânea, moradores locais ou não, vivenciaram, de diferentes maneiras, o espaço físico e a sociabilidade dessas favelas. Talvez por esse motivo os textos aqui reunidos transmitam uma relação de proximidade com as pessoas das favelas, afastando ideias carregadas de preconceitos e estigmas automaticamente associados a elas, de modo geral, e a este complexo de favelas, em particular. Além disso, a maior parte dos textos foi redigida em um período marcante da história das favelas do Alemão, que se deu a partir das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Tais eventos trouxeram esperanças e também frustrações, e foram referências importantes para boa parte das pesquisas aqui reunidas.

O livro começa com um texto sobre a formação histórica do campo de atuação de agentes governamentais, pesquisadores, ativistas sociais e moradores das favelas do Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta-se um conjunto de textos que abordam a atuação do Estado nas favelas do Complexo do Alemão, sempre com um olhar atento sobre a participação dos moradores nos arranjos institucionais que viabilizaram as políticas públicas. Na sequência, o leitor encontrará um conjunto

1. Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

de textos em que a sociabilidade nas favelas é tratada em primeiro plano. Aborda-se com profundidade a vida social nesse meio, até o epílogo, no qual apresentamos um texto livre e ilustrado, sintetizando o que é o Complexo do Alemão do ponto de vista de dois autores (texto e ilustração) que nasceram no Complexo e participam ativamente de sua vida social e política.

No primeiro capítulo, Marize Bastos da Cunha captura algumas cenas históricas que corroboram o entendimento dos significados que a participação popular assumiu nos dois lados das políticas públicas para as favelas: das formulações e práticas políticas governamentais, e das visões e experiências dos moradores das favelas. O texto traz alguns momentos fundamentais à compreensão da forma pela qual a participação popular se constitui como uma dimensão importante que se enraíza no campo da luta social e política nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, desde os anos 1950.

No segundo capítulo, faço uma reflexão sobre o papel das intervenções governamentais no processo histórico de construção das favelas que hoje fazem parte do Complexo do Alemão, para o período de 1950 até meados da década de 1990. Para tanto, utilizo os resultados das pesquisas que coordenei no âmbito do Ipea sobre o histórico fundiário e a memória dos moradores da área. Ao longo do texto, procuro identificar os arranjos institucionais que viabilizaram as intervenções do Estado para a urbanização das favelas da região, até a sua definição como um bairro, destacando o papel das associações de moradores.

No terceiro capítulo, Thiago Oliveira Lima Matiulli se propõe a responder a seguinte pergunta: quando se tornou possível pensar um conjunto de favelas heterogêneas, mas contíguas entre si, como uma unidade territorial? Ao seguir as pistas em busca de alguma resposta, o autor reconstitui um processo que começa no início da década de 1980 e culmina com a criação, em 1993, do bairro do Complexo do Alemão. Descobre, então, que essa trajetória conta muito sobre a história da cidade, em particular a emergência de uma nova escala urbana no Rio de Janeiro, qual seja, a dos aglomerados de favelas, que se desdobrariam nos anos seguintes na noção de complexo de favelas.

No quarto capítulo, Bruno Coutinho de Souza Oliveira evidencia um tipo de dinâmica participativa de grupos e atores sociais na arena política do PAC das favelas no Complexo do Alemão. A partir da sua experiência como gestor territorial do PAC Social e pesquisador acadêmico, o autor analisa alguns processos e desdobramentos que constituíram as relações entre governo, iniciativa privada e moradores na implementação do programa federal no território. Dois eventos concomitantes ao PAC são considerados como base para a análise: as chuvas de abril e o processo eleitoral, ocorridos em 2010.

No quinto capítulo, Natália Helou Fazzioni analisa os depoimentos de três sujeitos envolvidos com questões relativas à saúde pública no Complexo do Alemão. A partir deles, a autora procura traçar um breve panorama das condições e dos serviços de saúde acessados pela população local, sobretudo entre os anos 1980 e o período atual. Natália Fazzioni evidencia as diversas transformações ocorridas, sem com isso tentar traçar uma cronologia precisa sobre os serviços ou problemas de saúde no Complexo do Alemão, mas buscando levantar algumas pistas para compreender mais profundamente tal cenário.

No sexto capítulo, Éric Vidal Ferreira da Guia apresenta os principais aspectos do que denomina como processo de injustiça ambiental nos subúrbios cariocas, com destaque para a Serra da Misericórdia, maciço rochoso que se estende por 27 bairros e corresponde à principal área verde da região sobre o qual se situa o Complexo do Alemão. O autor mostra que, a partir das mobilizações da organização não governamental (ONG) Verdejar Socioambiental, foram constituídos espaços de discussão, denúncia e proposição de políticas públicas objetivando chamar a atenção da sociedade e reverter o processo de injustiça ambiental, que é histórico neste território popular.

No sétimo capítulo, Patrícia Lânes Araujo de Souza analisa os eventos *#OcupaBorelàs9h* e *#OcupaAlemãoàs9h*, ocorridos em 5 de dezembro de 2012 nas favelas de seus respectivos nomes, a partir das relações entre projetos sociais, políticas públicas e movimentos sociais locais. A autora aborda as relações entre iniciativas com foco em jovens/juventude e alguns de seus efeitos não previstos no que diz respeito a mobilizações e à organização social nessas localidades. Evidencia-se no texto o uso, pelos organizadores dos eventos, da internet e outros recursos tecnológicos disponíveis, assim como as formas como as categorias jovens/juventude são pensadas e utilizadas nesse universo.

No oitavo capítulo, Felícia Picanço apresenta uma exploração inicial dos resultados de sua pesquisa sobre jovens envolvidos no tráfico de drogas, no contexto da instalação das UPPs no Complexo do Alemão. A autora destaca três razões para voltar ao tema da juventude e o mundo do crime nas favelas: o interesse em compreender como as dimensões da sociabilidade das favelas (moradia, lazer, afeto etc.) são vividas por esses jovens, entender os mecanismos de saída, retenção ou adesão dos jovens ao tráfico no contexto da UPP e, por fim, assimilar o olhar da rede de afeto sobre essas dimensões e processos de vida dos jovens. A partir das narrativas e discursos dos jovens e de suas mães, a autora procura compreender os enquadramentos, repertórios e *scripts* sobre família, escola, lazer, entrada e saída do tráfico, bem como expectativas de futuro.

No nono capítulo, Eugênia Motta analisa, a partir de uma etnografia da economia cotidiana – das práticas econômicas das pessoas no dia a dia –, diversas

dimensões da vida social na favela. A autora trata de dinâmicas que articulam práticas econômicas, relações familiares e construção e transformação dos espaços materiais. Sua análise se baseia nas noções de casa e configuração de casas, que consideram as articulações entre casa material, família, cotidiano e economia em uma abordagem que torna visível o protagonismo das mulheres. A análise se propõe a dar conta da complexidade que emerge da atenção às práticas econômicas cotidianas, que desafiam modelos interpretativos baseados na fixidez e nas fronteiras marcadas entre esferas da vida, entre casas, entre objetos e pessoas, entre economia e parentesco.

No décimo capítulo, Adriana Facina faz uma reflexão sobre educação e cultura a partir de sua experiência como uma das coordenadoras do projeto de extensão universitária *Vamos Desenrolar*, em 2014, no Complexo do Alemão. A autora parte do princípio de que a produção cultural no Complexo se insere em um contexto de cultura de sobrevivência, no qual, mais que expressões artísticas específicas, a cultura envolveria modos de vida permeados de solidariedade e de estratégias para garantir direitos e acessos aos benefícios da modernidade. Para a autora, a ideia de que culturas de sobrevivência não se transmitem de modo institucionalizado está na base do projeto de extensão universitária. Adriana Facina analisa, então, três momentos do *Vamos Desenrolar* que detonaram vivências e emoções que explicitaram o processo de produção de conhecimentos produzidos coletivamente.

O epílogo apresenta um texto-síntese da história do Complexo, escrito por Alan Brum Pinheiro e ilustrado por David Amen, ambos nascidos no Morro do Alemão. Para Alan Brum, o texto, quase sem conectivos entre as palavras, mimetiza o fato de serem negadas à favela as conexões que poderiam tecer o sujeito de direitos, anunciando uma escrita que beira o caos e a incoerência textual. Porém, a coerência não estará no texto em si, mas no sentido que o leitor dará a ele. No caminhar labiríntico, como becos e vielas, as palavras chegam em uma sequência cronológica assimétrica, equiparando-se às buscas por sobrevivência nas favelas, embasadas em suas memórias e lutas. O avanço da escrita não é retilíneo e a velocidade do tempo não é constante porque, na favela, são os elementos não programados que se rearticulam em outras lógicas e alimentam a resistência cotidiana dos moradores e a história de suas vidas.

Agradecemos a todos que participaram deste esforço coletivo de pesquisas e construção de pontes de diálogo e comunicação entre as pessoas das favelas, das universidades e das instituições governamentais.

Boa leitura!

CENAS HISTÓRICAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE FRONTEIRA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Marize Bastos da Cunha¹

1 INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de uma travessia. Trata-se, como é frequente no ofício de pesquisador, de desdobramento de experiências e encontros acumulados em diferentes espaços acadêmicos e profissionais que, aqui, possuem um eixo comum: a sociabilidade das favelas do município do Rio de Janeiro e a sua relação com o poder público e as diferentes esferas da sociedade.

Estamos retomando parte da reflexão de uma pesquisa que deu origem a nossa tese de doutorado, voltada para o processo de trabalho de educadores comunitários moradores de favelas e inseridos em programas públicos e organizações não governamentais (ONGs).² A investigação abordou as experiências destes educadores a partir de sua inserção naquilo que denominamos fronteira, o terreno de trabalho social que se constituiu historicamente nas favelas do município do Rio de Janeiro, onde diferentes agentes sociais foram se posicionando, em alianças e disputas (Cunha, 2005).

É considerando este campo, a fronteira, que trazemos como tema de análise a participação popular, buscando a captura de algumas cenas históricas que podem nos ajudar a compreender os significados que a participação popular vem assumindo nos dois lados do processo: as formulações e as práticas políticas governamentais, e as visões e experiências dos moradores das favelas. Capturar cenas históricas, significa, nesta reflexão, apresentar alguns momentos fundamentais à compreensão da forma por meio da qual a participação popular se constitui como uma dimensão importante, que se enraíza no campo da luta social e política nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

1. Pesquisadora do Departamento de Endemias Samuel Pessoa da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP); e membro do Laboratório Territorial de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (LTM/Fiocruz).

2. O texto foi baseado em um dos capítulos da tese de doutorado defendida pela autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), para a qual foram fundamentais as sugestões da pesquisadora Rute Imanishi Rodrigues.

Buscamos, portanto, uma aproximação histórica com o período que vai desde os anos 1950 ao período que deu início à era das remoções, a fim de compreender a participação popular no âmbito da configuração social das favelas em diferentes contextos históricos, ou seja, no “jogo”, no sentido que lhe dá Norbert Elias (2008), que envolve a interdependência complexa e as relações entre diferentes agentes sociais que vivem e atuam nas favelas, e os padrões relacionais aí criados. Mais particularmente, a configuração que envolve a relação entre moradores, grupos locais e lideranças, o Estado e as diversas instituições da sociedade.

A nosso ver, decifrar esta chamada fronteira e entender a forma como a participação popular se coloca nesse espaço constitui um caminho bastante profícuo para se perceber a tessitura de um campo a ser desbravado, tanto no que se refere à pesquisa quanto à intervenção social. Um campo que também é pleno de armadilhas, e onde nós, pesquisadores, e outros agentes sociais que atuam nas favelas nos inserimos.

2 DANDO DIREÇÃO A UM PROGRAMA DE PESQUISA E À CONFIGURAÇÃO DA NOÇÃO DE FRONTEIRA

A perspectiva de conceber o terreno do trabalho social nas favelas como fronteira resultou da nossa experiência ao longo de anos de estudos e pesquisas procurando explicar e compreender o que se passa no universo das favelas cariocas. De início, fomos percebendo este terreno de forma pontual, aqui e acolá, no âmbito dos vínculos de algumas localidades com determinadas estruturas, chamadas de *supralocais* por Leeds (1978) e Alvito (2001). As estruturas supralocais não têm sua formação governada ou relacionada a uma dada localidade. Neste caso, estão incluídos os partidos políticos, o sistema bancário, o mercado de preços, os sindicatos, as associações profissionais e, sobretudo, o Estado, que opera por meio de várias instituições. Alvito (2001) inclui ainda, em seu estudo sobre Acari, as ONGs, os *mass media*, a Igreja Católica e o tráfico internacional de drogas.

Deixar de nos debruçar sobre uma ou outra favela e passar a acompanhar várias delas e a organização de diversas estruturas supralocais nos fez interrogar a configuração particular deste terreno. Seria ele um lugar de fronteira, um ponto de cruzamento entre o global e o local, da esfera pública e do não público?

Observávamos que aquela não era uma fronteira comum e, sim, um terreno de encontro, que configura uma paisagem específica. Para alguns que vivem nas favelas, pode ser lugar de saída. Para outros, que se encontram em estruturas supralocais, de entrada. Para outros tantos, situados em diferentes posições deste terreno, lugar de conquista. Para muitos, na fronteira, de interlocução e pressão, e de tensão. Para todos, de mediação. Um lugar de mediações e tensões onde, em movimento, encontram-se moradores e lideranças das favelas, técnicos do poder público e de ONGs, líderes religiosos e políticos, pesquisadores, o narcotráfico e a milícia. Reinterpretando a expressão cunhada por Bourdieu (1997), não seria um lugar onde “as estruturas sociais estão em ação”?

Aproximamo-nos então do conceito de campo de Bourdieu por compreendê-lo que ele correspondia ao que vislumbrávamos neste terreno, ou seja, diferentes agentes sociais em disputa – e tecendo alianças muitas vezes instáveis. De certa forma, de acordo com a reflexão de Bourdieu (1989) sobre a gênese dos conceitos, a fronteira se colocou como um modo de dar direção à pesquisa, indicando o recorte metodológico que permitia pensar o processo de trabalho dos agentes sociais em questão, dentro de um espaço de mediação que não o reduzisse aos processos de inclusão precária nem às tramas locais da favela.

3 CENA UM: A GÊNESE DA FRONTEIRA E A EMERGÊNCIA DA FAVELA COMO “PROBLEMA LEGÍTIMO”

Os percursos que demarcam a gênese e o desenvolvimento das iniciativas governamentais ou de caráter particular nas favelas, bem como as lutas sociais nessas localidades podem ser compreendidos a partir do que Martins (1996), recuperando Henri Lefebvre, chama de “desencontro entre o econômico e o social”, que faz emergir um conjunto de processos, experiências e dramas sociais próprios de uma sociedade em tensão, mergulhada num mundo aquém de suas possibilidades. “O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso” (*op. cit.*). São processos que produzem e reproduzem as fraturas desta sociedade e que vão conformando aquilo que é chamado de questão social, um conceito que, conforme Castel (1998, p. 30), “é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”.

Compreendemos que a fronteira vai se constituindo no esforço de responder a este enigma. Desenvolve-se como espaço de mediação, fundamental ao controle dos custos sociais produzidos pelo descompasso próprio da sociedade capitalista. Recorrendo a uma perspectiva de Castel (1998), podemos dizer que ela nasce abrigando um conjunto de dispositivos montados para responder ao crescimento contínuo “das franjas mais dessocializadas dos trabalhadores” (*op. cit.*, p. 31). Não é à toa que, em nosso país, a história da intervenção social nas favelas cariocas confunde-se com a história da expansão do capitalismo, sob um modelo urbano industrial e com a incorporação da questão social na agenda política do Estado.

É no primeiro governo de Getúlio Vargas que se dá a projeção da favela tal como observada na capital da República (na época, o Rio de Janeiro) para a cena nacional, abrindo espaço à sua constituição como problema legítimo. O Código de Obras do Distrito Federal, Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937,³ é considerado o documento oficial que reconhece a existência da favela, definida em toda sua diversidade.

A partir dos anos 1940, dá-se a definitiva afirmação da favela na cena urbana da cidade: multiplicando-se, tornando-se tema de pesquisas e estudos, objeto de ação política e configurando-se como palco de intervenção social, e onde o tema

3. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/raridades>>.

da participação do povo vai se destacar. Retomando uma reflexão de Bourdieu (1989), podemos considerar que é dentro deste mesmo processo que a favela vai ser constituída como *problema legítimo*. Ou seja, o problema da favela, alvo de diferentes ações e reflexões, é resultado de um “trabalho coletivo” necessário para “dar a conhecer e fazer conhecer” este problema como *legítimo*, como “confessável”, “público”, “oficial” (*op. cit.*, p. 37).

Nessa ação continuada que chamamos trabalho coletivo, realizado na concorrência e na luta, destacamos alguns momentos fundamentais.

- 1) Em 1942, a prefeitura do então Distrito Federal ergue os primeiros parques proletários provisórios, assim chamados já que a intenção era construir habitações calculadas para durar seis anos. Os três parques foram inaugurados abrigoando 2.500 moradores oriundos de diferentes favelas da cidade (Valla, 1986, p. 38). Esta iniciativa não se desdobrou em uma política mais definitiva; o que se tornou definitivo mesmo foi o estado de inacabamento das habitações.
- 2) Em 1946, é criado o Departamento de Habitação Popular, ligado à Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal. O presidente Eurico Gaspar Dutra cria uma comissão interministerial para realizar “um estudo extensivo das causas de formação de favelas e suas condições atuais” (Valla, 1986).
- 3) Em 1947, a Igreja Católica conseguiu o apoio do governo federal para a criação de uma instituição que atuasse nas favelas. Surgiu então a instituição assistencial Fundação Leão XIII, em cujo relatório, segundo Valla (1986) consta:

antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança, prestar-lhes serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva senão convivendo com eles, participando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigo deles e lhes apontando caminhos novos para a sua vida atribulada.
- 4) Em 1948, pela primeira vez é realizado um censo de favelas no Rio de Janeiro. A população moradora destas localidades começa a entrar nas estatísticas. Havia então 105 favelas na cidade, sendo que quase a metade localizava-se na região dos subúrbios, seguida da Zona Sul e da Zona Centro-Tijuca. Era uma população predominantemente migrante, vinda principalmente de regiões dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo (Abreu, 1988 p. 106).
- 5) Em 1948, a partir de uma série de artigos publicados no jornal Correio da Manhã, o tema favela ocupa os jornais, configurando a então chamada

Batalha do Rio, campanha da qual o político e jornalista Carlos Lacerda foi um dos principais protagonistas, com críticas contundentes, como esta a seguir, que consta em Valla (1986):

aqueles que não quiserem fazer um esforço sincero para atender ao problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-los como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampa de lata olhando o crescimento dos arranha céus.

Os momentos destacados sugerem que, juntas, as ações indicadas vão conformando um terreno de intervenção e debate a respeito da favela, constituído por diferentes práticas, levadas à frente por múltiplos agentes sociais: a Fundação Leão XIII, que incluía representantes mais expressivos da hierarquia da Igreja Católica e profissionais e voluntários responsáveis pelos serviços junto à população atendida; as iniciativas estatais, que abrigavam personagens do alto escalão dos governos federal e municipal, e também técnicos, responsáveis por estudos e pesquisas; a imprensa e os políticos; e, a partir dos anos 1950, vê-se ainda uma aproximação crescente de segmentos intelectuais de classe média (estudantes, literatos, artistas), que buscam as favelas “a fim de partilhar, entender, e revelar seu estoque de cultura” (Burgos, 1998, p. 30). Além disso, é claro, incluem-se no terreno os “objetos” de intervenção, estudos e debate: os moradores das favelas.

Voltemos à citada imagem do desencontro. É neste desencontro – que se acirra quanto mais o econômico avança em relação ao social – que a fronteira emerge como o terreno da conjuração do risco de fratura, alojando, num crescente, diversas forças sociais interessadas de diferentes formas em intervir, digamos, no processo de conjuração. Ela vai se tornando, então, lugar de produção de múltiplas experiências e práticas sociais, e de representações que vão se acumulando, dando-lhe então uma conformação particular.

É importante, porém, dar atenção ao fato de que algumas experiências sociais e políticas da época concorreram para a emergência da fronteira no sentido de alternativa ao “problema das favelas”. A redemocratização do país na segunda metade dos anos 1940 abre espaço ao debate político pautado pelo tema do desenvolvimento nacional, em que, pouco a pouco, a questão da chamada integração da favela vai tomando acento. Em meio a esta retomada do debate político, é fundamental assinalar o então inesperado crescimento do Partido Comunista na Câmara dos Vereadores. Tudo isso num quadro em que, alimentada pela decolagem da acumulação urbano-industrial de base concentracionista (e, ao mesmo tempo, a alimentando), a urbanização avançava a pleno vapor, destacando-se, neste processo, o expressivo crescimento do número de favelas e da população favelada, conforme apontavam as estatísticas da época.

É preciso considerar ainda que a fronteira se constitui buscando alimento na própria experiência histórica da sociedade brasileira e nas imagens que são produzidas sobre as classes populares e as favelas do Rio de Janeiro. A este respeito, parece significativo o fato de que o documento que marca o início da presença da favela nas estatísticas da cidade – o Censo Demográfico de 1948 – comporte um texto que relaciona a presença de “pretos e pardos” nas favelas ao fato de eles serem “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas” (Zaluar e Alvito, 1998, p. 13).

Outra referência ilustrativa diz respeito ao jornal *A Noite*, que, em 1943, publica um artigo trazendo uma análise a respeito da favela, seus moradores e suas relações com a sociedade, conforme citado por Valla (1986, p. 40):

indivíduos que não tendo podido, por uma razão qualquer, adaptar-se às necessidades ou conveniências da civilização contemporânea, não encontram lugar em tal civilização. Esses indivíduos formam *le déchet* social que os sociólogos denominam desajustados, os inadaptados sociais. Esse *déchet humain* dos desviados da comunidade social é que constitui os grupos decompostos da comunhão civil para incrustar-se nas favelas, por exemplo. Exatamente, porque nesse *déchet humain* admite-se predominar uma *haine commune* contra a sociedade e avulta a dificuldade na solução do problema.

O documento público e oficial, bem como o texto veiculado pelo jornal, traduz bem a força de representações produzidas em fins do século XIX e início do século XX, e demonstra que o trabalho coletivo que “deu a conhecer e fez conhecer a favela” como problema legítimo da sociedade veio atravessado por uma forma de conceber a favela e o espaço urbano plena de estereótipos. Um trabalho tributário das representações construídas desde o século XIX, em que se destacam um ideário que associa as classes pobres às classes perigosas (Chalhoub, 1996) e um dualismo no qual a favela aparece apartada da cidade, ameaçando sua ordem, e sendo objeto de um duplo problema: sanitário e policial (Chalhoub, 1996; Zaluar e Alvito, 1998; Valladares, 2000).

4 CENA DOIS: A PRODUÇÃO POLÍTICA NA FRONTEIRA E A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

O lugar do fazer social nas favelas possivelmente não é uma invenção do Estado. Sem dúvida, porém, em aliança com a Igreja Católica, ao dar o pontapé inicial na configuração de um terreno de intervenção social nas favelas cariocas, o Estado foi personagem fundamental na gênese de uma produção política do fazer social e na constituição da fronteira.

A produção política já se anunciava naquela que foi a primeira iniciativa pública em relação às favelas: os parques proletários provisórios. Eles foram palco de inúmeras visitas oficiais e de diversos eventos, como missas e festas comemorativas. Em meio à aura mitológica que cercava o governo Vargas, há ainda registros de que o

presidente recebeu as chaves de uma casa popular para seu uso pessoal (Valla, 1986). Esta iniciativa conjunta do governo federal e da prefeitura não foi adiante naquela época, porém veio inaugurar um canal com grupos populares, que estavam fora da teia de compromissos do Estado Novo e da complexa montagem que ela envolvia, ao institucionalizar os canais de interlocução política (Mendonça, 1990). Nesse sentido, essa ação foi reveladora do lugar que a população favelada ia ocupando no cenário político e do esforço de dar contornos políticos ao lugar do fazer social.

Esse esforço aparece de forma mais clara e contínua na experiência da Fundação Leão XIII, criada a partir de uma proposta de setores da Igreja Católica, tendo à frente Dom Jaime Câmara, junto ao governo federal. Reconhecendo o fenômeno de favelização como tendo “raízes profundas na crise econômica e social” que o país atravessava, a fundação preconizava novas formas de ação, fundamentadas no “conhecimento da favela” (obtido por meio do levantamento estatístico, da classificação das famílias e dos indivíduos e dos estudos da comunidade) e no “tratamento das famílias” (por meio de atividades de serviço social, educação, saúde e organização social da comunidade). Considerando-se esta perspectiva é que se construiu um programa – o Centro de Ação Social –, eixo de todo o trabalho social e que tinha como base o Serviço de Educação (Valla, 1986, p. 50). Segundo a publicação *Como Trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1954*, “doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições etc. são males de um povo que vem vivendo anos a fio sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga”. É necessário subir o morro antes que dele desçam os comunistas, afirmava o *slogan* que se disseminava a cada dia, traduzindo a preocupação de grupos e partidos ligados às estruturas de dominação do país (Fundação Leão XIII, 1955⁴ *apud* Valla, 1986).

O esforço de institucionalizar este fazer social deve ser, portanto, compreendido no âmbito das disputas políticas da época e da necessidade de redefinição da relação com os grupos populares, que vão levando a um reposicionamento dos agentes sociais em relação ao tratamento da questão das favelas. O que mais chama atenção na experiência da fundação é sua forma nova de enfrentar a questão, o que se dava no sentido de mobilizar os moradores para a resolução de seus problemas, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura urbana, e incentivar a formação de associações locais. Emergia, no referido relatório, a noção da participação do povo:

a participação do povo é sempre possível de ser obtida através de organizações locais (...) Nesse plano de melhoramentos não pode deixar de ser incentivado o movimento associativo da energia elétrica que bons resultados já vem proporcionando às famílias e demonstrando que o povo quando bem orientado tem capacidade de resolver seus problemas. Esses movimentos vêm sendo orientados pela Fundação Leão XIII em

4. Fundação Leão XIII. *Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1954*. Rio de Janeiro, 1955.

dezenas de favelas dentro de um espírito democrático e de responsabilidade pessoal de cada um de seus membros, sendo totalmente banido desse movimento qualquer ideia paternalista ou de protecionismo, mal compreendido e prejudicial à recuperação moral do homem (Fundação Leão XIII, 1955 *apud* Valla, 1986, p. 27).

Indicando o dinheiro e o trabalho do povo, a entidade vinha acenar com uma prática que vai se enraizar na fronteira: a mobilização dos moradores e do uso de seus recursos humanos e financeiros como resposta aos problemas. Com isso, anunciava uma inversão no tratamento da questão: as responsabilidades públicas, como melhorias nas condições de vida e moradia da população favelada, são colocadas como problemas dos moradores. Desse modo, as associações locais de moradores deveriam ser incentivadas, uma vez que assumiam o papel de organizações canalizadoras dos recursos humanos e financeiros das localidades (Cunha e Oliveira, 1997).

A Fundação Leão XIII trazia uma forma de ação social na qual a participação do povo, a organização local e a responsabilidade individual se misturavam numa equação que, além de ser fundamental ao controle social da população sob intervenção, vinha fundar uma prática política. Por meio desta equação, desde seu surgimento até 1954, a Fundação estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias (Burgos, 1998). Ela esteve à frente da instalação de bicas, manilhamento de valas e implantação dos serviços de luz em várias favelas da cidade. E, gerenciando a equação, foi pouco a pouco assumindo o papel de braço da burocracia estatal dentro dos morros, chegando a controlar o registro das associações locais formadas, acabando, por fim, sendo incorporada ao Estado no governo Carlos Lacerda, no início dos anos 1960 (Valla, 1986).

O percurso da experiência da fundação traduz os limites da iniciativa nascida em estreita articulação com o Estado, e referenciada na prática assistencial da Igreja Católica. Conforme expande sua atuação, as atividades ligadas à mobilização dos moradores vão diminuindo, e as atribuições burocráticas vão assumindo maior espaço em seu trabalho de intervenção nas favelas. Depois de cinco anos de existência, em 1952, apenas uma agência local da fundação havia sido criada, e, nos anos seguintes, os trabalhos de vistoria, a fiscalização de obras e o serviço de conservação vão se tornando as atividades mais importantes de seu departamento técnico (Valla, 1986, p. 63).

Isso acaba por levar ao reposicionamento da fundação dentro do campo da fronteira, deixando o lugar de vanguarda no encaminhamento do problema da favela para encarnar um papel que lhe garante maior enraizamento no aparelho de Estado, o que a torna alvo de críticas daqueles que vão ingressando na fronteira e trazendo novas propostas.

A importância da experiência da Fundação Leão XIII na constituição da fronteira e das relações de mediação política, fundamenta-se nos dois elementos apontados a seguir.

- 1) É com a equação participação do povo, organização local e responsabilidade individual, mobilizando aqueles que são vítimas das privações produzidas pelo desencontro entre o econômico e o social que se busca conjurar o risco de fratura social. Uma equação que, como destaca Valla (1986, p. 52), isenta o Estado e os empregadores das melhorias das moradias e das condições de vida da população favelada.
- 2) A equação demarca a participação dos moradores das favelas, limitando-lhe o espaço (restrito ao local) e conformando-lhe a forma (ação individual mediada pelo próprio canal inaugurado pela fundação), buscando esvaziar suas relações com outros canais políticos.

Ambos os aspectos acabaram por referenciar as políticas sociais voltadas para as favelas e se enraizaram na história destas localidades e, conseqüentemente, na própria fronteira. Em seu conjunto, inauguraram uma forma de mediação política que burocratiza as relações entre as favelas e o Estado, e delimita o terreno de participação dos moradores destas localidades, instaurando, pode-se assim dizer, uma forma despolitizadora, mas que nem por isso deixa de traduzir uma produção política do fazer social. O que acontece é que mais que uma equação de ação social, estes elementos fundaram fórmulas políticas que acabaram por se assentar na constituição da fronteira, deixando fortes vestígios em sua dinâmica atual.

A principal dimensão desta fórmula política é que ela reforça a liderança local como o canal privilegiado de acesso ao poder público, esvaziando assim as demais experiências coletivas. Esse processo, marcante na consolidação da fronteira em fins dos anos 1950, tem particular desdobramento sobre sua estrutura e dinâmica, pois abre espaço a um posicionamento desigual das organizações e dos grupos locais dentro do campo do trabalho social, reservando os melhores espaços àqueles agentes sociais da localidade que estão mais próximos da liderança que possui relação direta com o poder público.

5 CENA TRÊS: SABER TÉCNICO E CIENTÍFICO, E CONSTRUÇÃO POLÍTICA

Ao analisarmos os principais marcos da emergência e constituição da fronteira, uma das questões que nos chama a atenção é o diálogo entre as formulações técnicas e científicas a respeito da favela e seus moradores, e as práticas políticas que vão se constituindo neste terreno (Cunha, 2005).

Como Valladares (2000) afirma, ao longo dos anos 1950 vai se delineando uma mudança na literatura a respeito da favela, com o aparecimento de trabalhos baseados num “conhecimento menos de impressão e mais de fundamento, fazendo uso de diferentes metodologias de pesquisa e de dados oficiais combinados à observação sistemática” (*op. cit.*). Para a autora, a mudança já havia sido apontada pelo Censo Demográfico de 1950, que trouxe um avanço no conhecimento desta realidade, com base em critérios múltiplos e objetivos.

Essa mudança nos sinaliza que a favela passa a ser problematizada a partir de critérios que despontavam como fundamentais ao entendimento dos processos econômicos e sociais pelos quais o país passava, em que se destacavam as migrações rurais, a industrialização e uma urbanização que avançava rapidamente.

É bom que se ressalte que este deslocamento do olhar é produzido no diálogo do pensamento intelectual com a realidade brasileira, que colocava novos desafios. Nessa perspectiva, é o lugar da favela, e de sua população dentro da sociedade brasileira, que vai reposicionar as imagens então constituídas a seu respeito, e as referências por meio das quais se conheciam essas localidades.

Esta “redescoberta” da favela, inscrita num processo que institui um novo olhar para um país em mudança, teve a inspiração do avanço dos estudos funcionalistas no Brasil, que vão constituir-se na lente por meio da qual se dá este diálogo com os novos desafios que se configuravam. Estes estudos trazem uma visão de sociedade que afirma a existência do equilíbrio entre as suas diversas partes constitutivas, que tendem a se ajustar mantendo o todo harmônico, e que concebem o não integrado como disfuncional, uma vez que não se enquadra no ordenamento e funcionamento do sistema (Cunha, 1992).

São estes postulados funcionalistas que estão subjacentes à teoria da modernização que, a partir dos anos 1950, domina o debate intelectual e político a respeito do desenvolvimento das sociedades latino-americanas. No campo do debate, são colocados um conjunto de problemas que vão sendo produzidos como “legítimos”, e interpretados como uma espécie de distúrbio provocado pela presença do “arcaico” em uma sociedade em “modernização”. Aqui, encontramos as raízes da questão da marginalidade, na forma como parte da intelectualidade vai pensar o desencontro que atingia os países latino americanos.

A marginalidade era concebida como fruto de distúrbios do processo de modernização, e os grupos marginais como não integrados ao sistema social. Nessa perspectiva, a modernização pela qual passavam determinados países latino-americanos produzia certas desarticulações e rupturas, pois desorganizava estruturas sociais preexistentes, mas não atingia todos os segmentos da sociedade, deixando persistir então o tradicional e o arcaico. Daí surgirem desajustes, que eram assim definidos a partir de um modelo de desenvolvimento, organização e conduta tido como

moderno (urbano-industrial), mas que eram, contudo, passíveis de serem resolvidos com a integração do “arcaico” (campo) pelo “moderno” (Cunha, 1992).

Esse conhecimento vai contribuindo para a conformação de técnicas e práticas políticas que buscam intervir na favela, de modo a integrá-la no “todo” e a restituir o “equilíbrio” da sociedade. São formas de intervenção pontuadas por uma visão dual, cujos contornos refletiam os desafios da sociedade que se tornava urbano-industrial.

A este respeito, cabe destacar a crescente influência do método de desenvolvimento comunitário e a sua influência nas ações da Cruzada São Sebastião e do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha).

A penetração do projeto Desenvolvimento de Comunidade no Brasil se dá por intermédio das escolas de serviço social, sendo que é a partir dos anos 1950 que emergem as primeiras obras de intelectuais brasileiros a respeito do assunto (Valla, 1986; Ammann: 2003). O método propaga-se no país a partir de um movimento internacional, institucionalizado após a Segunda Guerra Mundial pelas Nações Unidas e reforçado por organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Ingressa, portanto, em pleno contexto da chamada Guerra Fria, integrando-se ao esforço de expansão da ideologia e da sociabilidade capitalista, de forma a enfrentar o avanço socialista e assegurar a hegemonia no mundo, que, então, se bipolarizava.

Em consonância com o movimento internacional que desencadeou a proposta na América Latina, as primeiras reflexões e experiências desenvolvem-se no meio rural, e só a partir dos anos 1960 é que se dá o incremento do Desenvolvimento de Comunidade no meio urbano. No âmbito da apresentação e discussão de programas que se desenvolvem isoladamente em várias cidades do país, realizado na XI Conferência Internacional de Serviço Social, os projetos de erradicação e transformação de favelas assumem um lugar particular (Ammann 2003).

Difundido como uma técnica, o Desenvolvimento de Comunidade vem referenciado pela concepção funcionalista, na qual se destacam as noções de integração e equilíbrio. Vem, portanto, marcado por uma perspectiva que nega as contradições do social, percebendo os conflitos como desequilíbrios passíveis de serem ajustados; e os valores e formas de sociabilidade que não se “integram à ordem” como desvios que devem ser corrigidos.

Valla (1986) chama atenção para outro aspecto que referencia a formulação do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. Justamente na década de 1950, quando se intensificou a implantação desta técnica no país, difundia-se pela intelectualidade brasileira a leitura de pensadores cristãos, como Maritain, Leuret e Mounier. A influência do pensamento social cristão aparece no “pressuposto de que

a iniciativa e a responsabilidade social dos membros da comunidade, ou seja, a boa vontade inerente aos homens, seria o motor do desenvolvimento” (*op. cit.*, p. 69).

Produzida sob o impacto das teorias funcionalistas e do pensamento social cristão sob a intelectualidade brasileira, esta técnica, mais que traduzir uma determinada forma de interpretar as mudanças que então se configuravam no país, veicula um modo de como responder ao referido desencontro presente na tessitura da sociedade brasileira. Dentro desta resposta, dois aspectos se destacam: o reforço da promessa de “ajuste” do desencontro e o papel atribuído àqueles que são por ele mais duramente atingidos.

O tom de promessa do ajuste contido na proposta é parte integrante do próprio imaginário produzido pelas formas de sociabilidade capitalista, que nega e esvazia os conflitos inscritos na sociedade.

O segundo aspecto é que nos parece mais desafiante, já que a noção que atribui à população a responsabilidade pela melhoria de suas condições de vida possivelmente foi aquela que acumulou maior força no sentido de experiência e representação social, estando estreitamente vinculada a uma determinada concepção de participação que se difundiu dentro da fronteira, estando nela presente até os dias de hoje.

Encontramos essa noção de participação nas obras dos intelectuais que se voltaram para o Desenvolvimento de Comunidade. De acordo com José Arthur Rios (1957 *apud* Ammann, 2003) a educação de comunidade tem sua importância como um tipo de educação social que visa promover o levantamento dos níveis e dos padrões da vida de uma comunidade inteira por meio do planejamento democrático de suas possibilidades e recursos. O autor proclama como objetivo primordial desta educação a solução coordenada dos problemas técnicos e humanos da comunidade, de forma que a relação entre grupos e indivíduos realize os valores da paz social e do bem comum. Para alcançar o objetivo, ele destaca algumas estratégias: o controle social pelas instituições básicas da sociedade, o combate às “ideologias indesejáveis” e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças locais.

Em Rios (1957), assim como em outros, autores, é por meio do desenvolvimento de grupos/comunidades que se dá a “participação”, a qual assume um sentido restrito, consistindo fundamentalmente na mobilização dos recursos da comunidade na solução de seus problemas.

Essa noção de participação aparece nas primeiras experiências de Desenvolvimento de Comunidade em relação às favelas. Valla (1986) localiza sua utilização nas ações da Cruzada São Sebastião: na acomodação da população favelada nos blocos erguidos ao lado da favela da Praia do Pinto, no Leblon; e nos projetos sociais e

de infraestrutura urbana desenvolvidos nas favelas localizadas em diferentes regiões do Rio de Janeiro.

Criada em 1955, a partir de uma ideia lançada pelo bispo Dom Helder Câmara num Congresso Eucarístico, a Cruzada São Sebastião, conforme definido no III Congresso Brasileiro de Serviço Social, nasce com a finalidade de “dar solução racional humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro” (Valla, 1986, p. 65). O desenvolvimento desta iniciativa da Igreja, num momento em que outra instituição da própria Igreja já se encontrava atuando na fronteira, explica-se pela desativação e descaracterização do trabalho da Fundação Leão XIII. Tendo como base o autor Parisse,⁵ Valla (1986) avalia que o surgimento da Cruzada se dá em função da necessidade de “recuperar o espírito empreendedor que caracterizava a ação de sua predecessora em seus primórdios”. Outra razão também apontada pelo autor está associada à configuração de forças políticas e suas relações com a Igreja Católica: a iniciativa da Cruzada foi viabilizada com o apoio do pacto populista representado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto a fundação, desde seu surgimento, teve a seu lado a União Democrática Nacional (UDN) (*op. cit.*, p. 63-64).

As duas razões nos indicam elementos presentes no terreno de fronteira. A primeira se relaciona ao posicionamento distinto que a Cruzada vai assumir em relação à sua predecessora – a Fundação Leão XIII. A concorrência e a disputa pela liderança no tratamento do problema legítimo entre instituições/iniciativas pertencentes ao mesmo campo, no caso, à Igreja, contribuem para operar deslocamentos, por parte destas instituições, dentro do campo de fronteira. A outra razão nos leva a um aspecto que marca a experiência histórica deste terreno de fronteira e que hoje assume particular destaque: as disputas travadas pelos agentes sociais, na busca de aliança com os poderes públicos, e a forma como diferentes forças políticas fatiam este campo de fronteira, estabelecendo elos com os agentes sociais que podem favorecer a ampliação de suas bases políticas.

A Cruzada traz um novo tom à forma de intervenção nas favelas, traduzido no objetivo traçado pela entidade: “desenvolver uma ação educativa de humanização e cristianização no sentido comunitário, partindo da urbanização como condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica” (Cruzada, 1965⁶ *apud* Valla, 1986). Diferindo da proposta da Fundação Leão XIII, que enfatizava a assistência material e moral à população favelada, a preocupação

5. Valla (1986) recorre a várias publicações de Luciano Parisse sobre as favelas do Rio de Janeiro, sendo que a obra relacionada ao tema desenvolvido aqui é *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Rio de Janeiro, Cadernos do Cenpha, n. 5, p. 35, 1969.

6. Cruzada São Sebastião: duas experiências de promoção humana. In: Congresso Brasileiro de Serviço Social, 3., 1965, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 1965.

com a ação educativa da Cruzada indica como horizonte a integração social das populações em questão (Valla, 1986).

É aqui que a proposta da Cruzada se encontra com o projeto Desenvolvimento de Comunidade. Na experiência da Cruzada, por ocasião da transferência das famílias faveladas para o conjunto da Praia do Pinto, houve a criação de um departamento de serviço social que lançou mão do Desenvolvimento de Comunidade, promovendo encontros cujo objetivo era:

o estudo em comum dos problemas do conjunto, necessidades e aspirações dos moradores, para, através daí, levá-los a descobrir os recursos ao seu alcance (relacionando-os com as necessidades existentes), planejar a solução dos problemas e melhorias a empreender ou recursos a criar (Cruzada, 1965 *apud* Valla, 1986, p.71).

Destas reuniões surgiu a ideia de criar um conselho de moradores que deveria assumir as funções administrativas até chegar a se constituir no verdadeiro “governo do bairro”. Entre as tarefas dos presidentes dos conselhos de cada bloco estavam: o controle dos indivíduos que circulavam no conjunto, a conservação dos prédios e a organização de grupos para trabalhos cooperativos em torno de serviços de uso coletivo. Essa sistemática de trabalho expressa a tônica do Desenvolvimento de Comunidade, trazendo uma concepção de participação que se “traduzia, na prática, em todo um trabalho de persuasão da população, no sentido de levá-la a aceitar e implantar um novo *modus vivendi*” (Valla, 1986, p. 72).

A experiência é marcada também pela preocupação com a difusão de valores morais e cívicos, expressos no *Decálogo dos Cavalheiros de São Sebastião* cujos “mandamentos” demarcam os padrões de sociabilidade, valores culturais e ideias políticas esperados dos “ex-favelados”: *i)* Ajude seu vizinho; *ii)* Sem exemplo não se educa; *iii)* Bater em mulher é covardia; *iv)* Palavra de homem é uma só; *v)* Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação; e *vi)* Sem Deus, não somos nada (Valla, 1986, p. 73).

Os limites da experiência da Cruzada são claros e se relacionam fundamentalmente com sua visão de participação, nos quais se destacam a mobilização dos recursos da comunidade na solução de seus problemas e a educação de comunidade, tendo como horizonte a integração da população, de forma a fazê-la aceitar o referido novo *modus vivendi*.

É importante destacar também que o deslocamento operado na ação da instituição de certa forma instaura um novo lugar na fronteira. Os limites da proposta da Cruzada possivelmente foram redefinidos face ao desenvolvimento da própria proposta, quando os técnicos da instituição se defrontaram com os agentes sociais atingidos pelos projetos. A experiência, ao abrir espaço para que houvesse um efetivo contato entre os técnicos e a população, com esta última não reagindo passivamente,

acenou com um deslocamento para se pensar a favela e seus moradores dentro do espaço urbano. Isso talvez explique o papel que a Cruzada assumiu algumas vezes, posicionando-se como interlocutora dos moradores das favelas junto ao Estado, como ocorreu em 1958 e 1959, quando negociou com o poder público a não remoção de três favelas então ameaçadas, Borel, Esqueleto e Santa Marta.

A questão é atual porque ajuda a compreender diversas experiências desenvolvidas na fronteira hoje que nascem animadas por um leque de interesses, mas que, no confronto com aqueles que são atingidos pelos projetos, acabam por se redefinir. Ainda que muitas vezes a redefinição não implique uma ruptura com a proposta inicial – que frequentemente tem seus limites demarcados pelas forças sociais que a sustentam –, ela produz experiências (sob a forma de conflitos, interrogações e mesmo novas práticas) capazes de deslocar imagens cristalizadas e sugerir novos caminhos de ação.

O Desenvolvimento de Comunidade vai atingir maior expressão com o Serfha, tornando-se a atividade central na proposta de intervenção desta instituição, criada em 1956, sob a administração de Negrão de Lima e contando o apoio do governo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek.

A experiência do Serfha talvez seja um dos exemplos mais claros da aliança entre Ciência e Estado no encaminhamento da questão das favelas. A origem da instituição remonta a uma pesquisa de campo realizada nas favelas da cidade por sociólogos da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), entre os quais o já citado José Arthur Rios. O trabalho deu origem ao estudo *Aspectos Humanos das Favelas Cariocas*, publicado em dois suplementos especiais do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1960.

A referida pesquisa realiza uma avaliação crítica das experiências desenvolvidas pelas instituições da Igreja, destacando seu caráter assistencial-paternalista, e sugere que seja formulada uma política flexível em relação às favelas. O texto recomenda ainda que:

a transmissão de propriedade nas favelas, após a urbanização, só poderá ser feita de acordo com os favelados, estimulando a formação de sociedades de melhoramentos que, imunes da influência política, poderiam prestar serviços à Administração, ser seus intermediários naturais com a população das favelas (...); a formação e a organização de grupos incentivando a sociabilidade, a proteção e o respeito mútuo, o sentimento de independência, o senso de responsabilidade, seriam passos importantes para a educação dos favelados. A esses líderes a Administração poderia

delegar tarefas desobrigando-se de encargos custosos e de reduzida eficácia (Sagmacs, 1960⁷ *apud* Valla, 1986, p. 78).

De acordo com Valla (1986), foi depois deste trabalho do Sagmacs, que o Serfha ganhou autonomia e força política, podendo então desenvolver sua própria proposta, baseada no relatório da pesquisa, e tendo à frente José Arthur Rios. Ainda segundo o autor, o elemento inovador na proposta é a ausência da ideia de investir recursos públicos na solução do problema, sendo que, aqui, a noção de “participação” se acentua (*op. cit.*, p. 79).

A proposta operacionalizou-se fundamentalmente por intermédio da organização de associações de moradores. Até maio de 1962, quando o órgão foi extinto, foram criadas 75 associações, sendo que cada uma delas assinava um acordo com o Serfha, onde constavam os compromissos das associações de moradores e da coordenação (Valla, 1986; Burgos, 1998). Da parte dos primeiros, destacava-se a cooperação na urbanização da favela, com a coleta de contribuições junto aos moradores, devendo a associação se responsabilizar pela utilização das contribuições e submeter-se à supervisão da coordenação.

Os termos do acordo são avaliados por Valla (1986) e Burgos (1998), que chamam atenção para os seguintes aspectos:

na verdade, as determinações e os planos governamentais de urbanização já estavam traçados. E para a sua elaboração, os moradores não foram convocados a participar. O momento de sua convocação é, justamente, aquele em que o plano deve ser executado. A autossuficiência dos grupos pretendida na proposta dos agentes reduz-se assim à capacidade destes em acatar e fazer com que os outros acatem e executem trabalhos de melhorias nas favelas conforme os planos técnicos e a orientação da coordenação (Valla, 1986, p. 83).

Os limites da flexibilidade proposta pelo Serfha encontravam-se na própria concepção e organização do órgão, cujos planos, traçados de antemão, reservavam aos moradores o lugar de executores e legitimadores das determinações da coordenação e do governo. Era este o lugar que permitia o encaminhamento do “problema” das favelas por meio da redução de encargos custosos e de formação de líderes que servissem à administração.

A análise de Burgos (1998) nos ajuda a avançar na importância deste último aspecto dentro da experiência do Serfha, que vai marcar a história das favelas nos anos iniciais da década de 1960. Segundo o autor, no acordo entre as associações e o órgão, “a moeda de troca da promessa de urbanização é o controle político das associações pelo Estado, arranjo que deveria criar uma cumplicidade entre as

7. Sagmacs – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 38, 13 abr. 1960. (Suplemento Especial). Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,aspectos-humanos-da-favela-carioca,8706,0.htm>>.

lideranças locais e o poder público”. A despeito dos ideais contidos em sua proposta, de reforçar a autossuficiência dos favelados, “o que prevaleceu foi a tendência de subordinar politicamente os moradores das favelas”, com o poder público apenas acenando com “a substituição da Igreja pelo Estado” (*op. cit.*, p. 31-32).

Possivelmente, pode estar aí uma das razões que levaram ao fim da experiência do Serfha, em 1962, quando Carlos Lacerda, assumindo o governo do recém-criado estado da Guanabara, exonerou José Arthur Rios e extinguiu o órgão, subordinando-o à Secretaria de Serviços Sociais (Valla, 1986). “O motivo era evidente: o Serfha trazia a marca do governo anterior, tendo sido criado durante a gestão de Negrão Lima” (Burgos, 1998, p. 33). Além das divergências políticas, porém, havia algo mais, de acordo com Valla (1986, p. 84): “as imposições do capital imobiliário, que cobiçava os valiosos terrenos onde estavam localizadas muitas favelas”.

O destino do Serfha não se afasta dos rumos assumidos por muitas experiências tecidas dentro do arranjo populista. A abertura de canais diretos com grupos populares, alojando essas relações dentro da estrutura do Estado, não se fez sem custos políticos. Se, por um lado, permitiu o maior controle destes grupos e rendeu saldos políticos, por outro, produziu demandas que extravasaram o pacto populista, não podendo ser por eles atendidas, especialmente num momento em que a composição de forças políticas no país se reorganizava, de forma a garantir o que chamamos aqui de desencontro. A pressão do capital imobiliário é reveladora desta reorganização de forças no então estado da Guanabara, tendo se constituído num elemento de desequilíbrio do arranjo populista que já se esgotava. Em outras palavras, o Serfha esteve presente na criação de 75 associações, contudo, a pergunta que fica é: seria capaz de controlá-las, particularmente num momento em que o capital imobiliário se organizava, anunciando seus interesses remocionistas? Os vínculos “orgânicos” entre as associações de moradores e o Serfha seriam suficientes para assegurar a paz social num momento em que o fantasma da remoção crescia ameaçando o que muitas favelas já começavam a conquistar, o direito à cidade?

6 CENA QUATRO: ENQUANTO ISSO, OS MORADORES RESISTEM E FAZEM POLÍTICA

A esta altura, a gente se pergunta: conforme a fronteira ia se constituindo, como se colocavam os moradores de favela dentro deste terreno? Como se dava a participação deles?

Há uma certa invisibilidade em relação ao que acontecia nas favelas antes dos anos 1950. Pode-se imaginar, por exemplo, que por detrás de uma simples ocorrência policial, possivelmente, havia uma expressão de resistência cultural ou uma luta política. São os *causos* que não saem no jornal, ou, então aparecem na “coluna criminal”.

São invisíveis também os enfrentamentos que marcam os confrontos contra a expulsão da terra e os embates cotidianos, vividos na interlocução com diferentes mediadores que chegavam às favelas. Possivelmente as lutas da favela não se iniciaram com os primeiros movimentos que foram registrados como organização comunitária dentro do campo da fronteira; antes de enfrentar processos de remoção ou confrontar-se com o poder público, moradores de muitas favelas, na calada da noite, tiveram que enfrentar grileiros e representantes de pessoas que se diziam proprietários de terras, além de policiais.

Esse fato nos foi indicado em uma oficina realizada no Morro do Borel, pelo depoimento de José Calegário, morador do local que foi um dos fundadores da associação: “Fomos perseguidos pelos grileiros que tinha nesse morro em 50. Tivemos um debate que vinha polícia toda semana, quase todo dia, pra tirar a gente daqui, a mando de um grileiro daqui. Era o Pacheco” (Cunha, 2001).

Gomes (1980), em seu livro sobre as lutas do povo do Borel, relata a complexa rede que envolveu uma sucessão de grileiros que controlaram as terras, sublocando os terrenos do morro para a construção de barracos, destacando que um desses grileiros “não permitia a entrada clandestina de moradores, quem não pagasse seria despejado (...) quando algum pretendente a aluguel tentava fazer uma casinha melhor de alvenaria, ele não dava permissão”. Segundo o autor, uma certa grileira “não era de tocar viola de papo para o ar, cada vez mais violenta na expulsão e destruição de barracos”. Outros dois “agiam como se fossem policiais, particulares, é claro”. Ele destaca também a desconfiança em relação à legitimidade das transações feitas pelos grileiros. E narra ainda a luta maior dos moradores contra a imobiliária Meuron Ltda., pertencente à empresa Seda Moderna, que dominava a transação de terras na área onde se localizava o morro, sendo também responsável pela construção de moradias verticais no chamado asfalto.

Essas informações concorrem para reforçar a reflexão de Vaz (2002) a respeito das semelhanças entre favela e cortiço. Confirmam também a análise de Valladares que afirma que a favela no “período fundador percebida como temporária, transitória, é, no entanto, logo reconhecida pelos primeiros observadores como detentora de valor econômico e, como tal, explorada mediante a cobrança de aluguel do chão ou dos barracos” (Valladares, 2000 p. 25). Isso nos mostra que mesmo quando ainda não se constituía em “problema legítimo”, a favela já era espaço de conflitos.

Com efeito, nem bem a fronteira emerge, os moradores se posicionam dentro deste terreno, interrogando o destino que se reservava a eles. Assim o fizeram quando, em 1945, algumas favelas (inicialmente o Morro Pavão-Pavãozinho e depois Cantagalo e Babilônia) criaram as já mencionadas comissões de moradores a fim de resistir a um possível plano da prefeitura de remoção para parques proletários provisórios (Burgos, 1998).

O lugar ocupado pelas ameaças de remoção na experiência das favelas pode ser percebido nas palavras de Izequiel Nascimento, um dos líderes da luta contra a remoção no Morro do Borel e da organização da associação de moradores, e primeiro presidente desta associação: “o emprego a gente perde, mas a casa fica” (Leão, 1992). A frase, mais ainda do que força simbólica, tem a força de quem viveu a experiência da perda de trabalho por causa de sua luta política. Novamente recorrendo ao depoimento de José Calegário, Izequiel “perdeu o emprego, apanhou muito nessa ocasião (...) Ele trabalhou e lutou muito por isso aqui. E não tem uma estrada com o nome dele aqui no Borel” (Cunha, 2001). Ou seja, a luta foi ganha, mas o nome de Izequiel não ficou, o que é lamentado pelos moradores mais antigos.

A ameaça de remoção marca também espaço importante na dinâmica da fronteira então em constituição, tornando-se uma questão central em torno da qual os agentes sociais irão se posicionar. Izequiel Nascimento aponta alguns dos agentes em cena:

fui a uma reunião para fechar um acordo na divisão de terras, a Seda faria casas do outro lado para nós (...) ela não cumpriu o acordo: era tudo mutreta (...) Na reunião estavam: o senhor Tenório Cavalcanti, um padre que não lembro o nome, Luzia Maria Aragão, da Fundação Leão XIII, e Felipe Pinto, da Seda Moderna (Leão, 1992).

Não foi à toa que a luta contra a remoção foi o elemento fundamental para desencadear as primeiras mobilizações dos moradores de favelas no âmbito da fronteira, em algumas delas dando origem à organização das associações de moradores. Este foi o caso do próprio Morro do Borel, cujas ações contra a remoção acabaram por levar ao surgimento, em 1952, da associação de moradores, uma das primeiras da cidade, de acordo como José Calegário:

as lutas são mais antigas do que a associação. A associação é nova. Eu sou um dos fundadores da associação que naquele tempo era “União dos Trabalhadores Favelados” e eu acredito que é a mais antiga do Rio de Janeiro (Cunha, 2001).

A formação desta associação do Morro do Borel é um exemplo da organização dos moradores fora do domínio da Fundação Leão XIII, que, até o desenvolvimento das atividades do Serfha, vai exercer o controle sobre muitas associações comunitárias. Izequiel Nascimento avaliou a ação do órgão da Igreja Católica: “ficavam tapeando o pessoal, dando fazenda, fazendo casamento”. A disposição combativa dos moradores diante dos oficiais que procuraram remover os moradores também é citada por Izequiel. Eles diziam: “lá dentro, nós não temos nada, mas água fervendo tem”.

No processo de organização da associação encontra-se a presença de outro mediador: o advogado Margarino Torres, que chegou pela primeira vez ao Borel em 1952 para participar de uma assembleia organizada por ele próprio e pelos moradores que agregou cerca de duzentas pessoas, acompanhado, na ocasião, de um desembargador. A partir daí, Torres desenvolveu uma ação que ultrapassou a esfera

jurídica, contribuindo na politização da luta dos moradores e na articulação com as experiências de outras favelas. Orientou a fundação da associação e incentivou a organização de um mutirão para a construção de um posto médico e de uma pequena escola, que tão logo foi erguida, foi alvo de uma tentativa de remoção por parte dos oficiais da polícia municipal, numa ação que ocorreu durante o dia, horário em que grande parte dos homens da localidade encontrava-se fora. A remoção foi impedida por mulheres e crianças e pela intervenção de Torres, que acionou rapidamente a Justiça.

Na verdade, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) esteve à frente de um movimento mais amplo que unia várias favelas da cidade. Segundo Ruth Barros, uma das coordenadoras do projeto Condutores de Memória,⁸ “apesar de estabelecida no Borel, a União era mais abrangente, acolhendo moradores de outros morros que passavam pela mesma situação” (Barros, 2001). Com efeito, posteriormente, a União teve papel fundamental na primeira organização que articulou várias favelas cariocas. E o próprio Margarino Torres acabou atuando junto a outras comunidades, situadas em diferentes áreas da cidade, como Mata Machado, Santa Marta, Catacumba, Parque Araxá, o que lhe deu base para candidatar-se a vereador na legenda do PTB, com apoio do então futuro presidente da República João Goulart (Gomes, 1980).

A atuação do Estado e de setores da Igreja Católica deu-se no sentido de empreender uma produção política do fazer social nas favelas cariocas. Houve, para isso, um esforço de delimitar o terreno em sua forma e suas redes de ação, traduzido na equação de ação social que funda uma fórmula política sobre as quais já refletimos aqui. Os moradores de favelas, contudo, foram mais do que uma mera variável (invariável) na equação e na fórmula. Se diversas associações de moradores nas favelas foram criadas sob a influência do Estado e sob os olhos burocráticos da Fundação Leão XIII, nada garante que a dinâmica política destas localidades estivesse completamente submetida ao controle do governo e da Fundação. A formação de vínculos mais amplos entre as favelas, particularmente por intermédio da Federação de Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), a própria atuação desta organização, e as relações destas localidades, em especial das lideranças, com agentes supralocais, nos sugere o contrário.

8. Os Condutores de Memória: um histórico cultural da Grande Tijuca, foi um projeto nascido em 2000 e implementado por educadoras, moradoras de favelas da Grande Tijuca, Rio de Janeiro, tendo sido desenvolvido pela Agenda Social Rio, e coordenado pela Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/liv_ibase_memo_01n.pdf>.

FIGURA 1

Manifestação da UTF no Palácio do Catete contra o despejo no Morro do Borel
1A



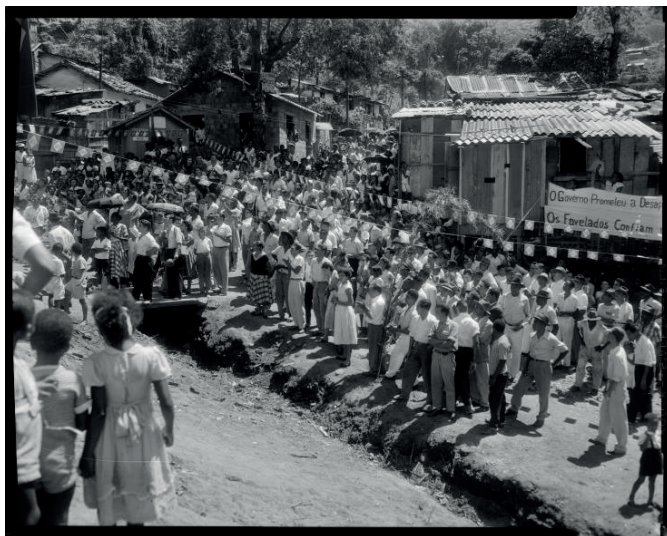
1B



FIGURA 2
Ato da UTF no Morro do Borel
2A



2B



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo do Jornal *Última Hora*, 1955.

Podemos perceber este fato na dinâmica presente na fronteira no início dos anos 1960. O avanço no movimento de favelas – ao mesmo tempo que o Estado aperfeiçoava seus mecanismos de intervenção nessas localidades e o controle sobre a organização dos moradores – é marcado por alguns eventos ocorridos no início daquela década. Em 1963, acontece a fundação da Fafeg, no mesmo momento que a Assembleia Legislativa aprovava a destinação de 3% da arrecadação estadual para obras de melhoramento nas favelas, “o que denota a capacidade de articulação política alcançada por este segmento” (Burgos, 1998, p. 33). Em 1964, simbólico para todo o país, a Fafeg marca presença na fronteira, com a realização de seu primeiro congresso e a resistência contra a remoção da favela do morro do Pasmado que, segundo os jornais da época, enfrentava soldados armados de metralhadoras (Perlman, 1977). O ano se fecha com o movimento de reação da favela de Brás de Pina aos planos do governador Carlos Lacerda de transferir sua população para Vila Kennedy e Vila Aliança. No fim da década começam as primeiras experiências de urbanização de favelas, uma delas resultante do movimento de Brás de Pina, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (Codesco). A proposta de urbanização ganha espaço no Congresso de Favelas da Fafeg, sob o lema “Urbanização sim, remoção não”.

Na fronteira em constituição, porém, havia muitas divergências. Moradores de favelas, seus aliados e aqueles que lutavam pela defesa dessas localidades não se entendiam. Santos (1981) faz uma reflexão de como se encontrava a Fafeg em 1964 quando ele e alguns colegas, ainda estudantes da Faculdade Nacional de Arquitetura, conheceram líderes da organização, que os convidaram para assessorá-los.

O panorama da Fafeg era dos mais confusos. Havia gente ligada ao Partido Comunista, gente de ação católica e da AP [Ação Popular], picaretas e cabos eleitorais. Os líderes principais e mais atuantes eram, de certa forma, manobrados por políticos que lhes prometiam “limpar sua ficha” no Dops [Departamento de Ordem Política e Social] quando queriam cooptá-los, ou os ameaçavam com as mesmas fichas quando queriam “pô-los nos seus lugares” (*op. cit.*, 1981, p. 44).

A Federação não se encontrava muito diferente de várias outras instituições que estavam fora do campo da correlação das forças sociais dominantes, que logo dariam fim a qualquer traço de democracia no país. Os agentes que se situavam em posições diferentes, com o acirramento da repressão, acabariam por se localizar no mesmo campo, conforme uma expressão de De Decca (1984), “o campo dos vencidos”.

Com isso, queremos destacar que o posicionamento dos moradores de favelas, e de agentes sociais que se aliam a eles em suas lutas, é um pouco mais complexo, distanciando-se da imagem evocada por uma narrativa atravessada por um dualismo que é bem explorado pelos dois lados da disputa, particularmente nos momentos de maior confronto político. É certo que, na maioria das vezes, as

favelas não disseram *amém* aos destinos que foram traçados para elas, tentando removê-las ou controlá-las. A experiência histórica destas localidades demonstra que mais que resistir, muitas favelas buscaram ir além. Com isso, não apenas moveram-se na fronteira, nela projetando-se e dando um novo tom ao *problema legítimo*, reivindicando a urbanização das favelas no lugar das remoções, ou mesmo de simples melhorias, como também se deslocaram na sociedade como um todo, colocando em questão o estigma que as cercava. Alguns relatos, no entanto, nos levam a concluir que este caminho foi se construindo também em meio a tensões e disputas dentro das próprias localidades, onde existia uma heterogeneidade que contraria a imagem una de “morador de favela”.

O “morar em favela” abrigava, e ainda abriga, uma diversidade de experiências e visões em confronto desde o momento em que uma favela surge. Se os registros de muitas destas experiências e visões não vieram à tona, isso não significa que não seja fundamental considerá-las quando se enfrenta o desafio de compreender a dinâmica desse terreno de fronteira. O movimento que silencia algumas destas experiências aponta o domínio de algumas lideranças no jogo das relações de poder local, bem como indica a força da narrativa destas lideranças, que valorizam seus posicionamentos como os únicos possíveis, em meio àqueles que representavam a totalidade da favela. Por isso, interrogar o silêncio em torno de cenas históricas nas favelas e trazer visões e experiências que permaneceram ocultos é uma tarefa fundamental para os que lutam pela vida nas favelas, fazendo-as parte da cidade.

Neste caminho de resistir aos destinos traçados para elas e de se afirmar como parte da cidade, foram fundamentais as relações travadas com os outros agentes da fronteira, alojados naquilo que chamamos aqui de estruturas supralocais e, na maioria das vezes, situados no espaço social em posições bem diferentes das que ocupam os favelados. Essas relações traduzem não apenas aproximações de visões políticas ou ideológicas, mas também alianças conjunturais em torno de um inimigo comum. Muitas vezes as aproximações se configuram em função de concorrências e disputas travadas no âmbito do próprio campo ao qual o agente supralocal pertence. Explicam-se, em parte, pela necessidade destes agentes, muitas vezes ocupando posições subordinadas dentro do campo, nele se distinguirem. E, em vários casos, nascem das lutas simbólicas travadas na fronteira em torno da proximidade com o popular. Uma vez que este terreno vai se constituindo como um espaço de mediação do político, no âmbito do que chamamos *desencontro* entre o econômico e social, nas lutas que são travadas, o popular é o alvo em questão. Compreendido em sua dimensão simbólica, este espaço vai se configurando atravessado pelo que Bourdieu (1990, p. 181) denomina os usos do povo, ou seja, pela disputa concorrencial em torno da legitimidade da fala do povo e para o povo.

Enfim, o que merece atenção é o fato de os moradores de favelas, em especial suas organizações, terem atuado no sentido de interrogar a equação social que apelava aos seus recursos e de desfazer a fórmula que lhes negava o lugar de sujeitos políticos. Com isso, a fronteira deixa de ser um simples terreno de intervenção social, de “conjuração do risco de fratura”, para se tornar um lugar de disputa política. Se ela é um terreno tecido na ação política, essa tessitura foi em grande medida realizada pelos próprios favelados.

Esse fato se manifesta especialmente ao longo da era das remoções, inaugurada com o governo de Carlos Lacerda, em 1963, até o início dos anos 1970. A violência dessa investida foi proporcional à dimensão do lugar ocupado pelas favelas na arena política e na cena social. A despeito de todo o esforço realizado no sentido de delimitar o espaço e a forma de ação dos moradores das favelas, desde os fins dos anos 1940, estas localidades procuraram se organizar coletivamente e interrogar os destinos que lhes reservavam os diferentes projetos políticos. O movimento de resistência, ao fortalecer-se, foi demarcando uma mudança na luta das favelas. Diante das ameaças de remoção, a questão da luta pela terra aparecia como elemento central no associativismo, mas já incorporava a reivindicação pela alternativa de urbanização das favelas. Contrastava, pois, com o período anterior, quando, sob o controle do Estado e da Fundação Leão XIII, o que estava em evidência era a mobilização em torno de melhorias de infraestrutura urbana nas favelas.

A investida, na era inaugurada com Lacerda em 1963, foi contra este fazer político. Com ela, a fronteira acabou por se transformar num terreno de trincheiras, marcado não apenas pelas disputas políticas e simbólicas, que contribuem para reelaborar ou forjar propostas e representações sociais, mas também pelo uso da violência e por experiências dramáticas, presentes em várias situações de remoções de favelas. Com ela, buscou-se empreender aquilo que é marca da formação social brasileira e que Oliveira (2000) chamou de “proibição da fala” e “anulação da política”:

a formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais “demiúrgicos”, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Hollanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière (*op. cit.*, p. 59).⁹

9. A interpretação de Rancière (1996) refere-se à sua concepção de política como a reivindicação da parcela dos que não têm parcela, o desentendimento em relação a como se reparte o todo. Oliveira (2000) inspira-se nesse autor para analisar o Estado do bem-estar social e as suas contradições, bem como os processos políticos no Brasil.

Anulação da política, no sentido concebido também por Oliveira (2000), “de reivindicação da parcela pelos que não têm parcela”. Afinal, quem fez política na fronteira foram os moradores das favelas, ao tornarem público o desencontro entre o econômico e o social e ao interrogarem os mecanismos de “conjunção” da fratura social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IplanRio/Jorge Zahar Editor, 1988.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez editora, 2003.

BARROS, Ruth Pereira. **A união de uma associação, Condutores de Memória: Recordando e construindo as histórias do Borel**, Informativo do Projeto Condutores de Memória da Agenda Social Rio, Agenda Social Rio, junho de 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BURGOS, Marcelo B. Dos parques proletários ao favela bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, M. B. **A marginalidade em questão: conflito social, condições de vida e cotidiano na favela**. Rio de Janeiro: CNPq, 1992. (Relatório de pesquisa CNPq, IFCS/UFRJ).

_____. **Relatório de campo junto às oficinas realizadas pelo grupo Os Condutores de Memória: um histórico cultural da Grande Tijuca**. Rio de Janeiro: 2001. Mimeografado.

_____. **Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CUNHA, M. B.; OLIVEIRA, Rosely M. **Construindo indicadores sobre as condições de vida nos bairros e comunidades da região da Leopoldina**. Rio de Janeiro: Cepel, 1997. v. 2. Parte analítica. (Relatório Técnico da Pesquisa).

DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELIAS, Norbert. 4. ed. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII**. Rio de Janeiro: Fundação Leão XIII, 1955. (Notas e relatórios de 1947 e 1954).

GOMES, Manoel. **As lutas do povo do Borel**. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

LEÃO, Luiz Augusto Borges. Trabalho e a cidade: um estudo sobre a questão da terra e a formação da Chácara do Céu. In: CUNHA, *et al.* (Org) **No fio da navalha: memória histórica, conflito social e cidadania no morro do Borel**. Rio de Janeiro: Centro de Ética e Política, 1992. (Relatório de Pesquisa). Mimeografado.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 2000.

PERLMAN, Janice **O mito da marginalidade favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIOS, J. A. **Educação de grupos**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957.

SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

VALLA, Victor Vincent (Org.). **Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985**. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

VAZ, Liliam Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ISER - Instituto de Estudos da Religião. **Comunicações do Iser**. Memória das Favelas. Rio de Janeiro: Iser, n.59, ano 23, 2004. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/comunicacoes-iser/>>.

UPMMR – UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA. **Varal de lembranças**: histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1983.

UMA CONSTRUÇÃO COMPLEXA: NECESSIDADES BÁSICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, GOVERNO E MERCADO¹

Rute Imanishi Rodrigues²

Este capítulo apresenta um histórico da expansão territorial e populacional das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão, de 1950 até a década de 1990, época em que a área foi delimitada como região administrativa (RA) e bairro da cidade do Rio de Janeiro. Os objetivos do trabalho são identificar os traços principais da atuação do governo nestas favelas no que diz respeito às ações de urbanização e compreender como tal atuação influenciou a conformação deste território, assim como o seu padrão de urbanização.

O texto foi escrito a partir de uma reflexão sobre os resultados de um conjunto de pesquisas realizadas pelo Ipea entre 2010 e 2013 sobre e no Complexo do Alemão (Ipea, 2010; 2011; 2013; Couto, 2014), assim como dos materiais produzidos nas reuniões mensalmente organizadas pelo Instituto Raízes em Movimento realizadas para discutir questões atuais do Complexo com moradores e pesquisadores entre 2013 e 2015. O texto, então, refere-se a informações reunidas nas pesquisas citadas, leitura dos trabalhos de pesquisadores e debates ocorridos nas reuniões.

As duas seções do capítulo correspondem a dois momentos de expansão das favelas que posteriormente formariam o Complexo do Alemão: um iniciado na década de 1950; e outro, em meados da década de 1970. Ambos se relacionam a ações governamentais para a introdução de serviços urbanos essenciais. A comparação entre estes dois momentos de expansão revela regularidades, mas também transformações ao longo do tempo.

Em ambos, a atuação governamental para a urbanização das favelas foi precedida de ações de movimentos populares por moradia e serviços urbanos essenciais. Dentro do arranjo institucional montado pelo governo para viabilizar as obras nas favelas, as associações de moradores foram instituições centrais, assumindo parcialmente a gestão dos serviços urbanos ali implantados, embora, com o tempo, suas funções tenham se reduzido sensivelmente. Esta relação governo-associação de moradores explica, em boa medida, como se deu a atuação governamental nas

1. A autora agradece os comentários de Alan Brum Pinheiro e Thiago Matioli à primeira versão do capítulo.

2. Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

favelas, e o paradoxo de as favelas terem se desenvolvido à margem da regulação urbanística da cidade, ainda que ocorressem intervenções urbanas por parte do governo.

O padrão de ocupação do solo nas favelas – caracterizado por moradias construídas pelos moradores e sem projeto de loteamento prévio – pôde se desenvolver em boa medida porque determinadas ações governamentais interferiram nos conflitos fundiários no sentido de consolidar as ocupações, mas sem promover a regularização urbanística e fundiária dos terrenos. Como será tratado no capítulo, embora o arranjo institucional constituído na década de 1960 delegasse às associações de moradores a função de controlar o processo de ocupação do território, na ausência de regras e direitos garantidos sobre o uso da terra, desenvolveu-se nas favelas um padrão de urbanização fundado nas necessidades básicas de abrigo e acesso a recursos fundamentais, como água e energia elétrica.

Tal arranjo institucional não conseguiu controlar a ocupação das favelas, pois no médio prazo acabou estimulando a multiplicação das associações de moradores, que passaram a ser constituídas para criar novas favelas, seja subdividindo as já existentes, seja anexando novas áreas ao seu território. Neste processo, surgiram favelas-loteamento, onde o acesso à moradia se deu por meio do mercado imobiliário informal.

Na maior parte do território do Complexo do Alemão, esse padrão de ocupação fundado nas necessidades básicas se mantém até hoje e representa o aspecto mais sensível do tema da urbanização das favelas da área. Qualquer projeto que implique um novo ordenamento territorial envolve o acordo entre mais de uma dezena de associações de moradores. E a urbanização geralmente envolve a remoção de uma parcela das casas, bens principais de milhares de famílias que apenas recentemente tiveram seus direitos de moradia garantidos pela legislação do país.

1 A PRIMEIRA FASE DA EXPANSÃO TERRITORIAL (1950-1975)

1.1 Os movimentos de invasão

Como mostramos em outros trabalhos, na década de 1950, ocorreram movimentos populares de invasão que originaram as primeiras favelas do atual Complexo do Alemão, a saber: Morro do Alemão, Grota e Nova Brasília (Ipea, 2010; 2013; Couto e Rodrigues, 2015).

Mostramos também que, no início do século XX, portanto antes das invasões, já se formavam núcleos de casebres na serra da Misericórdia, em terrenos privados,

onde havia cobrança de aluguel de chão.³ Com efeito, entre as décadas de 1910 e 1920, um imigrante polonês, Leonard Kaczmarkiewicz, abriu um loteamento na encosta da serra voltada para Olaria, alugando terrenos onde os inquilinos construíam sua própria casa. Até então, o morro era conhecido como Morro da Misericórdia, sendo posteriormente popularizado como Morro do Alemão – uma referência ao polaco que cobrava os aluguéis dos casebres. Ao mesmo tempo, os proprietários das fazendas do entorno cobravam aluguel de chão, ou mantinham contratos de arrendamento de terras com pequenos produtores de hortifrutigranjeiros. Parte destes terrenos passou para as mãos do estado em 1941, quando algumas glebas de uma antiga fazenda da região foram vendidas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC). Entre as décadas de 1940 e 1950, ocorreram ocupações consentidas por funcionários do instituto nos terrenos do IAPC, algumas por meio de cartas de autorização, inclusive para realocar pessoas removidas de outras favelas da cidade (Ipea, 2010; 2013; Couto e Rodrigues, 2015).⁴

No caso dos terrenos do IAPC, na área hoje ocupada pela favela de Nova Brasília, o povoamento “consentido”, ainda que rarefeito, propiciou condições para que se criasse um movimento popular de “invasão” em meados da década de 1950 (Couto e Rodrigues, 2015). No Morro do Alemão, a invasão foi uma iniciativa de moradores inquilinos do loteamento pertencente ao polonês Leonard Kaczmarkiewicz. A partir de 1952, 1953, estes moradores começaram a construir fora da área permitida, no alto do morro, numa área também de propriedade do IAPC, em meio a outras propriedades privadas.⁵

Durante alguns anos, os moradores resistiram às ações da Guarda Municipal, que derrubava os barracos construídos durante a noite, os quais paulatinamente ampliavam as construções do local. Em 1953, 1954, a ocupação já tinha tomado toda a parte alta do Morro do Alemão, e em 1957 a ocupação de Nova Brasília já era visível da avenida Itaoca, quando foi registrada pela imprensa. Outra favela pioneira na região, a do Morro do Adeus, já era ocupada por construções de estuque em terrenos cavados no morro na década de 1950.⁶

Neste processo de resistência e ocupação, tanto em Nova Brasília quanto no Morro do Alemão, surgiram lideranças entre os moradores que passaram a se

3. A formação de favelas por meio da oferta de casebres ou lotes (“chão”) para aluguel por proprietários de terrenos é apontada pela historiografia das favelas do Rio de Janeiro como uma prática frequente até meados do século XX. A cobrança de aluguel era comprovada por recibos de pagamento regular, e em alguns casos havia inclusive escritura de arrendamento registrada em cartório (Silva, 2005; Vaz, 2002). No recenseamento das favelas realizado pela prefeitura do Distrito Federal em 1948, 38% dos moradores pagavam o aluguel do “casebre”, e 6,4% pagavam aluguel do “chão”.

4. A utilização de terrenos dos IAPCs para reassentar pessoas removidas de favelas foi recorrente no Rio de Janeiro entre a década de 1940 até meados da década de 1960 (Rodrigues, 2014).

5. Quintino, E. Entrevista concedida a Rute Imanishi Rodrigues e Alan Brum Pinheiro. Rio de Janeiro, mar. 2015.

6. Esta constatação baseia-se em relatos de moradores antigos do Morro do Adeus que posteriormente mudaram-se para a área onde se concentrou nossa pesquisa. Para este morro, mais isolado geograficamente dos demais, nossa pesquisa não obteve informações sobre o processo de invasão e a atuação da associação de moradores antes de 1980 (Couto, 2014).

organizar para criar associações, a exemplo do que acontecia em outras favelas da cidade, onde estas já haviam sido criadas. No Morro do Alemão, o principal líder da ocupação da época afirmou ser filiado ao Partido Comunista (PCB) e frequentador do Morro do Borel, onde surgiu a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1952.⁷ Em 1956, os líderes da invasão já haviam criado a União para a Defesa e Assistência dos Moradores do Morro do Alemão (Udama).

Em Nova Brasília, o primeiro presidente da associação de moradores contou que tinha “um conhecido que trabalhava na prefeitura” na gestão do prefeito Negrão de Lima, e que por intermédio dele conseguiu formar uma comissão de melhoramentos da favela.⁸ Da invasão de Nova Brasília participaram pessoas vindas do Jacarezinho, a maior favela da cidade em 1950, onde o governo já havia empreendido algumas “melhorias”.⁹ Os líderes da invasão de Nova Brasília também conheciam o vereador Geraldo Moreira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), político atuante nas favelas da zona da Leopoldina.¹⁰

Note-se que, na década de 1950, quando as ocupações do Morro do Alemão e de Nova Brasília ocorreram, o movimento dos favelados era bastante relevante no contexto político da cidade. Na época, aconteceu uma série de despejos (ou ameaças de despejos) judiciais impetrados por proprietários (ou supostos proprietários) de terrenos de favelas. Os favelados se organizaram contra estas ações, chegando a promover manifestações públicas que tiveram repercussão na imprensa e reivindicando a desapropriação pela prefeitura dos terrenos em questão (Silva, 2005). Ao mesmo tempo, e para fazer frente a esta situação, o governo buscava uma saída para conter as ações de despejo e solucionar o problema habitacional na cidade, agravado pela chegada maciça de imigrantes. Assim, em 1956 a Câmara Federal aprovou a Lei das Favelas (Lei nº 2.875), proibindo qualquer despejo nestas áreas por um prazo de dois anos e liberando recursos para a sua urbanização. As ações da prefeitura neste período eram no sentido de promover “melhorias” no local, coibir a cobrança de aluguéis nestas regiões (Gonçalves, 2013), assim como criar núcleos provisórios para realocar as pessoas removidas de outras favelas (Rodrigues, 2014).¹¹

7. Sobre a formação da UTF no Morro do Borel, veja-se o capítulo de Marize Cunha, neste livro.

8. Silva, J. M. Entrevista concedida a Rute Imanishi Rodrigues e Patrícia B. Couto. Rio de Janeiro, 15 ago. 2012.

9. A favela do Jacarezinho foi a primeira a receber um centro de ação social mediante um acordo entre a prefeitura do Distrito Federal e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1946. Depois, as funções do centro social seriam transferidas para a Fundação Leão XIII (A Verdadeira..., 1946).

10. Sobre a atuação de Geraldo Moreira, ver Aspectos... (1960).

11. Nesta época, a prefeitura atuava em conjunto com a Cruzada São Sebastião e por meio do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha). Sobre este tema, veja-se o capítulo de Marize Cunha, neste livro.

FIGURA 1

Formação da favela Nova Brasília em terreno do IAPC



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957. Arquivo Nacional.

FIGURA 2

Barracos construídos no terreno do IAPC, na avenida Itaoca



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957. Arquivo Nacional.

Nesse contexto, é possível compreender que as lideranças do processo de ocupação do Morro do Alemão e de Nova Brasília, articuladas como eram ao movimento dos favelados na cidade, entendessem a Lei das Favelas e as ações governamentais como uma indicação de que o governo abriria espaço para a consolidação dos núcleos de casas que construíram.

Como os terrenos do IAPC eram de um órgão estatal, portanto, “do governo”, havia margem para negociação, sendo mais complicado consolidar a ocupação nos terrenos de proprietários privados. De acordo com a nossa pesquisa, parte dos terrenos privados na área foi posta à venda assim que as invasões começaram, enquanto em outros houve cobrança de aluguéis de barracos por parte dos proprietários até meados dos anos 1960 (Ipea, 2013; Couto e Rodrigues, 2015).

1.2 A formação das associações de moradores

O Censo Demográfico de 1960, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou pela primeira vez a população das favelas Morro do Alemão (3.433 pessoas) e Nova Brasília (4.333 pessoas). A medição não individualizou, entretanto, a favela da Grota (ou Joaquim de Queiróz), mas pode-se inferir que sua população foi contabilizada como parte da população do Morro do Alemão, já que a Grota se desenvolveu no vale deste morro.¹²

As lideranças do movimento de invasão do Morro do Alemão, Grota e de Nova Brasília começaram a formalizar suas respectivas associações de moradores, isto é, redigiram estatutos e elegeram diretorias, no início da década de 1960.¹³ A formalização das associações se deu à medida que estas se articulavam com as agências do governo do estado da Guanabara, responsáveis por lidar com as favelas.

Com efeito, durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965), a Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara passou a estimular a formalização das associações de moradores de favelas para tornar possível contratos entre estas e as agências governamentais, visando à introdução de melhorias urbanas e habitacionais nestas áreas. José Arthur Rios chefiou esta coordenação entre 1960 e 1962, fomentando a formação de associações de moradores em dezenas de favelas da cidade e mobilizando recursos para introduzir obras de infraestrutura básica e melhorias habitacionais. Estas obras seriam feitas por meio de mutirão não remunerado, organizado pelas associações.¹⁴

12. As estatísticas do IBGE para as favelas dificilmente permitem acompanhar a evolução individual de uma favela específica devido às suas mudanças de nomes e limites territoriais ao longo do tempo. As alterações das favelas aqui tratadas são mostradas na tabela 1, mais adiante.

13. O Centro Social Joaquim de Queiróz já funcionava na Grota, mas não obtivemos dados sobre a data de sua formalização. É possível que a origem do centro esteja relacionada a ações da Fundação Leão XIII.

14. Este tema é discutido por Marize Cunha, no primeiro capítulo deste livro.

A Associação de Moradores do Bairro de Nova Brasília (AMBNB) fez parte dessa leva de associações fomentadas durante a gestão de Arthur Rios, sendo constituída em 1961, ano em que elegeu a sua diretoria e redigiu os seus estatutos. De acordo com o primeiro presidente da associação, embora o grupo diretor da associação fosse composto pelas lideranças da favela, seus estatutos eram redigidos pela Fundação Leão XIII. Nos estatutos, consta que a associação reivindicava recursos financeiros junto às autoridades públicas para a urbanização da favela e pleiteava ser reconhecida como “órgão de utilidade pública (...), dando à associação as prerrogativas de órgão único e controlador” do referido bairro (AMBNB, 1963, p. 2).

Nesse mesmo ano, a associação de moradores assinou um acordo com a Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara comprometendo-se a realizar, em parceria com esta, obras de melhorias na favela e controle do processo de ocupação do território, impedindo a construção de novos barracos. A associação se comprometia ainda a ajudar na localização de pessoas removidas de outras favelas.¹⁵ O acordo pode ser lido como um arranjo no qual o governo reconhecia a existência da favela e prometia realizar nela melhorias urbanas, mas transferia para a associação de moradores a responsabilidade pelas obras e o controle do processo de ocupação do território. Mais que isso, o governo contava com a favela para realocar as pessoas removidas de outras favelas, embora contraditoriamente proibisse a construção de novos barracos.

Com a formalização das associações de moradores e dos acordos com a Coordenação de Serviços Sociais do estado, a favela assumia um caráter dúbio: transformava-se em um local reconhecido pelo governo como área de moradia popular, onde este poderia inclusive realocar moradores de outras áreas, mas mantinha uma administração aparentemente autônoma, assumida pelas associações de moradores.

Os estatutos da associação de moradores de Nova Brasília, por sua vez, também se referiam à luta pela conquista da casa própria e da posse de terra. Caberia à associação:

promover (...) a conquista da casa própria ou a gleba da terra para cada família, reivindicando a posse dos terrenos que ocupam quando ocorra caso de *usucapião*, lutando pela desapropriação dos terrenos, cujos donos tenham legítimo título de propriedade, de modo que sejam loteados e aforados aos ocupantes, ou por meio de financiamento, pleiteando junto ao governo do estado ou à municipalidade o aforamento das áreas de domínio público, em favor das famílias e impedindo, enfim, por todos os meios legais, a exploração imobiliária, especialmente em relação às locações de aluguéis altos e todos os demais abusos (AMBNB, 1963, p. 2).

15. O contrato era idêntico ao utilizado pelo Serfha nos anos anteriores em áreas como Vigário Geral (Leeds e Leeds, 1978), transformada em área de reassentamento de pessoas removidas de outras favelas pelo governo (Araújo e Salles, 2008).

O texto citado era coerente com a política de proibição aos aluguéis em favelas, levada a cabo pelo governo nos anos anteriores, assim como com o discurso do governador Carlos Lacerda de desapropriar os terrenos das favelas para fins de urbanização, como será visto adiante. Não obstante, a Coordenação de Serviços Sociais fornecia um documento a ser assinado pelos moradores esclarecendo que a concessão para construção era dada a título precário, não acarretando nenhum direito aos moradores.¹⁶

1.3 As bicas de água e as comissões de luz

As associações de moradores de Nova Brasília, Joaquim de Queiróz (Grotá) e Morro do Alemão só foram registradas em cartório entre 1963 e 1965, quando Arthur Rios já havia deixado a Coordenação de Serviços Sociais, sendo substituído por Sandra Cavalcanti.¹⁷ Foi neste período que tiveram início as obras para a instalação de bicas de água e redes de energia elétrica, ambas realizadas por ação das associações de moradores. Estas assinaram contratos com o governo e tinham a incumbência de mobilizar os moradores para trabalhar em regime de mutirão não remunerado nas obras da comunidade. Ao mesmo tempo, as administrações regionais recém-criadas passaram a se relacionar com as associações, inclusive custeando parte de suas tarefas burocráticas.

Esse momento é importante porque marca a institucionalização das primeiras associações de moradores das favelas do complexo – Alemão, Grotá e Nova Brasília – por meio de sua formalização (registro em cartório) e sua adesão à política do governo para as favelas.¹⁸

De acordo com os presidentes das associações do Alemão e de Nova Brasília da época, a favela teria começado a se desenvolver a partir deste momento, quando as associações passaram a trabalhar com o governo. Essa identificação entre as duas esferas era confirmada pelos contratos firmados entre a Coordenação de Serviços Sociais e as associações para instalar redes de água e luz no local.

Cabe lembrar que o arranjo idealizado por Arthur Rios para estabelecer a relação do governo com as favelas por intermédio das associações de moradores objetivava romper com o esquema clientelista de distribuição de recursos públicos para as favelas, eliminando os políticos e cabos eleitorais que intermediavam estas relações (Silva, 2005). Porém, entre 1967 e 1969, os governos militares enquadraram politicamente as associações, tornando obrigatória a aprovação de sua diretoria

16. Similar ao encontrado em Vigário Geral (Araújo e Salles, 2008).

17. Como se sabe, Sandra Cavalcanti foi posteriormente presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), quando conduziu a política de remoções de favelas durante o regime militar. Ver Freire e Oliveira (2002).

18. Apesar de não termos informações detalhadas, sabemos que o Centro Social Joaquim de Queiróz já era bastante ativo, e seu presidente participava de reuniões com o administrador regional, junto com o presidente da Udama (Quintino, entrevista concedida a Rute Imanishi Rodrigues e Alan Brum Pinheiro. Rio de Janeiro, mar. 2015).

pelos órgãos do governo e submetendo-as à possibilidade de dissolução por motivos políticos (Machado da Silva, 1967; Leeds e Leeds, 1978).

O processo de ocupação do território sob a liderança parcial das associações de moradores consolidou-se com a chegada dos serviços urbanos essenciais. No caso da rede de água, foi construído um reservatório subterrâneo (cisterna) na favela da Grota que tornou o Centro Social Joaquim de Queiróz o ponto central de distribuição da água, que era bombeada para os reservatórios construídos no alto dos morros, sendo daí distribuída para algumas bicas coletivas espalhadas pelas favelas. Também foi instituída uma comissão de luz em cada favela por meio de contratos com a então Comissão Estadual de Energia (CEE), encarregada de implantar a rede e administrar o sistema. As comissões de luz realizavam as conexões da luz em cada casa e cobravam taxas de instalação e utilização aos moradores.

Como as obras eram todas realizadas pelos moradores, a favela parecia ser autossustentável, pois, além de manterem roças e criações de animais para sua subsistência, a infraestrutura urbana era construída e mantida pela comunidade. A presença do governo era mínima durante as obras, apenas cedendo o material; e as associações de moradores organizavam mutirões para fazer o trabalho, sem remuneração. Após as obras, estas geriam as “redes” de água e luz, que deveriam ser parcialmente financiadas por taxas cobradas aos moradores.¹⁹

Assim, durante a administração de Carlos Lacerda, enquanto diversas favelas eram removidas das áreas mais valorizadas da cidade e transferidas para conjuntos habitacionais ou centros de habitação provisória, as favelas Morro do Alemão, Grota e Nova Brasília, vizinhas às zonas industriais, eram consolidadas por meio das associações de moradores, tendo o apoio fundamental do governo. Com efeito, embora a vitrine da política governamental fosse a remoção de favelas e a construção de novos conjuntos habitacionais, o programa incluía a urbanização total da favela Vila Proletária da Penha e a urbanização parcial de 35 favelas. Nestas, o governo sugeria como solução para o problema fundiário a doação ou a venda dos terrenos a preços razoáveis para a Fundação Leão XIII.

1.4 O arrefecimento dos conflitos fundiários

De acordo com uma liderança do Morro do Alemão à época, à medida que a obra para fixação dos postes de luz subia o morro – os quais eram carregados e fixados pelos próprios moradores –, os proprietários dos terrenos apareciam para tentar impedi-la. Neste momento, o governo, por meio da Coordenação de Serviços

19. A rede de energia elétrica era totalmente financiada pelos moradores, que pagavam taxas de instalação e consumo. Já as bicas de água eram públicas, porém, as associações arcavam com os custos do bombeamento da água. Com o tempo, à medida que foram se construindo ligações domiciliares de água, estas passaram a cobrar taxas sobre o consumo dos moradores.

Sociais do estado, prometeu indenizar os proprietários que apresentassem títulos cartoriais das terras. De acordo com o relato da liderança, a partir de então “nós ocupamos tudo, acabou o quebra-quebra”. A terra, finalmente, estava “liberada” para a ocupação. O mesmo ocorreu em Nova Brasília, já que neste período os representantes do IAPC deixaram de lado as ameaças de remoção dos moradores (Couto e Rodrigues, 2015).

O comunicado de imprensa sobre o Acordo do Fundo do Trigo intitulado *Acordo assinado entre os Estados Unidos e o Brasil para a urbanização das favelas do estado da Guanabara* assim preconizava:

segundo o chefe do Executivo da Guanabara, outros decretos de desapropriação se seguirão, quando o governador aproveitará a oportunidade para convidar os proprietários das terras onde os favelados se encontram a doarem parte dessas terras para a Fundação Leão XIII, para que possam ser urbanizadas. Com base em acordo prévio, o governo concedeu a possibilidade de estes proprietários venderem parte de suas terras à fundação a preços razoáveis (Leeds e Leeds, 1978, p. 253).

Além disso, Carlos Lacerda afirmava em seus discursos que o estado apoiaria a ocupação dos terrenos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

Quanto aos terrenos federais, especialmente os dos institutos de previdência, se não nos forem cedidos, serão ocupados pelos favelados, sob a orientação e a proteção do Estado, sempre que pudermos fazer projetos de urbanização e utilização adequada desses terrenos que a Previdência Social conserva sem qualquer utilização (Lacerda, 1964, p. 110).

Assim, o governo interferia nos conflitos fundiários entre proprietários públicos e privados e os moradores de favelas, criando a expectativa de garantia da posse e da legalização dos terrenos. Porém, ao não tomar iniciativas concretas para a regularização urbanística e fundiária destes, mantinha as favelas na ilegalidade perante o ordenamento jurídico vigente.²⁰

No caso das favelas da Grota e do Morro do Alemão, o processo de ocupação das encostas foi em grande medida dirigido pelas associações mediante a venda de cavas de terra para recém-chegados, dos quais se cobrava uma taxa de valores módicos (Couto e Rodrigues, 2015). A cava de terra era formada pelo platô resultante da escavação das encostas. Contam os relatos que este movimento de venda de cavas de terras acabou por ocupar toda a encosta interna do Morro do Alemão em direção à favela da Grota, daí subindo para o Morro da Alvorada.

Disso se origina o papel cartorial exercido pelas associações de moradores até hoje. Embora a maior parte do território já tenha sido ocupada, as compras e as vendas de casas são registradas pelas associações, que normalmente cobram uma

20. Sobre a construção jurídica da favela, ver Gonçalves (2013).

taxa para cada transação, conferindo ao comprador um documento de registro de propriedade da casa (benfeitoria). As associações, entretanto, nunca criaram regras de ordenamento do território similares às leis e às normas de regulação urbanística, muito menos às edificações. As cavas de terra eram medidas no olho, e as construções feitas, em geral, com material improvisado ou rústico, à moda do campo, como as tradicionais casas de pau-a-pique (estruque).

As associações exerciam poder de autoridade dentro das favelas não apenas porque tinham acordos com o governo, mas também porque junto a elas organizavam-se grupos de segurança que tomavam conta do morro para a bandidagem não entrar. Além de apoiarem as associações, estes grupos eram liderados por seus dirigentes.

Entretanto, o controle do processo de ocupação por parte das associações de moradores não era total, pois em diversas áreas outros grupos lideravam o processo, seja porque já tinham se apropriado de grandes pedaços de terra, seja porque estas ainda estavam sob o controle de proprietários ou grileiros de terras. Além disso, nem sempre os diretores das associações conseguiam impor regras de construção e localização aos moradores, o que geralmente acarretava conflitos (Couto e Rodrigues, 2015).

Neste primeiro momento de forte expansão horizontal das favelas, os proprietários de terras devolutas no entorno apressaram-se em vender as terras ainda não invadidas. Na maioria dos casos, empresas industriais compraram essas terras, instalando-se²¹ na parte plana de terrenos já parcialmente ocupados por favelas, nas partes altas da região. Muitas vezes as empresas tinham que negociar e brigar judicialmente pela posse dos terrenos e pela expulsão dos moradores, caso da indústria Tuffy Habbib (Perlman, 1977).

Neste ponto, cabe observar que, desde os anos 1970, a desapropriação de terrenos pelo governo foi uma prática recorrente para arrefecer conflitos fundiários na região. A favela do Itararé, por exemplo, surgiu a partir da remoção de moradores da beira da estrada do Itararé para o alto do morro, por ocasião da venda do terreno a terceiros. Ali, no alto do morro, os moradores enfrentaram pessoas identificadas como grileiros, os quais atuavam na região a serviço de um sujeito conhecido por capitão, que cobrava aluguel de terrenos e era temido pelos moradores. A briga terminou com a revolta dos moradores e a expulsão do capitão (Couto, 2014). Logo em seguida, em 1970, o governo do estado da Guanabara desapropriou o terreno para fins de interesse social (Decreto nº E-4.181/1970). Os líderes da revolta não formaram imediatamente uma associação de moradores, mas uma empresa privada para gerir um reservatório de água construído para atender à comunidade.

21. Um desses terrenos foi vendido para um grupo de investidores privados que construiu o conjunto habitacional Ipês pelo sistema Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab-GB).

1.5 Resumo da primeira fase de expansão

A população somada das favelas do Morro do Alemão (que provavelmente incluía a da Grota) e a de Nova Brasília, de acordo com os dados dos censos demográficos, saltou de cerca de 8 mil para cerca de 30 mil entre 1960 e 1970. Pode-se deduzir que um conjunto de fatores internos e externos levou à expansão horizontal destas favelas e ao seu crescimento extraordinário. Como fatores internos, citam-se: *i*) a entrada dos serviços urbanos essenciais; *ii*) a legitimação das associações de moradores; e *iii*) a existência de terras devolutas no entorno e o arrefecimento dos conflitos fundiários em determinadas áreas das favelas. Entre os fatores externos, de âmbito macroeconômico e social, destacam-se: *i*) as migrações; *ii*) o alto custo das habitações na cidade; e *iii*) a promoção governamental de habitação social prioritariamente nos subúrbios distantes.

O aumento populacional de quase três vezes nas favelas da região, por sua vez, pressionou fortemente a infraestrutura instalada, que era mínima (bicas de água e comissões de luz) e incompleta (sem esgotamento sanitário). Esta realidade acarretava filas intermináveis nas bicas de água e o colapso dos sistemas de água e luz ali instalados, como veremos a seguir.

1.6 Os limites da expansão: autoconstrução, clientelismo e piora da qualidade de vida

Como se sabe, a principal política governamental para as favelas entre 1964 e 1974 foi conduzida pelo governo federal. Seu objetivo principal era a erradicação das favelas e a transferência dos moradores para conjuntos habitacionais populares produzidos pelo sistema de Cohabs, vinculadas ao BNH. No estado da Guanabara, de acordo com um plano apresentado em 1969, pretendia-se extinguir 61 favelas. Deste grupo, 10 seriam “urbanizadas” e 51 seriam prioritariamente removidas.²² Os moradores das favelas removidas seriam reassentados em conjuntos construídos pela Cohab-GB, grande parte em terrenos doados pelos antigos IAPs.

Não obtivemos informações que confirmassem a inclusão das favelas da região no programa governamental de remoção dos anos 1970, tampouco nos programas de urbanização.²³ Não obstante, é possível deduzir que o programa de remoções levado a cabo pelos governos federal e da Guanabara influenciava negativamente a perspectiva dos moradores sobre a consolidação de qualquer favela da cidade. Em 1971, foi inaugurado um conjunto habitacional da Cohab-GB em um dos

22. As dez favelas que permaneceriam no local fariam parte de um programa de renovação urbana que as transformaria em bairros, com a legalização e a venda dos terrenos aos moradores (Um terço..., 1969). O Morro do Alemão estava entre as 61 favelas que seriam extintas, porém sem indicação sobre estar no grupo das favelas a serem removidas ou no grupo das favelas que seriam urbanizadas.

23. Nos relatos de moradores, não houve menção a ações ou notícias de que qualquer uma das favelas da região seria totalmente removida pelo governo nas décadas de 1960 e 1970. De acordo com Perlman (1977), a favela de Nova Brasília apareceu na lista de favelas a serem removidas durante a década de 1970.

terrenos do IAPC ao lado da favela de Nova Brasília. O conjunto, que estava previsto no plano de erradicação de favelas, foi habitado por pessoas removidas de outras favelas.²⁴

Na década de 1970, alguns fatores específicos passaram a contribuir para a contenção da expansão territorial das favelas da região, sobretudo aqueles relacionados à escassez de água e às características da fronteira de expansão. A população das favelas, entretanto, continuou a crescer, embora em ritmo menor que o da década anterior.

Apesar disso, algumas melhorias pontuais foram conquistadas por meio de articulações políticas realizadas por lideranças das associações de moradores. Estas ações e conquistas podem ser entendidas dentro do quadro de relações de clientelismo. As lideranças de Nova Brasília, por exemplo, tinham fortes relações com políticos e candidatos do bloco do governador Chagas Freitas, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1970-1975), que encampou em diversas ocasiões as reivindicações da comunidade.²⁵ Pode-se inferir que as melhorias pontuais conquistadas durante a década de 1970 resultaram da organização dos moradores e de suas associações, apoiadas ocasionalmente por políticos e/ou agências governamentais.

Destaque-se que, na década de 1970, novas associações de moradores foram criadas a partir de arranjos para a gestão dos serviços de água. As associações de moradores do reservatório de Ramos e do Alto Florestal, por exemplo, foram criadas para administrar a água para partes da favela de Nova Brasília (Município do Rio de Janeiro, 1983). É provável que as novas associações tenham surgido a partir das relações políticas de determinadas lideranças das favelas, que, ao conquistarem apoio para a instalação de reservatórios de água, aproveitaram para criar sua própria associação de moradores.

Assim, à medida que a população crescia, mais reservatórios de água eram construídos, com ou sem o apoio do governo, às vezes a partir de gatos de água puxada à bomba a partir da rede geral que passava nas áreas formais do entorno das favelas. Ao mesmo tempo, as associações realizavam ligações de água dos reservatórios para as casas, utilizando canos comprados pelos moradores e cobrando pequenas taxas de instalação e consumo. Com o passar dos anos, a maior parte das bicas instaladas nas partes altas das favelas deixou de existir, sendo canalizadas para abastecer as casas (Município do Rio de Janeiro, 1983). Assim, a precária rede de

24. Não sabemos quem ocupou o conjunto exatamente, mas dizem que muitos vieram da favela do Esqueleto.

25. Entre os políticos que apoiavam as reivindicações, estavam Nelson José Salin (vereador entre 1955 e 1961; e deputado da Guanabara entre 1963 e 1971) e sua filha Sandra Salin (deputada estadual do Rio de Janeiro entre 1975 e 1983). Não sabemos como atuaram as administrações regionais com relação às favelas neste período.

distribuição de água era paulatinamente construída pelas associações, passando a abastecer diretamente as casas dos moradores.

Porém, o custo do bombeamento da água para um número cada vez maior de moradores tornou-se insustentável, e em meados da década de 1970 levou à falência o Centro Social Joaquim de Queiróz, responsável por boa parte da distribuição da água. O problema do saneamento básico tornava-se crítico, pois a maior adução de água sem obras de esgotamento sanitário levou ao aumento das valas de esgoto a céu aberto, que percorriam todas as áreas das favelas. A energia elétrica era cada vez mais fraca e frágil, devido ao número crescente de novas conexões, e acumulavam-se queixas contra as cobranças das taxas de luz, que muitos moradores viam como abusivas.

Cabe notar que, pelo menos até 1975, a extensão territorial das favelas da região limitava-se pela faixa da Light, que as separava de uma antiga fazenda ainda não invadida ou loteada até aquele momento (Ipea, 2013).²⁶ Em parte desta fazenda, em meados da década de 1970, surgiu um vazadouro de lixo chamado Inferno Verde, onde a rede de supermercados Casas da Banha (hoje extinta) e outras indústrias do entorno despejavam resíduos de sua rede comercial. No entorno do Inferno Verde, desenvolveu-se uma comunidade formada por catadores de lixo. Esta área também era frequentada por diversos moradores das favelas, que catavam alimentos vencidos do lixão para consumo de suas famílias (Couto, 2014). Nesta área, assim como no alto do Morro da Alvorada, havia uma criação de porcos que foi bastante reduzida em 1979, provavelmente por ocasião de um surto de peste suína que levou as autoridades sanitárias a realizarem o abate dos animais, muitos dos quais oriundos do Inferno Verde e da Alvorada (Peste..., 1978; Paulinelli..., 1978).

É possível que a existência do lixão e das criações de porcos no Inferno Verde tenha servido como uma barreira à ocupação da área, conformando um limite territorial à expansão das favelas para o lado leste.

Entre 1970 e 1980, a população das favelas do Morro do Alemão e de Nova Brasília, segundo os dados do censo do IBGE, passou de 29 mil para cerca de 33 mil pessoas, um crescimento menor que o observado na década anterior, mas ainda importante. Este ritmo menor de crescimento pode ser explicado, em parte, pelas dificuldades de expansão das redes de água e energia nas favelas, assim como pela inospitalidade dos terrenos do entorno ainda desocupados (área da Fazendinha e do Inferno Verde), que se transformaram em depósitos de lixo. Estas condições mudariam a partir do final da década de 1970, como veremos a seguir.

26. Esta afirmação baseia-se na fotografia aérea da região em 1975, do Instituto Pereira Passo (IPP).

FIGURA 3
Lavadeiras em Nova Brasília



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 jul. 1970. Arquivo Nacional.

FIGURA 4
O "bicão" da estrada do Itararé



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 jun. 1972. Arquivo Nacional.

TABELA 1
População em favelas do atual Complexo do Alemão

Favelas delimitadas pelo IBGE e pelo IPP, e nomes alternativos (mapa 1)	1960		1970		1980 ¹		1991		2000		2010	
	População	Crescimento (%)	População	Crescimento (%)	População	Crescimento (%)	População	Crescimento (%)	População	Crescimento (%)	População	Crescimento (%)
Morro do Alemão	3.433	278	12.977	278	10.029	-23	9.289	-7	10.468	13	15.051	44
Nova Brasília	4.333	272	16.134	272	22.705	41	16.256	-28	15.428	-5	16.177	5
Joaquim Queiróz (Grotá) ³	-	-	-	-	-	-	11.557	-4	11.092	-4	8.150	-27
Mourão Filho (Reservatório)	-	-	-	-	-	-	1.186	-1	1.174	-1	1.336	14
Itaráré	-	-	-	-	-	-	1.936	18	2.278	18	1.874	-18
Morro das Palmeiras	-	-	-	-	-	-	1.720	24	2.137	24	2.639	23
Parque Alvorada (Fazendinha)	-	-	-	-	-	-	3.551	97	6.990	97	8.149	17
Vila Matinha	-	-	-	-	-	-	670	41	944	41	1.100	17
Morro da Baiana	-	-	502	317	2.853	36	2.093	317	2.853	36	2.086	-27
Morro do Adeus ⁴	5.164	-43	2.811	-19	1.301	-19	1.599	-43	1.301	-19	556	-57
Morro do Plancó (Morro do Adeus)	-	-	-	-	-	-	1.734	-7	1.606	-7	1.166	-27
Total	7.766	275	34.275	275	36.047	5	51.591	43	56.271	9	58.284	4

Fonte: IBGE.

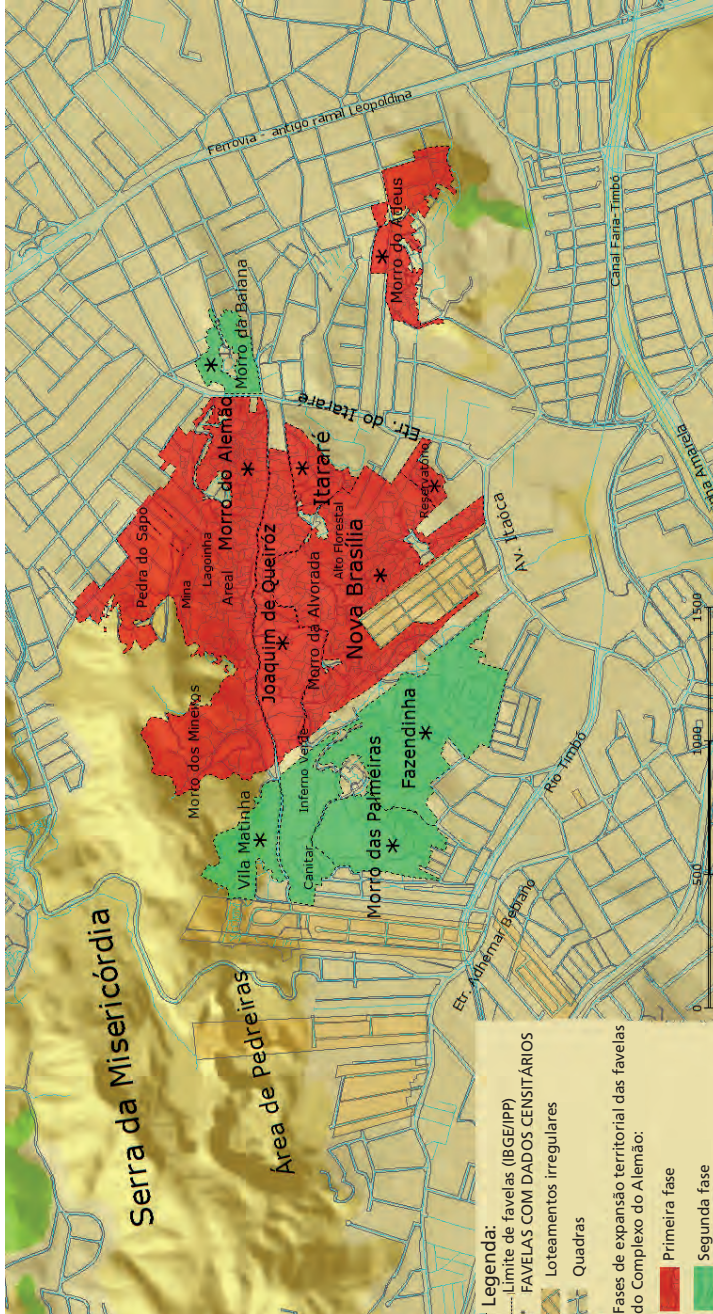
Notas: ¹ Note-se que, no início da década de 1980, a prefeitura aprimorou o cadastro dos limites territoriais das favelas, de modo que, a partir do Censo de 1991, novos limites passaram a ser utilizados. Para uma discussão sobre o aprimoramento deste cadastro, ver capítulo 3, de Thiago Matolli, neste livro.

² As localidades Morro dos Mineiros e Lagoinha não foram contabilizadas nos censos até 1991. De acordo com uma estimativa da prefeitura, em 1983, havia ali 1.500 habitantes (Município do Rio de Janeiro, 1983).

³ Embora já existisse desde 1960, Grotá (ou Joaquim de Queiróz) teve sua população contabilizada como parte das favelas Morro do Alemão e Nova Brasília até 1980.

⁴ A população do Morro do Adeus e do Morro do Plancó era calculada como a do Morro de Bonsucesso até 1980.

MAPA 1
Expansão territorial das favelas do Complexo do Alemão (1960-1995)



Fonte: BaseGeo web do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/portaigeo/mostrabam.asp>>. Elaboração da autora.

2 A SEGUNDA FASE DA EXPANSÃO TERRITORIAL (1979-1995)

É possível identificar um segundo momento da expansão territorial das favelas da região no período que vai do final da década de 1970 até meados da década de 1990. Este período teve início com um movimento popular de invasão de terrenos no entorno das favelas da região, mas dentro de um novo contexto político marcado pela abertura do regime militar então vigente, que tinha como elementos aglutinadores a recém-criada Pastoral das Favelas e a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) (Santos, 2009). A consolidação destas novas ocupações, em meados dos anos 1980, contou com o apoio fundamental do governo do estado e da prefeitura, quando as associações de moradores permaneceram como instituições centrais para a atuação estatal nas favelas.

Com efeito, os movimentos sociais pela moradia ganhavam impulso com o processo de abertura política a partir de 1979, por meio da atuação da Faferj e da Pastoral das Favelas, que se uniam na defesa da população favelada contra os despejos judiciais. Neste período, as favelas voltaram ao centro do debate político no estado, com o retorno de Leonel Brizola do exílio e a sua candidatura ao governo estadual. Brizola buscava o apoio da população favelada encampando suas reivindicações pela posse da terra e por melhorias urbanas. Eleito em 1983, o novo governador lançou o programa Cada Família, um Lote, que pretendia conceder o título de propriedade a 400 mil habitações em favelas e loteamentos populares. Embora o programa tenha sido bastante modesto em seus resultados, a iniciativa criou um ambiente favorável à segurança e à regularização da posse nas favelas (Gonçalves, 2013).

A década de 1980 foi marcada pela transformação radical da sociabilidade nas favelas da cidade em razão da difusão do tráfico de drogas, por atuação das antigas bocas de fumo, que viram suas receitas se multiplicarem com a expansão das vendas de cocaína. Embora estas bocas já existissem anteriormente, as disputas entre grupos armados por pontos de vendas de drogas só se tornaram mais evidentes em meados dos anos 1980, assim como as intervenções policiais extremamente violentas, inclusive com grande número de chacinas, que transformaram o ambiente social das favelas da cidade.

Essas transformações tiveram reflexos tanto do ponto de vista da formulação das políticas públicas para as favelas na década seguinte quanto dos arranjos institucionais e políticos internos a estas localidades, ou seja, sobre suas associações de moradores. Como será tratado na subseção 2.2, tais transformações explicam, em parte, o deslocamento das políticas de urbanização para o segundo plano, tornando-se a política de segurança pública a prioridade da ação governamental nas favelas da região nos anos 1990, período em que a segunda fase de expansão destas áreas se esgotou.

2.1 Os movimentos de invasão e a favela-loteamento

O segundo momento de expansão horizontal das favelas da região teve início com a invasão do Morro da Baiana, entre 1979 e 1980. A ocupação foi um movimento formado principalmente por moradores do Morro do Alemão, com o apoio da Faferj e da Pastoral das Favelas (Couto, 2014). A ocupação foi chancelada pela administração do prefeito Júlio Coutinho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (1980-1983), por meio da desapropriação dos terrenos ocupados pela favela, em 1980, e da construção de um reservatório de água, em 1982. A associação de moradores do Morro da Baiana teve seus estatutos elaborados com a consultoria da Faferj, que, por sua vez, tinha assessoria jurídica da Pastoral das Favelas (Santos, 2009). Segundo os dados do IBGE, em 1980, o Morro da Baiana tinha uma população de cerca de 500 habitantes, que passou para cerca de 2.100 em 1991.

É provável que o processo de invasão do Morro da Baiana tenha influenciado a inclusão do conjunto de favelas do Morro do Alemão entre as áreas escolhidas pela prefeitura para a realização de projetos de desenvolvimento social, os quais seriam financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estavam em negociação neste período.²⁷ Com efeito, entre dezembro de 1981 e agosto de 1982, na administração de Júlio Coutinho, a prefeitura realizou, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), um amplo estudo sobre estas favelas, a partir do qual foram elaboradas propostas de intervenção urbanística e de programas para as áreas de saúde e educação (Município do Rio de Janeiro, 1983).²⁸

Os processos de invasão e loteamento de novas áreas, embora se iniciassem em 1979, antes, portanto, do governo Brizola (março de 1983), acentuaram-se com a expectativa da chegada do novo governo. As novas ocupações suplantaram o limite das favelas ao leste, delimitado pela faixa da Light, estendendo-o para o Morro das Palmeiras.

Por volta de 1982, 1983, um movimento organizado por moradores de bairros do entorno e que teve também o apoio da Faferj ocupou o Morro das Palmeiras. Neste caso, a mobilização social contava com lideranças da favela do Rato Molhado, no Engenho da Rainha, que passava por processo de remoção. Estas lideranças mobilizaram trabalhadores que tinham dificuldades para pagar seus aluguéis para aderirem à invasão. Segundo o primeiro presidente da associação de moradores do Morro das Palmeiras, o movimento de ocupação do morro teve

27. A este respeito, ver capítulo 3, de Thiago Matioli, neste livro.

28. Foram identificadas quatro favelas neste estudo: Morro do Alemão, Joaquim de Queiróz (ou Grota), Nova Brasília e Itararé. Também foram identificadas as localidades reconhecidas dentro de cada uma delas, sendo que algumas já contavam com associações de moradores. Assim, no Morro do Alemão, foram incluídas as localidades da Mina, Lagoinha, Pedra do Sapo e Morro dos Mineiros; na Grota, a localidade do Areal; e em Nova Brasília, Reservatório, Alto Florestal, Alvorada e Inferno Verde. Os morros da Baiana e do Adeus, isolados dos demais pela estrada do Itararé e pela Avenida Itaoca, não foram incluídos no estudo, assim como o Morro das Palmeiras e a Fazendinha, ocupados logo em seguida.

que enfrentar e expulsar os grileiros que trabalhavam para uma firma mineradora e ocupavam o terreno. A associação realizou obras por conta própria para a abertura de ruas e para puxar a água da rede por uma ligação clandestina. Segundo um dos líderes desta invasão, havia a expectativa de que o governo recém-eleito, de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, apoiasse a consolidação da nova ocupação e atendesse às reivindicações da comunidade por serviços de água e luz.²⁹

Também por volta de 1983 ocorreu um processo de loteamento clandestino na atual favela da Fazendinha. Esta favela já contava com uma associação de moradores desde 1971, a Associação de Moradores do Parque Alvorada e Cruzeiro. Apesar de a venda de lotes nesta área ter ocorrido desde meados dos anos 1970, estas intensificaram-se na década de 1980. No caso da Fazendinha, a venda de lotes foi realizada pela associação de moradores com a apresentação de documentos em que o suposto proprietário do terreno, representado por um advogado, cedia à associação o direito de vender os lotes para pessoas cadastradas na associação que fossem comprovadamente carentes (Ipea, 2013). Atualmente este tipo de loteamento clandestino é reconhecido como uma prática comum na Zona Oeste da cidade, sendo reconhecido por favela-loteamento (Lago, 2003). Em dezembro de 1986, um terreno contíguo à favela, pertencente à indústria gráfica Daru, foi desapropriado pelo governo do estado e incorporado à favela Fazendinha (Ipea, 2013).

Note-se que o Morro das Palmeiras e a área cinco da Fazendinha têm uma urbanização mais padronizada, pois as lideranças das respectivas ocupações tentaram manter um certo ordenamento do território, definindo espaços para ruas e uma extensão para cada lote. Em ambos os casos houve cobrança de taxas para novos moradores pelas associações.

A Vila Matinha também foi ocupada no final da década de 1980, segundo informações que obtivemos, em um movimento liderado por moradores do Morro dos Mineiros. Áreas até então conhecidas como localidades, como o Morro dos Mineiros, a Pedra do Sapo e o Morro do Itararé, formalizaram suas respectivas associações de moradores. Na década de 1980, portanto, ocorreu o fenômeno da multiplicação das associações de moradores, quando cinco delas foram criadas.

2.1.1 Obras de saneamento

Esse movimento de invasão e loteamento de novas áreas se deu em grande medida durante as obras públicas que ampliaram o acesso ao saneamento básico na região. Em 1983, já na gestão de Leonel Brizola, iniciou-se o Programa de Favelas da Cedae (Proface), que se propunha a realizar um conjunto de ações para a implantação do saneamento básico em áreas de favelas, e que teve continuidade até 1986. De acordo

29. Silva, J. G. Entrevista concedida a Rute Imanishi Rodrigues, Patricia B. Couto e Helcimara Lopes, em 28 out. 2013.

com informações do governo do estado, nas favelas da região, o Proface instalou cinco reservatórios de água de fibra de vidro no alto dos morros, elevatórias, redes de coleta de esgotos e mais de 12 mil instalações prediais (O governo..., 1985). No mesmo período, a prefeitura realizava o programa Mutirão, para a complementação das obras de saneamento básico, e inaugurava um serviço de coleta domiciliar de lixo por meio da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) (Freire e Oliveira, 2008). A partir de 1987, na gestão do governador Moreira Franco, o programa da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) foi reestruturado e passou a denominar-se Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda (Prosanear). As obras de saneamento básico foram realizadas com o apoio da prefeitura, por meio da SMDS, que executou programas de mutirão nas gestões de Marcelo Alencar (1983-1985) e de Saturnino Braga (1986-1988), ambos do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 1982, as associações de moradores começaram a cadastrar os domicílios para o programa de eletrificação de favelas realizado pela Light, de acordo com o então presidente da Udama.³⁰ Nos anos seguintes, o programa se estendeu às demais favelas e às localidades do complexo.

Neste processo, a maior parte das lideranças das associações de moradores, antigas e novas, aderiu à política do governo para as favelas, enquanto determinados grupos, notadamente aqueles que controlavam as antigas comissões de luz, foram desfeitos. À medida que os novos investimentos eram realizados e ocorriam alterações na forma de gestão dos serviços urbanos básicos, as relações entre o governo e as associações de moradores também se alteravam.

Cabe notar que as obras desse período foram realizadas por empreiteiras contratadas pelo governo e que os mutirões realizados pela prefeitura eram pagos. Por sua vez, os relatos dos dirigentes das associações dão conta de que este foi um momento de integração entre as associações e as agências do governo, na medida em que aquelas foram chamadas para discutir sobre os projetos, ainda na fase de sua elaboração. Segundo alguns relatos, as associações organizaram assembleias com os moradores para tomar as decisões sobre as obras. Entretanto, os mesmos relatos afirmam que muitas lideranças foram cooptadas pelo governo.

De acordo com os depoimentos de diversos dirigentes de associações de moradores do complexo da década de 1980, este período foi um divisor de águas para o padrão de urbanização da área. Do ponto de vista físico, a intervenção urbanística levou à ampliação significativa da adução de água, com novos reservatórios instalados (dois no alto do Morro do Alemão e três na região do Inferno Verde), e à troca do antigo sistema de comissões de luz por um novo

30. Quintino, E. Entrevista concedida a Rute Imanishi Rodrigues e Alan Brum Pinheiro. Rio de Janeiro, mar. 2015.

sistema de energia gerenciado diretamente pela Light. Além disso, pela primeira vez, as favelas foram beneficiadas por um sistema de esgotamento sanitário. O valão que percorria toda a rua Joaquim de Queiróz foi canalizado, assim como boa parte das valas negras, mudando a cara da favela.³¹

Do ponto de vista da gestão dos sistemas de água e luz, ocorreram mudanças importantes. A Cedae assumiu o custo financeiro do bombeamento e da distribuição da água, reduzindo os encargos financeiros das associações de moradores. Além disso, a empresa contratou cerca de vinte funcionários escolhidos entre os moradores das favelas (a maioria indicada pelas associações de moradores) para gerir o sistema de água. No caso da luz, a energia elétrica foi praticamente universalizada, sendo oferecida diretamente aos moradores pela concessionária de energia, Light.

A partir deste conjunto de obras, portanto, estabeleceu-se um novo arranjo para a atuação do governo nas favelas, onde as agências concessionárias de serviços urbanos – Cedae, Light e Comlurb – passaram a fornecer serviços de água, energia e coleta de lixo, respectivamente, apoiando-se em convênios e contratos firmados com as associações para que estas se encarregassem da manutenção e da gestão dos sistemas. No caso da água, as associações permaneceram responsáveis por sua manobra e pela manutenção do sistema, só que o custo do bombeamento e da distribuição passou a ser pago pela Cedae, fazendo com que aquelas deixassem de cobrar dos moradores as taxas pelo seu fornecimento. No caso da energia elétrica, a manutenção da rede e a cobrança das contas, que foram individualizadas, ficaram a cargo da Light. Porém, o processo de ampliação da rede continuou a ser feito por meio de gatos, e com o tempo a maior parte dos moradores parou de pagar as contas de luz.³² Atualmente, nos casos de falta de energia, as associações são as responsáveis por contatar a Light para realizar os reparos. Assim, à medida que novas conexões de água e luz surgiam de forma autônoma da Cedae e da Light, reaparecia, em parte, o antigo sistema de gestão destes serviços pelas associações, assim como os problemas de funcionamento e qualidade das redes.³³

Entretanto, de acordo com os relatos dos dirigentes das associações, diversas obras deste período não foram concluídas. Afirma-se que, no alto dos morros e na parte interior das favelas, as obras sequer chegaram. E ainda: quando ocorreu a troca do governo Brizola para o de Moreira Franco, estas ficaram paralisadas por dois anos. Outro ponto destacado por eles foi o fato de, depois de concluídas as obras, o serviço de manutenção das redes de água e esgoto ter ficado a cargo

31. Durante a década de 1980, o governo não construiu novas habitações ou conjuntos habitacionais na área do complexo. Entretanto, algum recurso público foi destinado às obras de mutirão para a construção de algumas casas com a utilização de mão de obra local.

32. Sobre o programa de eletrificação de favelas, ver Silva e Oliveira (1986).

33. Para uma reflexão sobre gatos e “cultura da sobrevivência”, ver capítulo 10, de Adriana Facina, neste livro.

das associações, sem que houvesse, com o passar dos anos, reposição do pessoal contratado pela Cedae.

2.1.2 Resumo da fase de expansão

Em 1986 foi criada a RA do Complexo do Alemão, que em 1993 seria delimitada, de acordo com o IBGE, como uma área de onze favelas, passando a incluir o Morro do Adeus (situado no Morro de Bonsucesso).³⁴ Entre 1980 e 1991, a população residente em favelas no agora Complexo do Alemão passou de cerca de 36 mil para aproximadamente 52 mil pessoas, de acordo com o Censo de 1991.³⁵

Pode-se dizer que a conjuntura política da década de 1980, que agregava apoio político às invasões e aos novos investimentos governamentais nas favelas, conduziu à ampliação da área ocupada por favelas, conformando o território do atual Complexo do Alemão. Novas áreas foram anexadas ao conjunto de favelas já existente, em parte porque se tornaram aptas para a moradia devido à expansão do sistema de adução de água, em parte porque o movimento de invasão de terrenos ociosos para a moradia era respaldado por um conjunto de entidades com representatividade social e política. Além disso, o contexto macroeconômico e social, de queda do emprego e da renda, e a ausência de políticas de habitação de interesse social tornavam a favela uma das poucas alternativas de moradia acessíveis na cidade para a população de baixa renda.

Essa pressão externa, exercida em boa medida por fatores econômicos, explica por que nem os movimentos sociais nem o governo puderam controlar o processo de crescimento das favelas no período. Simultaneamente, guiados pela lógica do mercado imobiliário informal, novos loteamentos clandestinos também se agregaram ao Complexo do Alemão, assim como acontecia a outras áreas da cidade.

Mais uma vez os investimentos públicos em infraestrutura urbana conduziram ao aumento populacional, entretanto, estes não tiveram continuidade na década seguinte, como veremos a seguir.

2.2 O deslocamento da política de urbanização para o segundo plano e o foco na segurança pública

A expansão territorial das favelas do Complexo do Alemão praticamente se esgotou em meados dos anos 1990, acompanhando o declínio dos investimentos governamentais em obras de urbanização, a redução das áreas devolutas no

34. Para uma discussão sobre a criação da RA e do bairro Complexo do Alemão, ver capítulo 3, de Thiago Matioli, neste livro.

35. O Censo de 1991 trabalhou com o novo cadastro das favelas, portanto, parte do crescimento populacional pode estar superestimada, tendo em vista que os dados de população no Censo de 1980 não contaram algumas localidades das favelas. Ver a tabela 1 e a nota de rodapé 27.

entorno, assim como o recrudescimento dos conflitos armados, seja entre grupos de traficantes, seja em intervenções policiais violentas.

Note-se que desde o final da década de 1960 e início de 1970 a imprensa já esporadicamente noticiava a existência de bocas de fumo e conflitos violentos, sobretudo em localidades de Nova Brasília (Traficante..., 1968; Diabo..., 1970). Porém, entre 1984 e 1986, a imprensa passou a noticiar tiroteios entre grupos de traficantes pelo comando das bocas de fumo em localidades das favelas da região e intervenções da polícia militar, ambos com elevado saldo de mortes. A partir de então, a imprensa e a mídia em geral passaram a apontar essas favelas como lugares centrais dentro do mercado ilegal de drogas da cidade.

Entre 1994 e 1995, outra série de conflitos armados, deflagrada a partir da morte de um importante líder do tráfico, desencadeou uma disputa violenta entre grupos de traficantes pelo domínio das vendas de drogas na área, assim como sucessivas chacinas realizadas pela polícia militar. Neste momento, começaram a surgir propostas de intervenção militar na área, o que acabou ocorrendo em 1995, durante a Operação Rio.³⁶

Assim, a visibilidade das favelas da região na cena política da cidade deixava de ser dada pelas reivindicações dos moradores e das ações do governo em torno dos serviços urbanos básicos, para ser motivada pelos conflitos em torno do tráfico de drogas e da repressão policial. Ao mesmo tempo, a política de segurança pública tornava-se o centro do debate público sobre a violência urbana, e conseqüentemente sobre as políticas para as favelas e outras áreas tidas como dominadas pelo tráfico (Machado da Silva, 2010).

Do ponto de vista interno às favelas, as relações de poder também sofreram transformações profundas. Embora em nossa pesquisa poucos depoimentos tenham se referido às relações entre associações de moradores e o tráfico local, alguns líderes de associações de moradores durante os anos 1980 referiram-se aos chefes do tráfico daquela época como os donos do morro. Segundo um deles, com a morte de um importante chefe do tráfico, em 1994, a maioria dos presidentes de associações de moradores, inclusive ele próprio, foi obrigada a deixar o complexo, sendo substituídos por outros. Esta situação minou a representatividade das associações junto aos moradores, ao mesmo tempo que reduziu o grau de autonomia de suas decisões.

Além disso, as favelas da região não foram incluídas pela prefeitura no Favela-Bairro, principal programa governamental de urbanização destas áreas entre as décadas de 1990 e 2000. Com efeito, na década de 1990, poucos investimentos públicos foram realizados no Complexo do Alemão, e nenhum deles dentro de um projeto de intervenção mais amplo. Ocorreram ações pontuais, como mutirões para

36. Para mais informações sobre a operação, ver Barreira e Botelho (2013).

reflorestamentos das encostas promovidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), ou continuidade dos programas já existentes, como a coleta de lixo pela Comlurb e algumas obras do programa Prosanear, da Cedae.³⁷ Ainda nesta década, foram construídas duas escolas dentro do complexo.³⁸

Entre 1991 e 2000, a população das favelas do Complexo do Alemão passou de cerca de 52 mil para aproximadamente 56 mil habitantes, segundo dados do IBGE. Este pequeno aumento ocorreu justamente nas áreas de ocupação mais recente, onde ainda havia espaço para a expansão horizontal das favelas, principalmente na favela Fazendinha (que passou de 3,5 mil para 7 mil habitantes).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arranjo estabelecido na década de 1960 para viabilizar as ações do governo para a urbanização das favelas colocou as associações de moradores como instituições centrais para o acesso aos serviços urbanos básicos e, em alguma medida, para o “ordenamento” das construções nas favelas. Ao delegar às associações esta atribuição, o governo manteve uma relação indireta de responsabilidade sobre os serviços essenciais oferecidos à população local, assim como sobre seu processo de ocupação. Ao mesmo tempo, este arranjo manteve a aparência de que a favela era construída de forma autônoma, independentemente de qualquer ação governamental. Este arranjo permitiu que o governo introduzisse serviços urbanos básicos nestas localidades, sem que fosse alterada a noção de “ilegalidade” das favelas.

Embora as associações tenham assumido feições de poder público dentro das favelas, elas nunca tiveram a capacidade de oferecer serviços essenciais com qualidade e abrangência, tampouco poder suficiente para viabilizar a ocupação “planejada” do território. Para além da crítica sobre o clientelismo, cabe indagar se as associações seriam capazes de algum dia oferecer saneamento básico e energia elétrica nos mesmos padrões que o fazem as empresas concessionárias no “asfalto”. Assim, a centralidade das associações nas favelas só se mantém até o presente porque elas ainda são responsáveis por parte dos serviços essenciais, notadamente a água. A questão dos gatos se insere neste contexto, pois, como a água, a energia elétrica é um recurso básico necessário para a sobrevivência, e uma parcela da população não tem como arcar com os custos do fornecimento.³⁹

Do ponto de vista das intervenções urbanas governamentais, observamos que, até a década de 1980, estas estiveram voltadas para o saneamento básico, mas

37. Na década de 1990, também foi construído um conjunto habitacional pela prefeitura na localidade hoje conhecida por Casinhas, ao pé do Morro das Palmeiras. O local é ocupado por pessoas de favelas removidas para a construção da Linha Amarela.

38. Em Bonsucesso, Caic Theóphilo de Souza Pinto, cuja obra foi iniciada em 1991 e finalizada somente em 1999; e no pé do Morro das Palmeiras, a escola Henrique Foreis.

39. A este respeito, ver o capítulo 10, de Adriana Facina, neste livro.

foram incapazes de promover uma mudança estrutural no padrão de construção da favela e gestão dos serviços urbanos. Este capítulo mostrou que os períodos de investimentos públicos nestes moldes, seguidos por períodos de abandono, levaram ao crescimento da população das favelas, à saturação da infraestrutura instalada e ao retorno da situação de precariedade, cada vez mais complexa devido à dimensão das favelas. Os momentos de crescimento horizontal não foram controlados nem pelo governo nem pelos movimentos sociais por moradia, sendo em boa medida determinados pelo mercado imobiliário informal.

Na década de 1990, observou-se um deslocamento do foco das políticas públicas na região, do saneamento básico e da urbanização para as políticas de segurança pública, o que culminou com a intervenção militar na área, em 1995, durante a chamada Operação Rio. O peso dado à política de segurança iria se manifestar, em 2007, na concepção do projeto de urbanização proposto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Complexo do Alemão, inspirado no modelo colombiano, no qual a urbanização e a “pacificação” das favelas fizeram parte do mesmo programa.

REFERÊNCIAS

A VERDADEIRA finalidade dos centros populares. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 maio 1946, p. 2.

AMBNB – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DE NOVA BRASÍLIA. Estatutos da associação de moradores do bairro de Nova Brasília da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Registro civil das pessoas jurídicas. Rio de Janeiro: Cartório Castro Menezes, 21 out. 1963.

ARAÚJO, M.; SALLES, E. **História e memória de Vigário Geral**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

ASPECTOS humanos da favela carioca. **O Estado de São Paulo**, 15 abr. 1960. Suplemento Especial, p. 31.

BARREIRA, M.; BOTELHO, M. L. O exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. *In*: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. (Ed.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

COUTO, P. A. Relatório sintético das entrevistas realizadas (jun./2012 a jan./2014). *In*: RODRIGUES, R. I. (Coord.). **Projeto História das Favelas do Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

COUTO, P. A.; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão**: história, documentos e narrativas. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2159).

CUNHA, M. B. **Nos desencontros e fronteiras**: os trabalhadores sociais nas favelas do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação – UFF, 2005.

DIABO Louro, ex-PM e traficante, é assassinado na favela de Nova Brasília. **Jornal do Brasil**, 1 jun. 1970. Primeiro Caderno, p. 20.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. **Capítulos da memória do urbanismo carioca**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

_____. **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2013.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas**: Projeto Condutores(as) de Memória. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Complexo do Alemão, cidade em construção**. Brasília: Ipea, 2010. Videodocumentário.

_____. Intervenção sociourbanística do Complexo do Alemão – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Relatório Final**. Brasília: Ipea, 2011. Mimeografado.

_____. **Histórico fundiário e da urbanização do Complexo do Alemão**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Mimeografado.

LACERDA, C. **O poder das idéias**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LAGO, L. C. **Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana**. Belo Horizonte: X Anpur, 2003.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. **Cadernos Brasileiros**, ano IX, v. 9, n. 41, p. 35-47, 1967.

_____. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. *In*: LAGO, L. C. (Ed.). **Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro**: economia, sociedade e território. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2010. p. 260.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1983.

O GOVERNO Brizola está tirando um peso da cabeça de muita gente. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 10 set. 1985.

PAULINELLI vem ao Rio debater peste suína, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1978. Primeiro Caderno, p. 15.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTE suína chega a favela do Rio e pode se alastrar, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 jun. 1978. Primeiro Caderno, p. 7.

RODRIGUES, R. I. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro**: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2016).

SANTOS, E. F. **E por falar em Faferj...** Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993) – memória e história oral. Dissertação (Mestrado) – Unirio, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, M. P. **Favelas cariocas**: 1930 a 1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, M. P.; OLIVEIRA, I. E. Eletrificação de favelas. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, p. 6-17, v. 179, 1986.

TRAFICANTE preso denuncia pontos de venda: tóxicos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

UM TERÇO das 215 favelas do Rio desaparecerá em 2 anos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1969. Primeiro Caderno, p. 18.

VAZ, L. F. **Modernidade e moradia**: habilitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NOTAS SOBRE O SURGIMENTO DO BAIRRO DO COMPLEXO DO ALEMÃO¹

Thiago Oliveira Lima Matioli²

1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras dificuldades que uma pesquisadora ou um pesquisador encontra quando se dispõe a realizar seu trabalho no Complexo do Alemão ou sobre ele é a dimensão desse território, com seus quase 2 milhões de metros quadrados de área. Uma visita inicial, para uma observadora perspicaz ou um observador atento, já permite perceber a heterogeneidade e a diversidade desse espaço, ainda que uma única ida ao Alemão não seja suficiente para identificar toda a riqueza e a complexidade, sem trocadilhos, da vida social desse lugar.

Ao se fazer um levantamento por informações sobre esse lugar, descobre-se que se trata da XXIX Região Administrativa (RA) – Complexo do Alemão, criada pelo Decreto Municipal nº 6.011, de 4 de agosto de 1986, e delimitada desde a aprovação da Lei Municipal nº 2.055, de 9 de dezembro de 1993. Esses dados fornecem marcos temporais interessantes para se pensar as dinâmicas por trás da produção do Complexo do Alemão como um novo espaço da cidade. Em outras palavras, permitem identificar em que momento um conjunto contíguo de favelas, com histórico de ocupações e dinâmicas sociais distintas, passou a ser classificado como uma unidade territorial, interrogando o contexto histórico em que isso se tornou possível e os efeitos de poder produzidos sobre a gestão desse território.

Se o Decreto nº 6.011 nos leva, inicialmente, para o ano de 1986, uma visita ao Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, por sua vez, nos remete a 1983. Neste ano, foi publicado o *Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro*, um diagnóstico social e econômico do Jacarezinho e do conjunto de favelas do Alemão (Município do Rio de Janeiro, 1983).³ Por fim,

1. Agradeço a contribuição de vários colegas na produção deste texto, em particular a de Natália Fazzioni, Rute Imanishi Rodrigues e a do professor Luiz Antônio Machado da Silva.

2. Doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP); e membro do Instituto Raízes em Movimento.

3. Sobre as intervenções governamentais no conjunto de favelas do Alemão na década de 1980, ver o capítulo 2 deste livro, intitulado *Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado*, de autoria de Rute Imanishi Rodrigues.

uma análise dos jornais da época apresentou o ano de 1980 como o ponto de partida para se pensar a trajetória por trás da produção espacial do Complexo do Alemão.

O que se quer, aqui, é recontar um pouco essa história. As quatro seções seguintes deste capítulo seguem a cronologia do Complexo do Alemão, na qual analisamos a produção desse espaço dentro da estrutura municipal de governo e observamos como ela começa a se arraigar na dinâmica social do lugar. Na sexta seção, vamos nos deter no que essa trajetória nos informa sobre a história política e urbana da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, na sétima seção, trazemos algumas considerações finais sobre a produção deste texto, seus limites e o que ele pode nos apontar como caminhos analíticos *a posteriori*.

2 E NO INÍCIO, FOI O VERBO...

Favelados do Rio já são a terceira cidade do Brasil.

Jornal do Brasil

A epígrafe desta seção estava estampada, entre outras chamadas, na primeira página do *Jornal do Brasil* de 13 de janeiro de 1980. O diagnóstico é do então secretário de Desenvolvimento Social do município do Rio de Janeiro, Marcos Candau, e refere-se aos números mais recentes do processo de expansão das favelas na cidade. Segundo essa matéria, a população nessas regiões estaria chegando a quase 2 milhões de pessoas.

Antes mesmo de mostrar sua preocupação diante do crescimento das populações faveladas, Candau afirmou que o que lhe chamara atenção fora a indefinição sobre o número de favelados. A prefeitura teria tido acesso a um levantamento da Fundação Leão XIII feito em 1976, o qual apontava pouco mais de 700 mil pessoas, e a outros estudos, um deles feito por uma associação de delegados de polícia, cujas estimativas não passavam de 1 milhão de habitantes. O que seria algo “excessivamente otimista” (Ajuz, 1980, p. 19), segundo o secretário. Nas suas palavras:

era preciso ter um quadro mais objetivo e com a maior urgência possível. O Plano de Doxiadis, de 1965, fora o último trabalho oficial realizado, e, desde então, não se fizera nenhum realmente sério. Por outro lado, não podíamos esperar os dados do Censo de 1980, que só seria tabulado em 1981, pois atrasaria demais nossos planos. Pedi, então, ao Secretário de Planejamento, Matheus Schnaider, que apressasse o estudo interpretativo do levantamento aerofotogramétrico, ao mesmo tempo em que solicitávamos a todos os administradores regionais que nos dessem informações sobre as áreas sob sua coordenação (*idem, ibidem*).

As informações produzidas pelos administradores regionais estimaram a população favelada em 1,4 milhão de habitantes; o levantamento solicitado à Secretaria de Planejamento, feito pela Superintendência de Informações para Planejamento (SIP), trazia o número de 1.740.818 pessoas morando nas 309

favelas identificadas na cidade. Segundo o secretário, mais do que o número em si, o que chocava era a proporção do crescimento dessa população entre 1965 e 1979: um crescimento de quase 50% no total de favelas (de 211 para 309) e de cerca de 320% no número de habitantes (de 417 mil para mais de 1,7 milhão). Enquanto a população da cidade havia crescido 44% (de 3,75 milhões para 5,4 milhões), a população não favelada crescera apenas 10%. Números que seriam ainda mais dramáticos, segundo a matéria, tendo em vista que esse crescimento se deu em um período no qual quarenta favelas haviam sido erradicadas.

Listando as favelas que mais teriam crescido no período, o secretário afirmava:

se você for ao morro do Alemão, entre o Méier e Ramos, que é um aglomerado de seis favelas, vai sentir-se numa enorme cidade, com milhões de pessoas. Feita a contagem, constatou-se a existência de cerca de 122 mil habitantes. As favelas da Rocinha e Vidigal, juntamente com essas do Alemão, foram as que mais cresceram nos últimos anos e, se olharmos do alto, do helicóptero, vemos que dentro de pouco tempo Vidigal e Rocinha se juntarão, formando uma única favela (Ajuz, 1980, p. 19, grifo nosso).

Ante esse crescimento significativo da favelização, a prefeitura sugeriu a legalização da propriedade, o que permitiria aos favelados investir em suas moradias por conta da segurança fundiária que teriam, e a construção de condomínios horizontais para a urbanização dessas áreas. Foi sugerida, ainda, uma articulação com o governo estadual, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (Fundrem), para uma ação no âmbito da região metropolitana que buscasse impedir o crescimento das favelas na Baixada Fluminense.

Na página 20, o *Jornal do Brasil* trazia outras matérias desdobrando um pouco esse assunto: *Plano Piloto de Jacarepaguá não previu favelas; A urbanização do Morro dos Cabritos*; e a que mais nos interessa *Morro do Alemão, o que mais cresce*. Nesta, o Morro do Alemão é descrito como uma região de quase 1 milhão de metros quadrados, distribuídos pelos bairros de Ramos, Olaria e Bonsucesso.

Com 24.535 barracos e uma população de 122 mil 675 habitantes, o Morro do Alemão é, na verdade, um aglomerado de favelas (Nova Brasília, Grotta, Alvorada, Alemão, Alto Florestal e Itararé) que não para de crescer e já ocupa uma área de 973.600 m² segundo o último levantamento de 1979 (Pagy, 1980, p. 20).

A matéria segue trazendo a história de alguns personagens:

- Severino Dias, que fora morar lá após casar, em um “puxado” na casa número 23 da Avenida Central, a forma pela qual, segundo o jornal, o Alemão se expandia (de “puxado em puxado”);
- Jorge da Costa, empreiteiro do Morro do Alemão, para quem não faltava trabalho; e

- Manoel Hermógenes, o morador mais antigo, que teria chegado ao Alemão em 15 de dezembro de 1946.

Há também menção à Associação de Defesa e Assistência dos Moradores do Morro do Alemão (Udama), a qual fazia a manutenção das bombas hidráulicas que bombeavam água para o alto do morro e para duas creches, além de fornecer documentos aos favelados. Segundo o tesoureiro à época, João Alexandre da Silva, o sonho da Udama era “ver a favela urbanizada” (Pagy, 1980, p. 20). A maior aspiração dos moradores, por sua vez, seria a construção de galerias de esgoto.

Partindo da fala de João Alexandre, o jornal apresenta esta caracterização do Alemão:

o morro em si, sem as favelas que o cercam, é delimitado pelas ruas Joaquim de Queirós, Armando Sodré, Olaria e Estrada do Itararé e Rua Paranhos, em Ramos. O último levantamento oficial foi feito em 1972. Os dados: 18 mil moradores e 4 mil casas, número que não cessou de crescer, garante o tesoureiro (Pagy, 1980, p. 20).

Essas matérias são importantes para o objetivo desta pesquisa, pois parecem ser o primeiro registro público no qual o Morro do Alemão é apresentado como um conjunto de mais de uma favela. E mais, a afirmação de Marcos Candau transcrita na matéria da página 19, que deveria expressar a concepção compartilhada pela equipe de governo municipal, já é apropriada pelo discurso do jornal na página seguinte: o “Morro do Alemão como um conjunto de seis favelas” (Pagy, 1980, p. 20), que seriam Morro do Alemão, Nova Brasília, Grota, Itararé, Alto Florestal e Alvorada.⁴

As reportagens retratam a emergência de um novo espaço na cidade, uma nova escala territorial para pensar as favelas. A caracterização transcrita anteriormente traz essa tensão entre o morro em si e esse novo espaço, que virá a ser, anos depois, o Complexo do Alemão. Entrementes, mais do que o nome, são lugares com delimitação e população diferentes e, a princípio, intercambiáveis; o Morro do Alemão passa a ter simultaneamente 4 mil e 24 mil barracos, 18 mil e 122 mil moradores. Com o passar do tempo e com a denominação complexo, a diferenciação entre esses dois espaços vai se consolidando, e a cidade verá surgir um de seus maiores espaços favelados.⁵

Um dos impactos dessa criação já se fez sentir dois anos depois da entrevista, com a escolha do Morro do Alemão para receber um diagnóstico da prefeitura,

4. Para uma análise da expansão física das favelas do Complexo do Alemão, sugere-se novamente ver o capítulo 2 deste livro.

5. Cabe ressaltar também o surgimento, nesse período, mas não necessariamente por meio dos mesmos mecanismos, do conjunto de favelas da Maré, com mais de 200 mil moradores, como aponta a matéria. Voltaremos a essa relação entre Maré e Alemão mais à frente.

financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), junto com o Jacarezinho, duas das maiores áreas favelizadas da cidade à época.

3 O “CONJUNTO DE FAVELAS DO ALEMÃO”⁶

O Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro foi realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) com recursos do BID, na ordem de US\$ 500 mil (Cr\$ 300 milhões) entre 1981 e 1983. Os recursos, num primeiro momento, estavam voltados para a realização do diagnóstico de 21 favelas da cidade, entre as quais, as seis que fariam parte posteriormente do Complexo do Alemão.

Esse projeto foi organizado em três grandes áreas: socioeconômica, sob responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com seu Departamento de Ciências Sociais e Instituto de Medicina Social (IMS); físico-urbanística, com diagnóstico produzido por equipe do Instituto Municipal de Planejamento (Iplanrio); e de levantamento jurídico, o qual ficou a cargo de técnicos da própria SMDS.

Nesta seção, vamos nos ater apenas ao conteúdo do projeto, buscando mapear a forma como foi concebido e tratado o “Morro” ou o “Complexo” do Alemão ao longo de seu texto. Logo na apresentação do relatório, o projeto faz menção ao objetivo de gerar propostas para cinco favelas do município do Rio de Janeiro: Jacarezinho e o “Conjunto Favelado do Alemão”, composto por Morro do Alemão, Nova Brasília, Itararé e Joaquim de Queirós. Ao longo das oitocentas páginas do relatório, este conjunto vai ser apresentado de formas distintas.

Cada órgão contratado para realizar os levantamentos fez referência à região estudada de maneira mais ou menos regular, mas diferente um do outro; assim, há variações na forma de se apresentar o objeto “Alemão” internamente aos textos de cada um deles. Isto é, ainda que este seja um projeto de diagnóstico unificado, produzido a partir de dimensões distintas, não houve um esforço em se unificarem as noções utilizadas ou de se estabelecer previamente o que cada um desses órgãos deveria considerar como Complexo do Alemão, de modo que cada área o definiu segundo os parâmetros de suas pesquisas.

Isso pode ser percebido logo nos textos de apresentação de cada área: o levantamento socioeconômico faz referência ao “Conjunto do Alemão”; a área jurídica refere-se ao “Complexo do Alemão”; e o Iplanrio, responsável pelas

6. Nesta seção, utilizaremos aspas em algumas ocorrências de Morro do Alemão ou Complexo do Alemão, pois nos remeteremos a essas expressões enquanto categorias possíveis e utilizadas por quem redigiu o relatório do projeto que será analisado, com o objetivo de mapear as enunciações possíveis desse espaço ao longo do texto. Essa multiplicidade de denominações parece nos indicar uma parte do processo de gestação de uma escala espacial nova na cidade: o Complexo do Alemão. É um sinal de que ainda se estava tentando entendê-lo, não que hoje isso já tenha sido possível.

informações físico-urbanísticas, faz menção às “favelas do Morro do Alemão”. Nas seções de caracterização desses territórios (Jacarezinho e Alemão), a partir dos dados coletados, essa variação não só se mantém como se acentua.

Com base nesses dados, é interessante destacar, primeiro, uma espécie de confusão no uso da noção de “Morro do Alemão”, que ora expressa todo o conjunto de favelas e ora, apenas uma delas. Depois, o reconhecimento de uma nova escala territorial, o “Complexo do Alemão”, também parece confuso, pois os dados apresentados ora dizem respeito a esta nova unidade territorial, ora se referem às diferentes favelas que a compõem, marcando sua diferenciação interna. Essa perspectiva reconhece uma continuidade entre as favelas do Alemão, sem perder de vista a sua heterogeneidade interna.

Por fim, é interessante destacar a recorrência, no levantamento jurídico, da expressão “Complexo do Alemão”, uma vez que essa seção foi realizada por técnicos da própria SMDS. Assim, talvez seja possível sugerir que a consolidação do uso do termo “complexo”, e não de outra noção utilizada ao longo do projeto, possa ter sido fruto de sua cristalização nas rotinas burocráticas e administrativas dessa secretaria. Mas é apenas uma sugestão, ao menos por enquanto.

Com relação aos dados, vamos destacar apenas os números referentes à população do “Complexo do Alemão”: o levantamento jurídico, a partir de uma amostra populacional, estimou 37.774 habitantes; já a área físico-urbanística fala em uma estimativa de 34.324 habitantes.⁷

A delimitação da geografia e da quantidade de favelas existentes no Rio de Janeiro, tal como de sua população, se colocava como um dos grandes desafios do governo municipal no início da década de 1980. Para tentar lidar com essas questões, o Iplanrio assume um papel importante na produção de dados para o município; por meio dele, foi produzido o *Cadastro de Favelas*. Nesse período, também foram divulgados os dados do Censo de 1980, com informações referentes às favelas, e houve uma movimentação de conciliação entre os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os produzidos por esse novo quadro e saber administrativo da prefeitura. Neste ínterim, a ideia de que há um Complexo do Alemão, ou complexos de favelas, se consolida ainda mais, com a diferenciação entre favelas isoladas e aglomerados de favelas.

7. Esse número representaria a população das favelas do Morro do Alemão e de Nova Brasília tal qual contabilizada no Censo de 1980, somada à população estimada para localidades que não haviam sido incluídas no censo, o Morro dos Mineiros e a Lagoinha, com estimativa de 1.500 habitantes.

4 CONTANDO E QUANTIFICANDO AS FAVELAS

O Censo de 1980 aponta 33 mil pessoas morando nas áreas que delimita como Morro do Alemão e Nova Brasília. Porém, como dissemos na seção anterior, a produção de dados demográficos e a delimitação das áreas das favelas no início da década de 1980 eram grandes desafios para a administração municipal.⁸ As categorias e os setores censitários estabelecidos pelo IBGE traziam resultados distintos dos trabalhos que começavam a ser realizados pela prefeitura, sobretudo o *Cadastro de Favelas*.⁹

Como vimos na matéria do *Jornal do Brasil*, para Marcos Candau, na virada de 1979 para 1980, a urgência em se conhecer esse universo e em se pensarem soluções para as favelas não permitia a espera pelo processamento dos dados do censo. Entrementes, já em novembro de 1980, iniciam-se os trabalhos para a elaboração do *Cadastro de Favelas*, iniciado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral, mas finalizado pela SMDS.

Tomando como referência os dados de 1,7 milhão de habitantes (o Censo de 1980 identificava uma população favelada girando em torno de 630 mil habitantes, em 193 favelas), o objetivo do cadastro era delimitar e classificar as favelas de modo a subsidiar políticas de intervenção nesses espaços, sem focar na produção de dados demográficos.

Neste cadastro, a unidade de observação foi a favela, estudada como um todo, sem se descer a nível de domicílios, famílias ou habitantes, ou seja, sem objetivos censitários. As informações foram coletadas e analisadas, de modo uniforme, a fim de permitir a comparação entre as favelas e sua posterior classificação (Iplanrio, 1983, p. 11).

O cadastro é produto fundamental do projeto Classificação das Aglomerações de População de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro, executado de novembro de 1980 a setembro de 1982, pelo Iplanrio.

Tendo pesquisado as 377 favelas cariocas, o projeto produziu, além do cadastro, um sistema de classificação das favelas, reuniu informações de fontes secundárias a respeito das mesmas, arrolou uma bibliografia sobre o assunto e elaborou listagens de identificação de áreas faveladas (Iplanrio, 1983, p. 10).

Essa sistematização realizada pelo cadastro vai informar uma série de estudos e projetos realizados por outros órgãos públicos, mesmo antes de ser publicado. Ainda durante a realização da pesquisa, os dados que eram parcialmente gerados já alimentavam outras ações que estavam sendo elaboradas ou executadas. Um deles

8. Ressaltamos a administração municipal, pois é, sobretudo, dela que trata este capítulo.

9. Cavallieri (1986, p. 19) chama de “problemáticos” os dados do IBGE para 1980; o autor cita um debate interno do próprio instituto e críticas feitas no período a estes dados.

é o Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro, citado na seção anterior.

Outro exemplo de trabalho que bebe na fonte do cadastro é o documento, produzido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral, intitulado *Caracterização e Dados de Áreas de Favelas no Município do Rio de Janeiro – 1970/1980*. A primeira parte desse documento tem como título, o que já nos diz muito; subsídios para plotagem dos setores censitários nas áreas de favelas do município do Rio de Janeiro.

A maior preocupação desse trabalho era a “grande disparidade nos dados fornecidos pelas fontes que tratam do assunto favela no Rio de Janeiro” (Município do Rio de Janeiro, 1981, s.p.), sobretudo aqueles que diziam respeito à população que vivia nesses espaços. Uma das grandes dificuldades apresentadas pelo documento era a delimitação das favelas, a partir de onde as informações pudessem ser coletadas. Alguns desses dados, segundo o documento, apresentavam uma disparidade de 200% e eram produzidos pelas mais diversas agências: IBGE, Iplanrio, SMD, BID e Fundação Leão XIII.

Seu objetivo foi, então, equacionar esse problema e unificar os dados disponíveis. Isso indica um deslocamento da preocupação de Candau trazida nas matérias do *Jornal do Brasil*; o secretário alertava para a necessidade de conhecer os números e, ainda mais importante, precisá-los. Neste sentido, os esforços do trabalho se concentraram na articulação dos dados produzidos pelo Iplanrio com os do IBGE, nas delimitações das favelas estabelecidas pelo primeiro e nos dados censitários do segundo. Assim, o objetivo foi “fornecer ao IBGE subsídios para a plotagem dos setores censitários sobre as áreas de favelas identificadas e delimitadas em 1970 e 1980 no Rio de Janeiro, permitindo, no futuro, um conhecimento de outros dados da realidade física e socioeconômica das favelas da cidade” (Município do Rio de Janeiro, 1981, s.p.).

Em outras palavras, o que se propõe, no documento, é uma aproximação entre os dados que o IBGE considerava como Setores Especiais de Aglomerados Urbanos (Seaus) e as delimitações que o cadastro está elaborando para as favelas do Rio de Janeiro, de modo que, para seus trabalhos posteriores, o IBGE pudesse levar em consideração os parâmetros da prefeitura e uma base de dados unificada fosse possível.

Com base na lista das 377 favelas elaborada pelo *Cadastro de Favelas*, o documento vai apontando as discrepâncias com os Seaus do IBGE. Por exemplo, afirmamos anteriormente que o Censo de 1980 identifica 33 mil pessoas morando nas favelas do Morro do Alemão e de Nova Brasília, classificadas como Seaus. No *Caracterização e Dados de Áreas de Favelas no Município do Rio de Janeiro – 1970/1980*, os autores destacam que o que o censo entende por estas duas unidades

englobaria, também, as favelas de Joaquim de Queirós (distribuída pelas áreas dos dois Seaus do IBGE) e Itararé (que estaria incluída na área de Nova Brasília). Afirmam, ainda, que o que o censo chamava de Morro de Bonsucesso seria o que o cadastro classifica como Morro do Adeus e Morro do Piancó.

Tendo em mente que o *Cadastro de Favelas* distribuiu informações para outros projetos e trabalhos realizados à época, não é de se estranhar que no projeto da SMDS o Complexo (ou ainda “conjunto de favelas”) do Alemão fosse formado por: Joaquim de Queirós, Itararé, Morro do Alemão e Nova Brasília. As quatro favelas, junto com os morros da Baiana e do Adeus (já ali identificados), viriam a compor futuramente o limite do bairro do Complexo do Alemão.

Desde 1981 até 1985, uma série de trabalhos e levantamentos foi realizada pelo Iplanrio: Favelas da Baixada de Jacarepaguá, de 1983; *Pesquisa sobre Condições Sanitárias da Favela Parque Proletário Águia de Ouro*, publicado em 1984; e *Loteamentos Irregulares no Município do Rio de Janeiro*, de 1985 (Cavallieri, 1986). Some-se a esses a publicação *Contribuição dos Dados de População das Favelas do Município do Rio de Janeiro* (Iplanrio, 1984). Os três primeiros tratavam da elaboração de diagnósticos de algumas áreas da cidade ou das condições de propriedade dos terrenos das favelas; o último, por sua vez, é consequência direta do debate apresentado nesta seção sobre o número mais próximo da realidade de habitantes e de favelas no Rio de Janeiro. Este estudo se debruça, novamente, sobre as categorias do *Cadastro de Favelas* e aquelas do Censo de 1980, ou melhor, é uma análise dos dados do IBGE numa reorganização dos setores censitários segundo o que o cadastro delimitou como as favelas do Rio de Janeiro.

Tal como vimos antes, o objetivo do cadastro não era ser censitário, mas visava identificar e classificar as favelas, ao mesmo tempo que buscava elencar as necessidades prioritárias desses espaços. Já os objetivos de Iplanrio (1984) miravam essa quantificação da população favelada a partir dos critérios de delimitação das favelas estipulados pelo cadastro.

A tabela 1 traz a relação de favelas contidas no atual traçado do bairro do Complexo do Alemão, com os respectivos números de habitantes e de domicílios, segundo Iplanrio (1984).

Na tabela 1 foram incluídas, na área do Complexo do Alemão, as favelas dos morros do Adeus, do Piancó e da Baiana. É isso que vai explicar a discrepância entre os dados da tabela 1, totalizando 40.346 habitantes, com os da tabela 2, cuja população seria de 37.040, ambas montadas com dados do Iplanrio (1984).

TABELA 1

População e número de domicílios das favelas do atual bairro do Complexo do Alemão, e forma de obtenção dos dados (1980)

Nome	População residente	Número de domicílios	Forma de obtenção dos dados			
			Desagregação aproximativa de Seaus já existentes em 1980	Inclusão de setores censitários não classificados como Seaus em 1980	Manutenção de todos ou de parte dos Seaus de 1980	Inclusão de partes não recenseadas, cálculo aproximativo com base em outras fontes
Itararé	1.852	400	Sim	-	-	-
Joaquim de Queirós	4.630	1.000	Sim	Sim	-	-
Morro do Alemão	10.649	2.300	Sim	-	Sim	Sim
Nova Brasília	19.909	4.300	Sim	-	Sim	Sim
Morro do Piancó	1.423	317	Sim	-	-	-
Morro do Adeus	1.383	308	Sim	-	-	-
Morro da Baiana	500	106	-	-	Sim	-
Total	40.346	8.731	-	-	-	-

Fonte: Iplanrio (1984).
Elaboração do autor.

TABELA 2

Rio de Janeiro: dez favelas ou aglomerados de favelas mais populosos (1980)

Ordem	Código ¹ – nome	RA	População
1ª	Baixa do Sapateiro, Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União e Timbau	X	65.001
2ª	Itararé, Joaquim de Queirós, Morro do Alemão e Nova Brasília	X-XII	37.040
3ª	Rocinha	VI	32.966
4ª	Jacarezinho	XII	31.405
5ª	Morro do Cariç, Vila Cruzeiro e Vila Proletária da Penha	X-XI	26.879
6ª	Morro Azevedo Lima, Morro São Carlos, morro do Catumbi, Morro Santos Rodrigues e Rato	III	20.354
7ª	Parque Jardim Beira Mar, Parque Proletário de Vigário Geral e Te Contei	XI	18.364
8ª	Almirante Tamandaré, Gleba I da antiga Fazenda Botafogo e Parque Bela Vista	XXII	17.334
9ª	Vila do Vintém	XVII	15.877
10ª	Parque Acari, Vila Esperança e Vila Rica de Irajá	XXII	15.038

Fonte: Iplanrio (1984, p. 8).

Nota: ¹ Para fins deste trabalho, foram excluídos os códigos referentes a cada favela no *Cadastro de Favelas*.

É importante destacar essa, digamos, novidade do documento elaborado pelo Iplanrio e publicado em 1984: o registro oficial, a título de classificação das favelas do Rio de Janeiro, dos complexos de favela do Alemão e da Maré. Um dos objetivos do *Cadastro de Favelas* e da *Contribuição dos Dados de População das Favelas do Município do Rio de Janeiro* foi, além de quantificar a população favelada, classificá-la. Assim, o texto de 1984 também apresenta a tabela 3.

TABELA 3
Rio de Janeiro: dez favelas mais populosas (1980)

Ordem	Código ¹ – nome	RA	População
1 ^a	Rocinha	VI	32.966
2 ^a	Jacarezinho	XII	31.405
3 ^a	Nova Brasília	XII	19.909
4 ^a	Vila do Vintém	XVII	15.877
5 ^a	Gleba I da antiga Fazenda Botafogo	XXII	14.721
6 ^a	Fazenda Coqueiro	XVII	14.115
7 ^a	Maré	X	14.046
8 ^a	Parque União	X	13.945
9 ^a	Vila Proletária da Penha	XI	13.564
10 ^a	Nova Holanda	X	13.115

Fonte: Iplanrio (1984, p. 7).

Nota: ¹ Para fins deste trabalho, foram excluídos os códigos referentes a cada favela no *Cadastro de Favelas*.

A consideração da existência de aglomerados de favelas altera a classificação e a hierarquização das favelas na cidade, como fica evidenciado nas tabelas 2 e 3. Isto não é simples manipulação de dados, tendo em vista os efeitos de poder decorrentes disso, na disputa por recursos da prefeitura e na forma como são objetos de políticas públicas, como veremos mais à frente.

No momento cabe apontar como exemplo o seguinte: no governo Saturnino Braga, o reconhecimento oficial da existência das favelas vai se materializar na criação de quatro novas RAs na cidade, referentes às quatro maiores favelas, quais sejam: Rocinha, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré. Estas são só as maiores, por conta da concepção dos aglomerados de favelas, como visualizado na tabela 2. Se o parâmetro fosse apenas as favelas “isoladas”, seriam criadas as da Rocinha e do Jacarezinho, junto com a de Nova Brasília e da Vila do Vintém.

Isso parece ilustrar bem o argumento dos efeitos da criação dos aglomerados ou complexos de favela. A hierarquia do tamanho das favelas foi alterada, dois novos grandes espaços favelados surgiram, o que não é apenas uma questão de dados estatísticos.

FIGURA 1

Novas RAs e bairros na Zona Norte do município: Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho



Fonte: BaseGeo web do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/portalgeo/mostrabann.asp>>.

Elaboração: Rute Imanishi Rodrigues.

5 A FORMALIZAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS

A análise da criação dessas quatro novas RAs nos remete a efeitos possíveis da produção de um novo espaço favelado ou uma nova escala espacial de elaboração de políticas públicas e pertencimento, que é o Complexo do Alemão, ou de forma mais geral os “complexos de favelas”. Mas a apreensão desses efeitos nos leva a ter de entender, antes, algo do contexto político da época. Seremos sucintos nessa reconstrução histórica.

As novas RAs foram criadas na gestão Saturnino Braga, eleito para um mandato menor, de três anos, compreendido entre 1986 e 1988, na primeira eleição direta para prefeito após duas décadas de ditadura militar. Ele inicia sua gestão pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a termina, após o rompimento com o partido do governador Leonel Brizola, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A construção de sua candidatura e uma análise mais ampliada de seu governo serão objetos de análise em outra oportunidade; neste capítulo, nós nos deteremos particularmente em uma de suas ações: a criação dos Conselhos Governo-Comunidade (CGCs).

De modo sucinto, o governo de Saturnino teria sido marcado, basicamente, por duas características: as dificuldades financeiras e a perspectiva da descentralização administrativa (Burgos, 1992).¹⁰ As primeiras refletem, em alguma medida, os problemas econômicos pelos quais passavam os municípios em geral e o Rio de Janeiro em específico. Enquanto filiado ao PDT, o prefeito contava com o apoio

10. Não se tratava de uma descentralização apenas burocrática, no sentido de uma otimização de recursos ou em busca de eficácia administrativa, mas de um esforço político de fortalecimento das bases, conferindo-lhes alguma autonomia política para se organizarem, assim como para decidirem a melhor aplicação dos recursos e serviços públicos em suas localidades.

de Brizola, mas perdia o do governo federal, em represália à oposição feita pelo governador. Deste modo, os combalidos cofres municipais sofreram ainda mais com o isolamento político imposto a Saturnino Braga, logo após o rompimento com o governo estadual, quando se filiou ao PSB.¹¹

A segunda característica tomaria forma na maneira como a equipe do então prefeito pensava as RAs. Criadas por Carlos Lacerda na década de 1960, segundo Lewis (1989, p. 43), as RAs “viram-se transformadas em guichês burocráticos, sem quaisquer instrumentos para intervir na realidade local”. O objetivo da gestão de Saturnino era transformá-las em CGCs: uma “instância local de interlocução entre os órgãos setoriais de governo e representantes comunitários” e “instrumentos de organização e composição de bases partidárias locais” (*idem, ibidem*).

Na concepção do governo municipal, esperava-se que os administradores regionais atuassem coordenando as ações do poder público nas áreas sob sua atuação. Esperava-se que eles articulassem as demandas populares, agindo como uma espécie de gerente local. Conjugada com essa desconcentração administrativa, a prefeitura buscava promover uma descentralização orçamentária, a partir da qual certas intervenções fossem decididas, inclusive na dotação de recursos, nas arenas das RAs e dos CGCs.

A proposta enfrentou uma série de desafios de modo que sua implantação foi parcial, e alguns desses pressupostos apresentados, sobretudo a descentralização econômica, não foram realizados, ao menos em sua plenitude. As dificuldades financeiras da prefeitura se refletiam nas limitações postas à aplicação das decisões tomadas na esfera dos CGCs, com relação a obras ou prestação de serviços. As resistências políticas também não foram pequenas.

Um dos primeiros obstáculos à implantação dos CGCs foi a escolha dos administradores regionais, que, para o partido, deveria vir de vereadores filiados ao PDT (Lewis, 1989), a partir da relação desses parlamentares com os diretórios zonais compreendidos em cada RA. A proposta do governo Saturnino foi criar eleições para esses administradores, buscando, assim, escapar dessas “indicações cartoriais” que reproduziriam algumas práticas políticas das quais se queria desvincular.

As pré-condições à candidatura para administrador regional eram morar na área da RA e “não ter veto do movimento social” (Lewis, 1989). Mas o caráter partidário da eleição foi mantido, por se perceber que não havia condições para a realização de eleições globais, sendo necessário um processo para construir essas condições no futuro. Isto é, para se candidatar a administrador, era preciso ser filiado ou “ligado” ao PDT. Nas palavras de Resende (2001, p. 29-30), então vice-prefeito:

11. Burgos (1992) e o próprio Saturnino Braga (1989) detalham os meandros desses movimentos políticos e ideológicos.

outra dificuldade foi o processo que foi definido para a eleição dos administradores regionais. A negociação a que pudemos chegar com o PDT foi que o administrador regional seria eleito diretamente pela comunidade, mas teria que ser do PDT. Não precisava ser filiado, mas tinha que ser ligado, para manter a unidade partidária. O resultado foi que foram eleitos excelentes administradores regionais, mas que racharam a comunidade e o partido (...). Pensávamos poder eleger livremente os administradores regionais, mas não pudemos. Aquela era uma instância institucional político-partidária, e o que era para ser elemento de coesão acabou tendo o efeito contrário.

Mariza Maria da Conceição do Nascimento¹² atendia a esses dois pré-requisitos, candidatou-se e foi eleita a primeira administradora regional da XXIX RA. Moradora do Morro do Adeus, onde chegara na década de 1970 vinda da Paraíba, havia feito parte da diretoria da associação de moradores do Adeus, da qual virara presidente. Também integrou a Secretaria de Mulheres da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj).

Uma Carta de Apoio assinada por representantes das associações de moradores que comporiam a área de atuação da RA do Complexo do Alemão foi redigida em 24 de abril de 1986 e trazia o seguinte texto:

Nós abaixo assinados, lideranças e representantes da sociedade de Ramos e do Complexo do Morro do Alemão, apoiamos a candidata Mariza Maria Conceição do Nascimento chapa nº 2, que concorreu ao pleito de administradora no dia 30 de março de 1986.

Tendo em vista que a candidata está dentro dos parâmetros criteriosos adotados pelo Ilmo. Senhor Vice-Prefeito Jó Rezende.

Visamos principalmente à participação atuante da mesma, junto ao governo em favor do povo.

Assinam a carta representantes da Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília; da Associação de Moradores do Morro do Itararé; da Associação de Moradores do Parque Alvorada e Cruzeiro; do Centro Comunitário do Morro da Baiana; do Centro Social Joaquim de Queiroz; e da União de Defesa e Assistência do Morro do Alemão. Mariza também recebeu declarações de apoio do Rotary Club de Ramos no Rio de Janeiro e da Associação Comercial e Industrial Leopoldinense.

Mesmo sem termos avançado muito nesse ponto, algumas observações já podem ser feitas. Primeiro, tal como aponta a carta, o Complexo do Alemão, quando ganha sua RA, surge composto por sete favelas (ao menos aquelas com associação de moradores): as seis que assinam a carta mais o Morro do Adeus, representado pela própria Mariza. Este e o Morro da Baiana não são contíguos às

12. Trata-se da mesma Mariza Nascimento, liderança comunitária, citada por Natália Fazzioni no capítulo 5 deste livro, cujo título é *Entre novos e velhos sintomas: apontamentos sobre saúde e doença*.

quatro favelas que comporiam, inicialmente, o espaço do Complexo do Alemão, tal como definido nos estudos e documentos oficiais analisados anteriormente. Todavia, são próximos, separados do restante do Alemão apenas pela Estrada do Itararé, o que pode ter contribuído para sua inserção na área da nova RA, viabilizando, inclusive, a candidatura de Mariza.

Segundo, quando surge, a XXIX RA não tem área delimitada, o que vai ser feito nos anos seguintes. Uma breve aproximação da cobertura jornalística sobre o Complexo do Alemão na década de 1980 aponta 1988 como o ano em que as reuniões e as negociações para a delimitação da área da RA foram mais intensas, o que pode ser conferido em algumas matérias do jornal *O Globo* do mesmo ano. São esses trabalhos que subsidiam os dados para a delimitação do bairro (que coincide com a da RA) quando foi criado, em 1993, pela Lei nº 2.055. Ela é fruto do Projeto de Lei nº 277/1993, de autoria do Poder Executivo, e foi acompanhada da Mensagem nº 62, assinada pelo então prefeito, Cesar Eptácio Maia.

A mensagem traz o seguinte texto em seus quinto e sexto parágrafos:

Justifica-se a proposição pela necessidade de demarcação do espaço da XXIX RA – Complexo do Alemão e do bairro do Complexo do Alemão para fins administrativos e para fins de coleta, sistematização e divulgação dos dados censitários.

Contribuíram sensivelmente para o resultado que ora apresento as informações e sugestões trazidas em diversas reuniões promovidas pela PCRJ sobre o assunto, nas quais participaram representantes da Secretaria Municipal de Governo; da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; da XXIX RA – Complexo do Alemão; da XII RA – Inhaúma; da X RA – Ramos; da Associação de Moradores do Morro do Adeus; da Associação de Moradores e Amigos de Ramos; da Associação de Moradores do Jardim Guadalajara; da Associação de Moradores da Nova Brasília; da Associação de Moradores do Morro da Esperança; e do CC [Centro Comunitário] do Morro da Baiana.

Voltando à Carta de Apoio, ela surge como o primeiro registro de uma articulação de organizações sociais em torno de uma nova escala de pertencimento, qual seja, a do Complexo do Alemão. Movimentos políticos posteriores na região do bairro, da década de 1990 em diante, como a luta pela implantação do Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão (Consa), o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM) ou o mais recente Juntos Pelo Complexo do Alemão, parecem ter tido como embrião essa carta, na qual representantes de distintas associações dialogam em prol do Complexo do Alemão. Isto pode ter sido fortalecido nas reuniões propostas, assim como foram concebidos os CGCs, de Saturnino Braga. Mas essa sugestão também merece investigação mais aprofundada e análise mais refinada.

Para concluir esta seção, já que chegamos ao início dos anos 1990, vale destacar a continuidade do saber administrativo produzido no governo municipal, tal como

vimos nas seções anteriores, até a gestão de Cesar Maia e o programa Favela-Bairro. Como foi destacado por Burgos (1998), desde a experiência da SMDS, reconheceu-se que ações pontuais não resolveriam os problemas de urbanização das favelas e ter-se-iam acumulado nos quadros da prefeitura experiências que se mostrariam fundamentais para a montagem do Favela-Bairro.

Neste sentido, gostaríamos de destacar dois pontos. Primeiro, a continuidade da percepção de que favelas contíguas entre si deveriam ser pensadas como uma unidade. Burgos (1998) reproduz a seguir trecho de um documento da prefeitura:

outra advertência a ser feita é que as favelas “conurbadas” foram tratadas como um conjunto único e nunca isoladamente, já que se considerou que tais favelas “formam uma única realidade geoambiental, não obstante mantenham identidades socioculturais próprias” (Município do Rio de Janeiro, 1995, p. 5¹³ *apud* Burgos, 1998, p. 58).

E o autor segue:

em alguns casos, como se pode observar na lista de dezesseis favelas selecionadas, duas ou mais são consideradas parte de um único complexo. Eis a lista: Parque Royal; Canal das Tachas/Vila Amizade; Grotão; Serrinha; Ladeira dos Funcionário/Parque São Sebastião; Caminho do Job; Escondidinho; Morro da Fé; Vila Cândido/Guararapes/Cerro-Corá; Chácara Del Castilho; Mata Machado; Morro dos Prazeres; morro União; Três Pontes; Fernão Cardim; e Andaraí (Burgos, 1998, p. 58).

Se houve experiência acumulada nos quadros técnicos da prefeitura ao longo da década de 1980, cabe destacar a continuidade na produção de um entendimento das favelas como aglomerados e sua percepção como complexos.

O segundo ponto trata dos critérios de seleção das áreas que viriam a receber intervenções do Favela-Bairro. O primeiro critério foi trabalhar com favelas de porte médio, de 500 a 2.500 domicílios, entre 2 mil e 10 mil habitantes. Trabalhar com as maiores (que seriam quinze) seria muito custoso, e a dispersão das pequenas favelas implicaria menor otimização dos recursos (Burgos, 1998). Certamente, o critério dos aglomerados ou complexos de favelas transformou pequenas favelas em médias ou grandes, incluindo-as ou excluindo-as do critério de porte médio,¹⁴ como foi o caso do Complexo do Alemão, aquele que nos interessa neste capítulo.

Não entramos nos dados produzidos para a classificação das áreas aptas a receber o Favela-Bairro, mas, tendo em vista os números de Iplanrio (1984) e a

13. Município do Rio de Janeiro. *Critérios de seleção e instrumentos de monitoramento e avaliação*. Rio de Janeiro: PMRJ, jun. 1995.

14. Machado da Silva (2002) dialoga diretamente com Burgos sobre a análise dos critérios estabelecidos pela prefeitura para a seleção das áreas a receberem o Favela-Bairro.

justificativa para a criação das quatro novas RAs no governo Saturnino,¹⁵ podemos concluir que nenhuma das favelas que compunham o Complexo do Alemão recebeu intervenções do programa por constituírem uma unidade só, conurbada e considerada de grande porte.

6 HISTÓRIAS ENTRECRUZADAS

Apresentamos anteriormente uma brevíssima trajetória do processo de produção do Complexo do Alemão, não apenas como uma nova unidade territorial, um aglomerado de favelas, mas também como uma nova escala espacial para produção de políticas públicas e pertencimentos. Como alvo da ação do poder público, vimos que o Alemão foi objeto do Projeto de Desenvolvimento de Favelas do Rio de Janeiro e, mais recentemente, do Plano de Desenvolvimento Urbanístico, também produzido pela prefeitura, no início dos anos 2000, e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com intervenções dos governos municipal e federal. Em torno dele também se criou uma RA e um bairro, apesar de nenhuma das favelas que o compõem ter recebido obras do programa Favela-Bairro.

O Complexo do Alemão também surge, o que não foi possível aprofundar neste capítulo, como uma escala de pertencimento que vai se justapor a outras, sem apagá-las. Uma pessoa que vive no bairro pode se identificar como alguém que vive no complexo sem que isso negue seu pertencimento a qualquer uma de suas “comunidades”, como a Fazendinha, a Alvorada, a Nova Brasília e mesmo o Morro do Alemão, ou à cidade, como carioca.

Assim, em vez de questionar se as moradoras e os moradores de lá se identificam com o Complexo do Alemão, encerrando essa nova escala territorial em uma ação do Estado, que seria menos verdadeira e imposta a essas moradoras e moradores, parece-nos mais interessante interrogar os usos estratégicos do seu pertencimento pelas pessoas que vivem no bairro, bem como por agentes e agências estatais. Mesmo porque a heterogeneidade social e política desse território não permite que pensemos, analiticamente, em termos dos(as) moradores(as) do Alemão, pois, além de muitos(as), são diversos(as); estabelecem alianças e criam tensões entre si.

Essa nova escala de pertencimento permite o diálogo momentâneo entre grupos ou coletivos políticos distintos, que deixam de lado, quando necessário, as divergências em prol do complexo, em momentos de crise, por exemplo. Por sua vez, a diversidade e a riqueza da vida no interior desse bairro, favela ou comunidade (pois o uso dessas noções também é estratégico) criam uma dinâmica política,

15. “Talvez o exemplo mais nítido dessa desconcentração (administrativa) esteja nas quatro novas regiões administrativas de favelas: a Rocinha, o Complexo do Morro do Alemão, o Jacarezinho e o Complexo da Maré. Compreendendo as quatro maiores favelas do Rio, a criação dessas regiões administrativas deu início ao resgate da cidadania dessas populações” (Lewis, 1989, p. 52).

cultural e econômica interna, que não pode ser borrada quando se fala, pensa e age com relação ao Complexo do Alemão.

Os limites impostos na lei que cria o bairro não são aqueles vividos cotidianamente por seus habitantes, tampouco a ideia de que esse espaço seja um bairro se faz tão presente. Essa delimitação não é aquela utilizada pelos órgãos públicos, sequer pelos municipais. Ela não retém ou rechaça a multiplicidade das geografias possíveis do Alemão, que tomam forma de acordo com as situações em que esse pertencimento é requerido ou enunciado. Entretanto, essa peça legislativa nos permite contar uma história, e foi o que tentamos fazer neste trabalho.

Ler essa trajetória do Complexo do Alemão nos conta muito da história política e urbana da cidade do Rio de Janeiro. E ilumina, em particular, três aspectos da política urbana da década de 1980: uma nova forma de entender as favelas como aglomerados (conurbações de favelas); a formação de um novo quadro técnico e a produção robusta de um saber administrativo sobre as favelas; e a incidência da ação das agências multilaterais no surgimento de uma nova etapa do “problema (da) favela”.¹⁶

Em um primeiro momento, essa história nos remete a 1980, como a matéria da segunda seção. A virada dos anos 1970 para a década seguinte é marcada por uma mudança na orientação do poder público com relação à busca por soluções para o “problema (da) favela”. A diretriz de suas ações passa a ser caracterizada pela urbanização desses espaços, com a manutenção das pessoas nos lugares onde vivem, e não mais pela sua erradicação ou remoção.

É possível mapear, na literatura sobre o tema, uma série de motivos que levou à predominância da urbanização sobre a remoção enquanto diretriz das ações estatais para as favelas (Pechman, 1982; Abrantes, 1986; Burgos, 1998; Machado da Silva, 2002; Brum, 2006; Gonçalves, 2013):

- a gravidade do problema, a ponto de ser reconhecido como problema nacional, por atingir outras cidades brasileiras;

16. Estamos falando em “problema (da) favela”, entre aspas e com esses parênteses, pois formulamos essa noção a partir da reflexão de três autores: Burgos (1998), Machado da Silva (2002) e Valladares (2005). O primeiro fala em “problema favela”; o segundo, em “problema da favela”; e a última, em “favela como um problema”. O diálogo entre esses textos, tal como foi interpretado neste trabalho, permite pensar na ação do poder público, não necessariamente nos espaços concretos das favelas, mas nas formas pelas quais eles foram produzidos pelos governos como espaços problemáticos, os quais necessitavam de soluções específicas. Assim, a noção de favela é entendida neste capítulo como território produzido pelo Estado (entendido como uma tecnologia de poder, entre outras, inserida em um dispositivo de governo), como mecanismo de gestão dos espaços (Foucault, 2008). Essa leitura também é informada pela reflexão de Veena Das e Deborah Poole (2004), que investigam o Estado a partir de espaços produzidos por seus agentes como margens. Esta nota de rodapé fez-se necessária a título de esclarecimento, muito básico, para a leitura do restante do texto, pois essa construção teórica é muito extensa e ultrapassa o propósito deste capítulo. Ela é apresentada de modo mais aprofundado no trabalho de doutoramento do autor, ainda em andamento.

- o fracasso, em termos quantitativos, da política de remoção em estancar o crescimento das favelas e de sua população;
- o apoio da Igreja Católica;
- a desaceleração da construção civil no mercado de habitações para as classes médias, de modo que o mercado de moradia de baixa renda se torna uma alternativa;
- a reorientação da política de financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) para moradias de classe média;
- o crescimento das favelas como reduto oposicionista nas eleições anteriores;
- a crescente organização e conscientização dos moradores de favelas;
- o potencial eleitoral, para as eleições estaduais de 1982 (“revalorização do voto”); e
- a forma como instituições financeiras internacionais passam a qualificar a questão das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo.

No caso do Rio de Janeiro, essa reorientação na atuação do poder público tomou forma em duas ações emblemáticas: a formulação pelo governo federal do projeto Rio, dentro do Programa de Erradicação da Sub-Habitação (Promorar), voltado para a urbanização das favelas da área da Maré; e a criação da SMDS, na gestão de Israel Klabin (1979-1980) na prefeitura da cidade. No caso do governo estadual, apenas com a eleição de Brizola esta esfera vai incorporar e replicar em suas políticas essa mudança de perspectiva de maneira mais efetiva.

Trata-se de ações de natureza distinta. A primeira diz respeito a uma grande intervenção urbana em uma área da cidade; a segunda, a uma mudança na estrutura de governo, com a criação de um órgão responsável por lidar com o “problema (das) favelas” na cidade, reconhecendo sua heterogeneidade e buscando coordenar as ações das diversas agências estatais que atuavam nestes espaços, municipais e estaduais. Em outras palavras, trata-se da intervenção de uma agência estatal no espaço e de uma mudança no aparato de governo, em sua estrutura burocrática, a partir de problemas que o espaço urbano colocava para ele. A SMDS foi criada para este fim, ficando sob sua responsabilidade também os serviços de assistência municipal na cidade.¹⁷

Entretanto, houve um impacto mais sutil, também efeito dessa mudança na forma de atuação do aparato estatal e, mais diretamente, dessas duas ações públicas, qual seja, uma maneira diferente de se compreender as favelas pelas

17. As duas ações já foram analisadas de modo abrangente, seja por pesquisas da época (Abrantes, 1986; Pechman, 1982), seja por análises posteriores e mais recentes (Burgos, 1998; Brum, 2006; Gonçalves, 2013).

agências estatais ou de se pertencer a elas, por parte de quem lá vive, que só vai repercutir na cidade uma década depois, na forma dos complexos de favela. Isto se fez possível, por um lado, pela forma como a SMDS se propôs a entender as favelas e lidar com sua expansão, seu grande desafio quando surgiu; e, por outro, a partir da organização dos moradores da Maré em resposta à intervenção do Promorar (não necessariamente nesta ordem). Essa nova perspectiva, por parte da SMDS, tomou forma mais acabada nas preocupações desse órgão com o que se passava na área hoje conhecida como Complexo do Alemão. Essas grandes unidades territoriais faveladas, Complexo do Alemão e Complexo da Maré, começaram a ser gestadas neste período, ainda que por caminhos distintos.

A novidade não seria o reconhecimento da heterogeneidade socioespacial interna às favelas, nos diversos setores, digamos assim, nos quais uma área favelada viria a se dividir. Há muito tempo, moradores, mas provavelmente também os gestores públicos, reconheciam a divisão espacial intrafavela. O que parece novo é a possibilidade de se pensar a contiguidade entre favelas distintas sob uma mesma unidade territorial, reconhecendo a diversidade que existe entre elas.

Essa nova percepção, de conurbações de favelas,¹⁸ foi informada, alimentada e reproduzida por um novo quadro técnico que se forma na gestão municipal na década de 1980. A perspectiva da urbanização coloca como desafio a esse reestruturado quadro burocrático do governo municipal a necessidade de conhecer as favelas. Delimitá-las, quantificá-las, classificá-las. Essa preocupação é demonstrada por Marcos Candau na reportagem mencionada na segunda seção deste capítulo e vai tomar forma na criação do Iplanrio, nos vários estudos produzidos por este instituto e outros órgãos municipais, nos debates em torno do número de favelas e de sua população. Todo um saber e as formas de se produzir este saber, com inovações técnicas e metodológicas, vão informar o programa Favela-Bairro na década seguinte, como nos diz Burgos (1998). Como vimos anteriormente, parte dessa história pode ser contada a partir da maneira pela qual o Complexo do Alemão foi sendo gerido no seio desse quadro técnico municipal.

Por fim, se pensarmos que o Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro (1983) de que tanto estamos falando aqui foi financiado pelo BID, a atuação das agências internacionais nesse período pode ser uma boa pista para se entender o período e os esforços de gestão das favelas. Sem muitos elementos, no momento, para analisar essa atuação, há indícios seguros que apontam a atuação desses órgãos multilaterais como um caminho importante para se compreender as transformações na política urbana carioca no início da década de 1980.¹⁹

18. Na matéria do *Jornal do Brasil*, Marcos Candau também fala da possibilidade de de Rocinha e o Vidigal se conurbarem em uma única favela.

19. A I Conferência do Habitat, realizada em Vancouver, em 1976, reorientou os programas habitacionais das instituições multilaterais como o Banco Mundial e o BID no sentido da urbanização de favelas (Cardoso, 2007).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de tempo considerado neste capítulo se estendeu de 1980, quando foi publicada a matéria trabalhada na segunda seção, a 1993, ano de criação do bairro do Complexo do Alemão, embora também tenhamos flertado com algumas situações que se passaram além desse intervalo, ora um pouco antes, ora um bocado depois. Por esse motivo, algumas dessas situações enunciadas não puderam ser aprofundadas, como os efeitos territoriais da espacialização do comércio ilegal de entorpecentes na consolidação dessa nova escala de pertencimento, interrogando, por exemplo, seus impactos na organização interna desse território e na forma como ele é vivenciado por moradoras ou moradores.

Podemos sugerir também que não foi possível prospectar, como diz Telles (2010), os jogos de escala acionados na dinâmica política local. Estes jogos permitem a interação de associações de moradores, cuja localização remete às favelas que compõem o Alemão, com novos atores políticos, como organizações não governamentais (ONGs) ou coletivos, que estabelecem suas demandas a partir desse espaço. São organizações sociais do mesmo lugar, mas que se colocam em escalas de pertencimento espacial distintas, gerando ora alianças, ora conflitos.

Por fim, o intervalo de tempo estudado permite reconstituir a trajetória de uma mentalidade de governo que passa a pensar as favelas cariocas em termos de complexos, mas não permite avançar na apropriação do termo sob uma lógica securitária e militarizada a partir da década de 1990 e das seguintes. Tampouco permite investigar como essa nova escala espacial para a elaboração de políticas públicas se materializou nas ações policiais e de segurança pública no Complexo do Alemão: na construção desse espaço desde a morte de Tim Lopes, passando pelas megaoperações de 2007 e 2010, até a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Valladares (2005) traz a ideia, extraída de Maurício de Abreu,²⁰ de que o termo favela surge vinculado, exclusivamente, ao Morro da Favela e que, apenas na segunda década do século XX, ele se torna um substantivo genérico. Surgiria aí, segundo a autora, “uma categoria nova para designar um *habitat* pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas” (Valladares, 2005, p. 26).

Terminamos este capítulo sugerindo que algo parecido aconteceu com a noção de complexo, a qual teria emergido, se não exclusivamente, ao menos em grande parte, da produção do Complexo do Alemão como um conjunto de favelas situado na Zona Norte da cidade, conjunto que mais havia demonstrado crescimento populacional na virada dos anos 1970 para os 1980. Este termo teria se tornado

20. Ver, em específico, Abreu (1994).

um substantivo genérico não mais aplicável a um lugar da cidade, mas a espaços de favelas contíguos que apresentassem uma homogeneidade geográfica, ainda que mantivessem uma heterogeneidade social e cultural. Um espaço pensado ou não desde uma lógica militarizada de produção do espaço.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo Roberto de Araújo. Novo período de redemocratização: política de urbanização. O novo e o velho, 1974-1980. *In*: VALLA, Victor Vincent (Org.). **Educação e favela**: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 112-165.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro. **Espaços e Debates**, n. 37, p. 34-46, 1994.

AJUZ, Christine. População das favelas atinge quase 2 milhões de habitantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1980. p. 19.

BRAGA, Roberto Saturnino. **Governo comunidade**: socialismo no Rio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BRUM, Mário Sérgio Ignácio. **O povo acredita na gente?** Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BURGOS, Marcelo Baumann. **A falência da Prefeitura do Rio de Janeiro**: 1988. 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento Econômico e Políticas Públicas) – Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 25-58.

CARDOSO, Aduino Lucio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos da Metrópole**, n. 17, p. 219-240, 1. semestre 2007.

CAVALLIERI, Paulo Fernando. **Favelas cariocas**: mudanças na infra-estrutura em 4 estudos. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1986.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. *In*: _____. (Ed.). **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 3-34.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas; Ed. PUC-Rio, 2013. p. 261-290.

IPLANRIO – INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Cadastro de favelas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1983.

_____. **Contribuição dos dados de população das favelas do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1984.

LEWIS, James. Os conselhos governo-comunidade. *In*: BRAGA, Roberto Saturnino (Ed.). **Governo-comunidade**: socialismo no Rio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. *In*: OLIVIERA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: histórias e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 220-237.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Caracterização e dados de áreas de favelas no Município do Rio de Janeiro – 1970/1980**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral, 1981.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1983. (Versão Preliminar).

PAGY, Evandro. Morro do Alemão, o que mais cresce. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1980. p. 20.

PECHMAN, Tema. A política de intervenção em áreas faveladas: o município do Rio de Janeiro – (1979-1980). *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 1982, Nova Friburgo, Rio de Janeiro. **Anais...** Nova Friburgo: Anpocs, 1982.

RESENDE, Jó Antônio. **Jó Rezende (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Alerj, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista52.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela. com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PAC DAS FAVELAS

Bruno Coutinho de Souza Oliveira¹

1 INTRODUÇÃO

Entre 2008 e 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executou uma série de obras em favelas do Complexo do Alemão, bairro localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Neste período, por meio de uma relação tripartite entre governos municipal, estadual e federal, em conjunto com o consórcio de empreiteiras do setor da construção civil, esta região do subúrbio carioca teve sua paisagem local significativamente alterada pelos novos conjuntos habitacionais e por uma série de equipamentos públicos construídos e instalados – escolas, unidade de atendimento médico, creches e um sistema de transporte conhecido como Teleférico do Alemão.

Sob as diretrizes do Ministério das Cidades (MCidades) e da Caixa Econômica Federal (Caixa) – financiadora do programa –, esse conjunto de ações baseou-se em experiências de políticas públicas direcionadas para áreas de cidades da América Latina que apresentavam baixos índices de desenvolvimento social – como as *comunas* de Medellín, na Colômbia. Tais políticas visavam implementar um tipo de urbanismo denominado social. Basicamente, o urbanismo social tinha como objetivo a recuperação física dos espaços (infraestrutura), aliada a projetos voltados para a habitação popular e o empreendedorismo, bem como a legalização das atividades profissionais consideradas pelo poder público como informais.

Todo esse movimento, segundo seus idealizadores, tinha a perspectiva da participação social como mecanismo de inclusão da população local nos processos de acompanhamento do programa no território e como modo de integração das favelas ao conjunto urbano da cidade. Espaços institucionais e eventos foram criados pelo governo do estado para viabilizar tal perspectiva participativa. No entanto, diversas representações governamentais atuaram no programa, organizando e materializando demandas locais. Estes agentes governamentais compunham com

1. Doutorando em sociologia pelo Instituto de Pesquisas Políticas e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj); e pesquisador do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis) e do Grupo de Estudos sobre Moradia e Cidade (Casa).

os atores locais – lideranças comunitárias e moradores da região – uma complexa rede de relações institucionais e pessoais entre o poder público e as representações comunitárias na arena política local. Isto relativizava (e muito) a legitimidade dos espaços formais de participação.

Para a caracterização do que possa vir a ser entendido como participação no PAC – tema recorrentemente trabalhado pela ciência política sob o viés da formalidade, ou melhor, da institucionalidade de grupos de poder (Fleury e Ouverney, 2007) –, cabe nesse primeiro momento iniciar um debate tomando como ponto de partida os processos governamentais engendrados na arena política do PAC, bem como os mecanismos participativos operacionalizados pelos atores sociais dentro da dinâmica do programa governamental no Complexo do Alemão. Procuo demonstrar que as relações sociais entre sujeitos em situação de assimetria social se estabelecem a partir de uma teia de significados reconhecidos entre as partes no momento da ação. Consequentemente, as dinâmicas participativas poderão ser mediadas por diversas redes relacionais (Marques, 2007) concomitantes que se definem e se reconfiguram permanentemente dentro dos grupos por meio de vínculos transitórios e permanentes, em fluxos alternados de comunicação individuais e coletivos, pautados pelo contexto em que os atores sociais estão inseridos.

Tais perspectivas tornam-se factíveis na medida em que a participação social desdobra-se no PAC a partir de dois eventos marcantes de 2010: o processo eleitoral e as chuvas de abril, que resultaram em milhares de desabrigados residentes em favelas nos morros da cidade. Com relação ao primeiro evento, este estava contemplado nos processos de elaboração dos projetos urbanísticos do PAC e impunha certa dinâmica regular de atendimentos de demandas dentro do escopo técnico-burocrático do programa governamental. Com o acontecimento das chuvas, este escopo é substancialmente modificado, abrindo-se espaço para demandas emergenciais da população. Consequentemente, tais demandas incidiram em uma personalização aguda das formas de representação social, mas também possibilitaram a organização de atores comunitários que até então não haviam sido contemplados pelo PAC. A mobilização da população e a urgência política para atender às exigências colocaram-se de maneira cabal e irremediável na reorganização institucional do PAC no Complexo do Alemão.

Cabe reiterar que parte das questões que apresento aqui visa à construção de um debate mais amplo e crítico sobre o tema da participação dentro da pesquisa que desenvolvo no doutorado. Os dados apresentados neste texto, referentes ao projeto implementado pelo governo do estado,² correspondem a uma parte da minha

2. O PAC no Complexo do Alemão foi dividido em dois projetos, um implementado pelo governo do estado, e outro pela prefeitura. A este respeito, ver Andrade *et al.* (2010).

pesquisa de campo realizada entre abril de 2010 e abril de 2011 para o mestrado (Oliveira, 2011) e a alguns dados registrados na pesquisa para o doutorado (em curso). No primeiro período em que estive em campo, também atuei como gestor técnico do próprio PAC no Complexo do Alemão, o que me permitiu ter um olhar privilegiado e mais ampliado sobre a ação no território, considerando-se, inclusive, a minha atuação e meu lugar no campo.

2 CONTEXTUALIZANDO: PRINCÍPIOS GOVERNAMENTAIS PARA A FORMATAÇÃO DO PAC DAS FAVELAS NO COMPLEXO DO ALEMÃO

Quando se caminha pelo Complexo do Alemão, chamam atenção na paisagem local os diferentes formatos de moradia construídos por suas avenidas, ruas e becos. Nos últimos cinco anos, as habitações populares construídas pelo PAC, denominados pelos atores governamentais como condomínios do PAC, mas como conjuntos (ou “predinhos”) pelos moradores, entraram em cena. À primeira vista, estes novos espaços de habitação diferenciam-se das demais construções que compõem o cenário deste local da cidade. Tanto pela arquitetura quanto por sua localização, estas novas habitações destacam-se em um universo bem diversificado. O próprio Complexo do Alemão é um espaço construído a partir de distintos entendimentos sobre o seu significado na cidade: ao mesmo tempo que é representado como um conjunto de favelas, também se configura institucionalmente como bairro³ e como antigo espaço da cidade privilegiado pelo processo de expansão industrial e urbano (Cavalcanti e Fontes, 2011).

O processo de ocupação dos morros do Complexo do Alemão tem seu início nos anos 1920, com uma série de fracionamentos em lotes de terras realizados pelos antigos donos de chácaras que compunham a região, e que resultaram em distintas formas de fixação e acesso à moradia (Couto e Rodrigues, 2015). A partir da década de 1940, esta região do chamado subúrbio da Leopoldina⁴ sofreu um impacto urbano significativo com a instalação de diversas fábricas, um forte fluxo migratório, a construção de conjuntos habitacionais e a abertura de vias expressas, como a avenida Brasil, em 1943 (Abreu, 1987; Rodrigues, 2014).

3. A Lei nº 2.055, de 9 de dezembro de 1993, instituiu o Complexo do Alemão como bairro. Ver a esse respeito o capítulo de Matioli, neste livro.

4. Essa região da Zona Norte do Rio de Janeiro passa a ser reconhecida como subúrbio da Leopoldina com a inauguração em 1858 da estrada de ferro Leopoldina, com trechos que passavam por dentro da malha urbana no seu trajeto de escoamento da produção de café e interligação com estado de Minas Gerais. Outra rede de trilhos fundamental para a composição e a construção do significado dos subúrbios é a estrada de ferro Central do Brasil, inaugurada em 1859, que ligava o estado do Rio de Janeiro a São Paulo, e originou o chamado subúrbio da Central.

Com as sucessivas crises econômicas, a crescente militarização do mercado varejista de drogas e as sucessivas incursões policiais nas favelas⁵ da região – marcando fortemente o cotidiano de seus moradores a partir de meados de 1980 –, a representação simbólica sobre o Complexo do Alemão foi impregnada pelo teor da violência urbana. O local passou a ser considerado um dos mais perigosos da cidade, “quartel-general” de uma facção criminosa. Este local ainda segue a trajetória secular interpretativa sobre os espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro no imaginário social, conforme apontaram Machado da Silva (2002; 2011⁶), Valladares (2005) e Burgos (1998). A região hoje é considerada uma das mais populosas do município, com cerca de 60 mil habitantes em 18,4 mil domicílios, segundo IBGE (2010).⁷

Tomando como base a perspectiva da precariedade e da violência urbana, o governo federal propôs uma modalidade dentro do PAC intitulada PAC das Favelas. No Rio de Janeiro, o PAC das Favelas foi elaborado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) entre 2007 e 2008. Esta proposta⁸ tinha como objetivo buscar a integração destes espaços ao conjunto da cidade, dando atenção à urbanização de assentamentos precários, especialmente na garantia do acesso ao saneamento ambiental, à regularização fundiária, à moradia adequada e à inclusão social (Jáuregui, 2010). A implementação do PAC no Complexo do Alemão teve como base o que Jorge Mario Jáuregui definiu como urbanismo social,⁹ que deveria:

articular uma construção de cidade (não só de habitação, mas também da habitação com seus complementos de equipamentos e serviços sociais: educação, trabalho, transporte,

5. Atualmente, a definição de quantas favelas e áreas internas compõem o Complexo do Alemão varia de acordo com a fonte pesquisada. Durante a implementação do PAC, o governo do estado e a empresa contratada para realizar o trabalho social consideraram o número de treze comunidades (Morro da Baiana; Morro do Alemão; Itararé-Alvorada; Morro do Adeus; Morro da Esperança; Matinha; Morro dos Mineiros; Nova Brasília; Palmeiras; Fazendinha; Grota; Reservatório de Ramos; e Casinhas). Ver Instituto Dialog (2010).

6. Texto originalmente publicado no periódico *Cadernos Brasileiros*, ano XI, n. 41, p. 35-47, 1967.

7. Diferentemente do quantitativo populacional apresentado pelo Censo IBGE 2010, o Censo das Favelas do PAC, realizado em 2008 e 2009 pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop), apontou 90 mil habitantes em 28 mil domicílios para a região que receberia as intervenções do PAC (Emop, 2010). Porém, em diversos diálogos com moradores, estes afirmam que tais números não representam a realidade do complexo. Segundo Alan Brum, diretor executivo do Instituto Raízes em Movimento, há mais de 150 mil pessoas no Complexo do Alemão.

8. Entre os principais critérios definidos pelo MCidades para a seleção de propostas de projetos para o PAC das Favelas estavam: *i*) localização do território alvo da intervenção nas regiões metropolitanas (RMs) de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Curitiba e Porto Alegre; *ii*) localização do território alvo da intervenção em municípios de grande porte, que tenham população total superior a 150 mil habitantes, ou que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional; *iii*) articulação e integração da proposta no território, com envolvimento de mais de um agente institucional na área de abrangência e na execução do projeto – estado e município, ou mais de um município; e *iv*) potencial do projeto para a mitigação de danos ao meio ambiente, causados por assentamentos irregulares em áreas de mananciais, preservação ambiental e preservação permanente (Brasil, 2007, p. 3).

9. O urbanismo social, imaginado para o Complexo do Alemão pelo arquiteto argentino Jorge Mario Jáuregui, pode ser entendido como um conjunto de procedimentos propostos pelo Estado, a partir de demandas sociais históricas, que operam baseados em um ideal de integração social. Segundo Roldán (2011a; 2011b), o conceito urbanismo social começa a circular como prática discursiva no período do governo do *alcalde* (prefeito) Sergio Fajardo (2004-2007), em Medellín, para se referir a um conjunto de ações que vão desde intervenções físicas no espaço a ações que buscam o desenvolvimento social.

saúde, cultura) com condições de urbanidade e espaço público. O urbanismo social deve ser concebido na perspectiva da mobilização produtiva do território (detecção de potenciais) e os projetos de impacto urbano devem ser elaborados sob a ótica da eco-eficiência no campo dos recursos tanto materiais quanto humanos (...). O urbanismo social, no sentido aqui sustentado, significa a consideração das condições de vida urbana em primeiro lugar, por sobre qualquer outra perspectiva, econômica ou técnica (Jáuregui, 2010, p. 39).

Contudo, para que a proposta de integração social se materializasse sob o princípio do urbanismo social, o PAC das Favelas deveria:

viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar (Brasil, 2007, anexo 2, p. 3).

Nesse sentido, a participação passa a ser entendida pelos órgãos responsáveis pelo PAC como um conceito operacional desta política pública. Segundo Jáuregui, o conceito deve ser entendido como ato de “participação dos destinatários dos projetos (representação política) através da interpretação das demandas” (Jáuregui, 2010, p. 39). A participação, sob o olhar do arquiteto urbanista responsável pela elaboração do PAC das Favelas para o Complexo do Alemão, deveria ser um instrumento capaz de estabelecer o “diálogo entre as diferenças, entre os diversos interesses, entre o individual e o coletivo e entre o público e o privado” (*idem, ibidem*).

Nessa direção, com vistas a viabilizar tal perspectiva participativa, o governo do estado, com base nos manuais operacionais¹⁰ do programa, criou o PAC Social. Este braço social do PAC estava estruturado metodologicamente sob três eixos de ação:¹¹ gestão de impactos (GI), desenvolvimento sustentável (DS) e gestão compartilhada (GC). Os eixos deveriam se desenvolver de forma articulada para imprimir a perspectiva integrada do urbanismo social. A partir de cada eixo mencionado, o trabalho social (TS)¹² do PAC desenvolveu-se tendo como principal referência espacial o Canteiro Social, local institucionalizado onde grande parte das ações participativas – como sorteios de unidades habitacionais, capacitação de moradores para empreendedorismo e reuniões de acompanhamento de obras – aconteceu.

10. Todo o conteúdo do trabalho social do PAC foi elaborado com base nas orientações do manual de instruções do MCidades e nos anexos 1 e 2 da Instrução Normativa MCidades nº 27/2012 (Brasil, 2007).

11. Para mais detalhe sobre o escopo de cada eixo e a forma como se articularam no território, ver Oliveira (2011).

12. O conjunto de ações estruturadas no PAC Social foi definido como TS. Este foi um mecanismo criado pelos gestores públicos para se diferenciarem das ações do PAC Obras e marcar um posicionamento sobre a importância da metodologia e do conteúdo do eixo maior da atuação social. Ver Oliveira (2011).

Dessa forma, estabelecendo um diálogo entre os pressupostos do urbanismo social e as práticas participativas, para os fins deste texto, o que busco destacar é a dinâmica participativa de atores e grupos sociais tomando como base discursos construídos na *arena política* do PAC. Sobre a dinâmica participativa, entendo-a como a articulação de um conjunto de ações individuais e coletivas, diretas ou indiretas, bem como os processos de associação de atores sociais a partir de interesses individuais e coletivos, explicitados ou velados, inseridos na arena política. Esta arena pode ser definida como o ambiente onde se travam as disputas políticas, muitas vezes “num contexto complexo regido pela imprevisibilidade e pluralidade de interesses dos atores organizacionais, próprio do modelo político” (Silva, 2007, p. 106). Assim, as características da arena política influenciarão, em grande parte, na dinâmica da vida política, conforme as instituições decisórias vigentes, a configuração organizacional dos grupos, e os valores e as prioridades estratégicas dos atores sociais (Reis, 1997).

3 OS ATORES NA ARENA POLÍTICA DO PAC

Discutir tal dinâmica participativa pressupõe a caracterização dos diversos atores e seus grupos na arena, inclusive a minha participação. Ao longo de todo o período em que estive no campo, trabalhei em duas frentes de ação: como gestor governamental e como pesquisador acadêmico. Como gestor, atuei de maneira decisiva em diversos momentos da política na região. Anotei e encaminhei pedidos de moradores às instâncias superiores da hierarquia governamental; acompanhei vistorias técnicas em casas condenadas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil; e participei de reuniões cujo objetivo era compartilhar informações sobre as obras com a população, além de encontros com organizações locais que tinham como princípio construir coletivamente agendas propositivas para ações de governo para a região. Como pesquisador, preoquepei-me em observar as formas de representação e participação desses sujeitos na arena e coletar dados que demonstrassem como a população, a partir de algumas representações sociais específicas, entendiam tal dinâmica participativa dentro das diretrizes do programa federal.

Essa dupla entrada no campo trouxe-me alguns dilemas sobre a minha participação na arena. Ao mesmo tempo que pesquisava com o olhar científico, atuava como ator que interferia diretamente nos processos participativos, inclusive como ator político. Esta *etnografia multissituada* (Marcus, 1995) resultava em uma quebra permanente de dicotomias, em que os limites da ação apresentavam-se como o cruzamento de tipos de compromissos pessoais muitas vezes contraditórios. Da mesma forma, Marcus (1995, p. 113) nos indica que este tipo de posicionamento no campo da pesquisa promove um tipo de ativismo no etnógrafo, pois a todo instante renegociam-se identidades em sítios diferentes, buscando a leitura sobre “um pedaço do sistema mundial”. Em outras palavras, a constituição da minha

identidade no campo foi permeada concomitantemente por exigências de múltiplas instâncias normativas – acadêmica, governamental e da própria comunidade local. O resultado desta confluência de significados na formalização de um tipo de arena participativa evidenciou o quanto os atores estão permeados por interesses *a priori* conflitantes, mas que se coadunam em movimentos individuais e coletivos estratégicos para o atendimento das mais variadas demandas, mesmo no meu caso, em que a efetividade da minha participação foi restrita, devido aos limites do cargo que eu ocupava.

De todo modo, diversos atores formavam essa arena política do PAC. Intermediadores do governo, da iniciativa privada e de instituições comunitárias compuseram uma complexa rede de articulações políticas locais. O governo do estado atuava por meio de três representações: *i*) SEASDH¹³ e Secretaria de Estado da Casa Civil (Casa Civil); *ii*) Secretaria de Estado de Governo (Segov); e *iii*) Secretaria de Estado de Obras (Seobras) e Emop. Cada representação institucional possuía um papel a desempenhar no território, com funções burocráticas definidas, o que não as impedia de disputarem a relevância política diante da população atendida e das lideranças locais. Em muitas situações – como no processo de encaminhamento de nomes para a composição de listas para sorteio de unidades habitacionais –, as atuações confundiam-se, gerando muitas vezes resultados conflituosos (listas diferentes, por exemplo). Cada secretaria indicava um ator governamental – denominado gestor de território – para atuar como elo entre a sociedade e o Estado, consolidando e encaminhando as demandas aos níveis hierárquicos superiores na estrutura do programa.

No cotidiano da política, os gestores delimitaram uma espécie de rede relacional privilegiada para interlocução, no qual firmavam os compromissos para operacionalização do PAC no Complexo do Alemão. Os conteúdos desses compromissos passavam tanto pelas expectativas em torno da campanha eleitoral – que ganhava um caráter cada vez mais presente e ansioso no território – quanto pelas articulações contrárias, de resistência ao modo como o PAC operacionalizava suas ações junto à população.

Ao longo do tempo, as equipes de governos, de uma forma bem ampla, trabalharam atendendo as solicitações de moradores baseados no que Nunes (1997)

13. O PAC Social desenvolveu-se inicialmente por meio da SEASDH. No entanto, a partir de janeiro de 2010, devido a um arranjo político-partidário entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), toda a equipe foi deslocada para a Casa Civil.

definiu como relação “*patron-cliente*”.¹⁴ Este tipo de comportamento impõe aos sujeitos inseridos na arena a necessidade de reconhecimento das assimetrias entre eles no jogo político engendrado pelos operadores da política pública local. No entanto, a relação que se estabelece – ora de forma mais velada, ora bem explícita – é de troca de favores, de pactuação em torno de *demandas diretas* postas na dinâmica da política. Estas demandas oriundas da arena chegavam aos gestores para que as encaminhassem o quanto antes aos superiores imediatos. Cada pedido recebido era avaliado considerando-se seu conteúdo, seu autor, sua representação no território e o impacto que geraria no território. A maior parte restringia-se a pedidos de emprego, doações (cesta básica, roupas), reavaliação de valores de imóveis para indenização e inclusão nas listas para recebimento de unidades habitacionais.

Para a efetivação dos pedidos – principalmente relacionados a vagas de emprego –, os atores governamentais articulavam-se com atores privados do consórcio de empreiteiras Rio Melhor. Muitos desses pedidos originavam-se dos presidentes de associações de moradores, canalizadores de demandas internas das comunidades. Dentro dessa dinâmica, pastores de congregações evangélicas, vereadores da região, operadores do mercado varejista de drogas – que até novembro de 2010¹⁵ marcavam presença de forma mais visível nos espaços das favelas – e os moradores que não tinham nenhuma forma de representação institucional também marcaram fortemente a arena com solicitações e exigências que remetiam à permanente necessidade de apoio para o processo eleitoral em curso.

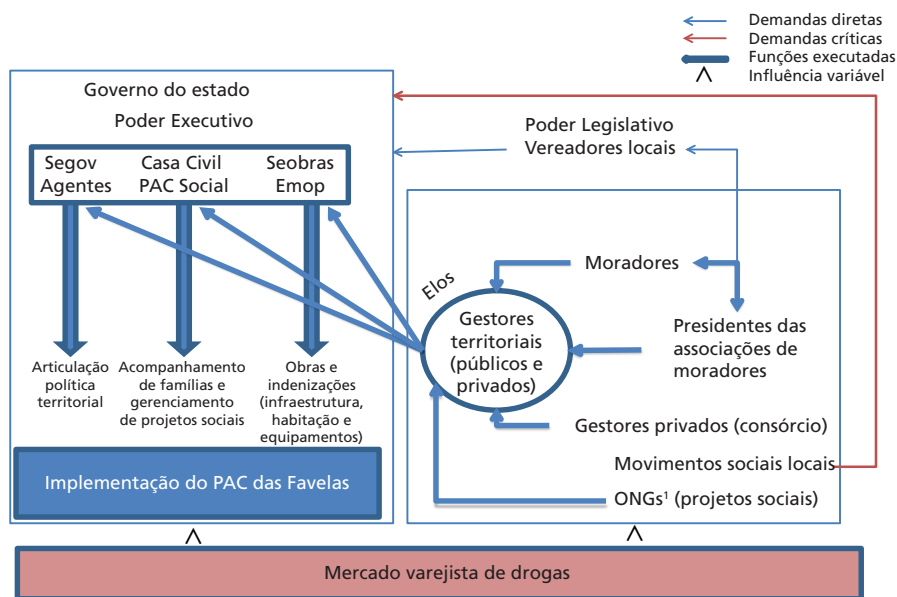
Na contramão do caráter mais clientelista do jogo Estado-sociedade civil, cabe mencionar o papel relevante de organizações locais que atuavam na arena política sob um conjunto de *demandas críticas* junto ao PAC na região. Organizações como o grupo socioambiental Verdejar, o Instituto Raízes em Movimento, o grupo Éfeta, o Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (Educap), entre outros, promoveram encontros, reuniões e palestras com gestores públicos, acadêmicos e urbanistas com vistas à resolução de problemas históricos das favelas. Formaram o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), que tinha como propósito organizar a representação coletiva independente da máquina política local. Os encontros organizados pelo

14. Edson Nunes (1997) define o *patron* como aquele que possui contatos com o mundo exterior e tem comando sobre os recursos políticos externos. Possibilita a realização de demandas a partir dos recursos que obtém, dos quais dependem os clientes. Logo, dentro destes universos, o mundo econômico e o social se confundem, constituindo assim um sistema de valores que se sustenta em critérios pessoais e não universalistas. O autor mantém a expressão *patron* na versão de sua obra em português. O termo aproxima-se na visão das expressões coronel, chefe de máquinas políticas urbanas, pequenos chefes locais ou mesmo líderes que controlam máquinas sindicais. O importante é observar que a relação *patron-cliente* define um tipo especial de relação de troca assimétrica.

15. Em 28 de novembro de 2010, policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (Bope), policiais civis, federais, além de homens das Forças Armadas, em uma verdadeira operação de guerra, invadiram o Complexo do Alemão no que seria o início das ações para a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) ocorrida em 30 de maio de 2012. A entrada e a permanência do Exército na localidade alteraram o cenário político da região, incidindo diretamente na correlação de forças dos atores e dos grupos com o PAC.

CDLSM buscavam estabelecer uma perspectiva horizontal baseada em redes de solidariedade local (Putnam, Leonardi e Nanetti, 2006, p. 17). Em algumas reuniões de que participei, discutiram sobre temas relevantes para as favelas, como a organização de mutirões, a definição de projetos educacionais e ações socioambientais, bem como o posicionamento político que deveriam adotar diante do PAC. Este comportamento coletivo remetia ao que Putnam, Leonardi e Nanetti (2006, p. 31) consideram como fundamental para a constituição de um espírito cidadão: o reconhecimento dos pares como “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”.

FIGURA 1
Dinâmica do PAC das Favelas no Complexo do Alemão – implementação do projeto do governo do estado (abr./2010-nov./2010)



Elaboração do autor.

Nota: ¹ Organizações não governamentais.

Obs.: Vereadores locais são aqueles com bases eleitorais no Complexo do Alemão.

No entanto, a constituição de grupos organizados em torno de mecanismos distintos de ação na arena política não retira de uns a necessidade de atendimentos de demandas mais diretas (como a necessária retirada de entulhos de becos e vielas), muito menos o tom crítico daqueles que precisam com mais urgência de realizações via poder público (como a abertura de novas vagas em creches da região). São os contextos experimentados por cada sujeito e seus grupos historicamente situados na arena política que impõem o tipo de posicionamento estrategicamente adotado:

ora para o atendimento de demandas mais diretas, ora para a construção coletiva e individual de demandas mais críticas. De todo modo, o que quero destacar nesse primeiro momento é o peso que as eleições de 2010 tiveram nos arranjos locais e na forma como o programa foi operacionalizado no território. Mais que isso: com as chuvas e os desabrigados de abril de 2010, o que estava fluindo sob as normas operacionais do programa e o calendário de obras ganha um caráter dramático, impondo aos gestores públicos outra dinâmica no atendimento das demandas locais.

4 ANTES DAS CHUVAS DE ABRIL

A implementação do PAC foi marcada por dois momentos: antes e depois das chuvas de abril de 2010. No período que antecedeu as fortes chuvas, o programa ditava seu ritmo com base no calendário e na situação das pessoas que sofriam os impactos das obras – principalmente os transtornos à mobilidade dos moradores, a interrupção de serviços fundamentais para a comunidade, assim como aqueles impactos decorrentes do processo de mudança de famílias em função das frentes de obras. Segundo relatos de técnicos das empresas que atuavam no território, a participação dos moradores estava dentro dos fluxos burocráticos definidos para a “realocação”¹⁶ das famílias por meio de seis etapas procedimentais: cadastro, avaliação da casa, negociação para indenização, encontros de integração, mudança e instalação.

Para o cadastro, os técnicos do TS – a maior parte moradores contratados do próprio Complexo do Alemão – acompanhavam as vistorias realizadas pela Emop para medição e avaliação de residências. Estas casas precisavam ser removidas ou por estarem na linha de frente das obras ou por terem sido avariadas pelo uso constante de máquinas pesadas no morro. Depois, com os valores calculados, os técnicos orientavam os proprietários a procurar o técnico da Emop para negociar a indenização: indenização simples, compra assistida¹⁷ ou unidade habitacional. Quando os responsáveis pela moradia eram inquilinos, após o cadastro, passavam a receber o valor mensal de R\$ 400,00 – o aluguel social – por três meses. Era a garantia que o governo do estado dava aos não proprietários.

As famílias que não obtinham uma avaliação de seu imóvel compatível com a compra de outro imóvel em valores de mercado se viam forçadas a optar pela unidade habitacional. A partir daí, gestores técnicos do PAC organizavam junto com entidades privadas e representantes da Caixa (operadora do programa) as reuniões que visavam “preparar” as pessoas para viverem em conjuntos de unidades

16. O termo realocação foi utilizado pelo PAC Social buscando diferenciar suas ações com as famílias dos registros históricos e traumáticos de remoções promovidas por políticas públicas no município do Rio de Janeiro. Há vasta literatura sobre o tema; conferir, em especial, Valladares (1978).

17. Nessa modalidade, o morador desapropriado recebe indenização pelo seu imóvel acrescido de 40% do valor total do mesmo. Contudo, deve garantir que não voltará a morar em área de risco na favela, e de preferência irá viver no “asfalto”. Todo o processo de compra é acompanhado pelo estado por meio da Emop.

habitacionais, os chamados condomínios do PAC. Estas reuniões foram definidas pelos órgãos responsáveis pela execução do programa, com base no Caderno de Orientação do Trabalho Social (Cots), como “encontros de integração” (Conceição, 2014), e tinham em sua proposta um caráter formador, de cunho pedagógico.¹⁸ Cabe frisar o caráter impositivo do encontro. Somente com a comprovação de presença nestes encontros os moradores realocados poderiam receber as chaves das unidades habitacionais. Após a conclusão dos encontros e a comprovação das presenças, os gestores técnicos do PAC tinham a função de apoiar todo o processo de mudança física dos moradores, com aluguel de caminhões e agendamento. A instalação correspondia à etapa final de acomodação no novo espaço de moradia.

Todo esse fluxo baseou o desenvolvimento do eixo do PAC denominado GI. Este eixo enquadrava a população impactada em regras predefinidas. Sua participação na implementação do programa limitava-se a aderir aos formatos institucionais de participação – como os encontros de integração – e aceitar as condições postas pelo governo para sair de sua casa. Em alguns casos, quando o morador encontrava-se em situação mais desfavorável para negociar com a Emop – ou por ter uma avaliação da casa com valor abaixo do necessário para escolher onde morar, ou por ser apenas inquilino –, o resultado era o encaminhamento para uma unidade habitacional. Esta negociação estabelecia-se de maneira individualizada e coercitiva.

Ao mesmo tempo, alguns atores comunitários possuíam o reconhecimento dos atores governamentais para negociar melhores condições de indenização e até mesmo indicar pessoas que deveriam receber indenizações e ser alocadas em unidades habitacionais. Este movimento situava-se dentro de uma relação mais personalizada entre governo e comunidade, diante de uma racionalidade eleitoral que visava fortalecer a máquina político-partidária¹⁹ naquela região, em uma normatividade operacional e informal mais ou menos prevista. Com as chuvas de abril, há certa quebra de previsibilidade por parte dos atores sociais. Por meio da mobilização dos moradores, a questão da moradia passa a ser central no conjunto das demandas, as relações entre os grupos locais se reconfiguram sob novas estratégias de ação,

18. Conceição (2014, p. 2) argumenta que esse tipo de mecanismo de preparação dos moradores em novos formatos de moradia popular se inscreve em uma “tradição quase secular de disciplinarização e controle dos pobres por meio das formas de habitação, que tem o Estado como agente executor”.

19. Diniz (1982) desenvolveu o conceito de máquina política tendo como base os aspectos que fundamentaram as ações político-partidárias dentro do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e as consequências da montagem e da consolidação de uma complexa máquina partidária, que ganhou maior expressão após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, estendendo-se em ramificações pelos municípios do interior fluminense. Para a autora, “máquina política é a organização que se baseia no poder de atração das recompensas materiais”, que incluem acesso a “empregos e cargos na administração pública pela manipulação da influência política dos dirigentes e quadros partidários, a obtenção de privilégios de diferentes tipos, desde contratos de fornecimento de bens e serviços para órgãos governamentais, até a maximização das oportunidades de realização de negócios particulares através de contatos políticos e tráfico de influência (...) para o círculo dos negócios, o chefe político proporciona privilégios e oportunidades especiais que permitem ganhos econômicos imediatos” (Diniz, 1982, p. 27-28).

e os moradores desabrigados constroem-se como grupo relevante no processo de implementação do programa.

5 AS CHUVAS DE ABRIL E A PARTICIPAÇÃO EMERGENCIAL

As tempestades que acometeram o Rio de Janeiro nos dias 5 e 6 de abril de 2010 deixaram milhares de desabrigados e mortos em diversas regiões do estado. O Complexo do Alemão, como outras áreas com moradias nas encostas dos morros, sofreu um impacto significativo no seu território, com casas destruídas, deslizamentos de terra e muitas famílias desabrigadas, literalmente, da noite para o dia.

Até aquele momento, a questão da habitação estava restrita à população que era encaminhada pela equipe do trabalho técnico à Emop para negociar. As chuvas e os desastres possibilitaram aos milhares de desabrigados serem inseridos de maneira definitiva à demanda histórica por moradia no programa governamental. As formas de mobilização desta parte da população local, a força com que os desabrigados operacionalizaram o discurso do direito à moradia e o peso político que a questão ganhou na opinião pública resultaram na quebra momentânea de previsibilidade dos atores sociais envolvidos nos processos normativos do PAC das Favelas no Complexo do Alemão.

Poucos dias depois dos desastres, o governo do estado promulgou o Decreto Estadual nº 42.406/2010,²⁰ instituindo ações direcionadas às populações desabrigadas e às que deveriam ser retiradas das áreas de risco sob a rubrica governamental de emergência. Este eixo de atuação se diferenciava do eixo GI, mas utilizou-se dos mesmos fluxos procedimentais burocráticos metodologicamente definidos no eixo GI – que praticamente deixou de fazer sentido dentro da conjuntura emergencial.

Com os recursos disponibilizados para a emergência²¹ e a possibilidade de construção de mais unidades habitacionais, um tipo de ação comunitária foi marcante para a materialização da política do PAC: a formação de grupos de pressão, tanto dos moradores desabrigados quanto dos presidentes de associação sobre os atores governamentais. Os dois grupos incidiram diretamente sobre o que foi definido em seguida pelo governo como eixo emergência.

20. Em 13 de abril de 2010, o então governador Sérgio Cabral sancionou o Decreto Estadual nº 42.406, que instituiu o Programa Morar Seguro, orientado a construir unidades habitacionais visando ao "reassentamento da população que vive em áreas de risco no estado do Rio de Janeiro" (Estado do Rio de Janeiro, 2010). A partir deste decreto, instituíram-se novas ações para a remoção de famílias a partir de critérios para classificação de áreas consideradas de risco. Regulamentava-se também a possibilidade de pedido de auxílio (técnico e financeiro) por parte dos municípios para a realização de estudos técnicos de mapeamento de áreas de risco.

21. Segundo o art. 6 do Decreto Estadual nº 42.406/2010, o governo do estado destinaria cerca de R\$ 1 bilhão do espaço fiscal relativo a 2009 para a contratação de empréstimos visando à construção de imóveis populares a serem destinados ao reassentamento da população em área de risco de toda a RM atingida pelas chuvas.

Os moradores desabrigados constituíram-se em grupo e organizaram-se em *redes de influências*, atuando de maneira coletiva e individual, semelhante aos outros grupos pertencentes à arena do PAC. Coletivamente, ocupavam os espaços institucionais criados pelo programa para pressionar presencialmente os gestores públicos e privados. Individualmente, procuravam os gestores que atuavam como elos para fazer os pedidos de ordem mais pessoal. Nesse momento, explicavam suas situações, expunham seus dramas e tinham a oportunidade de sensibilizar os gestores territoriais com suas histórias de vida. Alguns moradores desabrigados lideraram os movimentos reivindicatórios. Exerceram influência interna no seu grupo, ditando como as demandas deveriam ser colocadas em reuniões com gestores públicos.

Os presidentes de associações de moradores também exerceram influência direta na reformulação dos processos internos do programa. Tornaram-se atores importantes, na medida em que intercediam em nome das suas comunidades e consolidavam a máquina político-partidária que operava na região desde o início da implementação do PAC. O movimento foi duplo: enquanto apresentavam as demandas de suas comunidades ao poder público, legitimavam-se internamente em seus grupos e fortaleciam suas representações diante dos atores governamentais que atuavam no território do Complexo do Alemão.

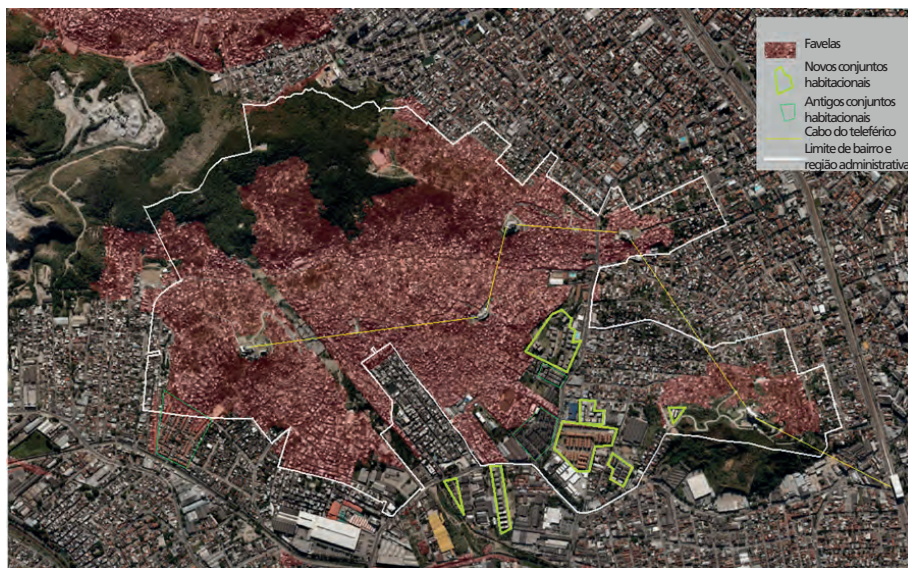
De todo modo, cabe ressaltar que os dois grupos, os desabrigados e os presidentes das associações de moradores, aproximavam-se e distanciavam-se à medida que entendiam que seus interesses poderiam ser atendidos momentaneamente sem a interferência do outro. Do lado dos desabrigados, alguns moradores estabeleceram relações próximas com gestores, diferenciando-se dos demais na aquisição de benefícios. Da mesma forma, os presidentes de associações de moradores tinham pesos diferentes na arena, que variavam de acordo com o grau de alinhamento político que tinham com o governo e com a importância e o reconhecimento estabelecidos diante dos pares comunitários. De uma forma geral, tinham como principais referências governamentais os coordenadores do PAC pela secretaria da Casa Civil e os assessores da Segov. Os gestores de território muitas vezes atuavam como intermediadores, mas na maior parte do tempo os grupos procuravam as instâncias que de fato decidiam quem seria atendido ou não – coordenadores e supervisores de campo.

Todo esse movimento interferiu diretamente na maneira como a política de urbanização do Complexo do Alemão foi construída, principalmente quando nos referimos às mudanças de critérios do programa federal para atendimento das demandas por habitação. Praticamente, entre abril de 2010 e abril de 2011, a orientação central no processo de implementação do programa na região baseou-se no eixo emergência. Isto provocou a inserção e a participação efetiva de diversos atores sociais não esperados naquela arena política. Como resultado concreto para o

período, dois conjuntos habitacionais foram construídos pelo PAC (Adeus e Poesi), e dois foram arrendados pelo governo do estado por meio do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para atender principalmente os desabrigados, totalizando assim 966 moradias.²² Os apartamentos do PAC tornaram-se valor substancial na dinâmica eleitoral do programa no Complexo do Alemão.

FIGURA 2

Complexo do Alemão: favelas, conjuntos habitacionais, rota do teleférico e limites do bairro



Elaboração do autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as relações sociais situadas em arenas políticas específicas, em uma perspectiva mais empírica, torna-se um empreendimento um tanto quanto difícil, tendo em vista que o conteúdo dessas relações é formado por grande número de atores sociais em dinâmicas participativas e arranjos sociais muito complexos.

Da mesma forma, refletir sobre participação é enfrentar a necessária definição de um conceito bastante fluido e que não se restringe ao seu conteúdo formal-institucional. Fleury e Kabad (2014) nos indicam que, ainda que a noção de participação seja constitutiva da própria teoria democrática – logo, sem participação

22. No total, o PAC 1 ofereceu 1.902 novos apartamentos no Complexo do Alemão, distribuídos em sete conjuntos habitacionais (Adeus; Poesi; Itaóca 1.174; Itaóca 1.833; Condomínio da Paz – Hélio Gás; Residencial Beija-flor; e Residencial Canário), mais os arrendados do PMCMV (Jardim das Acácias e Residencial Palmeiras).

não há democracia –, seu significado varia de acordo com as configurações sociais, o que resultará em diferentes traduções institucionais na arquitetura da participação em cada país. A participação social na implementação do PAC no Complexo do Alemão ocorreu de maneira multiformatada, não correspondendo aos padrões participativos definidos pelas secretarias de governo responsáveis pela elaboração do programa. O contexto político-social influenciou diretamente as formas e os desdobramentos desta participação, tendo os moradores desabrigados e os presidentes de associação de moradores papéis relevantes (e visíveis) na reconfiguração do PAC no território. Com a mudança de cenário, grupos historicamente subalternizados puderam participar de maneira mais atuante e ditaram os pressupostos para uma nova configuração do programa no território, com foco na habitação de interesse social.

A ideia de participação baseada no que Jáuregui define como urbanismo social materializou-se fora dos parâmetros institucionais especificados nos manuais governamentais. Ela aconteceu na rua, na esquina, nas relações entre os sujeitos que se relacionaram diariamente e que muitas vezes comprometeram-se uns com as vidas dos outros, seja por interesses político-partidários, seja por afinidade ou comoção diante daquela precariedade na vida do seu interlocutor. Sob a perspectiva de Das e Poole (2008) – que afirmam a necessidade de se refletir sobre as práticas e as políticas de vida em seu campo de materialidade –, poderia afirmar-se que o programa foi o resultado da conjugação entre os procedimentos estatais e a dinâmica das relações pessoais, de acordo com a conjuntura momentânea, desdobrada nos tênues limites entre o institucional e o casual. As dicotomias previamente definidas em normatizações processuais estatais – informal-formal, público-privado, institucional-comunitário etc. – entrelaçaram-se em demandas mútuas a partir de expectativas contraditoriamente concorrentes e complementares entre si.

As chuvas ressignificaram a questão da moradia no programa e na arena política. As unidades habitacionais, ao mesmo tempo que se tornaram moeda de troca, materializaram o direito à moradia. Sujeitos até então esquecidos tornar-se-iam peças fundamentais no jogo da política eleitoral. Promoveram um gestor territorial a vereador e reelegeram o governador.²³ Cabe agora identificar os desdobramentos dessa política participativa do PAC no Complexo do Alemão.

23. Com a grande exposição do PAC nas campanhas eleitorais de 2010, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB, foi reeleito no primeiro turno, com ampla vantagem em relação ao segundo colocado – 66,08% (5.217.972) dos votos, contra 20,68% (1.632.671) de Fernando Gabeira (Partido Verde – PV). Nas nove zonas eleitorais correspondentes aos bairros que compõem o Complexo do Alemão, o candidato reeleito obteve a média de 69,95% (202.565) dos votos válidos contra 21,34% (60.548) do segundo colocado, estabelecendo uma considerável diferença de 142.017 votos na região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Jorge Zahar, 1987.
- ANDRADE, Carla Coelho *et al.* Intervenção sócio-urbanística no Complexo do Alemão: referências para futura avaliação. *In*: CARDOSO JÚNIOR, José Celso. (Org.). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3. p. 713-734.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Instruções específicas para desenvolvimento de trabalho social em intervenções de provisão habitacional**. Brasília: MCidades, 2007.
- BURGOS, Marcelo M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CAVALCANTI, Mariana; FONTES, Paulo. Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca. **História Oral**, v. 14, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=221&path%5B%5D=225>>.
- CONCEIÇÃO, Wellington. Agora você é madame: os encontros de integração do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre. *In*: CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 11., 2014, Rosario, Argentina. **Anais...** Argentina: Caas, 2014.
- COUTO, P. A.; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2159).
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913917002>>.
- DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p.
- EMOP – EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Censo das Favelas do PAC**. Rio de Janeiro: Emop, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Apresentacao-Censo.pdf>>.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.406, de 13 de abril de 2010. Institui o programa Morar Seguro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 1, 14 abr. 2010.

FLEURY, Sonia Maria T.; KABAD, Juliana. Metonímias da participação pacificada. **Scripta Nova** – revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, v. 18, n. 497, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-497.htm>>.

FLEURY, Sonia Maria T.; OUVÉNEY, Assis Maford. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DIALOG. **Relatório do plano de desenvolvimento sustentável (DS) do Complexo do Alemão** – caderno de resultados. Rio de Janeiro: Agência 21; Instituto Dialog, 2010.

JÁUREGUI, Jorge Mario. Urbanismo Social. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 7, n. 63, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CNPq, 2002. p. 220-237.

_____. A política na favela. **Dilemas** – revista de estudos de conflito e controle social, v. 4, n. 4, p. 699-716, out./dez. 2011.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARQUES, Eduardo. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157-161, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2015.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Enap, 1997.

OLIVEIRA, Bruno Coutinho S. **Políticas públicas e participação popular na implementação do PAC Social no Complexo do Alemão, RJ**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em política social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e democracia** – a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, Bruno Pinheiro W. **Modernização, mercado e democracia**: política e economia em sociedades complexas. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

RODRIGUES, R. I. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro**: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2016).

ROLDÁN, Suly María Quinchía. **Discurso, ideología y poder en la producción de ciudad**: un acercamiento a la práctica discursiva del urbanismo social en la ciudad de Medellín, 2004-2011. 2011. Tese (Mestrado) – Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2011a.

_____. Acercamiento al significado del urbanismo social en Medellín. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., maio 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 2011b.

SILVA, Daniela Vilaverde e. Escola e lógicas de ação organizacional: contributos teóricos para uma análise sociológica da organização educativa. **Ensaio**, v. 15, n. 54, p. 103-126, jan./mar. 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa** – análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

_____. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério das Cidades. **Urbanização de favelas**: a experiência do PAC. Brasília: MCidades, 2010.

BUGS, Geisa; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Avaliação da participação popular na elaboração de planos de habitação de interesse social no Rio Grande do Sul. **Urbe** – revista brasileira de gestão urbana, v. 6, n. 2, p. 249-262, 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cots** – caderno de orientação técnica social. Brasília: Caixa, 2007.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, fev. 2009.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

EM 2010, temporal deixou mais de 250 mortos no Estado do Rio. **Acervo O Globo**, 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-2010-temporal-deixou-mais-de-250-mortos-no-estado-do-rio-11038029>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica: o potencial dos conselhos de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.

MORAES, Lúcio Flávio Renault de; MAESTRO FILHO, Antonio Del; DIAS, Devanir Vieira. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 57-71, 2003.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. **Vibrant**, v. 11, n. 1, Jan./June 2014. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/eugenia-motta-houses-andeconomy-in-the-favela/>>.

ROCHA, Mirella. Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 303-314. jul./dez. 2009.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de entrega de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida para famílias atingidas pelas chuvas de abril no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 2010**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas/view>>. Acesso em: 15 out. 2014.

WEBER, Max. Sociologia do direito. *In*: _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2. p. 1-153.

_____. Sociologia da dominação. *In*: _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2. p. 187-580.

_____. Os três tipos puros de dominação. *In*: COHN, Gabriel (Org.). **Weber**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. *In*: _____. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ENTRE NOVOS E VELHOS SINTOMAS: APONTAMENTOS SOBRE SAÚDE E DOENÇA

Natália Helou Fazzioni¹

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo foi construído em torno de três depoimentos que versam sobre as condições de saúde e os serviços de saúde no Complexo do Alemão, buscando pensar suas origens e articulá-las ao contexto atual, na tentativa de identificar as principais características, transformações ao longo do tempo e problemas recentes. Trata-se de um investimento inicial de pesquisa, que procura apontar alguns caminhos que podem ser percorridos no desenvolvimento de uma investigação mais ampla sobre o tema.²

Os depoimentos que conjuntamente constroem este panorama partiram de três indivíduos: um médico de família, que trabalha em uma unidade básica de saúde no local há mais de dez anos; um morador e agente comunitário de saúde, também atuante há mais de dez anos; e, finalmente, uma liderança comunitária no âmbito das políticas públicas em saúde no Complexo.

Destes relatos, é possível extrair alguns fatores que organizam temporalmente este processo, abarcando um período de aproximadamente trinta anos, através do qual é possível observar questões específicas aos serviços de saúde no Complexo do Alemão, bem como o impacto dos investimentos públicos em saúde nas esferas municipais e federais no respectivo período. Estes diferentes momentos foram divididos no texto a partir dos seguintes pontos: *i*) as mudanças nas condições de vida da própria população; *ii*) a mobilização dos moradores por maior assistência em saúde; *iii*) os investimentos públicos, especialmente municipais, em equipamentos de saúde; e *iv*) as possíveis associações entre violência e saúde.

1. Doutoranda em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

2. A construção deste panorama sobre a saúde no Complexo do Alemão faz parte de uma etapa inicial de minha pesquisa de doutorado, cujo objetivo geral é investigar as relações entre violência e pobreza no âmbito da atenção básica à saúde neste território. A pesquisa é desenvolvida sob orientação do professor doutor Octavio Bonet.

2 ESCABIOSE OU IDH ZERO

A escabiose, no dicionário Houaiss, é definida como “doença contagiosa da pele causada nos homens por *Acarus scabiei* ou *Sarcoptes scabiei* e nos animais por ácaros diversos, e que se caracteriza por intenso prurido e eczema; sarna, pereba, pira”. Dotada de forte estigma por se tratar de algo recorrente em animais que não recebem cuidados, a doença está presente nas narrativas sobre o Complexo do Alemão, remetendo a um período em que as condições de saneamento básico, urbanização, habitação e qualidade de vida, de um modo geral, eram ainda mais precárias do que nos dias de hoje. Em entrevista, o médico Cláudio Andrade³ rememorou como eram as condições em 2005, na época de sua entrada na unidade onde ainda trabalha.

Eu até conversei outro dia com a enfermeira que depois de mim é a pessoa que tem mais tempo aqui no posto. Então, conversando com ela, eu disse: você lembra que todo dia aqui era um monte de escabiose (que é sarna), que toda hora você via as pessoas se coçando? Hoje se você vir uma pessoa aqui por mês é muito.

Fábio Carvalho,⁴ agente comunitário de saúde (ACS) e morador do Complexo do Alemão, falou também sobre o início do trabalho no posto de saúde onde atua há dez anos.

No início, tinha muita questão e ainda existe muita questão de doença de saneamento. A gente não tem um saneamento adequado aqui no Alemão. Doenças diarreicas, doenças respiratórias, doenças de pele ainda são muito frequentes. A questão da água aqui é horrível, a água que a gente consome aqui é muito ruim, é suja. Então, tem verminose, tem diarreia, vômito, um montão de coisas por causa de água e esgoto mesmo.

Hoje vistas com menos frequência nos postos de saúde, a escabiose e outras doenças semelhantes aparecem nos relatos aqui apresentados fortemente associadas à ideia de pobreza e falta de condições dignas de vida. Curiosamente, em muitas falas, a condição de vida no Complexo do Alemão aparece representada pela expressão IDH baixo ou IDH zero. A referência ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵ é recorrente entre os profissionais de saúde do Complexo do Alemão, possivelmente pelo fato de a região figurar em último lugar na lista que ranqueia os bairros do Rio de Janeiro.⁶ Essa referência, entretanto, não aparece necessariamente articulada a uma discussão mais formal sobre o índice e seus indicadores, mas apenas para dizer que se trata de um local extremamente pobre

3. Nome fictício, utilizado para preservar a identidade do médico.

4. Também um nome fictício, utilizado para preservar a identidade do agente.

5. O IDH mede o nível de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida oferecida à população de cada país. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

6. *Ranking* do IDH dos bairros do Rio de Janeiro de 2013, disponível em: <http://www.wikirio.com.br/IDH_dos_bairros_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 1º ago. 2015.

e com serviços públicos básicos escassos ou inexistentes. Ao contar sua trajetória como líder comunitária, Mariza Nascimento, atrela sua motivação para exercer esta atividade às condições de vida no Complexo do Alemão.

Vim para o Rio de Janeiro em 1970. Cheguei aqui no Rio de Janeiro, subi pro Morro do Adeus e fiquei com vontade de voltar pra casa, porque aquilo não era o Rio de Janeiro, no meu pensamento. Mas não tem jeito, a gente tem que ficar mesmo, né? (...) Quando foi em 1980, eu comecei auxiliando o trabalho comunitário, porque a gente não tinha água, nem luz, nenhum benefício aqui na comunidade de serviço público, IDH zero, em todo o Complexo do Alemão.

Ainda que o IDH seja uma medida comparativa criada somente em 1990, Mariza utiliza este recurso para caracterizar a precária situação da região nos anos 1980.⁷ E se as condições naquele tempo eram consideradas precárias, o difícil acesso aos serviços de saúde as agravava ainda mais. De acordo com registros feitos aqui, até o início dos anos 2000, o acesso da população aos serviços de saúde se dava por meio de três unidades centrais: o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (Samdu) de Ramos, extinto em meados dos anos 2000; o Posto de Saúde (hoje Centro Municipal de Saúde – CMS) Américo Veloso, na Praia de Ramos; e o Posto de Assistência Médica (PAM) de Del Castilho (hoje CMS e Policlínica Rodolpho Rocco). Não foi possível determinar a data de inauguração exata do Samdu de Ramos;⁸ sabe-se, no entanto, pelos relatos, que a unidade figurou por muito tempo como único local de atendimento à população, como relembrou Mariza.

Nós tínhamos um Samdu, o Samdu de Ramos, que era o pronto-socorro onde a comunidade do Complexo do Alemão ia quando tinha um problema de emergência, de urgência, desde que eu cheguei aqui. Mas, então, vez por outra, eles ameaçavam tirar o Samdu de lá. Eu lembro que a Odete, que era presidente [da associação de moradores] da Joaquim de Queiroz, se movimentava, fazia abaixo-assinado, corria atrás e não deixava. E o povo ia pra lá e não deixava tirar aquilo dali, porque, se tirasse, não tinha uma outra porta. Um atendimento básico primário não existia no Complexo do Alemão.

Já Fábio, mais jovem que Mariza, contou que durante a sua infância procurava outros dois locais.

7. Em Ipea (2013), é possível observar o processo inicial de ocupação da área hoje conhecida por Complexo do Alemão e as condições de vida que predominavam naquele período. Valla (2011), ao descrever as condições de saúde mais gerais da população residente na zona da Leopoldina do Rio de Janeiro no período entre os anos 1980 e 2010 também corrobora o quadro relatado pelos interlocutores nesta pesquisa.

8. A criação dos Samdus ocorreu em 1949, ainda durante a Era Vargas. De acordo com Mercadante (2002, p. 237): “a importância histórica desse evento decorre de três características inovadoras da iniciativa: o atendimento médico domiciliar até então inexistente no setor público, embora comum na prática privada; o financiamento consorciado entre todos os IAPs (Instituto de Aposentadorias e Pensões); e, principalmente, o atendimento universal ainda que limitado aos casos de urgência”.

Antigamente, na minha época, para tomar vacina, a gente ia ou para o posto lá na praia de Ramos, que era o Américo Veloso, ou pro posto de Del Castilho. Só tinha esses dois lugares e era longe. O Posto de Del Castilho era mais perto. A nossa referência era o Américo Veloso, mas é do outro lado da Avenida Brasil, né? Então as pessoas acessavam mais o posto de Del Castilho, que passou a atender ao Complexo do Alemão, mesmo não sendo da cobertura do Complexo do Alemão, pela questão da proximidade.

Diante desse cenário de difícil acesso às unidades de saúde, que eram poucas e distantes para boa parte das pessoas, algumas importantes articulações reivindicatórias de moradores do Complexo do Alemão despontaram no campo da saúde, sobretudo a partir dos anos 1980.

3 MOBILIZAÇÃO E SAÚDE DA FAMÍLIA

A trajetória pessoal de Mariza permite mostrar como se desenvolveu o processo de mudança nas mobilizações sociais e nas políticas públicas em saúde voltadas para esta região da cidade entre os anos 1980 e 1990. Mariza participou ativamente do Grupo Executivo Local (GEL), que reunia uma série de lideranças comunitárias da Zona da Leopoldina e recebia ainda apoio de pesquisadores de instituições como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e UFRJ.⁹ O grupo se reunia no posto Américo Veloso, na Praia de Ramos e, posteriormente, em 1994, após a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), esteve totalmente articulado à criação do Conselho Distrital de Saúde (CDS) da Área programática (AP) 3.1. Mariza acabou se tornando vice-presidente do CDS e, anos depois, em 2000, quando houve a criação de conselhos regionais nas regiões administrativas que compunham a AP 3.1,¹⁰ tornou-se a primeira presidente do Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão (Consa), conselho representativo da XXIX Região Administrativa, no Complexo do Alemão.¹¹

Entre os trabalhos realizados pelo Consa, houve a formulação de um projeto para que fosse implementado o Programa de Saúde da Família (PSF)¹² no Complexo do Alemão. Sobre esse processo, Mariza conta:

9. Sobre a história do GEL e seus desdobramentos, ver Carvalho (1996).

10. Compõem a AP 3.1: X Região Administrativa - Ramos (bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Olaria); XI RA - Penha (Bairros da Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América); XXIX Região Administrativa - Complexo do Alemão (comunidades do Morro do Alemão, Morro da Baiana, Nova Brasília, Joaquim Queirós, Itararé, Morro das Palmeiras, Mourão Filho, Parque Alvorada, Relicário, Vila Matinha); XXX Região Administrativa - Complexo da Maré (comunidades do Parque União, Parque da Maré, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz, Morro do Timbau, Ramos, Vila do João, Vila Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Conjunto Esperança, Conjunto Bento Ribeiro, Conjunto Nova Maré).

11. Cabe notar que a trajetória política de Mariza é bastante extensa, tendo sido também presidente da associação de moradores do Morro do Adeus e a primeira administradora regional do Complexo do Alemão.

12. Para uma análise sobre o PSF e a formação de médicos de família no Brasil e na Argentina ver Bonet (2014).

e nós fizemos uma carta aberta à população. E nessa carta aberta, a gente denunciava o IDH zero do Complexo do Alemão, a quantidade de moradores, duzentos mil habitantes, sem um Posto de Saúde... Mandamos essa Carta pro mundo. Pro mundo, pra ONU, enfim... Mandamos! Arreventamos a boca do balão e demos a notícia pro mundo de que povo aqui, dentro da mesma cidade, não tinha condições de sobrevivência. (...) Mas quando nós fomos levar esse documento [o projeto] na Prefeitura, pra poder já implantar direitinho [o Programa de Saúde da Família], aí, a gente levou direção de escola, nós levamos as autoridades locais todas, então foi muito bonito, foi uma luta muito árdua (...) Aí o Gazzola, falecido Gazzola¹³ veio e cortou a fita, no campinho de futebol ali no Alemão – que era o lazer da comunidade, mas entre o lazer e o atendimento à Saúde, a gente conversou com o presidente da associação e vimos que aquele local ali daria pra construir. Então, assim, quando o Gazzola cortou aquela fita, é... as coisas são muito políticas... ele não fez! Então, pra poder vir, foi preciso entrar outro, que era o Ronaldo Cezar Coelho,¹⁴ o Secretário de Saúde na época, aí inaugurou.

Esse relato ilustra parte da história da inauguração da primeira unidade de saúde dentro do Complexo do Alemão, em 2003, o PSF Alemão, localizado no início da Avenida Central, que hoje funciona como CMS Alemão/Esperança. No ano seguinte, em 2004, foram inaugurados os outros postos de atendimento: Nova Brasília, Adeus e Esperança, os dois primeiros hoje incorporados na estrutura da Clínica da Família Zilda Arns, da qual trataremos adiante.

Sobre o momento inicial de implementação da atenção básica em saúde no Complexo do Alemão, especificamente do PSF, Cláudio e Fábio, ressaltaram alguns aspectos interessantes sobre a característica do trabalho desenvolvido naquela época. Fábio contou que:

na essência, a proposta inicial era a promoção da saúde mesmo. Eles caíam pra dentro disso. Visita domiciliar, a gente quase que não ficava dentro da unidade. Era praticamente o tempo todo fora com o enfermeiro, o enfermeiro quase não atendia, ficava com a gente na área direto, entendeu? Médico ia duas vezes na semana pro território. E hoje já mudou muito isso, mas no início era muito promoção da saúde mesmo. E olha que foi um baque, porque as pessoas também não entendiam o que era isso. A gente também começou a entender, né? E era muito complicado as pessoas aceitarem, no início, participar de grupo, essas coisas todas.

As recordações de Cláudio apontam no mesmo sentido.

Eu fazia duas visitas por semana, então eu combinava com os agentes de fazer uma visita aos acamados. Dava para fazer e sobrava, e eu tinha interesse de visitar todas as casas da comunidade para saber como é que era, como é que esse povo morava,

13. Ronaldo Gazzola foi secretário municipal de Saúde nos governos dos prefeitos Marcello Alencar, Cesar Maia e Luiz Cláudio Conde e faleceu em 15/8/2002.

14. Ronaldo Cezar Coelho foi secretário de Saúde do Rio de Janeiro na gestão César Maia, de julho de 2000 a março de 2002 e de 2004 a 2006.

questão de higiene, de saúde. E você tem condição de fazer intervenções culturais, explicando processo de saúde e doença, você consegue tocar nessas pessoas e elas aprendem, mesmo com nível de escolaridade baixo, uma questão de cansaço daquele ambiente domiciliar ruim, você consegue fazer intervenções.

Já o envolvimento de Mariza com este momento inicial de implementação da atenção básica não é lembrado com tanto entusiasmo. Pontos como a dificuldade de efetivar o projeto da forma como havia sido formulado pelos membros do Consa, bem como de realizar atividades propostas pela própria população foram destacadas por ela como as principais deficiências no modelo de saúde que acabou sendo implementado nas unidades do Alemão.

As tensões entre a população do Alemão que estava organizada a partir do Consa e o poder público durante o processo de implantação das unidades básicas de saúde se deram logo no início. No projeto delineado pelo Consa, o próprio conselho seria o gestor das unidades do Complexo do Alemão, intermediando a relação entre a prefeitura e os profissionais atuantes nos postos. No entanto, sob a alegação de que o Consa não era uma entidade com tempo suficiente de existência para assumir essa gestão, outra entidade acabou exercendo este papel, o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (Ciezo). Esta instituição cumpriu a função até 2010, quando a Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio assumiu a gestão. Segundo Mariza, que passou a atuar como agente comunitária de Saúde do PSF Morro do Adeus, além deste problema inicial, vários outros se estabeleceram com relação ao trabalho efetivado no Complexo do Alemão. Mariza relatou que:

quando chego a saúde da família no Alemão, eu tinha um desejo de que ela caminhasse dessa maneira, mas eles, que vêm de fora, não querem saber de comunidade. Eles vêm com as normas deles e impõem, e aí você é obrigada, porque eles são chefe e nós somos subordinados. A gente é obrigado a fazer como eles querem, e a gente sabe que tá fazendo errado. Então, assim, quando eu tô indo pro território, eu vejo quais são as necessidades dessas pessoas. Então, assim, eles querem o que dá resultado financeiro e nós queríamos o que dava resultado para a saúde, para população. Então, isso começou meio que um embate, sabe?

O desânimo de Mariza com as possibilidades de atuação no campo dos serviços públicos em saúde se refletiu em sua aposentadoria em 2008, quando acabou se afastando da atividade de agente comunitária de saúde e passou a se dedicar a sua própria ONG, a Nascibem. No entanto, de repente, em 2011, desempregada e enfrentando problemas de saúde na família, resolveu retornar ao trabalho de ACS. Nesse período, porém, os serviços de saúde no Complexo do Alemão já estavam bastante modificados.

4 SAÚDE PRESENTE?

Em maio de 2009, foi lançado pela Prefeitura do Rio de Janeiro o programa Saúde Presente.¹⁵ Um dos maiores marcos deste programa foi a expansão da Estratégia de Saúde da Família cuja cobertura na cidade passou de 3,5%, em janeiro de 2009, para 47,9% em março de 2015.

As CFs inauguradas pelo Saúde Presente diferenciam-se das outras unidades mais antigas que já abrigavam a Estratégia de Saúde da Família em virtude de sua estrutura arquitetônica, planejada para comportar diferentes atividades, além do atendimento médico, e também pelos novos equipamentos.

A partir de 2010, além de uma UPA, foram inauguradas no Alemão, o Caps João Ferreira Filho, a CF Zilda Arns e a CF Rodrigo Roig, todos situados na Estrada do Itararé, principal via de acesso a maior parte das comunidades que compõem o conjunto de favelas.¹⁶ No ano seguinte, foi inaugurada ainda a CF Bibi Vogel, na Estrada Velha da Pavuna (no Engenho da Rainha), atendendo ao outro lado do Complexo do Alemão. Em 2014, houve a inauguração da CF Palmeiras, instalada na estação de mesmo nome do teleférico, em uma das partes de mais difícil acesso do Complexo. Somam-se a estas unidades, o CMS Alemão/Esperança, antes já existente, e o CMS Rodolpho Rocco, que funcionava como pronto-socorro e foi transformado em Estratégia de Saúde da Família. Nem todas estas unidades atendem exclusivamente à população do Complexo do Alemão, mas fazem parte da rede de referência do território. A rede é composta pelos equipamentos ilustrados na figura 1, onde, em cor laranja, destaca-se o CMS Alemão, único já existente antes de 2009, e, em azul, os criados posteriormente a esse período.

15. De acordo com o *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro: "O Programa Saúde Presente marcou o início de uma nova fase para o atendimento de saúde da população carioca. Lançado em maio de 2009, com o objetivo de expandir os serviços de saúde a toda população do Rio de Janeiro, o programa tem como conceito a territorialização da cidade, atendendo regiões até então prejudicadas na gestão de saúde (...) Unidades que compõem o Saúde Presente: Clínicas da Família (CFs); Centros Municipais de Saúde (CMS); Policlínicas; Centros de Especialidades Odontológicas; Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Caps álcool e drogas (Capsad) e Caps infantis (Capsi); Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA); Hospitais e Maternidades; Coordenações Regionais de Emergência (CER)". Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/saude-presente>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

16. Cabe lembrar que durante este mesmo período no Complexo do Alemão estavam sendo realizadas obras com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as quais tiveram início em 2008.

FIGURA 1

Localização dos equipamentos municipais de saúde que atendem ao Complexo do Alemão



Fonte: Base do mapa disponível em: <<http://www.pcrj.maps.arcgis.com>>.
Elaboração da autora.

Neste contexto de ampliação dos serviços de saúde, em 2011, Mariza voltou a trabalhar como ACS, na CF Zilda Arns – que a partir de então passou a atender à área do Morro do Adeus, onde a agente vive e sempre atuou. Durante este período, além das atividades de rotina do trabalho, organizou também um grupo de ginástica para idosos nas dependências da clínica, atividade que desempenhava com bastante entusiasmo. E ainda nessa época, cursou e concluiu o curso técnico para ACS. No entanto, suas críticas e descontentamentos com o sistema continuavam sendo inúmeras e, assim, em 2014, acabou se afastando definitivamente do trabalho.

Lá no curso técnico a gente aprende, a gente cria asas pra voar na prevenção e na promoção. Só que quando a gente chega na Saúde da Família, ninguém queria nada com prevenção e promoção, era tudo papel para preencher, era tudo papel, papel e nada de tempo que a gente tem pra conversar com as pessoas, tinha que passar feito um vulcão dentro das casas, entendeu? Então, assim, tudo aquilo foi me torturando.

As críticas de Mariza, ainda que mais enérgicas, são muito próximas daquelas formuladas por Cláudio e Fábio sobre o trabalho nas unidades de saúde e se concentram em um aspecto principal, a falta de tempo e o “inchaço” das equipes de saúde da família, ou seja, o alto número de pacientes atendidos por cada profissional. O “inchaço” se revela desde a área coberta por um único agente comunitário de

saúde, até o número de atendimentos feitos por cada um dos médicos diariamente, como pontuou o ACS Fábio.

As equipes estão muito inchadas de gente, então você não consegue fazer um trabalho legal. Uma equipe com quatro, cinco pessoas não vai dar um atendimento legal pra ninguém. (...) Pelo que eu observo, esse inchaço é Rio de Janeiro. Eu já vi coisas piores na Pavuna, tem agente comunitário numa microárea com mil e duzentas pessoas. É impossível!

Esse processo dificulta enormemente a realização do trabalho que é proposto pela Estratégia de Saúde da Família, considerando que um dos pontos principais do programa é justamente a proximidade em relação aos usuários e um maior tempo de dedicação a estes. Entretanto, pontos positivos e de melhoria também são apontados nestes depoimentos. É possível destacar, com efeito, a diminuição da escabiose, mencionada por Cláudio no início deste texto. Atualmente, essa doença é praticamente rara no cotidiano dos atendimentos. Há ainda outros pontos que puderam ser trabalhados ao longo dos últimos dez anos e que podem ser ressaltados, como aponta o próprio Cláudio.

O cuidado com a hipertensão, as pessoas se enganam, pensam que é só tomar o remédio e não é (...) a primeira coisa é a dieta, a segunda é a atividade física, é igual diabetes, a mesma coisa, e terceiro é o remédio, por último e por ordem de importância. E a gente tinha que explicar isso para a população, porque todo mundo achava que tem pressão alta e tinha que tomar o remédio e é só isso. Continuava comendo carne seca, continuava a obesidade, continuava consumindo produtos que tem sódio, achando que não tem sal. É uma estratégia que eu faço no grupo [grupo de hipertensos e diabéticos realizado pela equipe da qual o médico faz parte quinzenalmente]. Na consulta tem que falar tudo para todo mundo, o que é impossível. No grupo você fala aquilo para todo mundo e bem, aí depois você atende rapidinho. Então, essas coisas a gente explica no grupo, e as pessoas entendem e se cuidam e controlam a pressão. Muitas pessoas já conseguiram baixar a pressão só com os cuidados e adotam o medicamento só como opção.

Para Fábio, o grande avanço desta expansão foi ter dado atendimento básico para uma população que antes quase não tinha acesso a cuidados que não fossem emergenciais. Especialmente para aqueles que estão inclusos nas ações prioritárias da atenção básica em saúde: gestantes, crianças de até dois anos, hipertensos, diabéticos, tuberculosos, portadores de hanseníase e acamados. Este avanço, no entanto, ainda enfrenta alguns desafios.

A gente descobriu o que tava dormindo, a gente acordou uma população, vamos dizer assim, com atenção básica. E pra onde encaminhar essa população que tava toda adormecida? Tava todo mundo sem fazer um exame de rotina, uma consulta de rotina, só vinha ao médico quando tava doente. Então a gente foi levantando tudo isso. E pra onde encaminhar? Aí criou-se um gargalo. Isso é difícil, a Atenção Secundária, a Terciária ainda é muito difícil, tem muitas especialidades que são

complicadíssimas de se conseguir, uma que melhorou muito foi oftalmo. Pô, deu uma melhorada, demorava dois anos pra sair um oftalmo. Agora botou, demora um mês sai, sai exames. Ótimo, era uma especialidade muito difícil.

O encaminhamento da atenção básica para as especialidades é feito hoje pelo Sistema de Regulação de Vagas (Sisreg), que, segundo Cláudio e Fábio, otimizou o processo de encaminhamento, embora ainda haja muitas falhas. Os problemas de encaminhamento não são os únicos enfrentados pelos profissionais que atuam no Complexo do Alemão. O problema de IDH volta a aparecer na fala de Cláudio quando ele menciona os casos de reincidência de tuberculose entre os moradores.

Parece que isso ocorre em círculos, tem época que a gente vê reduzir drasticamente e tem época que adocece muita gente, tem falta de arejamento, desnutrição, enfim, condições de IDH baixo que contribuem. Mas isso ocorre também porque o rodízio populacional aqui é grande, então, você vê pessoas novas no Complexo introduzirem a doença, mesmo havendo um certo controle (...).

Nesse caso, as condições de vida da população continuam determinando alguns dos principais problemas enfrentados no cotidiano daqueles que trabalham nos serviços de saúde no Complexo do Alemão, como aparece de forma evidente no caso da tuberculose, longe de ser erradicada nos atendimentos realizados por ali e mais uma vez relacionada ao IDH baixo. Além disso, a partir dos anos 1990, diferente daquele momento narrado especialmente por Mariza, em que o território estava marcado principalmente pelas péssimas condições de vida, soma-se a este, um segundo componente, que vem agravar ainda mais as condições de saúde da população: a violência marcada pela presença do tráfico de drogas no local.

5 SÍNDROME DO PÂNICO E OUTROS MEDOS

O conflito armado, decorrente da presença do tráfico no Complexo do Alemão, tornou-se algo cotidiano para os habitantes desse conjunto de favelas desde meados dos anos 1990. Sem adentrar os pormenores deste cenário, cabe lembrar que este tipo de violência afeta significativamente a dinâmica dos moradores que vivem na região, e desde 2012, com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), novas tensões se somam à realidade da população.

A violência e a exclusão social motivaram a vinda da organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras, que se instalou no Alemão em 2007, após o episódio conhecido como Chacina do Pan, em que dezenove pessoas foram

executadas pela Polícia.¹⁷ Os Médicos Sem Fronteiras¹⁸ atuaram no Complexo do Alemão por mais de dois anos, durante os quais, além do atendimento médico de emergência, proveram aos moradores atendimento psicossocial. Em entrevista, Milena Osório, psicóloga responsável pelo programa, aborda a inseparabilidade do atendimento médico e do atendimento psicossocial, argumentando que, em locais como o Alemão, os problemas de ansiedade e crises de pânico são muito comuns, além da existência de casos de depressão muitas vezes decorrentes de “lutos mal gerenciados”, devido ao fato de os moradores apresentarem dificuldades em falar, descarregar e sofrer pela morte de alguém próximo. Isso sem mencionar as situações mais cotidianas marcadas pela dificuldade de sobrevivência em diferentes aspectos. De acordo com Milena Osório,¹⁹

os problemas de ansiedade são muitos e podem ter componentes físicos como a hipertensão, crises de pânico, falta de ar, taquicardia, entre outros. É um nível muito alto. Há também muitos casos de depressão nas famílias que perderam alguma pessoa. Os lutos são muito mal gerenciados porque as pessoas não conseguiram falar, descarregar essa carga da morte de alguém, como isso aconteceu. (...) Há muita tristeza por ter perdido um filho, de não ter um futuro melhor, de sofrimento causado por maus-tratos.

Em seu primeiro ano de trabalho, os Médicos Sem Fronteiras realizaram mais de mil atendimentos psicológicos individuais no Complexo do Alemão. Houve um compromisso absoluto da organização com a confidencialidade das informações pessoais, posicionamento entendido como estratégico em locais onde existe um “círculo de silêncio”, muitas vezes necessário de ser mantido para garantir a sobrevivência dos moradores. Os Médicos Sem Fronteiras permaneceram por dois anos no Complexo do Alemão, no entanto, para aqueles que seguem atuando na área da saúde no local, os mesmos desafios permanecem.

Fábio lembra que após a chacina que levou à chegada dos Médicos Sem Fronteiras ao Alemão desencadeou-se também uma série de conflitos entre os profissionais de saúde.

Aqui, a nossa fachada é toda furada de bala, isso aqui era tudo furado de bala. Quantas e quantas vezes a gente ficou preso aqui dentro porque não podia sair, entendeu? Ficamos uma época aí, em 2007, de quinze a vinte dias fechados, a gente ficava lá onde era o Samdu, na época, né? E a gente só reabriu, porque nós, agentes comunitários começamos a brigar pra reabrir todas as unidades. A gente ficou no

17. A operação policial no Complexo do Alemão aconteceu em 27 de junho de 2007, no Rio de Janeiro, e reuniu 1.350 policiais, entre civis, militares e soldados da Força Nacional. Dezenove pessoas foram mortas e várias outras feridas. Treze dos corpos foram recolhidos pela própria polícia, e outros seis foram deixados à noite numa van em frente à delegacia local, na Penha. Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_no_Complexo_do_Alem%C3%A3o>. Acessado em: 30 jul. 2015.

18. Esta ONG leva ajuda médica a contextos de desastres naturais e humanos, exclusão social e pobreza extrema.

19. Entrevista disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/atendimento-psicossocial-ajuda-moradores-do-complexo-do-alemao-lidarem-com-violencia>>. Acesso em: 23 fev. 2016,

Samdu, todas as unidades, Alemão, Adeus, Baiana, Esperança, é... e Nova Brasília, que eram os PSF da época. E aí a gente começou a fazer um movimento com os agentes comunitários de reabrir. E foi uma briga, porque tinha muitos enfermeiros que eram contra a reabertura, alguns profissionais: “Ah, vocês tão botando a nossa vida em risco”, não sei o quê, não sei o quê... E a gente lutando, lutando. Aí teve uma reunião enorme na coordenação de área, pelos profissionais, como a gente era maioria, né, a gente venceu. Aí reabriram todas as unidades.

Além das formas pelas quais a violência afeta o cotidiano dos profissionais, impedindo que desempenhem sua função de maneira adequada, como por exemplo realizando as visitas domiciliares, Cláudio aponta também a influência decisiva que a violência cotidiana traz às questões de saúde mental, reforçando a postura dos Médicos Sem Fronteiras.

A violência aqui eu vejo muito na questão da saúde mental, as pessoas ficam deprimidas, ficam nervosas, ansiosas, você vê reflexo mesmo. Tem gente que cria a síndrome do pânico, ficam com medo de sair de casa. Pô, não é agradável você sair na porta da sua casa e no beco ver um monte de gente armada e a qualquer momento ter um confronto, e tem mesmo. Eu já presenciei isso na rua, e eles têm uma probabilidade maior de ser vítima, porque eles passam toda hora por ali, né? Pra entrar em casa, sair de casa, pra trabalhar, fazer compra. Eu não, só nas visitas domiciliares. Os agentes de saúde também são bem expostos, né? Porque eles fazem as visitas nos becos, nas ruas, e aí pode haver confronto, não se sabe... Hipertensão e diabetes você pode ter alguma alteração por causa de tensão, ansiedade, né? Essa questão psíquica. E assim, você já vê em áreas mais pobres uma questão de saúde mental mais predominante do que em áreas com IDH mais alto. Até mesmo porque as pessoas que têm doenças psiquiátricas e têm poder aquisitivo bom, podem ter um bom tratamento e entre as pessoas mais pobres, já é mais difícil. Então, nos redutos que têm IDH baixo, você vê muito mais doença psiquiátrica.

Cláudio afirma que, além da questão da violência, a forte presença de problemas psíquicos aparece também relacionada ao contexto de escassez de recursos, ou seja, pelo “IDH baixo”, em suas palavras. No Plano de Desenvolvimento Social para Favelas: Jacarezinho e Morro do Alemão, de 1982, produzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), consta o dado de que 13,22% dos moradores do Alemão, de acordo com diagnóstico realizado na época, sofria de alguma doença mental. Este índice perdia apenas para a prevalência de indivíduos com problemas no aparelho respiratório (27,23%) e se igualava ao número de pessoas com doenças do aparelho circulatório (SMU, 1982). A diferença entre estes dois momentos talvez resida no fato de que estes transtornos ganham outros contornos e até novos nomes – como no caso da síndrome do pânico²⁰ quando associados ao

20. A inclusão da síndrome ou transtorno do pânico no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical of Mental Disorders – DSM) ocorreu em 1980, em sua terceira edição, tendo se popularizado no Brasil ainda mais recentemente.

contexto mais recente, com o aumento da violência e maior facilidade de acesso da população aos serviços de saúde.

6 NOVOS E VELHOS SINTOMAS

Os depoimentos aqui apresentados tornam possível compreender, ao menos inicialmente, as transformações ocorridas no âmbito da saúde no Complexo do Alemão ao longo dos últimos trinta anos. Partindo de uma situação em que praticamente não havia serviços de saúde disponíveis, e as condições de vida eram as mais precárias possíveis, a população passa a se mobilizar em espaços populares e institucionais de participação social.

Somente em 2003, o Alemão passa a ter unidades de saúde especificamente voltada para os seus moradores, fruto das mobilizações populares e também das mudanças nas políticas públicas em saúde. É inegável a existência de alguns avanços nas condições de vida da população a partir da implementação destas primeiras unidades, como apontam os próprios interlocutores. Entretanto, entre os novos problemas – mais específicos à dinâmica do sistema de saúde, como o “inchaço” das equipes e a dificuldade de acesso aos médicos especialistas –, encontram-se ainda as dificuldades impostas pelo próprio cotidiano do Complexo do Alemão, marcado pela violência e pelas consequências da pobreza em seus diferentes aspectos: falta de saneamento, educação, moradia adequada, urbanização, entre outros.

O reflexo desta realidade é percebido diretamente nas vidas e corpos dos moradores, onde encontramos não somente a persistência da tuberculose ocasionada pelas condições de vida precárias, como problemas psíquicos também associados, muitas vezes, a estas condições. Os apontamentos aqui trazidos lançam, assim, algumas questões para aqueles que pretendem pensar sobre a saúde no Complexo do Alemão, além da compreensão de que houve nos últimos anos um maior acesso aos serviços básicos.

REFERÊNCIAS

BONET, Octavio. **Os médicos da pessoa**: um olhar antropológico sobre a medicina de família no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

CARVALHO, Homero de Teixeira. **Conselhos de saúde e práticas de comunicação: ação pelo controle público e invisibilidade social**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Histórico fundiário e da urbanização do Complexo do Alemão**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Mimeografado.

MERCADANTE, Otávio Azevedo (Coord.). Evolução das políticas e do sistema de saúde no Brasil. *In*: FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

SMU – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. **Plano de Desenvolvimento Social para Favelas: Jacarezinho e morro do Alemão**. Rio de Janeiro: SMU, 1982.

VALLA, Victor Vincente (Org.). **Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

A SERRA DA MISERICÓRDIA COMO UMA ZONA DE SACRIFÍCIO DO RIO DE JANEIRO

Éric Vidal Ferreira da Guia¹

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os principais aspectos do que vem sendo reivindicado há cerca de dezoito anos por moradores da região do subúrbio carioca como um processo de injustiça ambiental nesta área cidade, com destaque para a Serra da Misericórdia, maciço rochoso que se estende por 27 bairros e corresponde à principal área verde da região.

A partir das mobilizações da Organização Não Governamental (ONG) Verdejar Socioambiental, foram constituídos espaços de discussão, denúncia e proposição de políticas públicas, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e reverter o processo, que, pode-se dizer, é histórico neste território popular da segunda maior metrópole do país. Trata-se de uma região da cidade cujo papel na evolução urbana do Rio de Janeiro foi de zona industrial a local de residência da população de baixa renda, o que foi determinante para a sua atual configuração socioambiental.

A pesquisa se desenvolve a partir da observação participante como membro voluntário desta instituição, complementada por documentos e dados oficiais, matérias jornalísticas, reuniões com membros do poder público e conversas informais com moradores de favelas inseridas na Serra da Misericórdia, sobretudo o Complexo do Alemão e a comunidade Sérgio Silva, no bairro Engenho da Rainha.

O argumento central é que a subordinação dessa área da cidade aos interesses de acumulação de capital a definiram como lócus da reprodução de atividades industriais poluentes e, conseqüentemente, de uma série de injustiças ambientais. Primeiramente serão apresentadas essas injustiças, articuladas aos dados sobre as condições ambientais da região. Em seguida, iremos identificar e analisar as principais legislações e políticas públicas ambientais, especialmente as incidentes sobre o maciço da Serra da Misericórdia. Por fim, são discutidas as propostas de modificação do cenário atual, com destaque para as reivindicações da ONG Verdejar e seus aliados.

1. Mestrando em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

2 INJUSTIÇA AMBIENTAL COMO DEFINIÇÃO DO CONTEXTO AMBIENTAL DO SUBÚRBIO

As raízes históricas da degradação ambiental da porção suburbana da chamada Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro se associam ao papel de subordinação desempenhado pela região no contexto dos circuitos de acumulação do capital desde o período colonial. As antigas freguesias de Irajá e Inhaúma foram, até o século XIX, as principais áreas rurais da cidade (Abreu, 2008). Quando da emergência do processo de urbanização do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, a função dessa área era de zona agrícola e fonte de materiais de construção para o abastecimento do Centro da cidade (Abreu, 2008; Lima, 2011; Santos, 1987).

No início do século XX, com a reforma urbana promovida por Pereira Passos, inicia-se a expulsão dos então chamados “usos sujos” do Centro (indústrias, matadouros, criadouros de animais, curtumes, e, é claro, dos grupos sociais populares). Para isso, foi central a construção e ampliação das estradas de ferro, pois boa parte do que era produzido se destinava ao Centro da cidade, onde a maior parte da população suburbana já trabalhava. Com a reforma de Passos, articulam-se então os processos de estratificação social no espaço urbano e uma concentração de atividades industriais poluidoras, além da insuficiente oferta de serviços e infraestrutura urbana na periferia que se expandia.

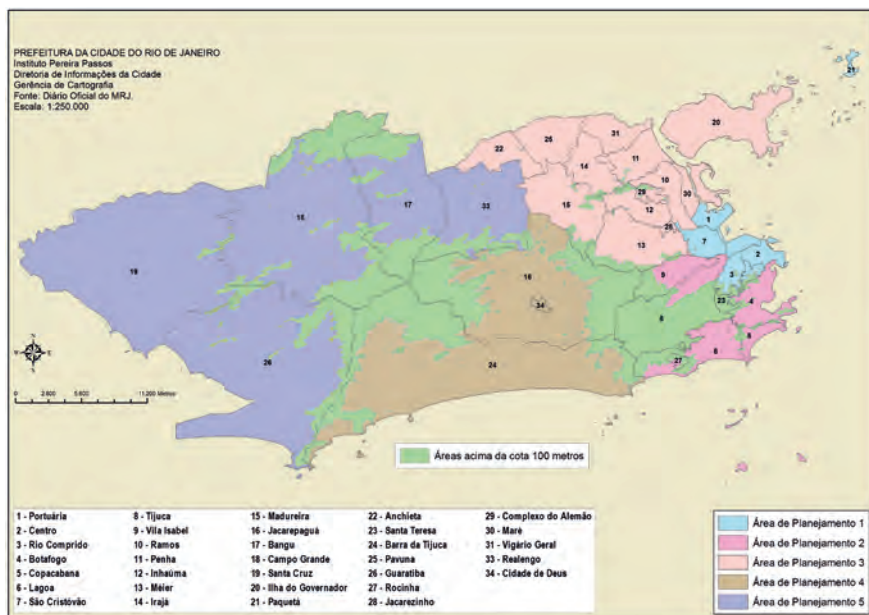
Devido aos reduzidos preços dos imóveis e à facilidade de acesso ao Centro da cidade, além das oportunidades de emprego nas recém-implantadas indústrias, ao longo do século XX houve um progressivo adensamento populacional na região. Em 1930, os distritos de Irajá e Inhaúma se tornaram os mais populosos da cidade, segundo dados dos censos realizados no período e apresentados por Abreu (2008). Esse crescimento demográfico, no entanto, não foi acompanhado por uma oferta de serviços públicos compatível nem infraestrutura urbana adequada. Assim, tornou-se evidente a precariedade da estrutura viária, do saneamento e a ausência de áreas verdes e de lazer na região (Prefeitura do Distrito Federal, 1930 *apud* Abreu, 2008, p. 87). Seja pela omissão ou modo de atuação – pautada na constante remoção de população pobre do Centro –, o Estado será, desde esse período, um ator fundamental na configuração socioambiental de todo o subúrbio carioca, incentivando o incremento populacional, sem garantir a instalação adequada dos novos residentes nem regular os usos do espaço.

O resultado seria uma confusão de usos industriais, residenciais e de atividades agrícolas e extrativas, no qual a única ação que se tem notícia se dava por parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que drenava áreas inundadas e margens de rios de modo a liberar terrenos para a instalação sobretudo de fábricas. De resto, cabia aos empreendedores e à própria população o rumo de seu futuro.

Somente na década de 1980 o ritmo do crescimento populacional se reduziu no subúrbio, o que se relaciona com a reestruturação produtiva e o esvaziamento industrial da região.

Os antigamente denominados subúrbios da Leopoldina e da Central do Brasil² são “separados” entre si pela Serra da Misericórdia, e se inserem na chamada Área de Planejamento (AP) 3, que engloba a maior parte da chamada Zona Norte da cidade - do grande Méier à Pavuna -, totalizando oitenta bairros, agrupados em treze regiões administrativas. Com apenas 16,6% do território municipal, a população desta AP é de cerca de 2,5 milhões de pessoas (40,2% do total municipal), o que corresponde à maior densidade demográfica da cidade (IPP, 2012).

FIGURA 1
Município do Rio de Janeiro: APs, regiões administrativas e áreas acima da cota de 100 m (2014)



Fonte: IPP (2014).

Se, por um lado, este dado não é necessariamente um indicador da precariedade do local, já que existem áreas nobres com altas densidades, por outro, indica certamente uma forte demanda por infraestrutura urbana. Relacionado a isto está a reduzida oferta de moradia popular, a industrialização com baixos salários e uma tolerância relativa – e induzida, em alguns casos – por parte de agentes

2. Designação que nomeava os bairros situados no trajeto de cada uma dessas linhas férreas.

integrantes de órgãos do Estado à ocupação indiscriminada do solo no subúrbio. Uma consequência desse adensamento é o fato de a região possuir o menor índice de áreas verdes *per capita* da cidade, apenas 3,5 m² por habitante, enquanto o município do Rio de Janeiro, como um todo, possui 55 m² por habitante. A relação mínima recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), detectado por Bruck *et al.* (*apud* Jesus e Braga, 2005) é de 8 m² por habitante.

Boa parte das áreas vegetadas na região está no maciço da Serra da Misericórdia, que se estende por aproximadamente 35 km², abrangendo 27 bairros. A posição do maciço no contexto da cidade – no centro de uma área desprovida de áreas verdes – é central na argumentação da militância socioambiental para a sua proteção ambiental na forma de áreas protegidas.

FIGURA 2

Rio de Janeiro: imagem aérea, com destaque para os maciços montanhosos



Fonte: Google Earth.

O maciço da Serra da Misericórdia é divisor de quatro sub-bacias da Baía de Guanabara: dos rios Pavuna e Acari; do rio Irajá; do Canal do Cunha; e do rio Ramos. Como decorrência principalmente da falta de saneamento, estes rios estão em estágio avançado de contaminação e assoreamento (Santos, 1987³ *apud* Carvalho, 2011). Esgoto, óleo e lixo são os principais poluentes da baía, sendo

3. Santos, J. J. M. dos. *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro* (A Freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920). 413 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

encontrados na desembocadura do Canal da Maré, sub-bacia do rio Ramos, os maiores valores quanto ao assoreamento (Amador, 1997).

Quanto à poluição atmosférica, há uma divisão por bacias aéreas na escala municipal (Rio de Janeiro, 2005), segundo a qual a AP 3 está na Bacia Aérea 3, onde existem duas estações de monitoramento bem próximas à Serra da Misericórdia, em Bonsucesso e Inhaúma. Segundo o relatório de poluição do ar realizado para o ano de 2009, a estação de Bonsucesso apresentou uma concentração média anual de partículas inaláveis acima do recomendado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 03/1990, que regulamenta este índice, sendo o quarto maior da região metropolitana do Rio de Janeiro e o maior da capital (Rio de Janeiro, 2009, p. 67 e 69). Para a estação de Inhaúma, não existe atribuição de valor da medição.

FIGURA 3
Rio de Janeiro: bacias aéreas



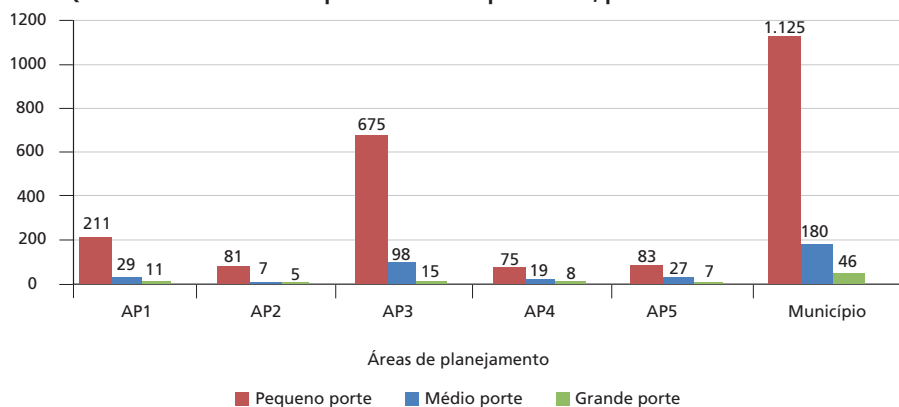
Fonte: IPP, SMU e Smac (2005).

Desde os anos 1980, considera-se que a região vem sofrendo um processo de evasão de indústrias. Segundo alguns autores, como Fernandes (2008), isso ocorre principalmente em decorrência da reestruturação produtiva do capitalismo, como também do crescimento do domínio territorial por facções criminosas em várias favelas da região. Conforme o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão (PDSA), realizado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas últimas três décadas houve o fechamento de diversas fábricas, o que

ocasionou na eliminação de 20 mil postos de trabalho. Apesar disso, a AP 3 ainda concentra 58% do total das indústrias potencialmente poluidoras do município, em apenas 16% da área territorial. Essa elevada proporção tem forte influência na deterioração da qualidade ambiental da região, com impactos diretos na saúde da população, em razão da concentração de poluentes. Além das indústrias, outra fonte poluidora são os automóveis, que circulam por movimentadas vias que cruzam a região, como a Linha Amarela, a Linha Vermelha e a Avenida Brasil.

GRÁFICO 1

Quantidade de indústrias potencialmente poluidoras, por AP



Fonte: Rio de Janeiro (2005).

3 FAVELAS

Em relação à dinâmica demográfica, na década de 2000 houve um crescimento populacional de 1,9% em toda AP3. Este incremento, contudo, só ocorreu de fato nas favelas, numa proporção de 11%. Entretanto, se considerarmos apenas a chamada “cidade formal”, houve uma redução de 1%, no mesmo período (Cavallieri e Vial, 2012).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 23% da população do Rio de Janeiro vive em favelas, sendo metade destes na AP3 (Cavallieri e Vial, 2012). O maciço da Serra da Misericórdia abriga quatro conjuntos de favelas, os denominados complexos do Alemão, da Penha, do Juramento e do Sapê.

Por se localizarem nas encostas da Serra da Misericórdia, os moradores destas favelas são as maiores vítimas da degradação ambiental do maciço, convivendo, a cada chuva, com o risco dos deslizamentos de terra e enchentes. Além disso, o que torna as favelas ambientalmente vulneráveis é também a precariedade, intermitência

e insuficiência dos serviços urbanos ofertados nesses espaços. Para Acselrad (2015), isso deve ser visto como um processo, e a vulnerabilidade como uma relação.

FIGURA 4
Conjuntos de favelas do maciço da Serra da Misericórdia



Elaboração do autor, a partir de dados disponíveis na plataforma <<http://www.armazemdedados.rj.gov.br>>.

O Complexo do Alemão é um conjunto de favelas instaladas na Serra da Misericórdia. Sua origem está relacionada à ocupação industrial da chamada zona da Leopoldina, na primeira metade do século XX.

Entre os problemas apontados pelos moradores no Censo Domiciliar realizado por ocasião da implementação do PAC no Complexo do Alemão, 33,6% (correspondentes a 7.588 domicílios) afirmaram haver rachaduras em suas casas e 10,7% (2.415 domicílios) relataram risco de deslizamento ou desabamento (Emop, 2010).

Verifica-se também a existência de diversos pontos de acúmulo de lixo e valas negras correndo a céu aberto. Pelo relatório, apenas 35% das residências estão em condições adequadas,⁴ e a coleta de lixo domiciliar só beneficia 40% de moradores de todo o Complexo do Alemão (Emop, 2010). Ou seja, a maioria deles precisa se deslocar – às vezes consideráveis distâncias em terreno íngreme – para descartar seus resíduos domésticos (*op. cit.*). Isso contribui para a existência de vários pontos de

4. Segundo a metodologia do IBGE, para ser adequado, um domicílio precisa ter atendimento a serviços de água, esgoto, coleta domiciliar de lixo e possuir até duas pessoas por dormitório. Segundo o PDSA, a coleta domiciliar de lixo é fator que mais pesa negativamente para esta avaliação no Complexo do Alemão.

acúmulo de lixo na área verde da Serra da Misericórdia.⁵ Mesmo assim, segundo o relatório final do Censo Domiciliar, apesar de relatos de insatisfações na prestação deste serviço, apenas 13,6% identificam o aspecto ambiental como principal problema de se viver no local.

Os principais usos da Serra da Misericórdia identificados até o momento são: o trânsito de moradores pelas trilhas, com cavalos e outros animais domésticos; grupos religiosos – evangélicos ou de matriz africana –; e trabalhadores – moradores de comunidades locais – realizando reflorestamento (a partir do programa da prefeitura da cidade). Há ainda, entre moradores e narcotraficantes, os que veem a área como possibilidade imobiliária (informal) – para uso próprio/familiar ou fonte de renda. Por sua vez, atividades reivindicatórias por políticas ambientais e ações nos campos da agroecologia e educação ambiental são desenvolvidas pelas ONGs Verdejar e Centro de Educação Multicultural (CEM), as quais também defendem que o maior problema é a ação de três pedreiras, que há mais de cinco décadas se destacam na paisagem da Serra, que ainda é palco de confrontos entre policiais e membros do narcotráfico.

Esses usos, muitas vezes conflitantes entre si, não são regulados pelo poder executivo municipal, pois inexistem instrumentos de gestão e espaços de diálogo e deliberação, o que, em última análise, contribui para uma percepção de que a área verde da Serra é um espaço ocioso e disponível aos diferentes interesses. Além disso, também não há ações de manutenção do espaço, como limpeza das trilhas e recolhimento de lixo, o que resulta em recorrentes incêndios na vegetação e nos diversos pontos de acúmulo de lixo. Assim, identifica-se que a área verde da Serra da Misericórdia cumpre um tosco papel de “área dos fundos” das favelas circundantes, revelando o processo de “vulnerabilização” socioambiental ao qual estão submetidos seus moradores. Para isso, vale lembrar, é decisiva a inadequada oferta de serviços de saneamento ambiental.

Nas questões ambientais, a presença do poder público na Serra da Misericórdia se dá por meio de pequenos projetos e ações pontuais, como o programa Mutirão de Reflorestamento e a implantação dos ecolimites. Segundo a Prefeitura,⁶ toda a área do Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia (PMUSM) está cercada por estas barreiras, porém são raros os meios que comuniquem a sua finalidade (placas informativas, por exemplo).

5. Não raro, a incineração informal do lixo provoca incêndios na vegetação, deteriora encanamentos e ameaça residências mais próximas à área verde.

6. Declaração do subsecretário de meio ambiente, Sr. Altamirando Fernandes, durante uma vistoria na Serra da Misericórdia realizada por técnicos de diferentes órgãos da prefeitura, em agosto de 2012.

4 NARCOTRÁFICO

A influência da territorialidade do narcotráfico se faz presente nas mais diversas representações sobre as favelas, de modo que este espaço é associado à criminalidade violenta, como se essa fosse a sua principal característica. Esta associação direta e simplista não problematiza as causas históricas do processo de formação e consolidação das facções e o exercício do domínio territorial por parte destas, inclusive omite o fato de que há pleno envolvimento de integrantes das polícias, por meio da corrupção, no lucrativo mercado de drogas ilícitas. Desse modo, a representação dominante acerca do problema estabelece uma relação maniqueísta que contribui antes para a sua perpetuação do que para o esclarecimento e a elaboração de propostas eficazes ao seu enfrentamento.

Nota-se a incidência dessa representação também sobre os espaços ditos “naturais” da favela. Em diversas publicações da mídia, associa-se a Serra da Misericórdia ao narcotráfico, como na expressão inferno verde⁷ e na declaração do prefeito do Rio de Janeiro⁸ num jornal de que “antes da UPP [Unidade de Polícia Pacificadora], estaríamos fazendo o parque para os bandidos”. Além disso, em recente reportagem de um jornal televisivo,⁹ as incursões de narcotraficantes pelas matas da cidade são apresentadas como “o novo desafio da segurança pública” carioca.¹⁰

Estas representações contribuem para a não efetivação de políticas públicas, inclusive ambientais, previstas para a Serra da Misericórdia, que serão mais bem discutidas adiante.

Segundo Gonçalves (2013), a construção jurídica da favela como espaço necessariamente ilegal serviu de argumento para justificar a falta de investimentos públicos e reforçar suas representações negativas. Os exemplos citados, nos quais o narcotráfico ocupa o centro deste “pacote interpretativo” (Fuks, 2001), reforçam esta constatação. Desta forma, o discurso estatal justifica a não execução de políticas públicas – nesse caso, o PMUSM –, e conseqüentemente, nega direitos aos seus habitantes, penalizando-os duplamente. Se já não bastassem as ameaças à vida e à liberdade originadas a partir da territorialidade de grupos armados e o trágico tratamento estatal desse problema, os favelados são privados de investimentos para o provimento do direito ao meio ambiente saudável e espaços de lazer em contato com a natureza.

7. Durante a ocupação militar do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, as imagens dos narcotraficantes varejistas fugindo por uma estrada de terra da Serra da Misericórdia foram exibidas ao vivo pelas grandes emissoras de TV do país. Algumas das quais cunharam este termo em reportagens no dia seguinte. Este foi o momento em que a Serra da Misericórdia teve seu maior destaque na imprensa, ficando simbolicamente marcada na opinião pública como “a rota de fuga dos traficantes do alemão”. Portanto, aqui não nos referimos à localidade do Alemão com este nome e sim ao termo divulgado pela grande imprensa quando deste fato.

8. Jornal *O Dia*, edição de 20/6/2012.

9. Telejornal *R/TV*, edição de 9/6/2015.

10. Completando o quadro do que se pode classificar como uma espécie de “militarização das áreas verdes”, há o uniforme camuflado do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da polícia militar, apresentado com certo orgulho no diário oficial do estado como o novo “investimento” no campo da segurança pública.

5 PEDREIRAS

Um levantamento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro aponta que, em 2001, existiam cerca de uma dezena de empreendimentos de mineração em todo o maciço da Serra da Misericórdia. O início da exploração das pedreiras data da década de 1940 (Simas, 2007), e, lá, atualmente, funcionam as empresas Lafarge S.A., Anhanguera S.A., e Sociedade Nacional Engenharia e Construções Ltda., cujas áreas de exploração são contíguas e totalizam cerca de 80 ha. Enquanto as duas primeiras exploram brita de granito para construção civil, tendo renovado recentemente suas licenças de operação junto ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea),¹¹ a última opera um aterro que recebe resíduos da construção civil de acordo com o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) pela exploração (Simas, 2007).¹²

FIGURA 5

Fotografia panorâmica da área de exploração das pedreiras Lafarge e Anhanguera (2/8/2015)



Fonte: ONG Verdejar.

Por ser detentora da maior área de exploração na Serra da Misericórdia e “líder mundial em materiais de construção”,¹³ a Lafarge, instalada no território desde 1993, quando adquiriu a área de lavra de outra empresa, se destaca no que se refere às mineradoras. Simas (2007), em entrevista com o gerente de operações

11. O órgão operacional na área ambiental do estado do Rio de Janeiro responsável pela fiscalização deste tipo de atividade.

12. Isso é questionado por ativistas locais, que afirmam que toda mineradora deve realizar um Prad ao final de sua atividade, mas esta intervenção significa a manutenção da atividade econômica da empresa, sem cumprir a função social definida pelo decreto da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (Aparu) e muito menos recuperar o ecossistema. Vale dizer que a Lafarge possui uma área que se encontrava em recuperação ambiental, com um lago e a vegetação se estabelecendo, mas que também passou a servir como depósito de entulho, o que pôde ser observado pelo autor no dia 2/8/2015, durante uma caminhada organizada pela Verdejar e parceiros no âmbito da campanha “EuAmoSerradaMisericórdia”.

13. Como consta em seu *site* <http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/1-Quem_Somos>.

desta empresa, revelou o fato de a Lafarge possuir concessão de lavra cujo limite seria o rebaixamento de um paredão rochoso até a cota altimétrica do bairro em que está inserida, Inhaúma, a 50 m do nível do mar, o que se traduziria num período entre dez e quinze anos para ocorrer.

Em relação à produção da pedreira Lafarge, o volume produzido ficaria em torno de 10 mil toneladas mensais de materiais, boa parte dos quais se destinavam, na época, às obras para os Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro, gerando cinquenta postos de trabalho, a maioria ocupados por moradores locais (Simas, 2007).

O gerente da Lafarge afirma que os principais impactos se dão com a emissão de fragmentos de rocha, o abalo às edificações do entorno e a poeira proveniente das detonações. Segundo ele, a própria empresa monitora a qualidade do ar, controla a intensidade das detonações e minimiza a emissão de poeira com jatos d'água, mas reconhece a impossibilidade de atingir total eficácia nesses processos (Simas, 2007). Segundo ele, o que se pode fazer é minimizar os danos inerentes à atividade empresa. Para isso, teria sido feito o reflorestamento de 8 ha e uma “política da boa vizinhança”¹⁴ com as associações de moradores, envolvendo doações de cestas básicas, materiais e eventos de caridade (Simas, 2007).

Segundo Davis (2004, p. 6), existem casos de comunidades que se tornam dependentes social e economicamente de empresas poluidoras – fenômeno identificado pelo autor como “fábrica com vila operária” –, as quais “tendem a suportar e naturalizar a poluição emitida por tais firmas e assumir os riscos colocados pelo empreendimento”. O autor ressalta que existem diferentes graus de dependência e tolerância. No caso em questão, há que se apurar qual a relevância socioeconômica das pedreiras para as comunidades vizinhas e até que ponto os impactos são tolerados em função dos mecanismos “compensatórios” exercidos.

Heredia *et al.* (2004, p. 228) detalham esta relação afirmando que:

sob certas condições socioeconômicas, a população pode aceitar ou tolerar níveis maiores de poluição devido a sua pobreza ou grande dependência relativamente a empregos e outras concessões extra-salariais (impostos locais, oferta de habitação, patrocínio de atividades comunitárias e esportivas etc.) providas pela fonte poluidora, ou só se constituir a partir do que podemos chamar de “evento desencadeante” (grifo nosso).

Em relação à percepção dos moradores sobre as pedreiras, o já citado Censo Domiciliar do PAC de 2010 informa que, em resposta à pergunta sobre o que está faltando para que a sua moradia seja melhor, 43 pessoas¹⁵ responderam “acabar

14. Nas palavras do próprio funcionário.

15. O que corresponde a 0,2% da população recenseada em todo o Complexo do Alemão.

com a pedreira”. Supõe-se que os que apontaram este impacto sejam moradores vizinhos às pedreiras e que experimentam diretamente rachaduras e poeiras em suas residências, associando esses danos à mineração.

A discrepância entre a quantidade de pessoas que relatou haver rachaduras em suas casas (33,6% de todo o Complexo do Alemão) e a que apontou a pedreira como um problema, indica a possibilidade de outros fatores atuarem para a degradação os imóveis,¹⁶ o que pode dificultar uma apreensão objetiva dos impactos exclusivos à mineração. No entanto, como mencionado, o mais importante para os fins deste trabalho não é a mensuração objetiva do problema, mas, sim, a sua percepção e enunciação pelos atores nas arenas públicas. Com todos os limites metodológicos que possa ter este recenseamento, o ínfimo número de entrevistados que apontaram a pedreira como um entrave à melhoria de sua moradia reforça a tese do reduzido grau de percepção deste problema pela população do Complexo do Alemão como um todo.

Segundo Davis (2004) e Heredia *et al.* (2004), a proximidade e a exposição física à fonte da poluição são relevantes, mas não implicam necessariamente maior percepção e reação dos afetados, já que poluição, risco e perigo são social e culturalmente construídos em função da realidade local, e variam segundo ocupação e gênero. Podem também se embutirem em outras questões e domínios, bem como em função dos diversos interesses e posições dos diferentes atores sociais. Além disso, há que se considerar o papel das chamadas *instituições intermediárias* nesse processo, por meio da assessoria, assistência e informação à população sobre aspectos técnicos e na veiculação do problema no espaço público (Heredia *et al.*, 2004).

6 ÁREAS PROTEGIDAS

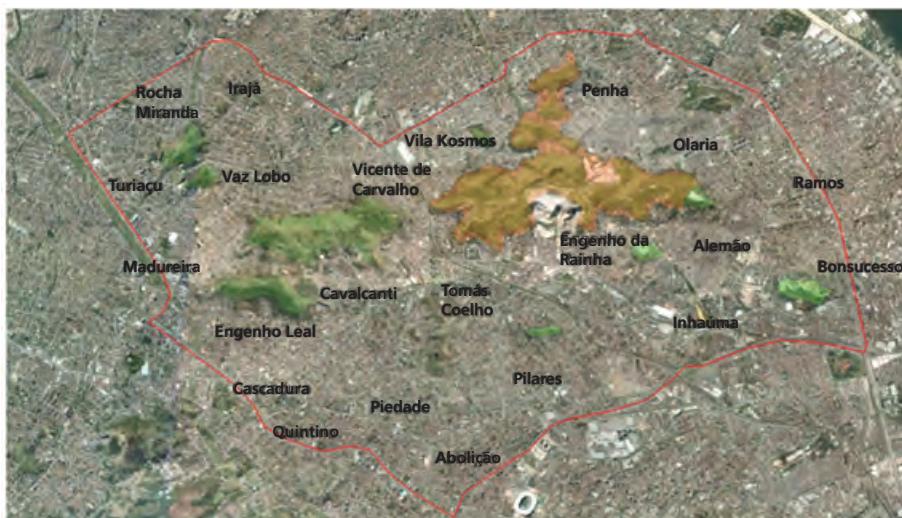
Os limites do maciço da Serra da Misericórdia foram definidos na década de 1990 pelo movimento socioambiental local, denominado “Grupão da Serra da Misericórdia”.¹⁷ Este grupo e sua proposta incidiram diretamente na criação da primeira e mais abrangente área protegida, a Aparu da Serra da Misericórdia (Decreto nº 19.144/2000).

16. Em ocasião das grandes chuvas e dos deslizamentos ocorridos em dezembro de 2013, quando participei de um levantamento e pude conversar com moradores, visitei várias residências distantes da área das pedreiras e que também estavam com problemas de rachaduras, associadas, segundo os moradores, às chuvas, à instabilidade das encostas, às obras mal-acabadas e à própria ação das máquinas durante obras de urbanização e demolição de diversos imóveis, que impactaram diretamente as residências remanescentes.

17. O Grupão da Serra da Misericórdia era formado pelos seguintes grupos: as ONGs Verdejar, Os Verdes e Bicuda Ecológica; Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema); Conselho Municipal (Consu); Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina/Fundação Oswaldo Cruz (Cepel/Fiocruz); Centro de Saúde da Mulher da Penha (Cresan) e alguns presidentes de associações e moradores dos complexos do Alemão e da Penha (Simas, 2007).

FIGURA 6

Localização da Serra da Misericórdia, com a delimitação do parque urbano (área amarelada) e da Aparu (traço vermelho) e os bairros do entorno



Fonte: PMUSM.

Nas palavras de Diogo Mauro, ex-integrante da ONG Verdejar, entrevistado por Simas (2007, p.17):

foi no I Seminário da Serra da Misericórdia, realizado em 1999 pelas organizações já citadas que viriam a formar o FASM [Fórum Ambiental da Serra da Misericórdia], que se “definiu” o que era a Serra, quais eram a sua extensão, seus pontos culminantes, sua história e a sua importância econômica e social. Ou seja, foi neste seminário que se construiu uma certa “imagem” da Serra da Misericórdia. Não qualquer imagem, mas aquela que estaria presente no discurso do “movimento ambientalista misericordiano” (grifo nosso).

A publicação do Decreto nº 19.144/2000, que cria a Aparu, primeira Unidade de Conservação (UC) da Serra da Misericórdia, é considerada uma das mais importantes vitórias do movimento ambientalista local. Isso se deu num contexto de intensa mobilização da sociedade civil, liderada pelos grupos: Verdejar, Os Verdes, Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão (Consa), Bicuda Ecológica e o Cepel.

Essa mobilização teve o seu ápice com a realização do I Seminário da Serra da Misericórdia, quando o poder público assumiu publicamente o compromisso de instituir a Aparu. Esta UC ocupa 3.695 ha e tem seus limites sobre avenidas movimentadas, fazendo com que nela esteja inserida, além das áreas verdes, a

densa malha urbana de seu entorno (Simas, 2007; Carvalho, 2011). Os objetivos da Aparu são:

Art. 2º (...):

- I. recuperar parte dos domínios originais de mata Atlântica da região;
- II. promover a compatibilização entre o aproveitamento do solo e a defesa do meio ambiente, mediante a revisão dos parâmetros de uso e ocupação do solo;
- III. promover a regularização das favelas existentes, nos seus aspectos fundiário, urbanístico e ambiental;
- IV. promover o controle do crescimento das favelas existentes;
- V. estabelecer prioridades para projetos e ações de recuperação ambiental e urbanística em sua área;
- VI. proteger e recuperar os mananciais existentes;
- VII. desenvolver a recreação, o lazer e o ecoturismo compatíveis com os demais objetivos da Aparu e com o Plano de Manejo a ser criado para a área;
- VIII. promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- IX. ampliar o patrimônio ambiental público do município;
- X. preservar e ampliar a biodiversidade;
- XI. melhorar a qualidade de vida da população local (Rio de Janeiro, 2000, p.2).

Neste decreto, observa-se a preocupação com a proteção ambiental e a *ameaça* do crescimento de favelas sobre a área verde, como de praxe na gestão de UCs. Por outro lado, há também objetivos focados na promoção de direitos sociais. Por sua vez, os integrantes da ONG Verdejar, por diversas vezes, evitaram tentativas de ocupações de terra na área verde da serra, acionando um variado repertório, que envolve negociação, enfrentamento direto e acionamento de órgãos estatais, de acordo com o perfil dos ocupantes, diferenciando-os em função de interesses econômicos ou de autoconstrução de moradias, conforme relata Simas (2007).

Uma proposta do grupo para isso, com a clareza de que a favelização é uma consequência do modelo excludente da cidade capitalista, é que, na área limítrofe entre as favelas e a área verde, sejam estimuladas áreas de produção agroecológica, como hortas e sistemas agroflorestais, de modo que os próprios moradores se beneficiem e atuem na manutenção dos espaços vegetados. Isso de alguma forma se assemelha à proposta do programa Mutirão de Reflorestamento, criado pela prefeitura, no entanto este programa não se propôs a criar um vínculo efetivo entre os moradores e as áreas, sendo a relação baseada numa relação trabalhista, antes do que uma relação com o espaço. Desse modo, a lógica de atuação é baseada em metas, como o número de mudas plantadas, o que gera jornadas exaustivas (e mal

remuneradas, por vezes inferiores ao salário mínimo) e nem sempre garante a manutenção e um uso posterior do espaço.

Como até hoje não houve a regulamentação da Aparu, não existem instrumentos que garantam uma efetiva conservação, sejam eles jurídicos, como Conselho Gestor e Plano de Manejo; logísticos, como sede, centros de visitantes e corpo de funcionários. São escassos os meios de comunicação que informem a existência da UC, e os que existem, mencionam apenas restrições provocadas pelos decretos. Assim, a gestão das áreas protegidas se torna, ainda que de forma limitada, um instrumento a mais de privações para uma população já em condição de vulnerabilidade.

Em 2001, chegou a ser criado um Grupo de Trabalho (GT), composto por técnicos da prefeitura, com o objetivo de regulamentar a unidade. Esse grupo se reuniu em doze ocasiões, três abertas à sociedade civil, totalizando seis meses de existência. Durante esse período, realizaram levantamentos sobre a legislação e a situação da área, uma espécie de diagnóstico preliminar, sem concluir o objetivo, a regulamentação (Rio de Janeiro, 2006). Simas (2007) coloca que os motivos seriam: *i*) a dificuldade de lidar com uma área tão extensa e urbanizada; e *ii*) a ausência dessa figura jurídica no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O autor também comenta que a desmobilização da sociedade civil e o consequente descaso do poder público teriam sido decisivos para isso (*op. cit.*, p. 101).

O próprio SNUC, no entanto, prevê a possibilidade de se estabelecerem outras UCs não previstas no sistema nacional, a critério do Conama, desde que não haja nenhuma categoria que satisfaça os objetivos de manejo e a área possua características que justifiquem tal proposição.

Em 2001, foi realizado o II Seminário da Serra da Misericórdia, pelas mesmas entidades que realizaram o primeiro, cujo objetivo principal foi exercer uma pressão política para que enfim a Aparu saísse do papel. O principal resultado desse evento foi a publicação da Carta da Serra da Misericórdia, com 26 propostas para a gestão da unidade, incluindo a criação de espaços para visitação e lazer, o desenvolvimento de pesquisas científicas, a geração de energia limpa, a implantação de transporte não poluente e a criação do Conselho Gestor (Carta da Serra da Misericórdia, 2001; Carvalho, 2011).

Uma auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM/RJ), constatou que havia previsão de recursos financeiros para a implantação da Aparu. Esses recursos deveriam ter sido aplicados entre 2006 e 2009, mas isso não ocorreu. Em todo o município, no período citado, houve uma redução do orçamento para todas as UCs. O documento propõe uma revisão da legislação para que se efetive a regulamentação de várias delas, inclusive a Aparu em questão (Rio de Janeiro, 2010b).

A sucessão de poder na prefeitura e a desmobilização por parte do coletivo de instituições liderado pelo Verdejar teriam incidido segundo Simas (2007) para o arrefecimento do processo.¹⁸ Os argumentos da prefeitura não convencem os membros do Verdejar, e, de forma geral, o grupo defende que há uma falta de vontade política e negligência em relação à favela e ao subúrbio como um todo.

Deve-se considerar também o fato de que a gestão de áreas protegidas se referencia por motivações exclusivamente biofísicas, ou seja, observa os atributos ecológicos considerados relevantes, como espécies ameaçadas de extinção e ecossistemas “preservados”, e, segundo os técnicos dos órgãos ambientais da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Serra da Misericórdia não atende a esses critérios.¹⁹ Em relação a isso, afirma-se que os técnicos da prefeitura desconhecem a biodiversidade local e desconsideram a relevância social do maciço, já que a Serra da Misericórdia se apresenta como fragmento remanescente de área vegetada numa região densamente ocupada, podendo ser uma importante área de lazer em contato com a natureza, que, deve-se lembrar, pode se regenerar a partir do processo de sucessão ecológica, e promover importantes serviços ecossistêmicos, melhorando os aspectos ambientais locais, como a qualidade do ar, oferta de água, contenção de encostas etc. – que são os piores de toda a cidade.

Em 2006, por meio do Decreto nº 27.471 foi criado o Parque Municipal da Serra da Misericórdia, para a surpresa de representantes da Lafarge, da Verdejar e da SMAC, pois trata-se de uma UC de Proteção Integral, ou seja, que proíbe a presença de humanos em seu interior. Segundo o apurado por Simas (2007), este projeto teria sido consequência de uma ação unilateral por parte da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), na época.²⁰

Sem se ter notícia de que qualquer ação no âmbito desta UC fosse concretizada, o decreto, no entanto, foi revogado por outro, o de nº 33.280, de 2010, que renomeou a unidade PMUSM. Essa modificação introduzida foi fundamental para o *status* jurídico da serra, pois extinguiu a UC (no caso, de proteção integral), convertendo-a numa área de lazer. Ou seja, na prática tratou-se de uma redução da proteção integral, o que gerou certa indignação dos membros da Verdejar. Além disso, para alguns o processo foi irregular.²¹

18. A categoria Aparu foi criada no plano diretor de 1992 e só existe na cidade do Rio de Janeiro.

19. Em dois momentos diferentes pôde-se ter acesso a esta consideração. O primeiro, numa reunião da Câmara Técnica de UCs do Conama, em 2013, na qual a então gerente de UCs Sonia Peixoto apresentou os critérios de criação de áreas protegidas, bem como a necessidade de se reavaliar quais de fato deveriam existir. O segundo, num ofício em resposta recebido pela Verdejar, no qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) afirmava estar reestudando as áreas protegidas do município e a Serra da Misericórdia, analisando qual a categoria seria a mais adequada para este maciço, caso constatassem a necessidade de mantê-lo como área ambientalmente protegida.

20. Para mais informações sobre a polêmica que instalou acerca desse decreto, ver Simas (2007).

21. Segundo a ex-vereadora Sonia Rabelo, esse processo só poderia ocorrer mediante projeto de lei, passando, portanto, pela câmara municipal, o que não aconteceu.

O que se sabe é que essa modificação na lei se deu a pedido da empresa Light S.A., que previa a implantação de uma subestação de energia elétrica na área.²² Além da atuação desta empresa, especificamente, defende-se que esta medida possa atender aos objetivos da prefeitura para a Serra da Misericórdia, pois permite que se conciliem diferentes interesses políticos e econômicos, como o de ampliação do uso empresarial e turístico, e, ainda, atender às reivindicações da sociedade civil local.²³ Dessa forma, garantir-se-ia a implantação de empreendimentos como subestações de energia elétrica, o *Rio Bike Park*²⁴ e a manutenção da atividade mineradora – que já estão em curso no território –, além do retorno político que uma intervenção desta magnitude pode promover.²⁵

O que se apurou, no entanto, foi que a Prefeitura do Rio de Janeiro rescindiu o contrato com a Caixa Econômica Federal (Caixa) que previa a liberação de recursos para a concretização do projeto. O argumento da prefeitura foi que, na área prevista para receber os investimentos, já estava em curso a construção do *Rio Bike Park*,²⁶ que ocupa menos de 1% da área total do parque urbano. O projeto original, a cargo da Fundação Municipal Parques e Jardins, que se estenderia por toda a porção leste do maciço (entre os complexos da Penha e do Alemão) teria sido reduzido pela SMH a um complexo esportivo no alto da localidade Campo da Mina, a mesma do *Rio Bike Park*, e acabou sendo abandonado. Inicialmente crítica a essa flexibilização da proteção ambiental, a ONG Verdejar se mobilizou durante a segunda metade do ano de 2015, com uma campanha para a retomada do projeto original, que, por mais que não seja considerado o ideal, é uma possibilidade real no sentido da valorização do patrimônio socioambiental da serra. A possibilidade de ampliar o uso da Serra da Misericórdia seria uma forma de mobilizar mais aliados para a pauta e ampliar a reivindicação pela criação de outros instrumentos, como o conselho gestor e o plano de manejo.

Em face da não execução do projeto, no entanto, há uma percepção entre os membros da Verdejar de que os interesses que sustentam a permanência da atividade mineradora no território extrapolam a sua capacidade de atuação isolada. Sabe-se que a dinâmica de preparação da cidade para os megaeventos amplia a demanda

22. Informação proferida por um funcionário da Light, em 2012.

23. A proposta do Plano Diretor do Parque Urbano da Serra da Misericórdia abrange intervenções já reivindicadas pela ONG Verdejar, como o aproveitamento das cavas das pedreiras para a construção de lagos artificiais e conchas acústicas, e a criação de um conselho gestor.

24. A maior pista para esportes radicais sob bicicletas da América Latina, cujas obras estão em curso no alto da comunidade Pedra do Sapo, no Complexo do Alemão, em área inserida nos limites do PMUSM.

25. O Parque de Madureira, inaugurado em 2012, foi um dos carros-chefes da campanha para a reeleição do atual prefeito da cidade.

26. Em conversa com moradores do Morro do Alemão, uma das comunidades limítrofes ao campo, percebi uma grande indignação em relação ao fato de essa obra estar sendo feita onde havia “o único campo da comunidade”. Ainda sobre essa área, moradores informaram que antes havia um lago que era utilizado para banho e extinto por ocasião das obras do PAC.

por materiais de construção civil, e, como parte desse material é proveniente da área próxima às obras, os custos finais acabam sendo reduzidos. Esses fatores concorreriam para explicar a tolerância do órgão licenciador e da prefeitura com esta atividade.

Desse modo, propõe-se como hipótese que, no atual ordenamento territorial do Rio de Janeiro, há uma contradição entre a proposta das áreas protegidas ambientalmente e a atuação regulatória do estado, que reafirma o papel da Serra da Misericórdia como zona de sacrifício. Recorro a essa noção conforme proposta por Acselrad (2004), para me referir a concentração de ações e omissões ambientalmente nocivas em áreas ocupadas por populações de baixa renda, que incluem a poluição industrial, a ausência de saneamento básico, o baixo índice de arborização, riscos associados às enchentes e deslizamentos de terra. Segundo o autor, a desregulação ambiental favorece interesses econômicos predatórios, os quais deterioram a qualidade de vida das populações marginalizadas.

Enquanto não se estabelecem políticas públicas nem a efetivação da gestão ambiental do maciço, o estado de degradação predomina. A delimitação do PMUSM corresponde a cerca de 240 ha de área verde no setor leste da serra,²⁷ dos quais aproximadamente 80 ha são ou foram alvo de exploração mineral.²⁸ Outra parte significativa da área é de vegetação de campo antrópico²⁹ e a menor parte de vegetação em estágio médio de sucessão ecológica. A ONG Verdejar, entretanto, defende que a situação de degradação pode ser vista como oportunidade para a população das favelas, seja pela implantação de equipamentos e áreas de lazer, seja em atividades de recuperação ambiental associadas à geração de renda.

Os espaços livres cobertos por algum tipo de vegetação nas cidades são caracterizados como áreas verdes e cumprem um papel importante na vida dos cidadãos, sendo considerado um indicador da qualidade ambiental urbana. As funções dessas áreas podem ser sintetizadas segundo os critérios social, ecológico, estético e econômico. Objetivamente, incluem a promoção do lazer e da educação ambiental, a amenização do microclima, a regulação do regime hídrico, o aumento da superfície permeável para águas pluviais e fluviais (reduzindo enchentes), o refúgio para espécies animais e vegetais, a contenção de processos erosivos, a oferta de água de nascentes, a amenização da poluição atmosférica e sonora, a disponibilidade de áreas para a produção agrícola e extrativista e o ecoturismo, entre outros (Jesus e Braga, 2005).

27. Decreto Municipal nº 33.280 de 2010.

28. Empreendimentos das empresas Anhanguera, Lafarge (ambos em atividade) e Sociedade Nacional (desativada).

29. Área degradada dominada por vegetação gramíneo-herbácea (capim), segundo a definição do Instituto Pereira Passos.

TABELA 1
Classes de uso do solo e cobertura vegetal no interior da Aparu da Serra da Misericórdia (2001)

Área total (ha)	Áreas naturais (ha)	Áreas antrópicas (ha)	
	63,02 (1,75%)		3.535,64 (98,25%)
3.598,66 (100%)	60,48 de floresta alterada	Área urbana	2.849,15
		Área urbana não consolidada	136,44
	2,54 de águas interiores	Campo antrópico	474,80
		Solo exposto e área de mineração	75,26

Fonte: Rio de Janeiro (2005).

Nesse sentido, o fato de o subúrbio possuir o menor índice de áreas verdes por habitante da cidade, associada a não implantação do Parque Urbano e a não regulamentação da Aparu – medidas que agiriam para a melhoria das áreas verdes ainda existentes – concorrem para a piora da qualidade ambiental da região e compõem o cenário de injustiça ambiental que aqui se buscou apresentar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, tentou-se demonstrar a injustiça ambiental por meio do levantamento de dados sobre as condições ambientais da região da Serra da Misericórdia, na parte central da AP3. Na escala da cidade como um todo, a realidade atual é fruto do papel histórico que coube a essa área no contexto da divisão territorial do trabalho da metrópole carioca, de área agrícola e fonte de materiais de construção até o final do século XIX, a área industrial e local de residência das classes subalternas. O modelo urbano segregador que historicamente caracteriza o Rio de Janeiro vulnerabilizou a maioria da população, que, a partir do estímulo e da tolerância a empreendimentos industriais poluentes e da não oferta de direitos essenciais, como saneamento e habitação, convive com o desfavorecimento, em termos da qualidade ambiental, de seus locais de moradia. Esses usos e funções ajudam a entender o motivo de essa região sempre ter sido negligenciada em termos de políticas públicas e serviços urbanos coletivos. A partir dessa constatação é que se pode entender a injustiça ambiental que sofre essa parte da cidade do Rio de Janeiro.

Por sua vez, a gestão de áreas protegidas, especificamente no que se refere à oferta de espaços vegetados com forte apelo social em função de combinarem a melhoria da qualidade ambiental com opções de lazer com contato com a natureza, são sumariamente negadas em função da reafirmação da Serra da Misericórdia como área de exploração mineral. Ou seja, a atual inserção desse maciço no modelo de “cidade olímpica” ocorre exclusivamente como fornecedor de matéria-prima, penalizando cerca de 2,5 milhões de pessoas que vivem na região.

Após quinze anos da publicação da primeira lei que cria uma área protegida na Serra da Misericórdia, o que se observa são ações pontuais do poder público, estando os objetivos dessas unidades muito longe de serem alcançados. Esses e outros problemas fizeram Carvalho (2011) referir-se às áreas protegidas da Serra da Misericórdia como “parques de papel”, ou seja, instrumentos jurídicos que não são colocados em prática pela administração pública.

Enquanto isso, há movimentações de empresas para ampliarem a exploração mineral no pouco que resta de área vegetada no maciço. Existem três solicitações de estudo com vistas a exploração mineral atendidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Isso contraria o Decreto nº 19.144 da Aparu, que proíbe a expansão de frentes de exploração mineral na serra.

Há um entendimento entre os membros da ONG Verdejar de que a resolução da maioria dos conflitos relacionados à ocupação por construções se daria com a implementação do parque e o estabelecimento de um conselho gestor da Aparu. Isso promoveria os usos adequados aos recursos naturais e reverteria o atual estado de abandono.

Sob o nosso ponto de vista, ao se propor uma UC, deveria ser realizado um minucioso diagnóstico da realidade local, de modo a identificar os usos e atividades que já acontecem por iniciativa dos moradores. Isso possibilitaria potencializar os efeitos benéficos e buscar alternativas para os adversos. O objetivo central deveria ser a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos de baixa renda. Infelizmente, em vez disso, as unidades são impostas de cima para baixo, arbitrariamente, longe de transformar os diretamente afetados em protagonistas do processo de recuperação socioambiental. Pelo contrário, conforme mostra Compans (2007), várias favelas sofrem processos de remoção com o argumento ambiental, enquanto os maiores causadores de impactos ambientais – no caso as mineradoras – são tolerados.

Os recursos naturais, que foram exauridos para possibilitar a acumulação e reprodução do capital, também podem favorecer o desenvolvimento local das comunidades desfavorecidas. Para isso, torna-se necessário requalificar o debate sobre as áreas naturais remanescentes em regiões de ocupações populares, como a Serra da Misericórdia. A sua recuperação, além de promover melhorias na qualidade ambiental, pode contribuir também com a geração de renda e a segurança alimentar de populações vulneráveis, como apontam as ONGs ambientalistas locais.

Concorda-se com Abreu (1992) quando este afirma que a solução para a preservação ambiental só será alcançada se for articulada com o enfrentamento das desigualdades sociais. Indo além, acredita-se que apenas quando forem garantidas as condições dignas de reprodução social e exercício de cidadania dos pobres urbanos é que se estará de fato abrindo caminho para avanços consistentes na questão

ambiental. Afinal, como afirma Rodrigues (1993), a preservação ambiental só será alcançada por meio da justiça social e não da técnica, do mercado e do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A cidade, a montanha e a floresta. *In*: _____. (Org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro, 1992. p. 54-103.

_____. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2008.

ACSELRAD, H. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fase, 2004. p. 7-18.

_____. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**, ano XVIII, n. 33, 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.

AMADOR, E. S. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**: homem e natureza. Rio de Janeiro: Contexto, 1997.

CARTA DA SERRA DA MISERICÓRDIA. Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, R. S. N. **Desafios na implantação de uma área protegida imersa em meio urbano**: o caso da Serra da Misericórdia. Monografia – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2011.

CAVALLIERI, F.; VIAL, A. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro**: o quadro populacional com base no Censo 2010. Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento/ Instituto Pereira Passos (IPP)/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, maio 2012. (Coleção Estudos Cariocas, n. 20120501). Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2012.

COMPANS, R. A cidade contra a favela. A nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 83-89, maio 2007.

DAVIS, S. Prefácio. *In*: ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

EMOP – EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS. **Relatório Final do Censo Domiciliar do Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, mar. 2010. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/AD.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2013.

FERNANDES, N. N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GONÇALVES, R. S. Porto Maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no morro da Providência. **Libertas**, v. 13, n. 2, 2013.

HEREDIA, B. *et al.* Processos sociais de construção da poluição: percepções, apropriações e traduções. In: ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

IPP – INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **População residente, por idade e por grupos de idade, segundo as áreas de planejamento, regiões administrativas e bairros** – 2012. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

JESUS, S. C.; BRAGA, R. Análise espacial das áreas verdes urbanas da estância de águas de São Pedro – SP. **Caminhos de Geografia** (revista *online*), São Paulo, v. 18, n. 16, p. 207- 224, out. 2005. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../15398/8697>. Acesso em: 29 ago. 2012.

LIMA, R. G. Contribuição à história da Freguesia de Inhaúma. Elites, usos e formas de apropriação das terras, relações sociais e econômicas. **História em Reflexão** (revista eletrônica), Dourados: UFGD, v. 5. n. 9, jan./jun. 2011.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 19.144, de 14 de novembro de 2000. Cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia – AP-3. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 15 nov. 2000.

_____. Instituto Pereira Passos. Secretaria Municipal de Urbanismo. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Indicadores Ambientais da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Decreto nº 27.469, de 20 de dezembro de 2006. Cria o Parque Municipal da Serra da Misericórdia e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 21 dez. 2006.

_____. Estado. Secretaria Estadual do Ambiente, Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental. **Relatório anual de qualidade do ar**. Inea, 2009.

_____. Prefeitura. Decreto nº 33.280, de 16 de dezembro de 2010. Renomeia o Parque Municipal da Serra da Misericórdia como Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia, estabelece seus limites e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2010a.

_____. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. **Auditoria operacional em áreas de proteção ambiental**. Secretaria de Controle externo, 6ª Inspeção Geral, Rio de Janeiro, 2010b.

RODRIGUES, A. M. S. Desenvolvimento sustentável. A nova roupagem para a velha questão do desenvolvimento. *In*: GRAZIA, G.; RESCHE, A. (Org.). **Direito a cidade e meio ambiente**. Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, Fase, Rio de Janeiro, 1993.

SIMAS, E. N. B. **Tem meio ambiente na favela?** Ambientalismo e representações. 162 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

BESSERMAN, S.; CAVALLIERI, F. **Nota técnica sobre o crescimento da população favelada entre 1991 e 2000 na cidade do Rio de Janeiro**. Instituto Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, jun. 2004. (Coleção Estudos Cariocas, n. 20040601). Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2013.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. *In*: GUERRA, A. J. T. (Org.); CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

COUTO, P. B.; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão**: história, documentos e narrativas. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão, n. 2159).

FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 14, n. 828, 25 jun. 2009. (Serie Documental de Geo Crítica). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTINS, M. L. R. Sociedade e natureza no meio ambiente urbano. *In*: RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (Org.). **Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 154-170. (Série Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias).

MEDEIROS, A. P. **Dinâmicas urbanas no subúrbio do Rio de Janeiro**: subsídios para a reflexão sobre o projeto urbano em zonas de fronteira. Disponível em: <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/184/89>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

MYIASAKA, C. R. **Viver nos subúrbios**: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 322/1976. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial**, 3 mar. 1976.

_____. **Projeto Mutirão Reflorestamento**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/especial/mutirao_reflorestamento2.htm>. Rio de Janeiro, 2007. Acesso em: 7 set. 2012.

_____. Prefeitura. **Plano Diretor do Parque Urbano da Serra da Misericórdia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Fundação Parques e Jardins, 2011.

RODRIGUES, A. M. S. A matriz discursiva sobre o meio ambiente. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano. Agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, M. L. P. Favelas no Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964). *In*: ABREU, M. A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

MOBILIZAÇÕES, PROJETOS SOCIAIS E JUVENTUDE EM FAVELAS CARIOCAS: UM OLHAR A PARTIR DOS EVENTOS #OCUPAALEMÃOÀS9H E #OCUPABORELÀS9H

Patrícia Lânes Araujo de Souza¹

1 INTRODUÇÃO

Era uma tarde de quarta-feira, no início do mês de dezembro de 2012. Na sala de reunião do Clube de Engenharia, prédio localizado na parte nobre do Centro da cidade do Rio de Janeiro, onde ficava a sede da organização não governamental (ONG) em que eu trabalhava como pesquisadora naquele momento, encontravam-se rapazes e moças com idades entre 20 e 30 anos, quase todos negros, vindos de diversas áreas populares da cidade (favelas e municípios da periferia). Estavam ali para debater os resultados parciais de uma pesquisa que havíamos feito nos meses anteriores, sobre jovens pobres e o uso das novas tecnologias para reivindicações de direitos, para a qual haviam sido entrevistados.² Entre os presentes, ao menos três deles (um casal vindo do conjunto de favelas do Alemão e um rapaz da favela do Borel) estavam conectados à internet através de seus celulares e notebooks. O motivo: trabalhavam nos últimos preparativos e na divulgação do *#OcupaBorelàs9h* e do *#OcupaAlemãoàs9h*, eventos que aconteceriam naquela noite nas favelas em que moravam.

Os eventos simultâneos que estavam sendo realizados e divulgados de forma articulada, sobretudo na internet, foram motivados por arbitrariedades policiais que haviam acontecido na semana anterior. No Borel, denunciava um toque de recolher. De acordo com moradores, às 21h de uma quarta-feira, policiais percorreram as ruas da favela, de armas em punho, exigindo que comércios fossem fechados, saíssem das ruas, ficassem dentro de casa. No caso do Complexo do Alemão, situações de hostilidade de policiais em relação aos moradores mais jovens culminaram com o assassinato de um rapaz por um policial dentro de sua casa.³ Os dois acontecimentos

1. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF).

2. Jovens Pobres e o Uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na Criação de Novas Esferas Públicas Democráticas é o nome da referida pesquisa que, entre os anos de 2012 e 2013, foi coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e financiada pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento (International Development Research Centre – IDRC), do Canadá.

3. “Na manhã do dia 26 de novembro de 2012, o jovem Mário Lucas, 18 anos, morador do Morro da Fazendinha, no Complexo do Alemão, foi cruelmente assassinado por dois PMs à paisana dentro de sua própria casa” (Thâmara, 2014, p. 158).

foram entendidos por parte dos moradores como *arbitrariedades*⁴ cometidas por policiais das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de segurança implantada em algumas favelas cariocas a partir de 2008.

Os eventos, à primeira vista, não se diferiam muito de outras manifestações contra abusos policiais promovidas por moradores de favelas ou periferias do Rio de Janeiro. Nestas, no entanto, algumas características chamaram a atenção. A primeira delas foi o amplo uso das redes sociais da internet (em especial do Twitter e do Facebook), com propósito de mobilizar e divulgar a iniciativa. A segunda, o fato de convocarem a atividade como *jovens/juventude*, evitando ao máximo acionar vinculações institucionais, apesar de muitas das pessoas que organizaram as atividades participarem de diversas maneiras de ONGs e projetos sociais. E, por último, estarem sendo organizados simultaneamente em favelas geograficamente distantes, sem nada que as identificasse especificamente no universo de mais de mil favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro.⁵ O momento pelo qual a cidade vinha passando, porém, não era qualquer momento e a política de *pacificação* em curso em diversas favelas, entre elas Borel e Alemão, fazia parte dele. Para se ter uma ideia dos discursos e práticas que vinham sendo mobilizados em torno de tal política, retomo a análise de Velazco e Tommasi (2013, p. 20):

no Rio de Janeiro há atualmente um investimento significativo na produção de um regime discursivo que promove uma nova imagem de cidade, uma cidade “pacificada” e em vias de ser “integrada” (...) graças à ocupação policial e à “libertação” dos territórios retirados do poder do “tráfico”, a separação pode ser agora superada por meio de dispositivos de promoção da “integração” e do “encontro”. Nessa operação, as práticas discursivas sobre a cidade são reconfiguradas. A difusão de imagens positivas na mídia, sobretudo na mídia digital, espaço privilegiado para a divulgação dos projetos de ONGs e governos, nomeia a favela não mais como lugar do tráfico, da violência, do perigo, do medo e sim como lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, num discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local.

Borel e Alemão faziam parte, portanto, de um contexto mais amplo envolvendo a cidade do Rio de Janeiro e suas relações com os governos municipal, estadual e federal. A partir de década de 1990, *projetos sociais*, realizados pelo governo ou por ONGs, tornaram-se comuns em muitas favelas de grandes cidades do Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Boa parte desses *projetos* teve os(as) *jovens* como público-alvo preferencial, e foi dirigida à *formação* ou *ocupação* deste grupo (em

4. Emprego o itálico para categorias centrais para a pesquisa utilizadas pelas pessoas que fazem parte do universo da pesquisa, sejam elas moradores, gestores, militantes ou inseridas no universo das manifestações e dos projetos sociais de outras formas.

5. O Borel e o Complexo do Alemão estão localizados na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Apesar disso, encontram-se geograficamente distantes: o Borel fica na Usina, um sub-bairro da Tijuca (região nobre da Zona Norte), enquanto o Complexo do Alemão (reconhecido como bairro desde 1993) localiza-se na região de Ramos, Inhaúma, Bonsucesso e Olaria, bem mais populares, considerados parte do subúrbio carioca.

seus próprios termos). Nesse sentido, essas iniciativas podem ser pensadas como estratégias de governo para os pobres, em especial, para os jovens pobres que vivem em espaços populares, que se realizam também através deles – seguindo a análise de Velazco e Tommasi (2013), inspirada na noção de governamentalidade abordada em Foucault.⁶ No entanto, talvez um “efeito social não previsto” (Sigaud, 1986) dessas iniciativas seja a reconfiguração das organizações e práticas de militância e a atuação social e política nessas localidades. Os eventos aqui tomados para análise podem ajudar a pensar formas de expressão desta dinâmica.

2 NOTAS SOBRE O CONTEXTO

Desde a década de 1990, ser *jovem* em uma favela do Rio de Janeiro pode ser entendido também pela chave dos *projetos sociais*. Esses *projetos sociais* se consolidaram nas últimas décadas como formas de agir do Estado e de ONGs, empresas e outros agentes, sobretudo em determinadas localidades e para certas populações. Eles têm foco e esse foco se relaciona à pobreza ou a populações percebidas como *vulneráveis*, caso dos *jovens das classes populares*. A modalidade projeto inventou um modo de agir e de intervir junto a *jovens* moradores de favelas. Por um lado, a pessoa ou instituição responsável pelo projeto pode, por meio dele, tentar conseguir recursos financeiros para colocar suas ideias em prática. Por outro, enunciar que fará (ou que tem) um *projeto social para jovens* insere essa organização ou pessoa em uma dinâmica local específica, ligada à *ação/trabalho social*.⁷

Os projetos sociais não chegam, no entanto, da mesma maneira em todas as localidades. Há dinâmicas distintas que criam possibilidades maiores e menores. Retomando as reflexões de Velazco e Tommasi (2013), a instalação de UPPs trouxe consigo a narrativa de que “a ocupação das favelas pelas forças policiais permitiria, agora, a entrada do governo estadual e de seus serviços nos territórios que até agora teriam estado sob o controle dos comandos do ‘tráfico’” (*op. cit.*, p. 20). Essa narrativa se ajusta àquela sobre a necessária *sinergia* de ações em um mesmo *território* para que haja desenvolvimento. Esse discurso passa a ser estruturante na justificativa de uma série de intervenções públicas em localidades pobres a partir da década de 1990, sob a égide do *desenvolvimento local* – por vezes acompanhado dos termos

6. Nas palavras das autoras: “Governo no sentido utilizado por Foucault na discussão sobre governamentalidade (Foucault, 1979), ou seja, a “condução das condutas”, uma forma de governo que tem como sujeito e objeto a população, governo que se realiza não somente sobre, mas também por intermédio da população. Age sobre o meio, dispondo as coisas para maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos. Governar significa “agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros (Foucault *apud* Procacci, 1993, p. 19)”. (Velazco e Tommasi, 2013).

7. *Trabalho social e ação social* são modos como diversas pessoas que trabalham em ONGs se referem a seus próprios trabalhos. Será preciso compreender melhor o que significam e a que práticas e discursos se referem. Será necessário revisitar a origem das ONGs e do trabalho social em favelas do Rio de Janeiro (Landim, 1998; Zaluar e Alvito, 1998). Importante pontuar que esse universo é mais amplo do que aquele dos que se percebem como *militantes*, ainda que se sobreponham em diversos momentos.

integrado e sustentável também conhecido por Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Desse modo, a UPP passa a ser encarada por setores diversos da sociedade como uma *solução* para a integração da favela à cidade por meio da segurança, mas não apenas dela, tendo a vista as ações da UPP Social, parte do programa desde o seu princípio.

Nos termos do *site* oficial da iniciativa,⁸ a UPP é o “projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas como forma de desarticular quadrilhas de tráfico de drogas que antes controlavam estes territórios”. Desde sua instalação, no entanto, as UPPs são alvo de debates públicos acalorados, que apontam suas qualidades e limites. Por um lado, muitos a defendem, como modo de entrada do Estado nas favelas, por meio do discurso de que ela possibilitaria a chegada de outros serviços e políticas. Por outro, muitas pessoas assinalam a distância entre o discurso sobre uma polícia capaz de estabelecer um bom relacionamento com os moradores (sendo, nesse sentido, *comunitária*) e a hostilidade que continua a existir entre os policiais e a população local (sobretudo adolescentes e jovens). Nesse contexto, a *militarização das favelas* também é muito criticada, sendo comum a rejeição ao argumento de que não havia Estado nas favelas ditas *pacificadas* antes da instalação das UPPs.

Assim, *pacificação, polícia pacificadora e favelas pacificadas* são termos que passaram a fazer parte de um repertório discursivo⁹ amplamente difundido pelos meios de comunicação comerciais. Com isso, o programa vem se consolidando nos últimos anos como “modelo” de gestão de segurança em áreas pobres da cidade.

A venda de drogas à varejo e os grupos armados responsáveis por essa atividade, no entanto, não deixaram de fazer parte da realidade das favelas em que foram implantadas as UPPs ao longo dos últimos anos. O que passou a ser menos comum, em alguns períodos, foi a presença de civis ostensivamente armados¹⁰ nas ruas mais próximas às áreas formais, bem como conflitos armados cotidianos. Em diversas favelas *pacificadas*, há relatos de abusos de policiais contra moradores e, mais recentemente, em várias delas os confrontos armados voltaram a ser frequentes, vitimando moradores e policiais.

Não havia (e continua não havendo) consenso na avaliação sobre a UPP entre moradores, gestores, acadêmicos, movimentos sociais ou mesmo dentro da

8. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>.

9. Para uma análise do uso da categoria *pacificação* em ações de segurança em contexto urbano, ver Oliveira (2014, p. 31). De acordo com o autor, “O uso da categoria ‘pacificação’ na contemporaneidade, para referir-se à intervenção dos poderes públicos nas favelas, antes áreas que virtualmente escapavam ao seu domínio, recupera a retórica da missão civilizatória da elite dirigente e dos agentes de Estado”.

10. Essa presença foi substituída, nas *favelas pacificadas*, pela de policiais (e/ou militares) ostensivamente armados.

polícia (ainda que seus limites e contradições fiquem mais visíveis a cada dia). É evidente, no entanto, que junto com sua implantação, chegam também às *favelas pacificadas* investimentos múltiplos, iniciativas públicas e privadas, entre as quais *projetos sociais para jovens*, reatualizando a noção comum de que deve haver uma *sinergia* de investimentos e ações em determinados *territórios* para que haja mudanças na vida de seus moradores. Desse modo, iniciativas governamentais, não governamentais e privadas passaram a ser destinadas prioritariamente para as *favelas pacificadas*, que passaram a ser vistas também como mercado em potencial, o que significou a chegada de bancos e empresas de TV a cabo, por exemplo. Entre as iniciativas de ONGs, a oferta de projetos sociais tendo como público-alvo preferencial os jovens também se amplia.¹¹ Foi em um desses projetos sociais que se conheceram os jovens que decidiram realizar os eventos simultaneamente no Borel e no Alemão (ambos já em seus 20 e poucos anos, trabalhando nesse projeto como *articuladores locais*).¹²

Se por um lado, nas *favelas pacificadas*, como o caso de Borel e Alemão, a oferta de iniciativas para jovens (em geral a modalidade projetos sociais) tende a aumentar, por outro, a convivência entre policiais e moradores (sobretudo jovens) parece se tornar cada vez mais tensa e violenta. A declaração do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, no final de 2013, por ocasião do aniversário de cinco anos da política de pacificação na cidade, revela a dimensão desta tensão: “O Rio de Janeiro tem essa história e vamos, talvez, *perder uma geração* para mudar um quadro [de violência] que, infelizmente, o Estado deixou chegar ao ponto em que chegou” (grifo nosso).¹³

Em 2013, já havia muitos relatos do tratamento dado por policiais das UPPs a moradores, sobretudo jovens. No Alemão, inclusive, alguns grupos e *coletivos* ficaram conhecidos por denunciarem publicamente diversos episódios se utilizando das redes sociais.

Há ao menos dois movimentos, aparentemente contraditórios, do ponto de vista da gestão pública, em relação aos jovens de favelas ditas *pacificadas*: o *investimento social* crescente não raro traduzido sob a forma de projetos sociais voltados para jovens pobres – e que podem ser pensados, como propõe Tommasi

11. Os *projetos sociais* voltados para *jovens* não eram, no entanto, novidade nesses lugares. Há mais de uma década vem fazendo parte da realidade local envolvendo alguns jovens e mobilizando diferentes atores locais. Tornaram-se parte da realidade local como forma de agir, como possibilidade de trabalho remunerado ou de *ocupação de jovens e adolescentes*. Mas também contribuindo para recriar o quadro do *trabalho social* e da *militância* nessas localidades.

12. A figura do *articulador local* (que pode ter outras denominações como *agente local*, *mobilizador local* etc.) é comum em projetos realizados em favelas e áreas populares. Ele tem a função de estabelecer relação mais constante com a população local, desempenhando funções tão diversas como mobilizar para as atividades do projeto, identificar as pessoas com o perfil desejado, organizar e divulgar as atividades no local etc. Para uma discussão sobre mediações, mediadores, intérpretes e agentes de terreno em projetos de desenvolvimento, ver Olivier de Sardan (1995) e Mosse (2001; 2005).

13. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/11/19/violencia-vai-continuar-nas-comunidades-pacificadas-do-rio-diz-beltrame.htm>>.

(2004), como estratégias de governo que contribuem para o ajustamento desses jovens a uma certa lógica de formalização e legalização em curso nesses lugares – e a política de segurança, sob a forma de polícia *pacificadora*, que, ainda que pretendesse instituir modos de relação distintos das anteriores, na prática reproduz um cotidiano de desconfiança, hostilidade e violência contra os moradores, sobretudo os mais jovens, encarados como “geração perdida” (como declarou Beltrame na entrevista).

É importante pontuar, no entanto, que as UPPs – ou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no caso do Alemão –¹⁴ não foram os primeiros investimentos públicos nessas áreas. Nas localidades em questão há escolas, postos de saúde, luz, coleta de lixo (ainda que precária) e outros serviços públicos. Também há associações de moradores e organizações sociais variadas, locais e de fora. Nessas favelas também existem pessoas ligadas a movimentos sociais e ONGs. Parte delas esteve à frente do *#OcupaBorelãs9h* e do *#OcupaAlemãoàs9h*. Estes eventos são aqui encarados como produtos e produtores deste momento histórico, mas também de um processo em curso há mais tempo, do qual fazem parte uma forma de organização particular, as ONGs, e também um tipo de investimento público específico, os projetos sociais. Não se trata de analisar esses eventos e as dinâmicas neles envolvidas como resultado desse processo, mas de encará-los como efeitos improváveis de uma forte dinâmica de regulação da pobreza e dos pobres dos quais os projetos sociais e a política de *pacificação* fazem parte.

3 OCUPANDO A RUA E A REDE

O *#OcupaBorelãs9h* e o *#OcupaAlemãoàs9h* aconteceram simultaneamente no dia 5 de dezembro de 2012, às 21h, nas duas localidades. Na primeira delas, o local de encontro foi o portão de entrada de uma escola pública que fica na rua principal de acesso à favela (rua São Miguel), enquanto no Alemão, a atividade aconteceu na Praça do Terço, na Nova Brasília, uma das favelas que integram o Complexo do Alemão.

No Borel, onde estive no dia da atividade, o evento consistiu em um microfone aberto montado na porta da escola, no qual diversas pessoas falaram sobre a relação entre moradores e a UPP. Em geral, os que se colocaram no microfone integravam algum grupo ou instituição local ou organizações e movimentos de fora da favela. Houve também muitas pessoas que cantaram, acompanhadas, na maior parte do tempo, por integrantes da bateria da escola de samba Unidos da Tijuca. Havia pessoas assistindo bem perto de onde estava o microfone, mas, por se tratar de uma via de acesso à favela, muitos moradores que iam chegando paravam para ver e ouvir, só que permaneciam de longe. As pessoas aplaudiam as falas, dançavam

14. “Em 2007, o governo do estado e a prefeitura do Rio de Janeiro realizaram obras de urbanização em três dos maiores complexos de favelas da cidade, Rocinha, Manguinhos e Complexo do Alemão, com recursos do PAC, do governo federal. Uma característica marcante nos projetos para Manguinhos e Complexo do Alemão era o caráter ‘simbólico’ das intervenções, criando obras de grande visibilidade e ‘qualidade’, como a proposta de elevação da via férrea em Manguinhos e a construção de um teleférico no Complexo do Alemão (Ipea, 2011)” (Rodrigues e Couto, 2013).

ao som das músicas tocadas, em sua maioria *funks* e sambas antigos, conhecidos pela maior parte dos presentes. O *funk Rap da felicidade*, de 1997, de autoria dos MCs Cidinho e Doca, foi cantado diversas vezes ao longo da atividade. Seu famoso refrão “*Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci, e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar*” foi repetido muitas vezes, caracterizando-se como uma espécie de hino, entoado de forma emocionada pelos presentes.

Havia muita gente parada na passarela (que existe sobre a rua em questão), muitas pessoas do outro lado da rua, olhando e conversando, outras paradas em comércios nas proximidades, além de pessoas nas janelas e portas de suas casas. Havia também alguns mais jovens no início do evento pintando cartazes de cartolina que ao longo da atividade foram empunhados principalmente na calçada da rua São Miguel, sobretudo para as muitas pessoas que filmavam e fotografavam. Impressionava, aliás, a quantidade de pesquisadores e jornalistas presentes. Nos cartazes lia-se, sobretudo, *Ocupa Borel*. Havia, ainda, uma viatura policial parada muito próximo ao local do evento, mas os policiais não se manifestavam de forma alguma. Ainda assim, tratava-se de presença incômoda que acompanhou a atividade até o final (incluindo durante a caminhada quando, ainda que mais afastados dos manifestantes, o número de policiais de dois ou três aumentou para um grupo de cerca de oito).

O evento teve esta configuração por mais de uma hora. Depois das 22h, atravessamos juntos a rua em que estávamos e subimos por outra das principais ruas da favela até uma área onde se localizam uma igreja batista e um centro comunitário, lugar conhecido como Terreirão. Enquanto caminhávamos, *funks* antigos eram cantados e a bateria ia acompanhando. Durante a caminhada houve muitas adesões de moradores que ficavam nas portas e janelas de suas casas e comércios. Nesse momento, foi possível se ter uma ideia da dimensão do encontro, que deve ter chegado a reunir duzentas pessoas. Muitos dos que caminhavam eram mulheres e crianças. Chegando ao Terreirão, novamente o microfone foi ligado e outras pessoas falaram e cantaram. Muita gente estava feliz e emocionada, e a atividade foi avaliada como uma manifestação de sucesso por Inácio e outras pessoas envolvidas na organização.¹⁵

Como foram simultâneos, não estive no Ocupa Alemão, mas acompanhei repercussões e registros por meio do perfil na rede social virtual Facebook de uma das organizadoras da atividade. O evento foi realizado na Praça do Terço, na

15. Em postagem, um dia após o evento, um dos principais idealizadores da manifestação no Borel fez a seguinte avaliação: “Foi mesmo uma noite emocionante! Vi o discurso aliado a uma prática transformadora. Vi a favela se expressando como sabe bem! A polícia não se pronunciou, mas a favela, ah, a favela soltou um grito que estava preso na garganta! Não precisamos de toque de recolher, temos direito ao nosso território, ainda é nosso! Ver as pessoas unidas em favor do bem comum. Ouvir os ecos da mobilização no Alemão também me deixam extasiado! Sei que ainda teremos muitas lutas pela frente, mas marcamos o nosso lugar! E demos o nosso recado com muito *funk*, samba, indignação e certeza de que a nossa voz foi ouvida! #OcupaBorel #OcupaAlemao”.

favela Nova Brasília, parte do Complexo do Alemão e reuniu entre cinquenta e cem pessoas, boa parte delas jovens e crianças do Alemão, como mostram fotos compartilhadas no perfil dos organizadores no Facebook.

A dinâmica foi semelhante à do Borel: microfone aberto para falas e músicas, além de um pequeno palco onde houve também outros tipos de manifestações culturais, como dança. Os organizadores da atividade também recolheram assinaturas para um abaixo-assinado pedindo a garantia de *direitos básicos*, como direito a exercer e produzir práticas culturais em seu território, direito a produzir representação social, direito à liberdade de expressão, direito à liberdade de ir e vir, a não violação do domicílio, ao esclarecimento de mortes, entre outros, e direito à criação de um comitê, formado pela sociedade civil organizada e moradores, com o intuito de mediar conflitos entre a polícia e a juventude. Esse comitê será responsável em receber possíveis denúncias de desrespeito ao morador, violação do lar, abuso de poder, ameaças, entre outros. No dia do evento, eles chegaram a conseguir cerca de cem assinaturas.

O relato do evento no Borel e as informações a que tive acesso do Ocupa no Alemão não dizem tudo sobre o Ocupa. Nos parágrafos até aqui, fica praticamente ausente uma dimensão fundamental da atividade: a internet e, em especial, a rede social virtual Facebook. Foi pelo Facebook de algumas das pessoas envolvidas na organização que tomei conhecimento do evento. Mesmo antes do Ocupa, foi pelo Facebook que seus articuladores no Borel falaram do toque de recolher instaurado pela UPP na semana que antecedeu a atividade e que foi feita a mobilização para os dias que se seguiram. O mesmo ocorreu com o Alemão, onde denúncias de arbitrariedades de policiais da UPP da localidade já vinham sendo feitas e divulgadas.

No Borel, quem organizou a atividade com sua mãe, sua irmã e outras pessoas de sua rede de conhecidos de dentro e fora da favela foi o Inácio. Ele contou que a ideia de realizar o evento também no Alemão partiu de uma conversa com um morador de lá com quem havia trabalhado em um grande projeto social que, naquele momento, funcionava em diversas *favelas pacificadas* com apoio da Petrobras. Nos dias que antecederam a atividade, ele fez diversas postagens sobre o assunto.¹⁶ Uma delas, feita em 29 de novembro de 2012, que teve cinquenta pessoas *marcadas*,

16. Perfil, postagem, marcação, compartilhamento, curtir, comentar são algumas das palavras utilizadas com frequência para nos referirmos à rede social virtual Facebook e que fazem parte do modo de comunicar das pessoas implicadas nas dinâmicas aqui descritas. Postar é tornar pública alguma informação (texto e/ou imagem) por meio de mecanismos disponíveis no referido *site*, sendo que as postagens podem ser feitas no perfil da pessoa/grupo ou de outra pessoa, grupo ou comunidade da qual o perfil em questão faça parte. Perfil é a face pública de uma pessoa ou grupo no Facebook (não há necessariamente correspondência entre ele e o mundo *off-line*). No perfil é possível tornar públicas (ou acessíveis a um grupo de outros perfis que se tem como amigos no Facebook) informações geradas pelo próprio perfil em questão ou por outro perfil ou, ainda, em algum *site*, *blog* etc. Nesses compartilhamentos de conteúdo há a opção de marcar outros perfis, o que faz com que os marcados recebam uma a notícia de que foram marcados e possam tomar conhecimento sobre a informação em questão. Curtir é uma outra ferramenta que possibilita às pessoas, que leram determinado conteúdo em um perfil, expressar publicamente uma forma de interesse naquilo que foi postado. Comentar, nesse contexto, significa escrever (ou publicar fotos ou outras informações como matérias jornalistas ou artigos) algo referente a uma postagem específica, estabelecendo um diálogo no perfil responsável pela postagem inicial.

inclusive eu, e 236 *compartilhamentos* em cinco dias, foi especialmente significativa para entender as motivações da organização da atividade.

Acabo de chegar de Brasília, onde tive a oportunidade de ver um marco. O lançamento do Plano Juventude Viva, de combate ao extermínio da juventude negra, e é claro que, com muitos jovens pobres e negros reunidos, não faltaram histórias reais de arbitrariedades da polícia. Ao chegar no Borel, me deparo com um verdadeiro deserto. Novidade: TOQUE DE RECOLHER dado pela corporação policial que está por aqui. Carros subindo e descendo em alta velocidade com armas para fora na única estrada que é acompanhada de uma ENORME calçada (ironia). Enfim, as favelas “pacificadas” agora são territórios DOMINADOS pela polícia. É a lógica para os pobres, vigilância excessiva, controle dos direitos e arbitrariedades sem fim. E é por isso que na próxima quarta-feira, 5 de dezembro, vamos ocupar as ruas do Borel, às 21h da noite. É o OCUPA ÀS NOVE BOREL! Vamos às ruas, pessoal?

A mensagem era seguida da filipeta eletrônica do evento que dizia Ocupa Borel às 9 - 5 de dezembro, em letras grandes nas cores preta e laranja, sem nenhuma imagem acompanhando.

A postagem em questão se refere não apenas àquilo que motivou a reação expressa sob a forma de organização do Ocupa mas também a outros espaços em que Inácio atua. O evento acontece em um contexto de debate de uma política pública nacional (o Plano Juventude Viva) que coloca em pauta o que chama de extermínio da juventude negra, que traduz em política governamental um tema que já vinha sendo objeto de preocupação de movimentos e organizações sociais (sobretudo setores dos movimentos negro e de juventude).¹⁷ Inácio era integrante de espaços de debate de políticas públicas de juventude e representava a ONG em que trabalhava no Conselho Nacional de Juventude.

A articulação entre a atividade no Borel e no Alemão é anunciada por Inácio no mesmo dia da seguinte maneira:

e o movimento começa a Crescer... Ocupação Simultânea, Borel e Alemão! Vamos às Ruas??? Algumas ações tomadas pela força armada do estado, a famosa “Polícia Militar”, vem assombrando e aterrorizando as favelas do RIO, queremos respeito e direitos assegurados já que o ESTADO é responsável pela segurança em FAVELAS PACIFICADAS, casos como o ocorrido no COMPLEXO DO ALEMÃO E BOREL quase que simultaneamente mostra a fragilidade das políticas de segurança pública no

17. Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra é uma iniciativa do governo federal realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Tem como objetivo principal contribuir para a diminuição do número de mortes violentas entre jovens no país. De acordo com o Brasil (2014): “O homicídio de 30 mil jovens entre 15 a 29 anos, no ano de 2012, é uma tragédia de uma magnitude tal que se mostra difícil encontrar termos de comparação. Destes, 23 mil são jovens negros. Em um mês, são mais de 1.900 jovens negros mortos. Ou seja, cerca de 76 a cada dia, mais de três a cada hora, ou um assassinato atingindo esta população a cada 20 minutos”. E se apresenta como tendo sido criado pelo governo federal para “combater as causas desse fenômeno e criar condições para sua superação. Esta iniciativa se associa a outras que buscam a efetivação dos direitos de uma juventude plural e diversa, do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial, contribuindo para que padrões de violência consolidados ao longo da história e que estigmatizam a juventude negra sejam superados”.

Rio de Janeiro. O evento será na praça do Conhecimento às 21:00 horas. A FAVELA É NOSSA! SOMOS OU NÃO UM RIO?¹⁸

Um elemento importante para se compreender a atitude dos organizadores do evento é levar em conta que a UPP – implantada, inicialmente em 2008, na favela Santa Marta – já tinha mais de quatro anos de execução e vinha sendo apresentada publicamente como a solução para a questão de segurança na cidade, chegando a se constituir, como foi dito, uma espécie de modelo. As críticas eram muito mal vistas, e aqueles que criticavam, sobretudo quando eram moradores de favelas, chegavam a ser acusados de defender o *tráfico*. Este cenário parece ter mudado muito pouco desde então. Em artigo recente, Leite (2008) analisa percepções e formas de ação de moradores de favelas em relação à violência. Segundo a autora, há um constante esforço de “limpeza moral” para se diferenciarem dos “bandidos”, reafirmando um distanciamento moral do “morador” e do “trabalhador” em relação aos agentes do crime violento. Essa contaminação potencial está presente também nas queixas públicas: “Dessa forma, os estigmas sobre os moradores de favela minam a legitimidade de suas denúncias e reivindicações no espaço público e dificultam (...) seu acesso à justiça. (Fridman, Leite e Oliveira, 2005; Zaluar, 2004; entre outros)” (Leite, 2008). Um posicionamento público e crítico sobre a questão deve ser pensado levando em conta este elemento: criticar publicamente as UPPs significava um enorme risco de acusação de defesa do *tráfico de drogas*.

As cobranças feitas em termos de *direitos* e referidas diretamente ao ESTADO (em caixa alta no *post*) revelam também o lugar de onde falam seus organizadores e a percepção sobre este Estado que deveria estar garantindo a segurança dos moradores. A participação em debates sobre políticas públicas promovidos por movimentos sociais ou ONGs talvez possa ajudar a compreender uma certa linguagem e um repertório discursivo que traduz uma ação razoavelmente comum no cotidiano de moradores de favelas e áreas populares da cidade – a violência e a arbitrariedade da polícia – em uma questão de direitos direcionada ao Estado.

Na convocação feita pela internet (e minha observação naquele momento deu-se sobretudo pelo Facebook) usaram uma *hashtag* (#)¹⁹ no nome do evento e

18. A parte final do texto refere-se ao *slogan* da campanha do prefeito do Rio de Janeiro, então recentemente reeleito, Eduardo Paes, que era “Somos um Rio” e toda a *postagem* indica uma crítica à política de segurança representada pelas UPPs, que, apesar de ser uma política de âmbito estadual, aparecia na percepção dos organizadores associada a uma lógica de cidade sintetizada pela reeleição de Paes (aliado do então governador Sérgio Cabral).

19. *Hashtags* são palavras-chave antecedidas pelo símbolo “#”, que designam o assunto que está sendo discutido em tempo real no Twitter, Facebook e Instagram, criando uma espécie de convergência entre tudo aquilo que é postado sobre o tema e uma hierarquia entre assuntos mais ou menos discutidos (uma hierarquia de visibilidade). As *hashtags* mais usadas no Twitter ficam agrupadas no menu *Trending Topics* encontrado em sua barra lateral. As *hashtags* têm sido incorporadas como forma de dar visibilidade pública a assuntos sociais e políticos em contextos de militância. Um dos exemplos mais recentes foi na frase #*CadêoAmarildo?*, que reivindicava investigação sobre o sumiço do pedreiro Amarildo Souza, que havia sido visto pela última vez entrando na sede da UPP da Rocinha, onde morava. O movimento teve grande repercussão e gerou investigação e resposta pública de autoridades do governo do estado e da polícia. Policiais da UPP local foram os responsáveis por seu assassinato, mas seu corpo não foi encontrado.

fizeram, nos dias anteriores, uma ampla convocação via Facebook e Twitter utilizando frases e pequenos textos sobre as ações da polícia em favelas ditas pacificadas. Essa estratégia articulou-se à ideia de *ocupação cultural* que orientou o caráter do evento e foi insistentemente repetida em postagens durante a convocação e, no caso do Borel, onde estive, também em falas ao microfone, no decorrer da atividade.

A ideia de ocupação cultural e pacífica que apareceu em diversas postagens também se aproxima da discussão sobre o estigma da violência que recai sobre moradores de favelas e a ideia de “limpeza moral” feita por Machado da Silva (2008) e Leite (2008).²⁰ Na fala da mãe de Inácio, no Ocupa Borel (disponível em vídeo no Youtube), a questão é colocada como a distinção entre a ação dos moradores e a ação da polícia: “a nossa resposta não foi com a mesma violência que nós sofremos”. Ela chama a atenção para aspectos percebidos como positivos das manifestações culturais locais: “A nossa resposta é cultural porque o Borel, ele tem essa característica, né. (...) a gente tem cultura, a gente tem *rap*, a gente tem *hip-hop*, a gente tem igreja, tem louvor”. No final desse trecho, ela se refere à resposta dada pelos moradores como uma resposta com *cidadania* e com *civilidade*, “já que o governo gosta tanto dessa palavra, com cidadania, com civilidade e com uma ocupação cultural botando a galera na rua”.

A violência policial, nesse caso, não é respondida com violência pelos moradores. A violência vinda dos moradores é constantemente associada a uma falha moral, ao envolvimento com o *tráfico*. Busca-se, então, por intermédio da cultura, afirmar positivamente o lugar onde vivem e fazer um contraponto à violência a que estão cotidianamente submetidos pelo próprio Estado. Nas palavras de Inácio: “Enfim, as favelas ‘pacificadas’ são territórios dominados pela polícia. É a lógica para os pobres, vigilância excessiva, controle dos direitos e arbitrariedades sem fim”.

4 MOBILIZAÇÕES E PROJETOS SOCIAIS: EM NOME DA JUVENTUDE

A partir da breve descrição do evento é possível se pensar em diversas questões. Aqui, buscarei recuperar apenas duas delas: a relação entre uma parte significativa das pessoas que estavam à frente das manifestações descritas, projetos sociais (governamentais ou não) e ONGs; e a questão de quem representa os jovens moradores de favelas, quem fala por eles e elas nesse contexto.

Uma parte significativa das pessoas que organizaram os eventos no Alemão e no Borel tinha fortes vínculos com ONGs e projetos sociais. Em alguns casos,

20. “Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de ‘convivência’, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas ‘de bem’, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na ‘sociabilidade violenta’. Chamamos este esforço de ‘limpeza moral’. (...) Dentro das favelas, os moradores também procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes. Não fumar maconha, não cheirar cocaína, não se envolver em seus negócios e redes e não aceitar seus favores são formas de tornar clara para os vizinhos a condição de ‘pessoa de bem’ e a adesão à ordem institucional” (Machado da Silva, 2008, p. 21).

tratava-se de vínculos de participação em projetos sociais em que eles mesmos eram ou haviam sido – enquanto jovens – o público-alvo das ações em questão. Em outros casos, eram pessoas que trabalhavam (ou haviam trabalhado) de forma remunerada em ONGs e/ou certos projetos sociais. E havia, ainda, aquelas que, tendo ou não vínculo de trabalho profissional com ONGs e projetos, mantinham naquele momento (ou haviam mantido em outros momentos) um engajamento militante com esses espaços, ou seja, lá estavam por se identificarem com as causas propostas ou as bandeiras levantadas. Essas três formas de relação com ONGs e projetos não são, no entanto, excludentes. Entre os criadores do evento *#Ocupaàs9h* havia pessoas que, por exemplo já tinham sido “jovens de projeto”²¹ e passaram a trabalhar de forma remunerada em ONGs com as quais tinham forte identificação, fazendo delas também um espaço de engajamento e militância social.

Além da passagem por projetos sociais ou ONGs e do fato de morarem em favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde, recentemente, policiais das UPPs haviam cometido ações arbitrárias contra moradores, grande parte dos organizadores se autoidentificava como *jovens* e, assim, eram reconhecidos por variados atores, dentro e fora das favelas em que moravam.²²

O evento, nas suas localidades, foi convocado pelos moradores e não por organizações locais. Tratou-se de escolha consciente de seus organizadores. No caso do Alemão, no entanto, além de moradores, os organizadores acionaram a ideia de juventude na convocação da mobilização, destacando o fato de os jovens serem pessoas de determinada posição no ciclo de vida (em determinada faixa etária) e com as características específicas que mais sofrem com as arbitrariedades por parte da polícia, como se pode notar no trecho a seguir, retirado de uma postagem realizada na rede social virtual Facebook de uma das organizadoras do *#OcupaAlemãoàs9h*, em dezembro de 2012.

A juventude do Complexo do Alemão convoca todos para estar nessa quarta-feira, 05/12 às 21hs, na praça do conhecimento da comunidade Nova Brasília para o Ocupa Alemão. Será um ato simbólico de reconhecer e legitimar os moradores da favela como donos de seu próprio território. O objetivo do ato é estreitar o diálogo da juventude com o poder policial, buscando por meio desse diálogo, minimizar os impactos e esclarecer aos moradores seus direitos e deveres como cidadãos. O encontro acontece simultaneamente no Borel, as duas favelas unidas em prol do desejo de respeito e segurança por parte do estado. Uma juventude que deseja um diálogo aberto sem abusos

21. De acordo com Novaes (2006, p. 113/114), “Os projetos sociais tornaram-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão”.

22. É preciso pontuar que, em muitos projetos sociais voltados para pessoas jovens e adolescentes, ser reconhecido como jovem é um atributo valorizado no momento de seleção daqueles que irão trabalhar nesses projetos. Ter entre 18 e 29 anos (às vezes até 30 e poucos anos) pode ser uma característica relevante no momento de escolha da equipe. Há, nesses casos, a compreensão de que jovens conseguiriam se comunicar mais facilmente com outros jovens.

de poder, sem toque de recolher, e sem censura às práticas culturais da comunidade, como os bailes, encontros na praça, entre outros. Participe desse momento conosco. Caso você presencie algum abuso de poder ou violação de direitos, fotografe e mande para a gente com a hashtag #OcupaAlemão. Juntos por um Rio de direitos! (grifos nossos).

Essa postagem, que faz parte das estratégias do próprio evento, revela a centralidade da ideia de juventude para seus organizadores e também para o conflito entre moradores e polícia que motiva a mobilização. A questão da juventude nesse contexto não pode, no entanto, ser compreendida apenas pelo fato de serem todos (ou quase todos) os envolvidos na organização das atividades pessoas jovens (20 e poucos anos), ou seja, posicionadas em certa etapa do ciclo biológico ou reconhecidas socialmente como tais (no Brasil, por exemplo, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos).²³ É preciso pensar a *juventude*, nesse caso, também como parte de um contexto, já que se trata de uma construção social como outra qualquer gerada nas relações que ocorrem dentro de um campo específico em que lutas sociais pelo poder sobre classificações e categorias estão permanentemente se (re)fazendo e (re)constituindo a ordem social tal qual a conhecemos (Bourdieu, 1983).

Se, como foi visto, algumas das pessoas envolvidas nesses eventos foram o que se usa chamar em alguns contextos de “jovens de projeto”, outros, apesar de não terem participado de projetos sociais como *público-alvo/beneficiários*, trabalhavam em organizações ou atuavam em movimentos e grupos em que a questão da juventude e do jovem era fortemente tematizada, não raro em relação profunda com políticas públicas (programas e projetos como o Plano Juventude Viva ou parte das ações da UPP Social, para ficar em exemplos próximos) ou espaços institucionais de participação ou de *diálogo* entre poder público e sociedade civil (como conselhos e conferências de juventude). Ou seja, para além de um sentido mais visível de falarem como *juventude* ou em nome dos *jovens* das favelas em questão por serem eles mesmos *jovens* ou parte desta *juventude* que ocupa uma posição específica nos conflitos cotidianos com policiais, há elementos significativos que podem dar indícios de que o tipo de relação que estabelecem com a questão só é possível a partir do tipo de inserção profissional, social e/ou de militância que tinham.

A menção ao programa Juventude Viva feita por Inácio em uma de suas primeiras postagens merece ser ressaltada. Ao combinar na mesma fala duas políticas públicas (uma nacional, caso do Plano Juventude Viva; outra local, da UPP), ele contrapõe uma percepção mais ampla sobre direito à vida, no caso de jovens negros moradores de periferia, que é o mote da primeira, e o cotidiano da segurança pública encarnado pela UPP local, que atualiza o que ele chama de *dominação*.

23. Em 2005, com a criação de uma Política Nacional de Juventude, pessoas entre 15 e 29 anos tornaram-se preocupação específica e sistemática de ações do governo federal. Em 2010, a juventude foi inserida na Constituição Federal por meio da Emenda nº 65. Posteriormente, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) passou a determinar os direitos de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

Assim, fica nítida a distância entre o que ele chama de “marco” (“O lançamento do Plano Juventude Viva, de combate ao extermínio da juventude negra, e é claro que com muitos jovens pobres e negros reunidos”) e “a lógica para os pobres, vigilância excessiva, controle dos direitos e arbitrariedades sem fim”.

Essa *juventude*, que se produz no cotidiano da favela, nas negociações e conflitos entre atores diversos e também em contato com instâncias como o Conselho Nacional de Juventude e outros espaços institucionais em que tem centralidade é a mesma que, nestas mobilizações, reivindica a fala em nome da *juventude* e dos *jovens* moradores de favelas. A rejeição à presença formal de organizações na convocação da atividade faz pensar sobre aqueles que têm falado em nome dos *jovens* nas favelas hoje em dia. Sobre isso não há resposta pronta, mas certamente é possível identificar, nessas e em outras localidades, atores variados – entre eles, ONGs (*de dentro* e *de fora* da favela), projetos sociais (governamentais ou não), acadêmicos, políticos, lideranças religiosas, representantes de grupos diversos etc. – que muitas vezes falam pelos *jovens* ou que escolhem entre os “seus jovens” aqueles que, do seu ponto de vista, seriam capazes de exercer o papel de porta-vozes da *juventude*. A opção por falar em nome da *juventude* no contexto dos eventos aqui descritos revela as contradições desse modelo e parece indicar uma busca por alternativas que se traduzem, por exemplo, na formação de grupos menos institucionalizados e menos hierarquizados, como os *coletivos*.²⁴

Um conflito tornado explícito por meio de uma postagem no Facebook sintetiza algumas dessas questões que envolvem a construção de um lugar de fala daqueles que se consideram e são considerados *jovens*. Dias depois da realização do #Ocupa no Borel e no Alemão, uma pessoa ligada aos debates sobre direitos e políticas de juventude fez, em sua página no Facebook, uma espécie de denúncia dirigida a outra pessoa, naquele momento idealizador e responsável por um importante projeto social voltado para jovens de favela (justamente aquele em que se conheceram os dois idealizadores iniciais do Ocupa). A denúncia se referia ao suposto “silêncio” sobre o Ocupa Borel e Alemão, ou seja, ao fato de o denunciado não ter divulgado o evento em seu *perfil*, explicitando assim apoio à iniciativa na mesma rede social virtual.

Uma informação importante para se entender o episódio e seus desdobramentos é que algumas das pessoas que organizaram o *Ocupa* no Borel e no Alemão já haviam participado, de diferentes maneiras (como *educadores*, *articuladores* ou *jovens beneficiários*), do projeto idealizado e coordenado pelo denunciado. Outros participavam ou haviam participado de atividades e reuniões do grupo do qual o

24. Importante pontuar que diversos coletivos são formados por pessoas que continuam a ter relações diversas (inclusive de trabalho e engajamento) com as ONGs. Além disso, coletivos e grupos não institucionalizados, em vários momentos, juntam-se a essas e outras organizações mais formalizadas em nome de causas comuns, construindo ações e mobilizações conjuntamente.

denunciante era principal articulador. Alguns deles tinham relações e afinidade com ambos. Como, ao fazer a acusação, o denunciante lançou mão do recurso de *marcação* do Facebook tanto para o denunciado, quanto para alguns dos organizadores do #Ocupa, quanto para outras pessoas envolvidas nas discussões sobre *juventude* nas favelas (inclusive eu), a *postagem* de apenas uma linha acabou tendo enorme repercussão no contexto em questão: mais de quarenta *comentários*, envolvendo não apenas o denunciado, mas, sobretudo, alguns dos que estiveram à frente da ação nas duas favelas.

Essas duas figuras públicas (denunciante e denunciado), homens com mais de 40 anos, que fazem trabalho com *juventude* em favelas cariocas evidenciaram nessa ocasião distinções e disputas uma vez que operam com diferentes percepções sobre o apoio do poder público a ações de ONGs e projetos sociais. Na visão do denunciante, a relação do denunciado com determinados partidos políticos beneficiaria seus projetos sociais em detrimento de outros tantos e ele e seu projeto assumiriam certo protagonismo no debate sobre *juventude popular* em diferentes espaços, desconsiderando o trabalho e o acúmulo de outros atores sociais, entre eles o grupo do qual o denunciante é um dos principais articuladores. Além disso, o apoio recebido pelo denunciado de instâncias governamentais impediria o mesmo de fazer críticas mais contundentes a políticas que têm impacto negativo sobre a vida de jovens que moram em áreas populares (caso das UPPs, por exemplo), não utilizando sua visibilidade pública para questionar mais frontalmente tais políticas (como costuma fazer o denunciante e o grupo que integra, ainda que ele trabalhasse em ONGs que também recebem financiamentos do poder público).

As críticas ali subentendidas para quem já estava a par do conflito existente entre eles são, na verdade, muito comuns a muitas pessoas e organizações *de fora e de dentro* de favelas, e vêm ganhando maior expressão pública nos últimos anos. Foram colocadas ali, portanto, questões referentes à autonomia de atores da sociedade civil tendo em vista financiamentos e apoios de entidades públicas. Tais questões estão no cerne na constituição da relação entre sociedade civil e Estado (suas distinções e fronteiras) e se atualizam com as iniciativas voltadas para *jovens*, sejam elas ligadas ao universo dos projetos sociais ou da militância.

A reação das pessoas diretamente envolvidas na organização dos eventos foi não tomar partido diretamente. O que ficou mais evidente nos comentários foi a necessidade de chamar para si, enquanto *jovens/juventude*, mais uma vez a responsabilidade pelo *Ocupa*, sobretudo entre aqueles do Alemão, como mostram os comentários a seguir, feitos por organizadores do Ocupa Alemão, em dezembro de 2012.

Falando do Alemão, o evento foi formado por *jovens*, escrito por *jovens*, liderado por *jovens*, discutido por *jovens*, enfim tudo feito por *jovens* (...) *o Ato ñ teve nenhuma*

participação institucional, ñ queríamos envolvê-las, pois quando se envolvem tudo fica mais difícil e em alguns casos ñ teríamos legitimidade e liberdade de pensar e fazer o evento da forma que gostaríamos e fizemos.

O Ocupa Alemão e o Ocupa Borel mostrou a *força de mobilização da juventude Carioca* e sua vontade de participação nas mudanças em suas FAVELAS.

No Alemão, a iniciativa partiu de *jovens* e entre nós mesmos falamos que estávamos nos reunindo como pessoas, até porque se for para falar de ONGs, sou contra vários posicionamentos, inclusive das quais faço parte, mas, não devo exigir perfeição, pois perfeição é utopia! *Jovens* se reuniram, *jovens* fizeram, *jovens* se mobilizaram de tal forma que até isso aqui que está acontecendo é repercussão de nosso manifesto.

Todo *apoio* é bem-vindo, claro, mas a nossa intenção foi fazer o JOVEM PROTAGONISTA *desse movimento*, e foi o que aconteceu e basta (*grifos nossos*).

Na postagem que deu origem ao debate, as palavras *jovem* ou *juventude* não apareceram. No entanto, os comentários, postados por diferentes pessoas envolvidas na organização, todas identificadas e autoidentificadas como *jovens*, revelam a intenção de colocar o *jovem* ou a *juventude* como sujeitos da reivindicação, minimizando (ou mesmo prescindindo) de apoios institucionais e dos adultos (denunciante e denunciado). Os apoios, como dizem ali, são bem-vindos, mas “o jovem” foi o protagonista desse movimento. Os comentários também indicam algumas das ressalvas relativas às ONGs que, possivelmente, contribuíram para que não houvesse nenhuma participação institucional. O forte questionamento sobre o papel de instituições, sobretudo das ONGs (das quais alguns deles fazem ou fizeram parte), aparece atrelado à crítica a “vários posicionamentos” de ONGs como também a possível falta de “legitimidade” e de “liberdade para pensar o evento”. Naquele momento, ainda que, como revelam as pistas das trajetórias de alguns dos organizadores, as ONGs tenham sido e sejam espaços de trabalho remunerado, inserção no mundo dos projetos sociais e mesmo de aproximação da construção de uma certa maneira de pensar o mundo – mais próxima ao ideário dos movimentos sociais –, os *jovens* consideraram que podiam prescindir das instituições em nome de uma maior liberdade na organização das mobilizações.

O episódio é revelador também de um outro debate presente em movimentos sociais e sobretudo aqueles ligados à favela: a possibilidade de falar por si. Naquele momento os jovens que organizaram o *Ocupa* no Alemão e no Borel reivindicavam a possibilidade de falar sem intermediações. O conflito que teve lugar no Facebook apenas explicitou parte das disputas em torno da ideia de *jovem/juventude* em espaços populares. Aqueles considerados *jovens* são disputados por projetos sociais e iniciativas variadas de ONGs (e outros atores). E apesar de muitos deles terem nesses espaços uma importante fonte de renda e/ou possibilidade de engajamento social e político, há também, e de forma crescente, um forte movimento entre esses jovens de criação de espaços pensados por eles como *autônomos* ou *independentes*,

em que buscam repensar as relações que estabelecem com ONGs, projetos sociais e agentes estatais e reconfigurar o que seria falar como *jovem* morador de favela, pois também reconhecem e discutem a imensa diversidade presente entre jovens e entre aquelas e aqueles que vivem em favelas.

Os eventos aqui analisados demonstram que a constituição de movimentos sociais em favelas está perpassada por tensões variadas que só podem ser entendidas quando se olha também para o contexto mais amplo em que se inserem considerando elementos das trajetórias de pessoas, coletivos, grupos e instituições que fazem os movimentos nos locais em que vivem e atuam.

5 EFEITOS PÓS-EVENTOS

Após o #OcupaBorelàs9h, as autoridades de segurança prometeram apurar os fatos relacionados ao toque de recolher decretado pela UPP, e conversas foram realizadas no sentido de promover um entendimento entre a unidade policial e um fórum já existente, constituído por representantes de entidades do local.

Semanas depois, a mãe de Inácio voltou a postar em seu *perfil* no Facebook acontecimentos que indicam que, para além das respostas oficiais, o *Ocupa* se reflete nas relações cotidianas entre policiais e moradores. Ela contou que um policial repreendeu uma moradora sobre seu filho adolescente ficar até tarde na rua na favela. A mãe rebateu dizendo que o filho era dela e ela que sabia como melhor criá-lo ao que o policial respondeu ironicamente: “vai fazer uma manifestação?”.

A resposta irônica daquele policial vem se traduzindo, desde então, em ações diversas de maior criminalização de movimentos sociais, sobretudo entre grupos populares e favelas. A repressão a diversas modalidades de manifestações públicas seja com *spray* de pimenta, seja com balas de borracha ou de verdade, além do constante discurso realizado por muitos meios de comunicação comerciais empenhados em transformar a figura de *manifestante* em *vândalo* (e, no caso das favelas, em *pessoas envolvidas ou a mando do tráfico*) são exemplos disso.

No Alemão, após o evento, algumas pessoas que estiveram envolvidas em sua organização continuaram realizando outros encontros com o mesmo nome, mas diversificando as temáticas. Pouco depois constituíram o coletivo Ocupa Alemão que passou a atuar organizando eventos, ações e intervenções para, de acordo com os próprios “fortalecer o laço de moradores com a rua”. Entre as ações estiveram a *biblioteca livre*, organizada na garagem de um morador do Morro dos Mineiros (uma das favelas do Alemão); a realização do *Rolê Afetivo*, caminhada por ruas do Alemão guiada por um dos participantes do grupo e terminando numa conversa sobre diferentes temas; a *grafitada política*; e a participação dos representantes do #OcupaAlemãoàs9h em debates públicos e atividades organizadas dentro e fora da favela (isso sem falar do intenso uso do Facebook, com finalidades de militância,

intensificado a partir de junho de 2013). O *Ocupa Alemão* apresentava-se então como “movimento da juventude da favela”, destacando o fato de se tratar de algo feito por jovens e não por instituições, além de acionarem a ideia de “ocupação do espaço público”, colocada por eles nesses termos.

O termo *Ocupa*, utilizado para dar nome e certa unidade aos eventos, pode ser pensado a partir do contexto de sua utilização. Além de estabelecer relação com o movimento *Occupy Wall Street*,²⁵ que havia ocorrido no ano anterior, o termo também se conecta com outros movimentos de base local, por assim dizer, como os de moradia ou por terra que têm a ocupação como parte de seu repertório de luta e ação. Consegue, portanto, estabelecer conexão entre algo atual e relacionado a mobilizações que incorporam a internet e outras tecnologias de comunicação (como câmaras fotográficas, filmadoras e celulares), nos termos em que os organizadores do *Ocupa* buscam fazê-lo, mas também se aproxima de um repertório mais amplo em termos de movimentos sociais no Brasil.²⁶

Há ainda outra dimensão que vale a pena pontuar em relação ao *Ocupa*. O termo tem ligação também com o uso corrente da palavra *ocupação*, usada pelas instâncias do poder público para se referir a ações policiais que visam entrar e *retomar* favelas que são percebidas como *territórios do tráfico de drogas*. Há aí também um plano de disputa por quem teria legitimidade para *ocupar* o espaço da favela, e os organizadores da atividade repetem em suas postagens e falas que a favela é de seus moradores. Essas pessoas, moradoras e/ou militantes em temas relacionados à favela fazem desta questão, e de outras a ela relacionadas, um modo de se apresentarem no espaço das redes sociais: é (também) por seu vínculo de pertencimento a estes espaços que querem ser vistas e reconhecidas. Colocar-se na presença de outro, postar imagens, fotos, textos para alguém revela uma maneira pela qual se espera ser visto: *compartilhando* informações, reafirmando ou criticando postagens há um trabalho de identificação e diferenciação que contribui para gerar identificações individuais e coletivas (também) por meio das redes sociais virtuais, em profunda articulação com aquilo que fazem e com as identidades e os pertencimentos produzidos para além da internet.

As tensões, negociações e articulações entre *jovens* e ONGs permanecem presentes no dia a dia das favelas. Por um lado, os *jovens* continuam sendo alvo de

25. Occupy Wall Street é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Iniciado em setembro de 2011 em Manhattan, Nova Iorque, o movimento denuncia a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente, surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo, incluindo o Brasil. Em matéria escrita por um dos participantes do Ocupa Alemão e publicada no site Rio on Watch (<http://rioonwatch.org.br/?p=7282>) afirmou: “Com livre inspiração nas mobilizações internacionais surgidas após o Occupy Wall Street, o Ocupa Alemão e o Ocupa Borel tornaram-se as primeiras iniciativas do gênero organizadas por jovens de favelas cariocas”.

26. Ainda que apenas de modo enunciativo, já que não há de fato uma ocupação permanente dos locais, o que em geral caracteriza as ocupações, por meio de acampamentos e um período maior de tempo, como tem ocorrido com as recentes ocupações de câmaras dos vereadores, assembleias legislativas ou reitorias em diversas cidades do Brasil, por exemplo.

investimentos variados e um dos públicos preferenciais de muitos projetos sociais, que acabam por contribuir para a construção da ideia que a sociedade tem do *jovem de favela*. Por outro, no cotidiano, operam inúmeras distinções entre as diversas ONGs que atuam no local. Assim como os *jovens*, essas organizações são múltiplas e, ainda que em sua maioria operem sob a lógica dos projetos sociais, não é apenas isso que as define ou que conforma uma nítida unidade entre elas. Olhando mais de perto, é possível perceber que alianças e rupturas são feitas e refeitas cotidianamente e as relações de trabalho, formação e militância que envolvem instituições e *jovens* são constituídas (também) por vínculos de vizinhança, parentesco, amizade e afeto, que precisam ser compreendidos para que seja possível entender essa realidade considerando sua complexidade e múltiplas conexões.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL – Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de implementação para Estados e Municípios**. Plano Juventude Viva. Brasília, 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Histórico fundiário e da urbanização do Complexo do Alemão**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Mimeografado.

LANDIM, Leilah. “Experiência Militante”: história das assim chamadas ONGs. *In*: _____. (Org.) **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-87.

LEITE, Marcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco** – violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. Introdução. *In*: _____. (Org.). **Vida sob cerco** – violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOSSE, David. “People’s knowledge”, participation and patronage: operations and representations in rural development. *In*: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (Org.). **Participation**: the new tyranny? Nova York: Zed Books, 2001. p. 16-35.

_____. **Cultivating development. An ethnography of aid policy and practice**. London-New York: Pluto Press, 2005.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens** – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social**. Marseille/Paris: Apad/Karthala, 1995.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de sobradinho e machadinho. **Comunicação**, Rio de Janeiro: Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), n. 9, 1986.

THÂMARA, Thamyra. Junho preto: favelado ocupando as ruas. *In*: MORAES, Alana *et al.* **Junho** – potência das ruas e das redes. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.

TOMMASI, Livia de. **Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras**. Jul. 2004. Disponível em: <<http://www.aracati.org.br/>>. Acesso em: 1º abr. 2004.

VELAZCO, Dafne; TOMMASI, Livia de. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 15-42, jun. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEITE, Marcia Pereira. Território e ocupação: afinal, de que regime se trata? **Le Monde Diplomatique Brasil**, fev. 2013. p. 13.

MÁXIMO, Maria Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 25-47, jul./dez. 2007.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet: an ethnographic approach**. Oxford, 2001.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**, n. 80, 2008.

SOUZA, Patrícia Lânes Araujo de. **Relatório estudo de caso identidade favelada e novas tecnologias** – pesquisa jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

_____. **#Ocupaàs9**: notas sobre estratégias de mobilização e ação política entre jovens de favelas cariocas. Comunicação apresentada na XX Jornada de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF (PPGA/UFF), 2013.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; DEGANI, Ana Paula (Org.). Alemão. **Favela como oportunidade** – plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: Inae, 2013.

FILHOS DE SUAS MÃES: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA SOBRE A JUVENTUDE E O TRÁFICO DE DROGAS NO CONTEXTO DE PACIFICAÇÃO

Felícia Picanço¹

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, as favelas amalgamaram desigualdades socioeconômicas historicamente consolidadas, elementos de geografia social, alianças entre segmentos policiais, poder político e poder econômico com a venda de drogas e armas, e produziram uma instituição social: o tráfico de drogas. Desde os anos 1980, com a entrada da cocaína e das armas de fogo modernas no mercado ilegal, um novo padrão de organização e violência foi sendo estabelecido, concomitantemente à formação de facções, que disputavam territórios entre si, com a polícia e com a população (Zaluar e Alvito, 1998; Leeds, 1998; Misse, 1999).

Ao longo do tempo, o tráfico foi se constituindo como uma instituição capitalista e burocrática, com regras, cargos e hierarquias, voltada para a produção do lucro e do domínio do território, exercido por meio do poder armado, do monopólio da violência nas localidades, de estratégias de defesa e ataque, e, em muitos casos, da liderança carismática, da mediação de conflitos na população e do assistencialismo. A essa intrincada teia somam-se as características específicas da geografia, das lideranças e do poder policial e político local, resultando em distintas configurações do tráfico de drogas conforme os territórios onde o tráfico exerce o domínio e o poder.

A formação das facções emerge das disputas por poder e comando entre os próprios traficantes, a partir de uma rivalidade cruel e extremamente violenta. Isto culminou na formação de três grandes facções que dividem e disputam territórios dentro de favelas, bairros e presídios da cidade do Rio de Janeiro. As disputas pelos territórios impuseram às facções a necessidade de um maior estoque de armas e a participação em conflitos armados, bem como levaram ao encastelamento e à ramificação dos traficantes dentro dos territórios, mediante a construção de

1. Professora do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

obstáculos para o acesso de veículos, a apropriação de casas em áreas em posições estratégicas, entre outros controles.

A complexificação da estrutura do tráfico, que demanda o envolvimento de muitas pessoas; o sigilo e a confiança requeridos; os ganhos de dinheiro, prestígio e poder; os valores da honra e da moral; e as políticas de segurança pautadas no enfrentamento armado tornaram as disputas entre os traficantes, e entre os traficantes e a polícia, mais violentas e frequentes.

A favela sob cerco² econômico, social e simbólico tornou-se ambiente propício para o desenvolvimento dos heróis e das celebridades locais, fundados no poder das armas e, em alguns casos, no carisma, na oferta de presentes, na realização de grandes festas, e em pequenos benefícios locais e individuais. Tais dinâmicas produziram uma nova representação social sobre a favela, bem distante das representações dos anos 1950, 1960 e 1970 (Valladares, 2005). A favela passou a ser vista como lócus de pobreza e violência insolúveis, fonte de todo o mal que assola a cidade do Rio de Janeiro, e seus moradores foram estigmatizados como população de risco, vulnerável e perigosa.

Na última década, esse modelo sofreu fortes abalos. Do lado das práticas ilegais e criminosas, o abalo se deu com a entrada das milícias na disputa dos territórios menos protegidos ou menos dominados pelo tráfico; a intensificação das disputas pelos territórios; e a queda na lucratividade, com a entrada maciça das drogas sintéticas. Do lado do Estado, se gestou uma nova política de segurança pública baseada na instalação das unidades de polícia pacificadora (UPPs) nas favelas a partir de 2008. As UPPs foram apresentadas à sociedade como um projeto de policiamento “elaborado com os princípios da polícia de proximidade”, visando à “retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico”.³ A “pacificação” produziu mudanças centrais no cotidiano e na lógica de sociabilidade destas comunidades, e na dinâmica e na estrutura do tráfico de drogas. Tais mudanças se tornam visíveis muito mais pelas denúncias de abusos que por efetiva capacidade de resolução de conflitos e de construção de um novo modelo de gestão.

A literatura sociológica e antropológica produzida *a partir de e sobre* o contexto descrito vem se debruçando desde os anos 1980 sobre o mundo do crime, os bandidos e o mercado ilegal de narcóticos na cidade. Os autores que ganharam projeção por estudos empíricos de grande porte, tendo produzido suas chaves interpretativas ainda nos anos 1990, o fizeram com uma questão de fundo que Misse (1999) conseguiu exprimir com muita clareza: enquanto a disseminação

2. Referência ao apropriado título do livro organizado por Machado da Silva (2008): *Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*.

3. Os termos entre aspas são utilizados pela polícia, conforme exposto no site da UPP, disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>.

do mercado de drogas nas grandes cidades do mundo incidiu no aumento da taxa de crimes violentos ainda na década de 1970, e depois decaiu ou se manteve relativamente estável, no Rio de Janeiro este fenômeno não ocorreu. Soma-se a isso o aumento progressivo da visibilidade da violência, do sentimento de insegurança e da sensação de risco iminente de ser vítima (Machado da Silva, 2008).

Misse (1999; 2008) responde à questão acionando dois conceitos ou noções: acumulação social da violência e sujeição criminal. Machado da Silva (1999; 2004; 2008; 2011) vai ao longo dos anos sofisticando sua chave interpretativa por meio do conceito de sociabilidade violenta. Zaluar (1985), pioneira no estudo etnográfico do tema, revirou os espaços e encontrou conexões fundamentais com as disposições de uma hipermasculinidade dos bandidos.

Segundo Misse (2008), no Brasil, sempre houve uma justificação habitual para a eliminação física de criminosos comuns, mesmo sem a marca da periculosidade. Isto revela uma tendência a substituir a punição do crime pela punição do sujeito, ao qual é imputado um caráter específico e fixo. O processo de acumulação social da violência, que vem ocorrendo em especial no Rio de Janeiro desde os anos 1950 (Misse, 2008), produz uma afinidade entre certas práticas criminais, especificamente aquelas que provocam um sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades, e tipos sociais de sujeitos socialmente identificados pela marca da condição de pobreza, cor da pele e estilo de vida. O resultado é que os criminosos portadores destes marcadores não são apenas criminosos, mas marginais, violentos, bandidos (Misse, 2010). Os indivíduos que se encontram nas camadas mais pobres são aqueles que correm os maiores riscos de ser atingidos pela sujeição criminal, ou seja, de ser e se reconhecer como bandidos.

A sujeição criminal é definida, então, como um processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um mundo à parte: o mundo do crime, no qual há, então, reprodução destes tipos sociais representados como criminosos, os bandidos (Misse, 1999).

Misse procura, deste modo, caminhar além dos desafios teóricos provocados pelas teorias do sujeito, do rótulo e do estigma (Becker, Goffman etc.) em, pelo menos, duas direções. Primeiro, enquanto a teoria da rotulação está sustentada pela perspectiva interacionista, o novo conceito busca articular a ação e a estrutura: a sujeição criminal é produto de um longo processo sócio-histórico definidor das normas sociais (componente estrutural) e da formação de identidades e práticas (componentes interacionais) (Teixeira, 2009; Werneck, 2012). Segundo, incriminação e sujeição criminal são vistas como distintas. A incriminação é a tipificação penal, que estabelece o rótulo de criminoso para aquele que se enquadra nos tipos de comportamentos desviantes descritos no código penal em função do

desvio da regra. A sujeição criminal é quando a incriminação fixa-se no sujeito. É um tipo específico de incriminação, na qual o criminoso se torna um bandido porque é visto e se percebe como tal, mas nem todo criminoso é percebido (ou se percebe) como bandido (Teixeira, 2009).

Em outra perspectiva, Machado da Silva (2011) argumenta que a violência se tornou uma linguagem da sociabilidade da cidade: linguagem em sentido amplo, que configura repertórios de ação, de interpretação e de interação; constitui, portanto, prática. Dito de outra forma, a representação social da violência urbana, baseada na regularidade das ameaças à integridade pessoal e patrimonial dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, produziu uma forma de vida social na qual a ordem legítima não entra como referência.

Nesse sentido, a violência urbana tanto age como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta como está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais (Machado Silva, 2008). Como linguagem, a sociabilidade violenta se torna um princípio estruturante, daí que imprime uma dimensão integrativa à violência, isto é, ela organiza e dá sentido às práticas dos sujeitos. A violência já não pode ser lida dentro das categorias de crime ou desvio, já que é um princípio estruturador de práticas, em especial nas camadas mais pobres.

Segundo Zaluar (2012), enquanto Machado opõe a sociabilidade predominante entre pobres ou favelados ora à ideologia burguesa, ora à ordem convencional e formal, Misse sugere uma dicotomia entre os crimes dos ricos e os crimes dos pobres, defendendo a associação de certo tipo de criminalidade com certos modos de operar o poder das classes subalternas “marginalizadas”. Por diferentes vias, os autores ignoram ou negam a moralidade ou o etos predominante entre trabalhadores pobres, negando, assim, divisões internas do proletariado urbano relativas à moralidade e ao modo de operar o poder. Não destacam a heterogeneidade nas condições socioeconômicas, nos estilos e nos projetos de vida dos moradores das favelas. Esta heterogeneidade desabilita qualquer padronização e uniformização, o que foi sublinhado nos estudos sobre favela (Preteceille e Valladares, 2000).

Nesse sentido, aponta Zaluar (2012), as interpretações de Machado Silva e Misse podem conduzir à separação entre dois mundos com lógicas próprias: um da ordem legítima e outro portador preferencial do padrão da sociabilidade violenta e seus sujeitos criminais.

A contribuição de Alba Zaluar vem pautando o campo de estudos sobre favela e violência há pelo menos três décadas. Para Zaluar, os estudos etnográficos foram indicando a forte presença da ideia de chefe, do “sujeito homem”, do “guiado pela sua própria cabeça”, como elementos centrais, mas não exclusivos, da adesão dos jovens ao mundo do crime. Isto a levou à construção de um recorte de gênero e de

geração para dar conta do recurso à violência na disputa por pontos de venda, poder, resolução de conflitos, desafios, rixas e qualquer outro elemento que ameace o *status* ou o orgulho masculino. Para a autora, não se trata de estabelecer uma identidade masculina unívoca aos subalternos perante uma masculinidade hegemônica em crise. Para definir um dos tipos de masculinidade presentes no mundo do crime, a autora não identificou a busca por reconhecimento ou uma subcultura de grupo, mas o etos guerreiro, conceito original de Norbert Elias.⁴

O etos guerreiro⁵ é uma forma de identificar uma versão da masculinidade baseada na virilidade, na força e no poder pelo uso da violência. A violência se torna um sistema de poder que funciona como mecanismo de empoderamento simbólico para os jovens pobres, mas não exclusivamente para eles, que emerge dentro de uma conjunção entre: *i*) as transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno do tráfico de drogas e armas ao longo do tempo; *ii*) as sucessivas políticas de segurança falhas na sua capacidade de prevenção e contenção da violência; e *iii*) o desmantelamento da vida associativa e comunitária dos bairros populares e pobres. Tudo isso representa um retrocesso da civilidade (Zaluar, 2004), numa nova referência a Norbert Elias.

Grande parte da literatura sobre as favelas no Rio de Janeiro na última década, em especial sobre a juventude, dialoga com ou a partir dessas referências, aceitando pelo menos três desafios: *i*) produzir novos olhares num claro esforço político de desnaturalizar a noção do favelado (sobretudo o jovem) como criminoso (Heilborn, Faya e Souza, 2014) ou conivente com o crime, resultado de famílias desestruturadas; *ii*) discutir a incorporação e a centralidade da favela na política da cidade e nas políticas públicas (Cavalcanti, 2013); e *iii*) produzir novas interpretações a partir de outras referências teóricas (Birman *et al.*, 2015). São estudos que procuram romper com as representações uniformes e homogêneas das populações pobres, bem como dos seus territórios, como espaço das informalidades (moradia, trabalho, acesso a bens e serviços de luz, água e esgoto) antagônico ao espaço das formalidades dos bairros das classes médias.

Tomando esses desafios, já se soma um conjunto expressivo de análises sobre favelas com UPPs, tais como Burgos *et al.* (2011), Ramos (2011), Cano (2012), Cavalcanti (2013), Leite e Machado da Silva (2013), Oliveira (2014), Abramovay e Castro (2014), Leite (2014), Heilborn, Faya e Souza (2014) e Araújo Silva e Carvalho (2015).

4. Norbert Elias chamou de etos guerreiro ou código guerreiro a disposição para aniquilar e atacar como forma de fazer valer a sua vontade e arrebatá-las as mais altas honrarias (Elias, 1993; 1997).

5. O etos guerreiro foi muito bem empregado, também, por Cecchetto (1998) para dar conta do estilo de masculinidade nos bailes *funks*.

Nada há de conclusivo, muito menos de experiências uniformes. Mas, em relação ao comércio ilegal de drogas, as mudanças descritas nas pesquisas afirmam que houve uma grande redução da lucratividade. O tráfico se tornou mais perigoso, menos organizado, e sua simbologia viril e heroica perdeu a visibilidade, dado que o comércio ilegal, para que se sustente como atividade, tem que ser realizado nas sombras. O trabalho menos visível e lucrativo se tornaria menos atraente, pois imputa novas *performances* para os jovens traficantes, que já não podem se expor da mesma forma com seus armamentos em punho. Do ponto de vista da sociabilidade, sobressaem os intensos conflitos entre moradores e policiais das UPPs em função do uso da violência e da humilhação nas abordagens policiais;⁶ da falta de controle da polícia sobre estupros, roubos e assassinatos cometidos dentro da comunidade; e da ingerência da polícia na vida social e de lazer da favela, pois para que haja bailes, festividades e até mesmo manifestações culturais tradicionais é necessária autorização do comandante da UPP. Do ponto de vista teórico, sobressaem os conceitos de margens (Das e Poole, 2004) e dispositivos (em versões variadas e derivadas de Foucault, Boltanski e outros).

Em toda essa construção social, acadêmica e política sobre e a partir da favela, o jovem morador da favela é o protagonista, ora identificado como algoz, produtor do mal e, portanto, a encarnação do sujeito criminal, ora como vítima da violência, vulnerável a elas, cujo destino precisa ser direcionado, assistido e produzido.

O padrão cultural dominante é tratar a juventude como uma etapa de transição para a vida adulta, cujos comportamentos esperados seriam estar na escola e buscar uma inserção no mercado de trabalho para, em seguida, constituir sua própria família. No entanto, a imagem de jovens protegidos no trabalho e na escola é socioeconomicamente localizada e culturalmente produzida. Experiências juvenis e representações sociais sobre os jovens variam segundo representações e expectativas que se têm dos grupos socioeconômicos aos quais pertencem e dos contextos sociais nos quais estão inseridos.

Os estudos sobre juventude respondem a isso apontando para as diferentes modalidades de ser jovem ancoradas em marcadores sociais de diferenças (Heilborn, Faya e Souza, 2014), tais como gênero, raça, classe e território, que se combinam de diversas formas e, nesse sentido, são produtores e reprodutores de desigualdades. A juventude é, pois, múltipla e heterogênea; por isso, pode-se falar em juventudes, no plural.

Desse ponto de vista, os jovens dos bairros pobres e das favelas não cabem em grandes categorias, tampouco em uma subcultura produtora de estilos de vidas homogêneos. Muito menos podem-se explicar seus comportamentos à luz de uma

6. Ao longo da nossa pesquisa de campo, por exemplo, um dos informantes relatou que tinha entrado em conflito com um policial, e que um tinha jurado o outro de morte. Pouco tempo depois, o informante morreu em uma suposta troca de tiros.

cultura da pobreza ou em função do isolamento social – perspectivas teóricas presentes na literatura antropológica e sociológica, em especial americana, desde os anos 1940, reeditada e revista desde então (Small, Harding e Lamont, 2011).

2 A PESQUISA

Estudando a sociabilidade dos jovens em bairros pobres americanos, Small (2004) e Harding (2007; 2010) propuseram caminhos diferentes, mas muito bem sustentados teórica e empiricamente. Small (2004) discute as limitações teóricas da associação entre bairros pobres e baixo capital social, e assume a perspectiva de que moradores dos bairros pobres podem estar associados a baixo ou alto capital social, tanto para dar conta do nível dos indivíduos quanto do bairro. A questão central do autor é analisar os mecanismos por meio dos quais morar em bairro pobre afeta a participação e os laços sociais, inviabilizando ou viabilizando melhores condições de vida.

Harding (2007; 2010) discute a socialização dos jovens a partir dos múltiplos e concorrentes modelos culturais através dos quais eles conceituam problemas e produzem suas soluções. Dito de outra forma, compreender os jovens em suas ações e representações significa compreender como os jovens utilizam seus enquadramentos⁷ para interpretar as situações, e como constroem repertórios a fim de agir nas situações (*script*). Membros da família, concebida como a rede de parentesco, e membros das suas redes de convivência, em geral jovens mais velhos, são elementos centrais para a compreensão destes enquadramentos, estratégias e ações.

Os enquadramentos são as formas de interpretação dos eventos e da reação a eles, isto é, como os indivíduos percebem o mundo, seu contexto e a si mesmos em função das experiências e dos conhecimentos prévios (Goffman, 1974; Small, Harding e Lamont, 2011; Harding, 2007). Por repertórios entendemos um conjunto de ideias que permitem acionar estratégias de ação – não são valores propriamente ditos, mas possibilidades de ação que são acionadas diante das situações vividas (Small, Harding e Lamont, 2011; Swidler, 1986). E por *script* entendemos os roteiros de ação que se consolidam ao longo do tempo (Harding, 2007; 2010; Goffman, 1974).

Invocando as trajetórias de jovens envolvidos no tráfico de drogas no contexto da instalação das UPPs como tema central, a pesquisa aqui apresentada surgiu do interesse em refletir sobre os jovens a partir das percepções sobre local de moradia, família, trabalho, escola, estilo de vida e expectativas de futuro, como forma de identificar as construções sociais das práticas discursivas, ou seja, a produção de sentidos para suas trajetórias e escolhas de vida.

7. Enquadramento foi adotado como tradução de *frame* (Goffman, 1974).

Há, no entanto, uma indagação política dessa aventura sociológica que merece esclarecimento. No momento, é intenso o esforço dos cientistas sociais em analisar outras dimensões da sociabilidade das favelas para além da violência, tais como política, arte, economia, projetos sociais, políticas públicas, turismo, moradia e lazer. Há também um esforço em introduzir novos instrumentos teóricos para dar conta da compreensão desta sociabilidade (nos referimos aqui aos conceitos de dispositivos, margens, fronteiras etc.). Entre os inúmeros motivos para se voltar ao tema juventude e mundo do crime nas favelas, destacaremos apenas três. O primeiro é o interesse em compreender como tais dimensões da sociabilidade das favelas (moradia, lazer, afeto) são vividas por esses jovens. O segundo é o interesse em entender os mecanismos de saída, retenção ou adesão dos jovens ao tráfico no contexto da UPP. E, por fim, o terceiro motivo é o desejo de compreender o olhar da rede de afeto sobre estas dimensões e processos de vida dos jovens.

Foram escolhidos dois conjuntos de favelas, já denominados formalmente como bairros, da cidade do Rio de Janeiro: o Complexo do Alemão e a Rocinha. A escolha por estas localidades se deu em função de pesquisas anteriormente realizadas nestas e em outras comunidades, nas quais nos chamaram atenção as diferentes configurações da sociabilidade juvenil e os impactos dos contextos sociais, econômicos e geográficos na produção destas diferenças. Foram realizadas entrevistas com jovens que tinham saído do tráfico com a chegada da UPP e membros das suas redes de afeto.

O trabalho de campo foi realizado entre agosto de 2014 e junho de 2015 por uma equipe de quatro pesquisadores. O contexto com as UPPs na região e os constantes enfrentamentos entre policiais e grupos armados foram fatores decisivos para que o processo de interlocução com moradores em busca de informantes intercalasse momentos de maior e menor aproximação. Ao fim da pesquisa, contabilizamos 25 entrevistas em profundidade com jovens e 15 entrevistas com membros de suas redes de afeto, no Complexo do Alemão; e 25 entrevistas com jovens e 16 com membros das redes de afeto, na Rocinha. As entrevistas foram concedidas em diferentes ambientes escolhidos pelos entrevistados. Todos os cuidados foram tomados para a preservação dos informantes e seus familiares entrevistados.

Para a produção deste capítulo, em formato de notas exploratórias, iremos analisar a descrição e a narrativa de dois jovens, que estiveram inseridos no tráfico de drogas do Complexo do Alemão, sobre si e seu contexto. Suas mães são entrevistadas como representantes da rede de afeto. Pretende-se compreender como descrevem e são descritos em seu cotidiano, como é sua sociabilidade no território e fora dele, sua trajetória escolar, de trabalho e de inserção no mundo do consumo, como forma de captar seus enquadramentos, estratégias e *scripts*, bem como os de suas mães.

3 DOIS JOVENS DO COMPLEXO DO ALEMÃO

Foram mais de duas décadas de intensificação das atividades ilegais, que, aliadas às sucessivas políticas de segurança e políticas sociais de pouca eficácia, colocaram o Complexo do Alemão⁸ no imaginário social da cidade como área degradada e violenta, quartel-general do tráfico de drogas e armas da maior facção criminosa da cidade. A representação negativa de favela e favelado, quando aplicada ao Complexo do Alemão, potencializava o estigma já negativo que estas noções trazem. O ápice deste período foi o assassinato, em 2002, do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, que fazia matéria sobre a venda de drogas no Alemão.

Nos anos 2000, o tráfico passa a experimentar a crise desse sistema armado e altamente lucrativo (Ramos, 2011). O mercado das drogas se tornou extremamente heterogêneo com a chegada maciça de drogas sintéticas, o que, somado à violência armada dentro das favelas (dos policiais e dos traficantes), reduziu o consumo a varejo. A alta mortalidade de lideranças do tráfico – em decorrência de investidas policiais armadas e de disputas entre membros das facções – foi gerando um contingente de novas lideranças cada vez mais jovens, seduzidas pelo modelo de hipermasculinidade (ou de exacerbação dos itens definidores da masculinidade no imaginário juvenil), numa hierarquia em que um subchefe tinha outro chefe. O mercado a varejo passou a atender fortemente o mercado interno. O caminho foi aberto para drogas mais baratas, porém mais avassaladoras, como a *crack*. Houve também adulteração maior das drogas comercializadas para barateá-las.

Isso não significa que o tráfico como instituição está esfacelado, mas sim que suas características estão em mudança. No entanto, é nesse cenário que a pacificação chega, com a espetacularização da ocupação do território pelas forças do Exército, da Marinha e das polícias, e da fuga em massa dos envolvidos com o tráfico de drogas em carros e a pé pelas estradas de barro dos morros da região.

3.1 Carlos

Dona Zenaide teve seis filhos de três casamentos. Concluiu o nível de escolaridade fundamental, bem como o curso de técnico em enfermagem, e tem o sonho de voltar a estudar. Já trabalhou em casa fazendo artesanatos e lanches, para sustentar as crianças. Não tem trabalho fixo, mas trabalha como acompanhante de idosos quando aparece serviço nesta área. Evangélica, frequenta os cultos da família aos domingos, para “dar conta da turma”, e às quartas-feiras: “[o culto da quarta] é para nós mesmos, fortalecimento espiritual”.

Para Zenaide, “dar conta da turma” é difícil, em função das opções de vida que os filhos fizeram, como enfaticamente nos diz, quando eles saíram do controle

8. Deixamos de tratar da construção do histórico do Complexo do Alemão porque ela já está muito bem documentada e discutida em outros capítulos deste livro.

dela e daquilo que tinha planejado. O que tinha planejado estava identificado à aproximação do padrão cultural hegemônico, com suas inflexões aplicadas à situação de pobreza, isto é, uma transição para a vida adulta compatibilizando trabalho e escola. Sua expectativa de aproximação a este padrão se justificava por sentir que estava fazendo sua parte: deixou de trabalhar fora de casa como estratégia de provisão de cuidados com os filhos, dada a impossibilidade de delegação dos cuidados para outras pessoas da rede parental ou de vizinhança. Durante a infância dos três primeiros filhos, contou com o suporte da mãe, o que permitiu o trabalho fora de casa. Mas a mãe adoeceu, não pôde mais ficar responsável pelas crianças, e “naquele tempo era tudo mais difícil”, diz ela em relação à creche, à escola e à renda para prover cuidados externos. A alternativa foi trabalhar em casa, transformando a casa no espaço de produção e comercialização de artesanato e lanches.⁹

Um dos seus filhos foi assassinado; segundo ela, foi a pior notícia que já recebeu na vida. Viciado em drogas, o rapaz passara a morar em vários lugares, incluindo a rua. O que contam é que a companheira foi a mandante do assassinato, ou que ela teve algum envolvimento na morte dele.

Depois da morte do filho, a segunda pior notícia foi saber do envolvimento de três dos cinco filhos vivos no tráfico. O primeiro a se envolver foi Luciano, o filho mais velho, que era o único que ainda permanecia envolvido no momento da pesquisa. Em seguida foi a vez de Carlos, o filho do meio, que segundo ela teria entrado para dar suporte ao irmão Luciano, pois foram criados de forma mais cúmplice, um ajudando o outro. O terceiro filho a entrar foi o mais novo, André, que teve uma passagem rápida, pois segundo ela logo ele percebeu que não valia a pena, até porque foi “preso”¹⁰ durante um curto tempo, que ela não soube precisar. Ela explica com clareza as escolhas dos filhos, separando seu papel de mãe cuidadora e a autonomia dos filhos.

Olhando assim para mim, às vezes eu me pergunto se falhei em alguma coisa, onde falhei, se falhei. Se foi erro meu, ainda hoje estou para descobrir. Agora acho que, no lugar onde nós vivemos, para eles, é mais *status*, um poder, de se sentirem. Eu acho que buscam um respeito dentro da comunidade. Em minha visão, o que leva é isso, no caso deles, apesar de nós termos uma vida mais simples, não havia necessidade, nem financeira, porque eles não terminaram os estudos porque não quiseram.

É essa esfera de autonomia que também explica a permanência do filho mais velho no tráfico e a saída dos outros dois. O primeiro é sempre arredio às conversas com ela e mora com a mulher e a filha. Dona Zenaide acredita que ele ainda está envolvido no tráfico para “bater de frente” com ela. Os dois outros filhos são tratados como ex-envolvidos, ainda moram com ela e a escutam, e, em suas

9. Sobre a discussão da casa como espaço econômico, ver o capítulo de Eugênia Motta neste livro.

10. Termo empregado pela entrevistada para se referir ao período que ficaram internados.

palavras, são mais calmos. Carlos, o que saiu por último, o fez com a chegada da ocupação que resultou na instalação da UPP. Segundo ela, o filho sentiu que “a barra pesou”, isto é, a atividade criminosa estava ameaçada e mais perigosa. Mas este filho tomou para si a responsabilidade de cuidar do irmão mais velho, ainda envolvido: leva refeições e se preocupa, nas palavras dela, mais até que ela.

Sobre os medos em relação aos filhos, notamos que o olhar é marcado pela ideia de atraso. Dos cinco filhos vivos, um está no tráfico, três outros estão “em atraso” e somente um “não dá trabalho”. A escolha do atraso para qualificar as trajetórias erráticas dos filhos – isto é, de idas e vindas nas atividades ilegais ou de ausência de trabalho e estudo – parece ligada à ideia anterior de perda de controle sobre a vida dos filhos e à tomada de rumo fora do que fora planejado por ela. O atraso, portanto, se verifica em relação à trajetória-padrão no que diz respeito a trabalho e estudo, mesmo entre os jovens pobres. Para o filho envolvido, trata-se do medo da perda dele, isto é, da sua morte.

Carlos, um dos filhos ex-envolvidos e em “atraso”, descreveu que sempre foi mais para bagunceiro, a começar pela escola, que largou aos 17 anos, na sexta série. Seu relato não está nada distante do que sua mãe narrara sobre a trajetória escolar dele. Começou a trabalhar com 12 anos na padaria do tio e aos 17 anos começou no tráfico fazendo pequenos serviços a partir da rede de relações da vizinhança – jovens mais velhos que jogavam futebol com os mais novos, como ele, pediam-lhe para prestar alguns favores.¹¹ Depois veio o convite para trabalhar na endolação e, por fim, para ser segurança de um gerente. Disse que durante um tempo manteve o trabalho na padaria até ganhar mais responsabilidade no tráfico.

Esteve no tráfico junto com o irmão Luciano, aquele que ainda permanece no tráfico, e dois primos. Fez apenas uma breve referência ao irmão menor e sua rápida passagem no tráfico. Um dos primos foi preso (e ainda cumpre pena), e outro virou pastor. Com a ocupação do Complexo do Alemão, Carlos foi trabalhar no tráfico do bairro do Lins de Vasconcelos, também na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, num local desconhecido por ele e sob a jurisdição de outros mandatários. Escapou de ser preso no mesmo momento em que o primo e o irmão mais novo foram apreendidos pela polícia. O primo ainda está na prisão cumprindo pena, enquanto o irmão, na época menor de idade, foi liberado em poucas semanas. Segundo ele, o primo e o irmão estavam numa festa na casa de algum familiar em Campo Grande, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Carlos iria encontrá-los, mas resolveu mudar a rota porque o ônibus estava demorando muito, e ele achou aquilo estranho, podendo ser um aviso para não ir. Não foi, e lá no local da festa o irmão e o primo foram presos. É interessante notar que, mesmo se declarando

11. “Favores” é a forma como se referem à realização dos pequenos serviços, como pegar comida, esconder uma arma ou levar recados, em troca de dinheiro, benefício ou “consideração” (um certo tipo de respeito ou camaradagem).

evangélico, Carlos afirma: “deu um bagulho na minha mente”. Um aviso apareceu sempre como determinante para decisões tomadas. Existe uma leitura sempre mística sobre momentos de grande risco vivido. De forma retroativa, esta leitura sugere que basta ficar atento aos sinais dados pela vida, por Deus ou pelo inespecífico para se manter protegido. Esta religiosidade difusa é uma forma de enquadramento muito claro na leitura que Carlos faz sobre suas estratégias de ação.

O dinheiro recebido semanalmente, a morte pai, o *stress* familiar gerado pelo vício de drogas do irmão, seguido pela morte dele e pelos problemas de saúde da mãe iniciados depois desta morte, foram elementos acionados para a manutenção de suas atividades no tráfico.

Seu maior problema aconteceu quando pela segunda vez uma quantia de dinheiro sob sua responsabilidade desapareceu. Contou que ele e outros enterraram a bolsa de dinheiro na mata fugindo de uma operação policial e, quando voltaram para pegar, verificaram que estava faltando dinheiro. Ao longo de sua narrativa sobre o episódio, fez referência ao tratamento dado aos mais novos, considerados “bobinhos” e por isso alvos de armações. Mas, como ele tinha certeza do seu controle sobre a venda e o dinheiro, e tinha a “mente fechada” para trapaças, isto é, não se deixava seduzir pela possibilidade de roubar cargas e dinheiros, sabia que suas contas estavam certas e que o dinheiro faltoso fora roubado por alguém que estava com ele.

Uma mesma história revela várias dimensões da vida do crime. Uma delas é que obedecer aos códigos de conduta está ligado a uma disposição pessoal a “ter a mente fechada” e não ao risco de punição de patentes mais altas. Violar o código é uma questão de avaliação da situação e está sempre em pauta, basta o risco ser considerado baixo. Neste caso, roubar de alguém mais jovem e com responsabilidade de prestar contas ao superior seria considerado fácil.

Sua saída foi sendo construída a partir de um processo resultado da ocupação, de idas e vindas entre morros, e de redução dos ganhos nessas empreitadas. Às vezes, ficava até mesmo sem pagamento. Passou dez semanas em outro município até retornar para o Complexo do Alemão e, segundo ele, ir levantando sozinho uma das bocas. Num episódio não explicado, disse que machucou o pé e em seguida ficou muito doente, chegando a ter pneumonia. Com esses problemas, as dificuldades enfrentadas e os riscos avaliados como elevados, preferiu ficar em casa até sua plena recuperação. Neste momento, a mãe se mudou para uma casa mais perto do asfalto e o estimulou a procurar um emprego na construção civil. Este foi o desfecho da inserção de Carlos no mundo do crime.

3.2 Bruno

Nos anos 1980, Rosângela se mudou para o Complexo do Alemão. Seu filho menor tinha um ano e meio. Hoje mora com os três filhos e os quatro netos. Trabalha tomando conta de uma criança, serviço para qual recebe R\$ 250,00 por mês, e toma conta dos netos para as mães trabalharem. Quem sustenta a casa é o ex-marido, motorista de “madame”, que mesmo separado dela frequenta e provê a casa.

Chegamos a ela por intermédio de Bruno, filho mais velho, que atualmente trabalha em obra, como muitos jovens da região, em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da preparação da cidade para as Olimpíadas. Ele era casado e morava na casa da mãe, mas narrou um episódio em que sua mulher o viu beijando sua atual namorada na frente de casa: “virou as costas e foi embora. E eu fiquei com ela. Eu falei: ‘não vou levantar, vou ficar aqui mesmo. Vou perder? Já perdi uma. Ela viu, vou ficar com essa mesmo’. Eu fiquei com ela”.

A figura da mãe é para Bruno o centro do acolhimento e da segurança. Diz que não confia em ninguém, apenas na mãe. Seus amigos são acionados para o lazer, que está centrado na relação com as mulheres (estar com a namorada e arranjar outras mulheres no entorno) e no uso de maconha. Aos 12 anos, começou a vender limão na feira com os primos mais velhos. Alguns poucos anos depois, começou a trabalhar numa gráfica e se envolveu com o tráfico no percurso recorrente: começou na embalagem de drogas, ao mesmo tempo que trabalhava na gráfica. Em seguida foi ganhando confiança, se fortalecendo no tráfico. Segundo Bruno:

andar armado e ter mulher, êxtase, muitas drogas, e ficava todo dia com a mulher dentro da (fita?), com dinheiro no bolso. Vai querer outra vida? Mulher, droga, dinheiro. (...) Eu usava já as armas no meu peito. Eu já me sentia diferente. Eu queria ser o cara e as mulheres me dando mole.

O trabalho no tráfico aparece em duas situações. Primeiro, quando estive no estado de Minas Gerais a partir dos 15 anos de idade e, em seguida, ao retornar para a cidade do Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, se tornou dono de uma boca de fumo, que está desativada porque ele não está mais abastecendo-a. No Rio de Janeiro, trabalhava na embalagem das drogas. Segundo ele, havia um esquema de transporte da droga do Rio de Janeiro para Minas Gerais, onde ele revendia em sua boca de fumo. Chegou a ser “preso”, mas, como na época era menor de idade, saiu em seguida.

Como trabalhava na embalagem, seus momentos de enfrentamento não foram muitos, mas era convocado para as trocas de tiros. O pior momento que passou foi quando a polícia o pegou indo fumar maconha numa região do Complexo do Alemão. Segundo narrou, os policiais bateram muito nele e o levaram para ser vendido aos traficantes da facção inimiga no Morro do Adeus. Ao conseguir fugir, encontrou um senhor com a Bíblia na mão, que disse para os dois descerem juntos

que nada aconteceria. Os policiais os encontraram no caminho e avisaram que era para ele sair dali mais rápido, e assim ele fez.

Produzir uma narrativa mais consistente cronologicamente não é uma tarefa possível, pois a idade de 15 anos parece simbólica. É nela que ele junta passos impossíveis de serem dados ao mesmo tempo. Disse que com essa idade estava em Minas Gerais, que tinha voltado a estudar e estava competindo numa certa gincana de tabuada promovida pela professora. Mas também com essa idade disse estar trabalhando no tráfico e na gráfica ao mesmo tempo.

O trabalho no tráfico de drogas, tal como narrado, não era pensado como uma carreira, em cuja hierarquia ele subiria. Segundo ele, trabalhar no tráfico não era bom. Mas, os riscos e o dinheiro ganho na posição ocupada eram considerados baixos. Se fosse para escolher, preferiria manter sua posição anterior (espécie de chefe da embalagem da droga), ganhando mais, sem subir de posto, nem se arriscar mais.

Não há o menor sinal de lealdade entre os parceiros; muito pelo contrário, eles são identificados como o pior inimigo: aquele que está do seu lado. É muito provável que esta fala esteja revelando também a explicação dada para a saída do tráfico: um parceiro teria feito uma retirada ou roubo para acusar Bruno e outros colegas do crime, que, conseqüentemente, seriam punidos. No período de análise do caso, os suspeitos, inclusive Bruno, foram afastados das atividades. Quando comprovada a sua inocência e a armação do outro, o chefe teria chamado Bruno de volta, mas ele não aceitou. Ainda assim, sente falta de estar no tráfico (visto hoje como enfraquecido), em função do dinheiro que recebia e de portar uma arma, isto é, sente falta do poder que os dois elementos oferecem.

Toda a rede de relações de afeto e confiança está localizada na família; em especial, a mãe, a mulher e o filho. O pai apareceu apenas quando foi colocado na conversa pelo interlocutor e não espontaneamente.

A figura da mãe é, então, o suporte. Sua mãe não o viu nenhuma vez na atividade, mas desconfiava do seu envolvimento. Segundo Rosângela, ela preferia não saber, apenas sentia. Sentia o quê? Esta pergunta foi fundamental, porque parte de uma construção muito bem difundida de que as mães sentem o que seus filhos estão passando. Ela apenas sentia que ele tinha se envolvido, soube “pelos outros”, e foi muito categórica em dizer que não queria ver.

Ela sabia que havia outras mães que, diferentemente dela, iam aos pontos de comercialização de drogas ver os filhos e procurar fazer alguma coisa. Mas ela preferia se reservar, por ser cardíaca e não querer ter fortes emoções que pudessem fazer-lhe passar mal e até mesmo morrer. Uma declaração muito clara e cheia de significados, uma vez que rompe com o modelo da mãe que enfrenta o filho, tirando-o da boca de fumo ou se indignando diante da escolha do filho pelo mundo do crime.

A ausência desse conteúdo não indica aceitação tácita da escolha, mas uma justificativa mais emocional para a escolha do filho. Segundo ela, é preciso ter espaço para conversar, porque, no caso dele, a separação entre ela e o pai dele mexeu com Bruno em vários sentidos, inclusive no sentido de ele sentir-se responsável por prover a família.

Soma-se a isso a culpabilização das amigadas na última escola que frequentou. Para Rosângela, um grande erro dela foi trocá-lo de escola para ficar mais perto da casa.

As histórias de vida aqui apresentadas para análise não dão conta da pluralidade de experiências juvenis no Complexo do Alemão, mas foram escolhidas exatamente por representar alguns dos diferentes modelos de trajetórias em relação a estudo, trabalho e envolvimento com tráfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONSTRUINDO SCRIPTS

Os dois personagens aqui apresentados ilustram parte significativa das histórias recolhidas ao longo da pesquisa; por isso, as considerações finais foram também subsidiadas por um conjunto maior de entrevistas.

A partir delas compreendemos que a inserção transitória no mundo do crime tem uma subdivisão entre bandidos, vagabundos, traficantes e eu. Esse “eu” reivindica um lugar de identidade não fixa que oscila entre o filho de suas mães, o bandido, o trabalhador, o vagabundo. Isto é, quando avaliam seu contexto e olham para suas trajetórias, Bruno e Carlos, bem como suas mães, definem de modo muito consistente o que configura cada um dos personagens: bandido, trabalhador e vagabundo. Ao transitarem entre estes personagens, não se definem em nenhum destes lugares, até porque sobreviveram para sair e não morreram como bandidos, logo, estão fora do *script* do bandido: morte ou cadeia.

A faixa etária dos 14 aos 16 anos pode ser considerada crítica para os eventos de saída da escola e início do envolvimento mais direto com o tráfico de drogas, por meio dos pequenos serviços prestados, como o trabalho de olheiro – hoje mais chamado de *atividade* – e o trabalho na embalagem de drogas. No princípio, as atividades no tráfico são compatíveis com uma trajetória de trabalho que começa cedo, por volta dos 12 anos de idade.

As motivações para a entrada no tráfico aqui acionadas pelos jovens estão distantes dos lugares-comuns como necessidade, problemas familiares, revolta ou disposição para o crime. As motivações são circunstanciais, isto é, fundamentalmente ligadas ao processo de socialização de grupo com os jovens mais velhos e associadas ao poder de consumo, o tal propalado “dinheiro fácil”. O roteiro que se consolida entre estes jovens é este: aproximação gradual pela prestação de serviço numa

idade em que a socialização pelos mais velhos está presente e o apelo do consumo se coloca com força.

É bem significativo o uso recorrente entre filhos e mães do termo *dinheiro fácil* para dar conta de um dinheiro que não tem nada de fácil quando descrita a forma de ganho. Parece reeditar a oposição trabalhador e bandido, sendo o dinheiro do trabalhador considerado difícil, e o do bandido, fácil.

São jovens com uma experiência escolar marcada por mudanças e conflitos, e finalmente abandono, trajetória que suas mães também enxergam com clareza. Sem uma narrativa positiva sobre o período, é recorrente a memória vinculada apenas aos amigos, ao esporte e à “matação de aula”. Os professores e os diretores só aparecem quando os jovens são estimulados pelas questões.

Os relatos dos jovens aqui analisados descrevem melhor como a família exerce o impulso de entrada e saída ao mesmo tempo. A família não é uma entidade cujos membros se amalgamam em um só corpo. A família é composta por seus diversos integrantes, cada um com sua vida (estilo, comportamento e trajetórias de vida), desenvolvendo relações específicas com o jovem: pai, mãe, irmãos, avós e tios.

Desse modo, é possível que, numa mesma família, diferentes (conflitantes e até opostos) comportamentos sirvam de modelos para os jovens, e que ao mesmo tempo haja repressão de outros membros na reprodução dos “modelos errados”. O mesmo pai ou tio traficante convive com uma mãe que trabalha legalmente e que vai buscar o filho na boca. Há ainda o pai traficante que expulsa o filho de casa quando este vira traficante. Da mesma forma, encontramos numa mesma família os jovens que buscaram modelos bem diferentes: um seguindo a carreira no mundo do crime e outro seguindo a oposta na escolaridade e no trabalho em projetos sociais. Mais ainda, para cada membro da família, diferentes afetos são vividos, elemento fundamental para fazer ecoar ou recuar a adesão aos modelos de comportamentos.

Diferentemente dos achados de Moreira (2000) e Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001), a casa não é tratada como um lugar de refúgio e idealização da tranquilidade. A narração dos conflitos familiares tem como referência constante a violência física, seja ela perpetrada pelos pais contra os filhos como mecanismo de “educação”, seja perpetrada pelos pais ou padrastos contra as mães. A socialização violenta a partir da casa – ainda não estamos discutindo a sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) – cria uma ponte direta com a violência das ruas, e, estas sim, aparecem como um local “seguro”.

A casa, quando referida de modo afetivo e de segurança, tem como referência a mãe. O acolhimento materno é responsabilizado pela sensação de segurança de estar guardado e olhado. A rua é uma extensão da casa, muitas vezes pequena

para abrigar todos os membros e pouco ventilada. Por este papel fundamental da rua, as más companhias são também acionadas como responsáveis pela entrada no tráfico. Entre os jovens analisados, mas não só neles, observamos a recorrência da presença de jovens mais velhos com papéis fundamentais na socialização deles.

O padrão cultural formado pela expectativa do comportamento do jovem é acionado quando eles saem da narrativa de suas práticas cotidianas e são perguntados sobre sonhos que desejam realizar: retomar os estudos, ter um trabalho e ter sua casa própria. Estes sonhos não destoam dos desejos das mães: um trabalho honesto, porque tanto para os filhos quanto para suas mães “o tráfico não é vida”.

As mães não deixam de apostar em seus filhos, mas os medos são reais e estão sempre as rondando, pois a percepção delas é muito clara: a saída pode não ser definitiva. Não há o recurso de atribuir uma única causa à incapacidade dos filhos em perseguir o padrão cultural vigente.

As respostas dadas nas entrevistas podem estar vinculadas aos clichês ligados ao mundo do crime ou ao socialmente aceito, elaboradas a partir de uma interpretação sobre o que os interlocutores querem ouvir. Isto valeria tanto para as narrativas dos feitos epopeicos ligados ao mundo do crime, do assédio das mulheres, da ênfase na falta de oportunidades, quanto para as falas que sempre terminam com sonhos de casa própria, família bem criada, retorno aos estudos e trabalho convencional. Não há, pois, como separar ou hierarquizar as falas mais ligadas a clichês das menos ligadas, porque é muito provável que nem mesmo nossos entrevistados saibam distinguir.

O que podemos afirmar é que há uma distância entre o padrão hegemônico (jovem com trajetória convencional em trabalho, estudo e família), presente nos discursos dos jovens entrevistados, e o que de fato estão fazendo e escolhendo no momento. No entanto, esta distância não é o decreto de uma trajetória condenada a uma única direção. Os jovens entrevistados se lançam em opções tradicionais, como a constituição de uma família-padrão (mulher e filhos). Eles fazem parte do mundo do consumo das marcas valorizadas e da reprodução de estilos de vida socialmente aceitos. Entretanto, a reprodução dos elementos que compõem estes padrões está sujeita a reversões e oscilações, decorrentes de falta de dinheiro, separações conjugais, volta à casa materna etc; isto é, nada está assegurado.

Nos dois casos tratados neste capítulo, a relação com os documentos é uma evidência forte dessa distância: para eles, é muito difícil obter os documentos perdidos. Isto sempre é colocado como uma aspiração e um passo fundamental para começar a acertar sua vida, em direção ao padrão hegemônico. Mas, quando perguntamos o que estão fazendo para ir atrás do documento, sempre há uma história de obstáculos.

Atualmente, estar no tráfico implica um novo grande risco. Segundo os entrevistados, para entrar ou permanecer no tráfico, o jovem tem que “agir na inteligência”, “tem que ter mente”; este é o grande instrumento para a sobrevivência na comunidade ocupada. A pressão do conflito armado parece ter sido transferida para um novo lugar, do corpo para a mente. Ao traficante cabe estar atento ao policial, ao usuário e, principalmente, ao morador, pois este pode delatar a atividade ilícita. O domínio não está sendo estabelecido pela força, mas, para usar a expressão própria dos entrevistados, pelo “talento”.

É possível que estejamos diante de um novo modelo. O “talento” agora parece ser outro. Além da capacidade de fazer circular a droga, comercializá-la e lidar com o dinheiro de forma discreta, a relação a ser estabelecida com a comunidade mudou. A cumplicidade do morador não é mais possível de ser garantida pelo carisma ou pela força; a delação aparece como uma ameaça constante. Os códigos estão sendo reinventados e nossos informantes parecem não ter enquadramentos e repertórios para os *scripts* que estão sendo reescritos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. Cidadanias negadas: os jovens em territórios com Unidades de Polícia Pacificadora – Rio de Janeiro. **Diálogos Possíveis**, ano 13, n. 1, 2014.
- ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho de; CARVALHO, Monique Batista. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação política. **Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social**, v. 8, n. 1, 2015.
- BIRMAN, Patricia *et al.* **Dispotivos urbanos e tramas dos viventes, ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV; Faperj, 2015.
- BURGOS, Marcelo *et al.* O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade e Diversidade**, n. 11, p. 49-98, ago./dez. 2011.
- CANO, Ignacio (Coord.). **“Os donos do morro”**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LAV/Uerj; FBSP, 2012. (Relatório de pesquisa).
- CAVALCANTI, Mariana. A espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”. **Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social**, v. 6, n. 2, 2013.
- CECCHETTO, Fátima R. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.145-166.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo R.; SUCENA, Luiz Fernando. **Nem soldados nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). **Anthropology in the margins of the state**. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** – formação do Estado e da civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1974.

HARDING, David J. Cultural context, sexual behavior, and romantic relationships in disadvantaged neighborhoods. **American Sociological Review**, v. 72, p. 341-364, 2007.

_____. **Living the drama**: community, conflict, and culture among inner-city boys. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

HEILBORN, Maria Luíza; FAYA, Alfonsina; SOUZA, Josué Ferreira. Juventude e sociabilidade em um “território pacificado” no Rio de Janeiro. **Aceno**, v. 1, n. 1, 2014.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, v. 7, n. 4, 2014.

LEITE, Márcia Pereira; MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de “pacificação”. *In*: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis (Org.). **Sobre periferias**: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 13, p. 115-124, 1999.

_____. Sociabilidade violenta por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In*: _____. (Ed.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais, entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. **Dilemas**, v. 4, n. 4, p. 662-698, 2011.

MISSE, Michel. **Malandros marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MOREIRA, Marcelo. **Nem soldados, nem inocentes**: jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, abr. 2014.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade e diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luis Cesar (Ed.). **O futuro das metrópoles**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RAMOS, Silvia. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-57, 2011.

SMALL, Mario Luis. **Villa Victoria**: the transformation of social capital in a Boston Barrio. Chicago: University of Chicago, 2004.

SMALL, Mario Luis; HARDING, David; LAMONT, Michele. Reavaliando a cultura da pobreza. **Revista de Sociologia e Antropologia**, ano 1, v. 2, p. 91-118, 2011.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, n. 51, p. 273-286, 1986.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do “ex-bandido”, um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela** – do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (Ed.). **Conflitos de (grande) interesse** – estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2012. v. 1. p. 357.

ZALUAR, Alba Maria. **A máquina e a revolta**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados** – revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.

ZALUAR, Alba Maria; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZALUAR, Alba Maria. Youth, drug traffic and hyper-masculinity in Rio de Janeiro. **Vibrant**, Florianópolis, v. 7, p. 7-27, 2010.

CASAS E ECONOMIA COTIDIANA

Eugênia Motta¹

1 INTRODUÇÃO

A comunidade de Aliança² – como chamo aqui – faz parte do Complexo do Alemão, conjunto de favelas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde faço trabalho de campo há mais de três anos. Neste trabalho, a partir de uma etnografia da economia cotidiana – das práticas econômicas das pessoas no dia a dia – serão analisadas diversas dimensões da vida na favela. Tratarei de dinâmicas que articulam práticas econômicas, relações familiares, e construção e transformações dos espaços materiais. No centro da análise – e da vida social desta comunidade – estão as casas.

A reflexão sobre as casas está presente em grande parte da tradição antropológica. Nos estudos sobre parentesco e família, as análises que as privilegiaram como ponto de vista analítico permitiram um olhar sobre relacionalidades e processos em vez de estruturas, modelos e funções (Marcelin, 1996; Carsten, 2004; Carsten e Hugh-Jones, 1995). Nesse mesmo caminho, a perspectiva proposta aqui permite construir um olhar que se opõe às normatividades tão presentes no olhar sobre a favela e às perspectivas segundo as quais as práticas econômicas são uma dimensão separada da vida. Uma análise a partir da casa torna visível, além disso, a participação dos espaços materiais e dos objetos nas relações, desafiando o tratamento destes como mera representação ou contexto passivo (Miller, 2001).

Estudos feitos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 trabalharam com questões sobre economia e trabalho chamando a atenção para a importância da casa para a compreensão das relações sociais no campo e na cidade (Heredia, 1979; Garcia Júnior, 1975; Machado, 1979; Palmeira, 1977). Woortman (1980) mostrou que era preciso compreendê-la para além da necessidade de abrigo, e especialmente na sua articulação com a família e o trabalho, quando se tratava de discutir a questão da moradia no país. No caso particular das favelas, já se mostrou produtiva a interrogação a partir das casas como uma estratégia para se pensar na consolidação

1. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

2. Os nomes da localidade e das pessoas são fictícios. Algumas características de suas trajetórias foram modificadas a fim de garantir seu anonimato, sem prejuízo para o entendimento dos argumentos ou a fidedignidade das descrições etnográficas.

destes lugares como forma urbana e na sua relação com as políticas públicas (Cavalcanti, 2009).

Tendo essas inspirações como base, a casa é tratada aqui como ao mesmo tempo material e simbólica. Colocá-la no centro da análise permite dar inteligibilidade às relações entre as pessoas e delas com os espaços, os objetos e o dinheiro. A casa física, sob esta perspectiva, é um dos elementos em um arranjo complexo de relações.³

A abordagem etnográfica que norteia a pesquisa pretende construir um olhar compreensivo sobre a realidade a partir da observação daquilo que as pessoas fazem e pensam sobre o que fazem, no tempo e no lugar em que a vida se desenrola: no cotidiano. Dessa forma, desafia, por um lado, as explicações comuns sobre a favela a partir das faltas – de dinheiro, de Estado, de ordem – e, por outro lado, a ideia das práticas econômicas como esfera separada da vida, uma representação presente em algumas correntes do pensamento social e no senso comum contemporâneo (Dufy e Weber, 2009).

A maior parte do meu trabalho de campo foi feita na casa de Maria, que vive com seu marido Antônio na Aliança. Duas filhas do casal também moram na mesma comunidade, ambas casadas e cada uma com um filho. Os dados etnográficos que apresentarei ao longo do texto foram construídos a partir da casa de Maria e de suas relações com outras casas. Trata-se, portanto, de um olhar sobre as práticas econômicas de um ponto de vista que não é aquele do mundo do emprego, do salário e da economia formal, embora todos estes aspectos, como ficará claro ao longo do texto, estejam presentes na vida destas pessoas.

Na primeira parte do texto, tratarei da configuração de casas para mostrar como as casas se relacionam entre si e, mais do que isso, se constituem como tal em relação a outras. Esta ideia foi desenvolvida por Louis Marcelin, no seu trabalho sobre famílias negras no Recôncavo Baiano (Marcelin, 1996; 1999), e se mostrou bastante útil para se pensar a vida social na Aliança. O uso analítico que venho fazendo difere um pouco da definição de Marcelin e considera diferenças entre particularidades dos universos etnográficos de que cada um de nós trata.⁴

3. Para uma discussão mais extensa sobre o uso analítico e teórico de casa e configuração de casas, ver Motta (2014).

4. A definição de configuração de casas utilizada aqui e desenvolvida em Motta (2014) resgata o sentido de configuração desenvolvido por Elias (1980): "A proposta de Elias se baseia na rejeição tanto do individualismo metodológico quanto da reificação da 'sociedade' ou do 'grupo' como perspectivas pelas quais se possa compreender o mundo social. A configuração para Elias ('*Figuration*' ou '*Interdependenzgeflecht*' em alemão, literalmente 'trançado de interdependência') é uma perspectiva analítica que permite enxergar através de arranjos que são inteligíveis somente pelas relações entre elementos que os compõem. Supõe-se que estes elementos têm relativa autonomia e por isso estabelecem relações diversas e mutáveis entre si, constituindo algo – a configuração – que possui uma certa inteligibilidade, mas não tem agência. Assim, trazendo a ideia de configuração para perto da Aliança e de suas casas, podemos definir a configuração de casas aqui como uma perspectiva a partir da qual podemos dar inteligibilidade a relações múltiplas e diversas entre a casa de Maria e outras casas, cada uma delas relativamente autônoma, mas dependente de outras" (Motta, 2014, p. 127-128, tradução nossa).

Descreverei duas dinâmicas que estão na base da constituição das casas. A partir da forma como novas casas são construídas, será possível analisar as conexões entre as relações dentro delas – entre os que nela vivem – e entre casas, relações estas que envolvem cuidado e interdependência. A observação do cotidiano, e da circulação de coisas, substâncias e pessoas entre casas mostra um fluxo permanente que as mantém em relação. Estas conexões, porém, não são todas iguais, existindo assimetrias, obrigações e moralidades específicas. As trocas cotidianas de dinheiro, objetos e especialmente de comida são um segundo aspecto que permitirá compreender como práticas econômicas e práticas familiares – aquelas por meio das quais os laços concebidos como familiares são construídos – estão entrelaçadas e conformam a configuração de casas. Como mostrarei, as mulheres são as protagonistas destas práticas ao colocarem em movimento grande parte destes circuitos.

Partindo do *dinheiro da casa*, serão discutidas, na segunda parte do texto, variadas formas de usar o dinheiro e as maneiras como participam na configuração de casas. A gestão cotidiana do dinheiro se afasta da ideia da casa como unidade isolada e de uma organização a partir de entradas e saídas globais. O dinheiro da casa é usado para sustentar a vida daqueles que a ela pertencem e também a relação com outras casas. Os usos e as interdições de uso são cercados de moralidades. Tratarei também de um tipo de separação que ocorre por meio da identificação entre formas de receber e de gastar dinheiro, que conforma circuitos em que participam tipos específicos de pessoas e objetos.

Na terceira parte do texto serão discutidos alguns aspectos da casa material. A possibilidade de transformar espaços construídos – multiplicar as casas, transformar espaços em negócios – é um fator central na forma como as pessoas ganham a vida. O que chamo de *mutabilidade das casas* é um elemento do universo de possíveis que participa na conformação dos planos e das estratégias das pessoas, das múltiplas formas de se ganhar dinheiro, sejam elas sincrônicas, sejam diacrônicas. As casas figuram também na forma como as pessoas falam sobre o passado e imaginam o futuro. São marcadores emocionais e temporais na memória e ocupam um lugar central nas formas de se pensar sobre o que está por vir.

2 GÊNESE DA CASA E TROCAS COTIDIANAS

As relações nas casas e entre elas – na configuração de casas – estão articuladas e não podem ser pensadas separadamente. A gênese da casa mostra como a assimetria baseada no cuidado que constitui a casa dá origem a uma relação de obrigações mútuas – também assimétricas – entre casas. A relação baseada em laços de origem e outras relações que participam da configuração se mantêm por meio da circulação cotidiana de dinheiro, objetos e especialmente de comida. As cozinhas são o centro destas trocas, colocadas em movimento pelas mulheres.

Maria e eu caminhávamos perto da casa dela quando encontramos José, irmão de seu marido. Num tom zombeteiro, Maria disse ao cunhado: “Fiquei sabendo que Márcia já está grávida...”. A moça a que Maria se referia era a namorada do filho dele. José, sobressaltado, respondeu: “Quem te contou isso?”, e completou sério: “Já estou fazendo uma casa para eles!”. Algum tempo depois, os namorados se casaram, antes de o bebê nascer, numa festa na casa dos pais do noivo. Isto aconteceu tão logo a casa que estava sendo construída foi considerada suficientemente pronta para que fosse habitada.

Quando uma mulher engravida antes de ter constituído uma casa (de se casar), os pais, em geral do rapaz, se sentem obrigados a “montar uma casa” para o novo casal e, mesmo que estes não tenham condições de se sustentar, os pais deles (em geral o pai do rapaz) fazem todo esforço para que se constitua uma nova casa.

Um novo bebê cria a obrigação de cuidar, transformando aqueles que antes eram cuidados em cuidadores. É esta relação de assimetria, de sempre haver os que cuidam e os que são cuidados, que está na base da casa. Uma nova casa surge – e deve ser construída materialmente tanto quanto for possível – quando os papéis de cuidadores e cuidados estão por se transformar com a chegada de um bebê. A relação dentro de uma casa se converte então em uma relação entre as casas, inaugurada pela “ajuda” para fazer a nova casa. A ajuda na construção ou na compra de uma casa pelos pais de um novo casal pode ocorrer na forma de dinheiro ou de material de construção. Isto é comum na Aliança, e outras pesquisas descrevem processos semelhantes em outras favelas e localidades.⁵

Espera-se dos membros das novas casas que mostrem respeito e gratidão. Maria certa vez reclamou do comportamento de um rapaz. Sua condenação foi justificada pelo argumento de que ele tinha sido “como um filho” para ela: tinha morado por um período em sua casa quando se desentendeu com os pais. A reprovação significava que, para Maria, ele não estava correspondendo à expectativa comum de que os que um dia foram cuidados, antes de tudo, mantenham a relação com quem cuidou, mas também mostrem certa deferência em relação a eles.⁶

A configuração de casas se mantém por meio de trocas que ocorrem entre elas. A comida – e objetos relacionados a ela – é o principal elemento das trocas cotidianas, sendo a cozinha um espaço central na relação entre as casas. As mulheres, gestoras da cozinha em sentido forte – do planejamento das refeições, do preparo, da organização do espaço e da forma como se come –, são as protagonistas na

5. Ver Cavalcanti (2007) e McCallum e Bustamente (2012).

6. Apesar de esse caso mostrar pais e filhos e de estas costumarem ser as posições dos membros da casa originária e da nova casa respectivamente, não existe um modelo de obrigações entre pais e filhos. O que está na base das casas e de suas relações são as assimetrias da interdependência que as constituem. Existem outros arranjos entre netos e avós, ou entre irmãos, por exemplo, em que se observa este mesmo tipo de relação.

manutenção dos laços que unem as casas. O que é trocado, mas também a forma como se troca – o que se troca pelo quê, o tempo que se espera pela devolução de um empréstimo, quem entrega os objetos – são aspectos das relações entre as casas, envolvendo tanto confiança, amor e amizade quanto desconfianças e conflitos.

É comum que durante o dia algumas pessoas vão à casa de Maria. Algumas delas gritam na porta esperando a resposta autorizando a entrada. Os netos, as filhas e os genros de Maria não fazem isso. Entram na casa apenas anunciando em voz alta a sua presença. Estas pessoas que não esperam autorização para entrar são as mesmas que sempre comem quando estão lá no momento em que alguma refeição está sendo preparada ou servida. Quando precisa de algum utensílio ou eletrodoméstico, Maria vai à casa das filhas. Pede emprestado o ventilador, uma forma de bolo, algum ingrediente que falte para a preparação de um prato, e as filhas fazem o mesmo. O neto mais velho de Maria passa a maioria das tardes na casa da avó, onde faz as refeições, usa a internet e por vezes recebe amigos para jogos e brincadeiras. O neto mais novo, quando fica doente, às vezes passa a noite lá. Quando a filha mais nova de Maria sofreu uma cirurgia que limitava seus movimentos, a mãe ia limpar a casa e fazer comida para ela, o marido e o filho.

Mas não são apenas as filhas, os netos e os genros que vão à casa de Maria. Várias mulheres e muito raramente alguns homens também frequentam a casa. As pessoas consideradas “amigas”, parentes ou “como parentes” são convidadas a compartilhar das refeições que estejam sendo servidas.⁷ Na casa destas pessoas, Maria também é convidada a comer.

Cheguei um dia à Aliança e todo o comércio – bares, bancas, lojas, bancos, camelôs – estava fechado. Nada se vendia ou se comprava na rua. Não era um feriado. Tinha sabido pela imprensa que um homem tinha sido morto na noite anterior e que houve “ordens do tráfico” para que o comércio não abrisse em todo o Complexo do Alemão.⁸ Cheguei à casa de Maria, e ela tinha acabado de se dar conta do que estava acontecendo. Saiu para comprar ingredientes para preparar o almoço e encontrou os mercados de portas fechadas, a rua vazia e em silêncio. Estava nervosa porque para preparar e servir o nosso almoço precisava adquirir refrigerante e cebola, pelo menos. Fomos então à casa de Kelly, filha mais nova de Maria, onde estavam o genro e o neto. Maria foi direto para cozinha e vasculhou os armários. Não encontrou o que precisava. Foi então à casa de Solange, onde estava a mãe dela, Berenice. Também não havia o que queria, mas Berenice disse

7. É comum que as pessoas falem das relações utilizando expressões “como um filho” ou “como uma irmã”, por exemplo. Elas não apenas expressam o caráter mais permanente e o pertencimento mútuo das pessoas, mas qualificam se esta relação é, por exemplo, mais hierárquica – como na deferência esperada por parte de alguém que é “como um filho” – ou mais horizontal, como com alguém que se considera “como um irmão”.

8. Não permitir que o comércio funcione é uma forma de mostrar luto comumente utilizada por grupos armados que administram o comércio varejista de drogas proibidas. Nem sempre são dadas instruções diretas para isso, bastando uma avaliação coletiva feita por meio de boatos sobre um evento ou sobre o clima na favela.

que tinha comida e que podíamos comer lá. Maria não aceitou, e Berenice disse que o marido de Solange estava comendo “no Leandro”. Maria deu um gritinho de alegria. A lanchonete de Leandro estava com o portão de metal aberto apenas uns 50 cm. Maria se esgueirou pela abertura, entrou e disse: “Ah-ah! Sabia que vocês estavam aqui!”. Os três homens que estavam sentados à mesa, comendo, pediram que ela falasse baixo, “porque os meninos estão na porta, de olho”. Maria falou o que precisava, e Leandro lhe entregou um saco plástico com duas cebolas. Disse que devolveria no dia seguinte e pediu para levar uma garrafa de refrigerante, ao que Leandro se recusou. Resolvida a parte da cebola, Maria continuava precisando de bebida para acompanhar o almoço. Bateu então na porta da casa de Zélia, e a filha atendeu. Disse: “Me empresta um suco daqueles que sua mãe comprou ontem”. A menina trouxe um envelope de suco em pó e o entregou. Tendo tudo o que precisava, Maria voltou para casa e começou a cozinhar. Depois de um tempo, Geralda apareceu. Contou que precisava de carne para fazer para o almoço do marido. Maria abriu o congelador e disse que poderia emprestar frango, porque a carne ela fazia para o marido, já que ela estava preparando a que estava na panela para mim. Geralda saiu satisfeita com o frango. Eu, me sentindo mal por Maria estar preparando a carne que deveria ser do marido, disse a ela que não precisava fazer para mim. Maria disse: “Não se preocupe. É que não empresto carne porque sei que ela não pode devolver carne. Frango, quem sabe...”.

As casas que se relacionam a uma casa não se relacionam da mesma maneira. No dia em que o comércio estava fechado, Maria deu prioridade a ir a certas casas antes e a outras depois, e a ordem das visitas seguiu a ordem de proximidade que Maria percebe em relação às casas. Ao mesmo tempo, o empréstimo para Geralda mostrou que existem diferenças em relação ao valor do que pode ser emprestado dependendo da proximidade que as pessoas percebem que existe entre elas.

Muitas casas no Complexo do Alemão foram constituídas através de configurações com casas em outros estados. Uma localidade em particular, por exemplo, concentra casas que pertencem a configurações com uma localidade específica em outro estado brasileiro. Todo final de ano, os moradores alugam dois ônibus e viajam para passar as festas com os parentes das casas desta cidade.

Da configuração de casas de que trato aqui também participam as casas do sítio no qual vive a família de Antônio, no interior de Pernambuco. Este elo é representado por Maria pela relação com uma casa em particular: a que o casal construiu quando morava no Nordeste, “dada”, segundo me contou, a uma irmã de Antônio depois que eles vieram para o Rio de Janeiro. Esta é a casa que Maria trata ainda como dela e onde fica hospedada quando vai com o marido visitar a família.

Trabalhos sobre migração de áreas rurais para a cidade mostraram como a relação entre as casas no campo tem uma continuidade nas novas casas nas áreas

urbanas, no que diz respeito tanto à sua forma de organização quanto à relação que elas mantêm com as casas nos seus locais de origem (Garcia Júnior, 1975; Heredia, 1979). Este é o caso da casa de Maria, tanto na sua origem quanto na relação que mantêm com o sítio onde moram os pais de Antônio e parte de seus irmãos e irmãs.

3 DINHEIRO DA CASA E CIRCUITOS FEMININOS

O dinheiro da casa é um elemento central na economia cotidiana. É uma forma de separar os ganhos monetários que salienta a centralidade das relações articuladas a partir da casa. Outras formas de separar e classificar mostram que, longe de um equivalente neutro e homogêneo, o dinheiro é carregado de sentidos, especialmente aqueles ligados à origem e às formas de gastá-lo. Circuitos econômicos relativamente autônomos se formam a partir da identificação de formas de ganhar e gastar, tipos de objetos transacionados e pessoas envolvidas nas trocas.

Maria vende produtos da Natura. O sistema da empresa funciona da seguinte maneira. A pessoa se habilita a ser uma “consultora” e passa a receber revistas com os produtos. Os clientes escolhem o produto na revista em que consta o preço de cada um. A consultora, então, faz o pedido dos produtos por telefone ou pelo *site* da empresa, e os recebe em sua casa, entregando-os depois aos clientes. Com os produtos, ela recebe um boleto de pagamento referente a eles. O preço pago pelo cliente é 30% maior que o pago pela consultora, resultado da diferença do ganho com a venda. As consultoras têm uma cota mínima de venda por mês para garantir sua continuidade na atividade.⁹

Embora Maria não ganhe muito dinheiro com esta atividade, ela aproveita a possibilidade de ter acesso a certo tipo de produto por um preço mais baixo que o que pagaria como consumidora final. Certo dia, estava olhando a caixa que recebera com os produtos da Natura. Ela me contou que comprou várias coisas para ela e o marido, mas que o valor da compra era quase igual ao do lucro com a venda dos produtos que encomendou para outras pessoas – que pagam o valor da revista, 30% maior que o que ela paga. Explicou: “No final, por tudo isso eu só vou dar R\$ 10. Não vou usar dinheiro da casa para comprar essas coisas!”.

O *dinheiro da casa* é o que garante o pagamento das despesas permanentes (no caso de Maria, a internet, a televisão a cabo, o telefone e o gás), a comida, produtos para limpeza e alguns produtos de higiene pessoal. Na casa de Maria, uma parte do dinheiro – o salário do marido – é marcada como “da casa”, enquanto outra

9. Existem estratégias conjuntas entre consultoras que são amigas para garantir que elas preencham a cota mensal necessária. É comum que uma vendedora que não conseguiu encomendas suficientes peça a uma amiga para fazer pedidos através dela. Ou seja, elas fazem uma distribuição dos pedidos de forma a garantir as cotas de cada uma. Além disso, quando têm problemas com os pedidos ou uma cliente encomenda algo logo depois de ter sido enviado o pedido – o que implicaria ter que esperar até o mês seguinte para fazer o novo pedido –, elas também recorrem umas às outras para atender à clientela.

parte – o lucro com a venda das mercadorias da Natura – já vem marcada para gastar com produtos da Natura para ela mesma e o marido.

Mesmo que venha do salário do marido, o dinheiro da casa não é considerado pertencente a ele individualmente. Ele está destinado a manter uma unidade que não apenas serve à manutenção da vida dos dois moradores, mas também está ligada às outras casas, cujos membros, por exemplo, vão fazer refeições e consomem comida comprada com dinheiro da casa.¹⁰

O dinheiro da casa é cercado de moralidades e restrições, como no caso do uso para produtos da Natura, o que se revela em outros aspectos. É entre o recebimento individualizado do salário e sua transformação em dinheiro da casa, por exemplo, que se encontra uma das acusações mais graves que se pode fazer à honra de um homem. Mais grave que a acusação de traição e adultério – tolerada tanto pela esposa quanto socialmente em alguns casos¹¹ – é a acusação de “tirar dinheiro de casa” para dar a uma amante. Em contrapartida, ouvi várias mulheres me contarem, entre uma e outra consideração sobre alguma agressão sofrida ou proibições de sair de casa, por exemplo, que o marido “não deixar faltar nada em casa” era motivo para continuar com ele e eventualmente obedecê-lo. Ser o provedor do dinheiro da casa tem um valor moral para a maioria dos homens. Para alguns, ser a única fonte é questão inegociável. Ouvi diversas mulheres me contarem que os maridos as proibem de trabalhar. Todas elas diziam que o marido tinha ciúmes e que desconfiariam que o dinheiro trazido pelas esposas pudesse vir de outros homens, seus amantes. A desconfiança em relação à conduta sexual das mulheres é usada pelos homens como justificativa para as manterem em casa.

Maria paga R\$ 500 pelo aluguel do espaço onde funciona um projeto social seu. Seu marido ganha R\$ 800. Maria não tem outra fonte própria de dinheiro, e o projeto não tem financiamento. Isto significaria que, colocando em termos propriamente orçamentários, uma boa parte dos ganhos mensais do casal seria usada para sustentar o projeto. No entanto, o dinheiro gasto com o aluguel do espaço do projeto é pago com o dinheiro que é recebido pelo aluguel de uma casa que Maria e Antônio compraram pouco antes da criação do projeto. Temos aqui uma separação do dinheiro que faz com que aluguel seja pago com dinheiro de aluguel. Mesmo considerando que “nunca esteve tão dura”, o dinheiro que Maria recebe por um aluguel e paga por outro não é concebido como passível de se transformar em dinheiro da casa.

10. Flavia Dalmaso (2014) descreve um arranjo semelhante em casas no Haiti. O dinheiro usado para comprar comida e pagar por eletricidade e água é de um tipo específico, associado com a posição do casal que é “dono” da casa – posição similar à posição de quem cuida na Aliança.

11. Isso ocorre especialmente quando a esposa é considerada “doente” e incapaz de satisfazer seu marido sexualmente.

Lembrando-se também a separação do dinheiro ganho com a venda de produtos da Natura, o que se pode ver é a existência de circuitos específicos, em que os usos do dinheiro relacionam a forma de ganhá-lo e o que com ele se compra (ou se paga), segundo a proximidade entre os objetos (não necessariamente bens, mas serviços e aluguel, por exemplo) vendidos e comprados. Assim como mostra Zelizer (1994), o uso do dinheiro envolve separação e marcações, obrigações e restrições, que afastam a moeda de sua característica supostamente homogeneizadora.

Numa tarde de terça-feira na sala da casa de Maria, eu conversava com mais três mulheres. Duas delas tinham seus 50 anos e uma tinha menos de 30. Comentavam como todas já tinham vendido calcinhas, roupas e bijuterias, e como lidavam com o fiado e o pagamento dos fornecedores. Contavam também que a época em que vendiam também era a época em que andavam mais arrumadas, porque tinham dinheiro para comprar “coisas para elas”.

Este tipo de comércio que não está ligado a um espaço específico (uma loja) é uma atividade que muito comumente as mulheres combinam com trabalhos remunerados fora de casa. Em geral está ligado às mulheres – não apenas como vendedoras, mas também como principais compradoras – e a produtos identificados com o universo feminino. O dinheiro que as mulheres ganham desta forma também é, em geral, usado para comprar produtos de beleza e roupas, ou então para poupança, sempre tendo em vista um gasto específico: comprar um carro, melhorar a casa ou fazer uma cirurgia plástica. Usar o dinheiro da venda destes produtos para comprar produtos semelhantes ou percebidos como “de mulher” conforma circuitos de circulação de objetos e dinheiro propriamente femininos. Mesmo sendo em uma perspectiva diferente daquela apontada por Guérin (2002), o que vemos aqui é um dinheiro feminino, não visto como secundário no orçamento familiar, conforme mostra a autora, mas pertencente a um universo particular de objetos.

4 CASAS MUTÁVEIS

Vários trabalhos mostram como as construções se relacionam com os ciclos domésticos (Fortes, 1971). Cavalcanti (2007) mostra tanto a construção de uma vila com várias casas, e a relação com o crescimento e o casamento dos filhos, quanto a relação entre os melhoramentos sucessivos nas casas e a ideia de progresso da família. McCallum e Bustamante (2012) mostram a relação entre a gravidez e a vinda dos filhos com a construção de novos espaços de moradia a partir da casa de uma mulher. Os aspectos apontados pelas autoras estão presentes na Aliança e representam aspectos da mutabilidade das casas, entre os quais estão as possibilidades de melhoramento e multiplicação, mas também a potencialidade de transformação em espaços de negócio e fontes de se ganhar dinheiro.

A primeira vez que Maria, segundo suas palavras, “botou a mão em dinheiro sozinha” foi quando decidiu vender cuscuz na praia. Maria preparava os alimentos em casa e ia vendê-los em Copacabana, às vezes levando a filha mais velha para acompanhá-la. Uma amiga que já fazia isso ensinou-lhe a fazer o doce, bem como passou-lhe algumas habilidades sobre a venda que vinham da sua experiência em perceber as oportunidades, ler o clima e perceber as diferentes sazonalidades que faziam aumentar ou diminuir as vendas. A venda de cuscuz inaugurou uma trajetória ligada ao comércio, principalmente de comida.

Depois de um tempo com esta atividade, Maria passou a vender dentro da comunidade. Quando já morava na Aliança, comprava sorvetes e vendia na esquina de casa, com um isopor. Gritava oferecendo o produto. Logo depois, passou a vender doces na frente de casa e acabou por transformar a sala em uma loja.

Durante meu tempo em campo, Zélia, uma amiga de Maria, tinha transformado o seu pequeno quintal na frente de casa numa loja de roupas e perfumes. Abria a loja quando não estava trabalhando na casa de uma família na Tijuca. Aquele espaço oferecia a possibilidade de ganhar mais dinheiro que seu salário como cuidadora de um idoso (tinha carteira assinada), além de possibilitar cuidar da casa, dos filhos e da mãe doente, que moram com ela. Zélia foi demitida porque o senhor de que cuidava faleceu. Com o dinheiro da indenização, pagou um curso de cabeleireiro. O espaço que antes abrigava a loja foi transformado então num salão, onde Zélia corta e pinta cabelos, oferece diversos tipos de tratamento, e sua filha adolescente faz o serviço de manicure.

Deixar um trabalho fora de casa e passar a trabalhar no comércio dentro da favela não é uma trajetória incomum para mulheres que têm filhos, especialmente filhos homens. Várias que conheci que possuem lojas, barracas ou vendem produtos nas suas casas optaram por trabalhar no comércio para ficarem perto dos filhos quando eles atingiam uma certa idade. Todas elas se preocupavam em manter as crianças longe de “más companhias” para evitar que fizessem “coisa errada”. Referiam-se mais ou menos diretamente à possibilidade de recrutamento para serviços ligados ao comércio de drogas proibidas.

O medo de que seu filho se torne “bandido” é um dos motivos pelos quais mães passem a exercer atividades perto ou dentro de suas casas, abandonando empregos e atividades que seriam consideradas mais estáveis, como é o caso de uma mulher que conheci, professora formada, que dava aula numa escola próxima. Hoje, tem uma loja e me disse que o comércio é “uma prisão de portas abertas”, mas que precisa manter seu menino nas suas vistas.

Aqui também é importante notar que as mulheres percebem que o momento mais crítico em que precisam estar perto dos filhos não é quando são bebês ou crianças muito pequenas, mas quando passam a se deslocar sozinhos, a partir de

cerca de 10 anos.¹² O medo em relação às filhas meninas vem um pouco mais tarde e está relacionado principalmente a engravidarem sem ainda terem constituído suas próprias casas.

Tanto no caso de Maria como de Zélia, a possibilidade de transformar espaços da casa em espaços de comércio foi fundamental para que uma nova atividade pudesse ser exercida, permitindo também manter as mulheres perto da casa. Ao mesmo tempo, a indenização que recebeu ao ser demitida foi o que possibilitou um investimento alto e imediato numa nova ocupação. A mutabilidade das construções é uma das condições que tornam possível a combinação simultânea e sucessiva de diferentes atividades para se ganhar dinheiro, conectadas a estratégias que envolvem responsabilidades e possibilidades relativas às casas e à configuração de casas à qual se pertence.

Aqui é importante assinalar que o que acontece com a transformação de espaços da casa em espaços de negócio não significa uma mistura de ambientes. O que acontece é que as casas são espaços mutáveis e podem ser transformadas em lugares cedidos a atividades que não são as de cuidado e manutenção cotidiana da vida, como cozinhar, dormir, guardar seus pertences. Quando um espaço da casa se transforma numa loja, ele efetivamente se transforma. Um mesmo lugar físico passa a poder ser acessado de forma diferente, por exemplo, por pessoas que não têm relações próximas com os moradores da casa e não entram nela, e passam a poder, como clientes, entrar no lugar transformado em loja.

A casa na favela é uma unidade que não é definida pela continuidade física entre paredes ou coberturas em relação ao que se pode ver a partir de fora. A casa é definida pelo lugar que um grupo de pessoas tem como referência para as atividades de manutenção da vida cotidiana, como dormir, comer e cozinhar, tomar banho e guardar seus pertences, e estar quando nada mais chama para fora. Sua autonomia é definida por uma porta. Mas nem todas as portas definem casas singulares. Muitas vezes, a partir da rua ou de um beco, se atravessam várias portas e portões até se chegar a uma casa.

Difícilmente há ambiguidade para os moradores e os frequentadores sobre os limites entre a casa e a loja. Isto fica claro pelo fato de que em geral se tiram os calçados próximo à porta para entrar em uma casa, mas não para entrar numa loja. Os sapatos definem qual porta (entre muitas que se podem atravessar para

12. Cuidar envolve também a responsabilidade de quem cuida sobre a conduta de quem é cuidado. Os jovens que se considera que "fazem coisa errada" – envolvimento com o tráfico de drogas, roubos, consumo de drogas – geram vergonha aos que se espera que cuidem deles. A má conduta dos jovens pode ser atribuída à forma como foram criados e a uma falha no cumprimento das responsabilidades de cuidar. Quando os que cuidam têm uma reputação indiscutivelmente positiva na comunidade como trabalhadores é que se considera que o problema é uma falha de caráter do próprio jovem. Por sua vez, algumas famílias carregam a fama de "família de bandidos", das quais se diz ser apenas uma questão de tempo para que os jovens se envolvam "com coisa ruim".

chegar a uma casa) é a porta da casa. Existe um esforço em tornar este limite o mais evidente possível, com barreiras físicas que impedem efetivamente passar à casa, ou com sinais visuais, como cores diferentes nas paredes. É comum a instalação de cortinas entre a loja e a casa, quando os espaços não são divididos por paredes.

A possibilidade de transformar espaços construídos não se dá apenas na transformação de parte das casas em lojas. José me contou como conseguiu aumentar os seus ganhos quando dividiu ao meio, com uma parede, uma loja grande que tinha. Assim, ele pôde alugar cada um dos espaços por um preço que, somado, era maior que se alugasse a loja como era antes. Maria dividiu uma casa que comprou para alugar. A casa era grande e foi transformada em duas: uma com dois quartos, sala, banheiro e cozinha, e outra, uma quitinete (um espaço sem paredes para dividir o quarto e uma cozinha, mais um banheiro). Da mesma forma, os aluguéis somados representavam uma quantia maior que o valor da casa antes da divisão. O fracionamento dos espaços é um recurso comum para aumentar os ganhos com a venda e o aluguel de imóveis na favela. Guyer (2004) mostra como o fracionamento sucessivo de produtos permite a multiplicação de ganhos sobre uma mesma quantidade de coisas. Numa cadeia de vendas sucessivas, cada elo pode se beneficiar da venda em quantidades menores, aumentando o ganho relativo. Neste caso, o fracionamento das construções permite ganhos maiores também, mas em geral multiplicando o ganho de uma mesma casa.

Os ganhos provenientes do aluguel de uma casa ou loja são considerados certos (no sentido de seguros). Maria me disse uma vez que as casas que alugava eram “sua aposentadoria”. Zélia se refere à sua casa que aluga a outra família como sua “garantia de que vai ter o que comer”. Além de ser percebida como uma fonte constante de dinheiro na forma de aluguel, a propriedade da casa garante o que se percebe como o mínimo de dignidade que uma pessoa pode ter: “um teto”.

Desde o início da ocupação fundiária do Complexo do Alemão, na maior parte dos lugares havia necessidade de se pedir autorização para lá se instalar, ou era necessário comprar ou alugar espaços para construir (Ipea, 2013). Certo tipo de transformação que se considera afetar outras casas é motivo de negociação ou mesmo de brigas entre vizinhos. Existe um intenso mercado imobiliário na Aliança, e o aluguel é um elemento importante na economia da favela. Um olhar tanto histórico quanto etnográfico permite perceber que a construção e a transformação das construções estão altamente sujeitas a regras e mediadores específicos, e constitui um mercado pujante.

O regramento e os contratos que regulam as construções e as transações comerciais de imóveis não estão registradas segundo o ideal que se apresenta nos textos de leis e regulamentações estatais. Não se pode considerar, porém, que existe um divórcio completo entre estas duas formas, em dois sentidos. Primeiramente, é

comum que as construções tenham algum tipo de registro junto a órgãos estatais, fruto de processos de regularização fundiária, por exemplo. Em algumas relações comerciais, existem em algum momento documentos e transferências de dinheiro que passam por circuitos regulados por instrumentos estatais. Em segundo lugar, as regulações, os documentos e os processos estatais são comumente tomados como referências segundo as quais as regulações ordinárias são postas em prática. Um exemplo é a existência de contratos escritos de aluguel e de compra e venda, mas que não são registrados nos órgãos que lhe dariam validade oficial.

A partir da observação etnográfica dos usos dos espaços na favela, pode-se reconhecer, portanto, não apenas que existem regulações, mas que estas não se contrapõem à regulação estatal. Ela é um elemento entre outros que modulam as possibilidades e as restrições com as quais as pessoas lidam para gerir o uso dos espaços.¹³

A mutabilidade dos espaços não apenas tem centralidade nas possibilidades de se ganhar dinheiro (seja na transformação de parte da casa em loja, seja no aluguel dos imóveis), mas também na forma como se narra o passado e na imaginação do futuro. Isto se aproxima do que Mariana Cavalcanti chama de *building imagination* (Cavalcanti, 2007).

Maria me contou dos seus planos para a sua fábrica de salgados. Estávamos dentro da cozinha da casa dela. Ela me mostrou que ia fechar a janela que dá para a rua e abrir uma porta no lugar. Na parede oposta ao limite com a rua, derrubaria uma parede, colocando um arco que ligasse a nova cozinha ao quarto. Detalhou o posicionamento das mesas e das máquinas que chegariam. Previu que Antônio ficaria “danado” ao saber que tantas mudanças seriam feitas. Depois me contou que ouviu falar que o dono do espaço que ela aluga para o funcionamento de seu projeto estava pensando em vender o imóvel. Ela tinha conversado com ele, que garantiu que não tiraria o projeto de lá. “Mas eu não sou boba e já estou pensando no que fazer se ele fizer isso”. Me contou que poderia “tirar” as pessoas que lhe pagam aluguel nas duas casas que ela possui e poderia derrubar a parede entre elas. Mudaria o lugar do banheiro, faria uma pequena sala com uma mesa e um computador. Na laje, poderia construir uma casa para morar. Passaria a alugar a casa em que mora hoje. Numa outra ocasião, Maria fez as contas para mim. Poderia vender uma casa por R\$ 15 mil; a quitinete, por R\$ 10 mil; e a laje, por R\$ 20 mil. Com o dinheiro, desta vez, daria entrada no espaço que ocupa com o projeto e pagaria o restante em parcelas.

13. Os trabalhos de Gonçalves (2012) e Correa (2012) abordam a questão da regulação estatal sobre a moradia nas favelas. Gonçalves (2012) mostra como o tratamento legal foi historicamente ambíguo e possibilitou que os moradores estivessem submetidos às vicissitudes das disputas políticas no Rio de Janeiro e dos interesses das classes dominantes. Correa (2012) se preocupa com a distância entre o direito estatal e o direito real, particularmente o “direito de laje”, apontando o primeiro como um fator de exclusão do direito à moradia e o segundo como forma de lidar com ele na prática.

As pessoas contam acontecimentos da vida pontuando as transformações feitas na casa e falam sobre seus planos sempre tendo como referência as casas e as lojas, e a possibilidade de transformá-las, vendê-las ou alugá-las. As construções marcam os tempos da vida. As conversas cotidianas são comumente pontuadas sobre considerações sobre bons ou maus negócios que as pessoas fizeram com os imóveis, possibilidades que podem ser aproveitadas, valores altos ou baixos cobrados na venda ou em aluguéis.

É comum que histórias referidas a um tempo longo sejam narradas tendo como cenário as construções. Às marcações temporais que consideram nascimentos e mortes (sem alusão à data) somam-se a inclusão de um cômodo, a abertura de uma porta e a colocação de revestimentos, por exemplo, frequentemente sendo mostradas para o interlocutor. É comum também que considerações inicialmente ligadas à materialidade das construções provoquem o começo de conversas sobre o passado que incluem a família e as atividades para se gastar dinheiro.

Passando em frente a uma das casas em que Maria morou, ela começou uma conversa sobre a estrutura da casa, seus dois andares, três lajes, a cor das paredes. Contando sobre a construção, narrou uma parte da história da família com base em uma temporalidade ligada ao vivido mais que ao tempo cronológico, mas também carregada dos afetos ligados às escolhas que foram sendo feitas ao longo do tempo. A casa material e, mais precisamente, suas transformações, deram sentido à história da família, seja temporal, seja afetivo.

5 CONCLUSÃO

A tentativa neste texto foi propor, a partir da etnografia feita em uma favela do Complexo do Alemão, uma análise capaz de dar conta da complexidade que emerge da atenção às práticas econômicas cotidianas. Em Aliança, deparamo-nos com práticas que desafiam modelos interpretativos baseados na fixidez e nas fronteiras marcadas entre esferas da vida, entre casas, entre objetos e pessoas, entre economia e parentesco.

O conceito de casa já tinha se mostrado produtivo nos estudos sobre parentesco e família, ao integrar seus aspectos material e simbólico no plano analítico. Aqui, a casa torna as práticas econômicas cotidianas na favela inteligíveis, ao mostrar as formas pelas quais estão entrelaçadas às práticas familiares e às transformações dos espaços.

No caso do estudo da economia, estamos diante de algo que assumiu centralidade no mundo contemporâneo, com que lidamos durante grande parte do tempo, sobre o que ouvimos falar constantemente. Muitas ideias sobre o assunto se estabeleceram ao longo do tempo como realidades praticamente autoevidentes, e atravessam o mundo de estudiosos e especialistas e o senso comum. Uma delas é a

ideia de que a economia seja uma esfera separada da vida, cuja forma de funcionar difere em natureza das outras relações e práticas sociais. Chamada de “grande divisão” (Dufy e Weber, 2009), esta ideia é tão bem estabelecida no senso comum que facilmente ela acaba afetando indiretamente a forma pela qual enxergamos e pensamos sobre a economia, mesmo que discordemos dela. Um dos objetivos deste trabalho é discutir criticamente com as visões baseadas nesta grande divisão, assim como apresentações indiretas desta ideia.

Quando se trata de estudar pessoas que são, segundo muitos pontos de vista, pobres, a grande divisão se manifesta em considerar que estas pessoas se comportam de maneira irracional – não têm as capacidades necessárias para agir economicamente – ou são movidas apenas pela necessidade e pelo imediatismo. Os pobres seriam os verdadeiros *homo economicus*, movidos pela falta e pela busca de ganho imediato. Estas representações são comuns a formulações de diferentes vertentes ideológicas e atravessam pesquisas, políticas públicas e todo tipo de projeto de intervenção.

O imediatismo associado à economia praticada na favela é desafiado pelos dados da pesquisa, quando estes mostram o lugar que os planos ocupam e a percepção de que existem (e de fato existem) escolhas a serem feitas. O uso da categoria estratégia aqui procura evidenciar tanto a centralidade das representações sobre o futuro quanto a conjugação entre escolhas e percepção de oportunidades. O material mostra como as pessoas estão muito longe de estarem condicionadas pela falta e, muito pelo contrário, conjugam aspectos diversos entre o seu universo de possíveis para ganhar a vida. As pessoas na Aliança vivem e não “sobrevivem”.

Na favela, as casas – a maior parte das infraestruturas em volta delas – são construídas pelas próprias pessoas que moram nestes lugares a partir de regras, demandas e constrangimentos particulares, dos quais a regulamentação estatal participa como um elemento entre outros. Compreender como as pessoas concebem, constroem e transformam as casas torna-se, portanto, um elemento que permite pensar a própria favela – como forma urbana – e sua história.

Se as estatísticas e grande parte das políticas públicas consideram que as casas são unidades isoladas (ou isoláveis), a análise a partir da configuração de casas mostra que as relações estão na base de sua constituição. Enxergar fenômenos que ocorrem em escala nacional, como a migração, a partir de uma etnografia das casas permite dar visibilidade a conexões e circuitos que de outra maneira são invisíveis.

A separação entre economia e aquilo que acontece nas casas e entre pessoas que têm relações próximas relegou às mulheres um papel secundário, ligado à intimidade a ao domínio do privado. Quando nos aproximamos das práticas cotidianas, este conjunto de binômios não faz sentido. As casas não são universos fechados, e as práticas que ocorrem dentro ou fora dela não distinguem a natureza das relações que elas engendram. Da mesma forma, fica possível enxergar a centralidade das

mulheres, que são as responsáveis por boa parte da gestão dos recursos na casa e das trocas entre casas. Assim como sugere Carsten (1995), as mulheres aqui não se ligam à casa numa oposição em relação a um suposto espaço “público”, mas por intermédio das práticas cotidianas que põem em movimento os circuitos que estão na base da economia cotidiana da Aliança.

REFERÊNCIAS

CARSTEN, Janet. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays of Pulau Langkawi. **American Ethnologist**, v. 22, n. 2, p. 223-241, 1995.

_____. **After kinship**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. *In*: _____. (Ed.). **About the house: Levi-Strauss and beyond**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1995.

CAVALCANTI, Mariana. **Of shacks, houses, and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – University of Chicago, 2007.

_____. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **RBCS**, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.

CORREA, Claudia Franco. Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas. *In*: MELLO, Marco Antônio *et al.* (Ed.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 313-328.

DALMASO, Flavia. **Kijan moun yo ye?** As pessoas, as casas e as dinâmicas familiares em Jacmel/Haiti. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

DUFY, Caroline; WEBER, Florence. **Mas allá de la gran división: sociología, economía y etnografía**. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Braga: Edições 70, 1980.

FORTES, Meyer. Introduction. *In*: GOODY, Jack (Ed.). **The developmental cycle in domestic groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

GONÇALVES, Rafael Soares. Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. *In*: MELLO, Marco Antônio *et al.* (Ed.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 253-277.

GUÉRIN, Isabelle. Le sexe de le la monnaie. **Le Journal des Anthropologues**, n. 90-91, p. 213-230, 2002. Disponível em: <<http://jda.revues.org/2272>>.

GUYER, Jane. **Marginal gains**: monetary transactions in Atlantic Africa. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Histórico fundiário e da urbanização do Complexo do Alemão**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Mimeografado.

MACHADO, Luis Antônio. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. *In*: LEITE LOPES, José Sergio *et al.* **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCELIN, Louis Herns. **A invenção da família afro-americana**: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

_____. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana** – estudos de antropologia social, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Sonia. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica**, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012.

MILLER, Daniel. Behind closed doors. *In*: MILLER, Daniel (Ed.). **Home possessions** – material culture behind closed doors. Oxford, New York: Berg, 2001.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. **Vibrant**, v. 11, n. 1, p. 118-158, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na “plantation” tradicional. **Contraponto**, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, v. 80, p. 119-150, 1980.

ZELIZER, Viviana. **The social meaning of money**. New York: Basic Books, 1994.

VAMOS DESENVOLVER: REFLEXÕES A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO

Adriana Facina¹

*Para aquelas de nós que vivem na beirada
encarando os gumes constantes da decisão crucial e
solitária
para aquelas de nós que não podem se dar ao luxo
dos sonhos passageiros da escolha
que amam na soleira vindo e indo
nas horas entre as alvoradas
olhando no íntimo e pra fora
simultaneamente antes e depois
buscando um agora que possa procriar
futuros
como pão na boca de nossas crianças
pra que os sonhos delas não reflitam
a morte dos nossos;*

Trecho de "Uma ladainha para a sobrevivência", de Audre Lorde

Desde 2011 desenvolvo pesquisas no Complexo do Alemão cujas temáticas se voltam para a produção cultural e a criação artística naquele território. Parto do princípio de que essa criação se insere em um contexto de cultura de sobrevivência, termo sobre o qual comecei a refletir a partir da fala de um mestre de cerimônia (MC) de *funk* da localidade, chamado Raphael Calazans, e da leitura da obra de Homi K. Bhabha. Em uma entrevista realizada em 12 de novembro de 2012, perguntei ao MC Raphael Calazans sobre o que ele destacaria de específico da vida cultural do Alemão. Nascido e criado no complexo, negro, estudante de serviço social na UFRJ, o jovem MC respondeu:

não existiria o Complexo do Alemão se não fosse a cultura. E a cultura, não só a cultura artística do grafite, do *rap*, do pagode, do samba. Não, eu acho que é uma cultura da

1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

sobrevivência. Por exemplo, o gatonet. O gatonet nada mais é do que uma cultura de universalizar o acesso à internet. O gato luz nada mais é do que uma cultura da sobrevivência para universalizar o acesso à luz. Cultura da favela, do Complexo do Alemão principalmente, ela sempre veio da solidariedade. Então é assim: se você que mora embaixo do morro tem uma internet, o cara que mora aqui no pico da Grotta tem que ter. Então pega os fiozinhos, vai engatando até chegar lá. Se você mora no pé do morro e tem saneamento básico, mano, puxa um caninho lá de longe e vem emendando, fazendo gato, passando perrengue. Então, essa cultura, que é o que acho mais importante, incrível, essa cultura da sobrevivência fundada numa solidariedade, uma identidade de irmandade mesmo, que eu acho que é a mais (...), que poucas pessoas valorizam isso, e quando valorizam é para legalizar: “Vamos botar TV por assinatura, vamos acabar com os gatonets (...)”. Quando isso é uma cultura que o morro criou. *Lan houses*, que foram criadas na própria favela para dar acesso à internet, mototáxi (...). A primeira cultura que a gente tem é uma cultura da sobrevivência. A gente tem uma realidade difícil, então, como vamos superar ela? Uma das formas de superar é construir uma cultura local. Fora isso, a parte mais tradicional da cultura, isso daqui, é um celeiro de artistas. Artistas tanto do grafite, do pagode, do samba. Você tem a quadra da Imperatriz aqui na Pedra do Sapo, lá do início – isso eu sei por causa que os meus avós iam, foram uns dos fundadores de lá –, e era o encontro dos neguinhos com cachaça e violão, fazendo música, fazendo samba. Não tinha luz no Complexo do Alemão, era tudo roça. Começou dali. Cada beco daqui tem uma certa identidade.

Assim, mais do que expressões artísticas específicas, a cultura envolveria modos de vida permeados de solidariedade e estratégias para garantir direitos e acessos aos benefícios da modernidade, como luz elétrica, água encanada, internet e TV a cabo. A criação artística não pode ser separada disso, pois ela é gerada pelos mesmos valores e elabora simbolicamente práticas cotidianas do chão dos becos que se tornam matéria-prima da criatividade. Segundo o MC, é desse ponto de partida que se pode compreender o grafite, o samba, o *funk* etc.

Sua formulação é muito próxima a de Homi Bhabha, intelectual indiano que se dedicou a pensar cultura e pós-colonialismo. Vejamos o que diz Bhabha (2003, p. 240-241):

nesse sentido salutar, toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d’art* ou para além da canonização da “ideia” de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social. A cultura se adianta para criar uma textualidade simbólica,

para dar ao cotidiano alienante uma aura de individualidade, uma promessa de prazer. A transmissão de *culturas de sobrevivência* não ocorre no organizado *musée imaginaire* das culturas nacionais com seus apelos pela continuidade de um “passado” autêntico e um “presente” vivo – seja essa escala de valor preservada nas tradições “nacionais” organicistas do romantismo ou dentro das proporções mais universais do classicismo.

Essa ideia de que culturas de sobrevivência não se transmitem de modo institucionalizado, tal como afirma Bhabha, está na base de um projeto de extensão universitária que coordenei em parceria com Alan Brum, sociólogo e liderança comunitária do Complexo do Alemão, durante o ano de 2014. Na realidade, um projeto de comunicação, segundo Paulo Freire, um crítico do termo extensão pelo seu caráter de “invasão cultural” e pouca dialogicidade. De acordo com Freire (1983, p. 20):

conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.

Para isto, é necessário que, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer. A nada disto nos leva a pensar o conceito de extensão.

Esta é a razão pela qual, se alguém, juntamente com outros, busca realmente conhecer, o que significa sua inserção nesta dialogicidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível, não faz extensão, enquanto que, se faz extensão, não proporciona, na verdade, as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação não é outra senão a de estender um “conhecimento” elaborado aos que ainda não o têm, matando, deste modo, nestes, a capacidade crítica para tê-lo.

No processo de extensão, observado do ponto de vista gnosiológico, o máximo que se pode fazer é mostrar, sem revelar ou desvelar, aos indivíduos, uma presença nova: a presença dos conteúdos estendidos.

Antes de se tornar um projeto de extensão, o Vamos Desenrolar surgiu de uma demanda permanente da organização não governamental (ONG) Instituto Raízes em Movimento, atuante há mais de 13 anos no território e coordenada por Alan Brum. Essa demanda apontava para a necessidade de dialogar e registrar as memórias dos moradores mais antigos do Complexo do Alemão, articulando-as com questões que, no presente, interessam aos moradores daquele lugar, bem como a outros atores na cidade. Além disso, desde 2010 a ONG vinha promovendo um diálogo com pesquisadores universitários atuando naquele território, culminando com a formação de um grupo de pesquisadores que mensalmente se reúne para discutir seus trabalhos e pesquisas. Assim, a ideia inicial era promover encontros mensais, realizados em praça pública, nos quais, a partir de um tema escolhido (cultura, enraizamentos e desenraizamentos, direitos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros –, direitos humanos etc.), moradores do Alemão e pesquisadores universitários pudessem trocar conhecimentos e experiências. A princípio, esses encontros eram denominados Seminários de Produção de Conhecimentos e Saberes do Complexo do Alemão, e assim sucedeu-se até meados de 2013. Os encontros, que começaram dentro da sede da ONG, tornaram-se itinerantes, realizando-se a cada mês em uma localidade diferente, sempre na rua. Eram antecedidos de divulgação com faixas, via internet e boca a boca. Fomos construindo uma metodologia de debates que se configurou como produção de conhecimento sobre o Complexo do Alemão, de modo dialógico, partilhando saberes produzidos sob diferentes perspectivas e em lugares sociais distintos, desconstruindo hierarquizações que costumam legitimar a fala especializada.

Com essa iniciativa de levar os seminários para a praça pública, proposição que foi apresentada por David Amen, jornalista e artista plástico, fundador do Instituto Raízes em Movimento, sentimos a necessidade de criar uma identidade visual para o projeto, uma marca, algo que comunicasse seus objetivos. Em uma reunião realizada no instituto, em julho de 2013, na qual estávamos eu, Alan Brum, Ricardo Moura, Maycom Brum, Raphael Calazans, Renato Tutsis e Helcimar Lopes, todos eles integrantes da ONG na época, consideramos o nome do seminário muito obscuro e decidimos que precisávamos de algo mais chamativo. Seminário de Produção de Conhecimentos e Saberes do Alemão deveria ser um subtítulo. O título teria de ser capaz de se comunicar com a população da favela. Eu sugeri Papo Complexo, mas minha proposta foi derrotada por outra, apresentada por Ricardo Moura, morador do Complexo do Alemão e doutorando em planejamento urbano pela UFRJ: Vamos Desenrolar. Foi um debate interessante sobre o significado do termo. Havia também a dúvida se a frase deveria terminar com ponto final ou

ponto de interrogação. Venceu a primeira opção, pois foi considerada mais forte, mais convocatória, mais firme.

Segundo Carla Mattos (2014, p. 13), “‘desenrolo’ é uma expressão comum usada para ressaltar a seriedade de uma conversa. Nela, alguém precisa criar argumentos para fins de convencimento ou esclarecimento acerca de um assunto”. Este é um dispositivo muito utilizado nas favelas para mediar e solucionar conflitos que em determinadas situações podem resultar em violência armada e morte. Assim, saber desenrolar é vital nos trânsitos e fluxos das favelas onde há a presença de comerciantes varejistas de drogas armados, mas tal conhecimento pode ser estendido também para outras situações nas quais a sobrevivência, física ou simbólica, depende de saber usar adequadamente argumentos e ter uma *performance* convincente. O desenrolar é, portanto, uma forma de diálogo em situação conflituosa que, se bem-sucedido, produz consenso ou, no mínimo, respeito ao dissenso (*idem, ibidem*). De modo mais geral, desenrolar pode ser também conversar de modo mais aprofundado sobre determinado assunto, enfatizando o discurso argumentativo e a busca de se convencer ou chegar a um termo com o outro ou os outros dialogantes. Na época em que Ricardo Moura propôs esse nome para a ação que estávamos desenvolvendo eu não tinha noção do quão adequado ele era em relação às nossas intenções.

Já no mês seguinte, durante o encontro, voltado para o debate sobre culturas nas favelas, o nome Vamos Desenrolar apareceu no material de divulgação na internet e nas faixas espalhadas pela favela. A pedido de Alan Brum, implementamos uma rotina de escrever artigos e relatórios a cada encontro, sendo essa tarefa distribuída alternadamente entre a equipe do Raízes e os pesquisadores. No final do ano, em dezembro, realizamos uma atividade durante o dia inteiro, na Praça do Conhecimento e no seu entorno, na favela Nova Brasília, onde foi exibido um filme com os registros dos encontros, e um caderno de textos produzidos por nós ao longo do ano foi distribuído. Na realização desse evento final, também houve um desfile com o bloco carnavalesco Unidos do Complexo do Alemão e uma exibição de filmes na praça pública. Essa síntese de festa com debates realizada em praça pública é o centro da concepção de produção de conhecimento do Vamos Desenrolar.

Antes do final de 2013, avaliámos que o Vamos Desenrolar deveria se transformar em um projeto de extensão universitária vinculado à universidade em que leciono, a UFRJ. Alan Brum estava construindo uma articulação, a partir de outros projetos, com Pablo Benetti, pró-reitor de extensão da UFRJ. Marcamos, então, uma reunião com ele para apresentar o que era o Vamos Desenrolar e encontrar caminhos de formalizá-lo como extensão universitária. Pablo Benetti nos sugeriu que fizéssemos algo no formato de curso e que escolhéssemos um tema que fosse seu eixo, preferencialmente aquele do debate sobre políticas públicas. Começamos a trabalhar nesse sentido.

Logo na primeira reunião percebemos que o desafio seria grande. Como formalizar algo tão dinâmico para caber nas exigências extensionistas e também nos infundáveis formulários burocráticos do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj), em cujo *site* obrigatoriamente temos de registrar projetos de extensão? Ainda mais sem recursos financeiros a isso destinados, ou mesmo bolsistas que pudessem nos ajudar com essas tarefas? Continuaríamos a realizar nossos encontros nas ruas e praças do Complexo do Alemão? Se compreendemos que o tipo de conhecimento que produzíamos no Vamos Desenrolar estava inserido em um contexto de cultura de sobrevivência, pouco afeita a institucionalizações, como garantir seu caráter dinâmico e fluido que negava qualquer fixidez?

Ficou claro para todos nós, pesquisadores universitários e não universitários, que a forma curso exigia algumas adequações. Não foi consenso entre nós, mas decidimos que teríamos um formato híbrido, com parte dos encontros sendo realizados em espaços fechados e outra parte na rua. A cada dois encontros de aulas ou debates, teríamos uma intervenção realizada pela turma em espaços públicos do Complexo do Alemão. Manteríamos o princípio de trazer dinamizadores “especialistas” acadêmicos ao lado de moradores possuidores de saberes e experiências relativos aos temas discutidos em cada sessão. Escolhemos também as temáticas dos encontros: políticas públicas e cidade, políticas públicas e direitos humanos, políticas públicas e cultura, e políticas públicas e saúde. O curso recebeu o nome de Vamos Desenrolar: políticas públicas e produção de conhecimento no Complexo do Alemão.

A turma foi selecionada a partir de questionário preenchido *on-line* e tivemos mais de cem inscrições para trinta vagas. Priorizamos moradores do Complexo do Alemão, mas também abrimos vagas para pessoas de fora, sobretudo universitários. Buscamos compor uma turma heterogênea também em termos de gênero, área de atuação profissional e idade. Além dos encontros voltados para debates mais conceituais, a turma deveria realizar intervenções nas ruas trabalhando com os temas, utilizando linguagens artísticas diversas.

Durante o desenvolvimentmo do Vamos Desenrolar, seleciono três momentos que poderíamos chamar de críticos, no sentido de que eles deflagraram vivências e emoções que explicitaram o processo de produção de conhecimentos que produzimos coletivamente. O primeiro deles ocorreu no segundo encontro, voltado para a discussão sobre direitos humanos; o segundo aconteceu durante a primeira intervenção pública preparada pela turma; e o último evento teve lugar na segunda intervenção. Descreverei de modo mais detalhado cada um desses eventos para que deles possamos desdobrar algumas reflexões.

O encontro com a temática políticas públicas e direitos humanos teve como convidados para dinamizar o debate Adriana Vianna, antropóloga e professora do

Museu Nacional/UFRJ, o deputado estadual e professor de história Marcelo Freixo e a assistente social e liderança comunitária Lucia Cabral. O evento ocorreu no dia 7 de junho de 2014, um sábado. A sala da Praça do Conhecimento, equipamento público que utilizamos para as aulas, estava lotada de alunos e convidados. O clima estava tenso, pois nesse ano de Copa do Mundo realizada no Brasil, havia um recrudescimento de conflitos armados no Complexo do Alemão cujo estopim era a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) naquele território. Depois de um período de relativa calma, houve um retorno dos tiroteios, e a favela Nova Brasília, onde se situa a Praça do Conhecimento, era um dos lugares onde os confrontos vinham ocorrendo com mais frequência. Na semana anterior, um jovem mototaxista, morador do complexo, havia sido morto com um tiro pelas costas disparado por um policial. Ele voltava para casa tentando escapar da repressão a um protesto de moradores quando foi alvejado.

Adriana Vianna falou de forma mais geral, historicizando o conceito de direitos humanos. Marcelo Freixo desenvolveu um discurso no qual discutia concepções de políticas públicas e direitos humanos, questionando a ausência desse debate em campos outros que não o da segurança pública – sobretudo de forma a compreender educação e saúde como parte dos direitos humanos. Em seguida, Lucia Cabral falou profundamente desesperançada, à luz da sua experiência como liderança comunitária, contando sobre sua sensação de impotência diante do agravamento das violações de direitos da comunidade sofridas, a despeito dos seus esforços e de inúmeros ativistas do Complexo do Alemão para reverter essa situação.

Após a intervenção da Lucia Cabral, uma mulher, que esteve o tempo inteiro dentro da sala, pediu a palavra. De modo sereno e muito impactante ela falou: “Eu sou a mãe do Caio”. Este era o nome do mototaxista assassinado pela polícia na semana anterior. Como todos os jovens mortos nas favelas do Rio de Janeiro, pesou sobre Caio a suspeita de que ele “teria envolvimento com o crime”, algo imediatamente contestado pelo seu histórico de trabalhador. Dona de um comércio local, Denize narrou seu empenho em lutar por justiça e para que seu filho fosse lembrado como um menino alegre, o “Caio que sorri”. Ela lembrava ainda que o rapaz, de 24 anos, deixou um filho ainda bebê que ela ajudaria a criar. Sua disposição em enfrentar o medo e denunciar o que houve com seu filho tinha como objetivo evitar mais mortes: “Não quero que ninguém morra mais”. Forçada a se reinventar em meio a essa tragédia brutal, Denize afirmou: “Hoje eu sou 40% de mim, eu não sou mais a pessoa que eu era dias atrás. Mas hoje eu tenho aquele objetivo de lutar e o que eu quero falar com a Lucia também é que ela pode contar comigo”.

Diante daquela mãe que expunha sua dor de modo tão sereno e que fazia dessa dor motivo para lutar, se irmanando a uma liderança comunitária que precisava de forças para prosseguir, todos os presentes foram tomados por uma emoção muito

forte. Tudo o que teorizamos e discutimos acerca dos direitos humanos ganhou uma outra dimensão com aquele depoimento de Denize. Até porque ela deu um depoimento inesperado, a maioria de nós não esperava aquilo. Na empatia com aquela mãe, produzimos afetos e conhecimentos, em um momento único que marcou a trajetória de quem presenciou aquela cena. Esse momento do inesperado, do improvisado, com toda essa carga emocional, dificilmente pode ser capturado em sua totalidade por meio de um texto escrito ou mesmo do audiovisual. Como um fluxo, a cultura de sobrevivência que tecia a resistência daquela mãe nos envolveu, nos tocou e se inscreveu em nossos corpos como experiência, eternizando um momento que, a princípio, era efêmero. Para todos ali, a partir daquele instante, pensar sobre direitos humanos se tornou sentir a Denize e, por meio dela, todos aqueles que sofrem violações extremas de direitos.

O segundo evento foi a primeira intervenção preparada pela turma, unindo as temáticas dos encontros anteriores – cidade e direitos humanos. Por este motivo, o nome escolhido para a atividade foi humanidades. Por meio de encontros presenciais e discussões no grupo do Facebook, foi organizado um evento no dia 26 de julho de 2014, envolvendo debates, exibição de filmes, oficinas e exposições artísticas. Era um sábado chuvoso e as atividades, previstas para acontecerem na rua, foram transferidas para a estação do teleférico do Morro do Alemão. Quando a chuva amenizou, foi possível realizar na rua a apresentação teatral *Finge que Nada Está Acontecendo*, encenada pelo coletivo Atores da Dicro. Dirigidos por Veríssimo Júnior, esse coletivo era formado por jovens atores e atrizes, em sua maioria negros e negras de periferias. A *performance*, baseada em um humor crítico e carnalizado, denunciava os silenciamentos a que os moradores de favelas estavam submetidos no contexto de ocupação militar. Em um determinado momento, eles encenavam violações em seus corpos enquanto uma atriz lia ao microfone um texto de Augusto Boal, no qual ele narra as torturas que sofreu durante o regime militar. Naquele dia, mais cedo, policiais haviam feito uma busca, entrando em casa de moradores, dispersando grupos que conversavam na rua e obrigando indivíduos a abaixarem o volume dos seus aparelhos de som. Situação absurda do ponto de vista do Estado de direito, mas bastante corriqueira nas favelas, em particular as com UPPs. Essa situação vivida pelos moradores se cruzou com o que os atores encenavam na rua no momento em que um morador de meia idade, situado em um ponto mais alto do que o que estávamos, começou a gritar: “É isso que eles fazem com a gente!”. E, de modo muito expressivo e cômico, encenava com seu corpo tapas e agressões sofridos pela polícia. “Hoje eles foram na minha casa!”, gritava ele. Percebendo que interagíamos e incentivávamos seu desempenho, ele desceu até onde estávamos e passou a atuar junto com os atores, incorporando-se à encenação.

A *performance* teatral realizada na rua falava de algo vivido pelos moradores, mas que também não era estranho aos jovens atores que a encenavam. Muitos

deles viviam em seu cotidiano aquelas violações. Encenadas em seu território preferencial, as favelas, essas violações faziam sentido, e foram incorporadas à cena mais ampla que ali se desenrolava, logo após uma invasão policial. Mais uma vez, o inesperado emergindo do fluxo da cultura de sobrevivência potencializou os debates que originaram aquela intervenção. Fomos integrados a uma história coletiva, tornamo-nos atores de um drama da cidade pouco visível, mas muito presente. Muito mais potente do que apresentar a tese das continuidades históricas da ditadura militar foi participar desse ritual coletivo, marcado por uma comicidade que escancarava o absurdo da situação denunciada.

Por fim, o último evento foi a segunda intervenção da turma, cujo tema era cultura e saúde. Intitulada Sobre Arte e Saúde (SAS) Alemão, a sigla fazia uma referência ao pedido universal de socorro (SOS). A atividade foi realizada no largo do Bulufa, lugar muito importante no Complexo do Alemão, no qual há um coreto bastante utilizado para apresentações artísticas e para lazer. Foram montadas uma exposição fotográfica e uma banca com materiais sobre saúde sendo distribuídos por agentes comunitários. O centro de tudo, no entanto, era uma exposição das atividades da ONG Verdejar, voltada para questões ambientais e para a defesa da Serra da Misericórdia, importante área verde da Zona Norte do Rio. Além de folhetos e materiais impressos, os participantes do Verdejar levaram mudas de plantas, fizeram chás e serviram verduras orgânicas para degustação. Perto de nós, crianças pequenas brincavam em um pula-pula e no coreto meninos um pouco maiores jogavam bola. Passamos uma tarde agradável, conversando sobre o que víamos ali. De repente, por volta das 17h, quando a rua estava muito cheia de crianças – normal para um sábado ensolarado –, soldados do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) invadiram a favela. Chegaram se esgueirando atrás do pula-pula, fazendo as crianças de escudo de proteção. Começamos a desmontar tudo rapidamente e a maioria dos que estavam ali se retirou imediatamente. Pudemos ver os rostos muito alterados e suados dos policiais, que chegaram a ir até nós quando perceberam que fotografávamos sua ação.

O nervosismo de quem não era morador contrastava com a tranquilidade dos moradores que diziam: “Não vai acontecer nada porque os caras não vão atirar de lá de cima”. Eles se referiam aos traficantes, explicitando que estes tinham mais cuidado com a preservação da vida dos moradores do que as forças policiais do Estado. Por sorte, até o momento em que nos retiramos, de fato não houve troca de tiros. Mas jamais poderei esquecer a cena que fotografei: policiais de fuzis apontados surgindo por detrás de um pula-pula cheio de crianças pequenas. Tanto as teorias acadêmicas sobre violações de direitos quanto os discursos militantes que as denunciam se concretizaram ali, nos breves momentos em que partilhamos uma experiência que é cotidiana para quem mora nas favelas. Como a turma do curso reunia moradores do Complexo do Alemão e pessoas vindas do

asfalto, a discrepância das nossas reações diante daquele acontecimento se tornou tema de reflexão.

Em todos esses momentos críticos, acontecimentos que escaparam à forma de curso dispararam reflexões e produziram conhecimento a partir da experiência do coletivo Desenroladores, nome autoatribuído pela turma. Se pensarmos, junto com Walter Benjamin (1993a; 1993b), nas dificuldades de narrar experiências de catástrofe (ele se referia à Primeira Guerra Mundial), esses momentos críticos produzidos na dinâmica do curso de extensão permitiram intercambiar o que não pode ser narrado. Apesar de quase um século de distância do momento histórico analisado por Walter Benjamin, o cotidiano militarizado das favelas cariocas hoje atualiza a catástrofe a ameaçar permanentemente a vida, construindo perplexidades, medo e silenciamentos. A dimensão dessa catástrofe não pode ser compartilhada plenamente em palavras. “Só quem sente na pele sabe”, afirmam reiteradamente os moradores do Complexo do Alemão. Ademais, as narrativas elaboradas sob o ponto de vista de quem vive esse cotidiano são permanentemente desacreditadas por discursos midiáticos de ampla divulgação, fazendo com que a população favelada seja sempre suspeita de ser responsável por seu próprio extermínio. Como compartilhar experiências que não podem ser narradas?

Foi produzindo conhecimento na rua e no fluxo do inesperado, do não previsto, que o Vamos Desenrolar conseguiu romper, ainda que episodicamente, com essa impossibilidade. O mais significativo não foi englobado na concepção formal de curso de extensão. Não foram nos debates conceituais sobre políticas públicas ou sobre direitos humanos que produzimos o principal a ser compartilhado. Os compartilhamentos que se incorporaram como experiência, no sentido benjaminiano do termo, aconteceram a partir do encontro, do inesperado, do improvisado, do “sentir na carne”, com lágrimas nos olhos e coração disparado. Mas como construir memória a partir desses fluxos? Como fazer perdurar essas experiências no tempo, consolidando-as como conhecimento passível de ser narrado e, portanto, transmitido?

Sabemos das dificuldades em preservar memórias e patrimônios históricos em favelas. As ameaças de remoção, as grandes obras de urbanização, a precariedade da vida, as migrações em busca de oportunidades, incêndios, enchentes, ocupações militares concorrem para a dificuldade em preservar documentos, lugares históricos e mesmo narrativas. Historicamente, o poder público lida com os territórios favelados como lugares de exceção, nos quais direitos básicos são relativizados. A precariedade de direitos permite, por exemplo, que grandes obras urbanísticas, como foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Complexo do Alemão, destruam patrimônios artísticos, como a galeria de grafite a céu aberto da Avenida Central no Morro do Alemão, e lugares históricos, como bicas de água

que relembram a capacidade de trabalho e resistência de seus moradores. Esses são desafios postos à produção de conhecimento, memórias e narrativas no contexto da cultura de sobrevivência a que se referem MC Calazans e Homi Bhabha.

Uma das respostas que vem sendo articulada no Complexo do Alemão é a proposta de formação de um centro de documentação e memória. O Centro de Pesquisa, Memória e Documentação do Complexo do Alemão (Cepedoca), ligado ao Instituto Raízes em Movimento, foi concebido por Alan Brum a partir da preocupação em resgatar e preservar as histórias dos moradores mais antigos do complexo, e se estendeu para algo mais amplo, uma espécie de centro de estudos e pesquisas sobre o conjunto de favelas e seu entorno, ainda pouco investigados. Esse tipo de iniciativa tem a perspectiva de mudar a história da cidade do Rio de Janeiro, incluindo outras narrativas e experiências, tornando-a mais democrática e complexa, portanto. Estamos falando da população favelada afirmar seu direito à cidade, como parte de seu patrimônio e sua memória.

Se o sobreviver, como afirmou Derrida (1979), transborda o viver e o morrer, a sobrevivência dessas memórias depende de fluxos que não podem ser limitados, não possuem fronteiras. Isso é um verdadeiro desafio para esquemas acadêmicos de produção de conhecimento, sempre com barreiras que dividem áreas disciplinares, separam razão e afeto, e apartam sala de aula da dinâmica das ruas. Rever a ideia de extensão e pensar projetos de comunicação, no sentido que Paulo Freire atribui ao termo, pode ser um primeiro passo na reinvenção dessas práticas. Como bem articulou o personagem Corisco, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Rocha, 1964), noção de sobrevida – de Corisco e de outros tantos sujeitos não agraciados pelas promessas de ontologias da vida – é, antes de tudo, um desafio aos esquemas lógicos pautados pelas oposições entre morte e vida e às suas derivações políticas:

por onde passar, pode dizer que Corisco estava mais morto que vivo. Virgulino morreu de uma vez, Corisco morreu com ele. Por isso mesmo precisava ficar de pé, lutando sem fim, desarrumando o arrumado, até que o sertão vire mar e o mar vire sertão (Rocha, 1964).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In*: _____. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993a. p. 114-119.

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: _____. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993b. p. 197-221.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

DERRIDA, Jacques. Living on. Borderlines. Tradução de James Hulbert. *In*: BLOOM, Harold *et al.* **Deconstruction and criticism**. London: Continuum, 1979. p. 62-142.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MATTOS, Carla dos Santos. **Viver nas margens**: gênero, crime e regulação de conflitos. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Glauber. **Deus e o diabo na terra do sol**. Direção de Glauber Rocha. Rio de Janeiro, 1964.

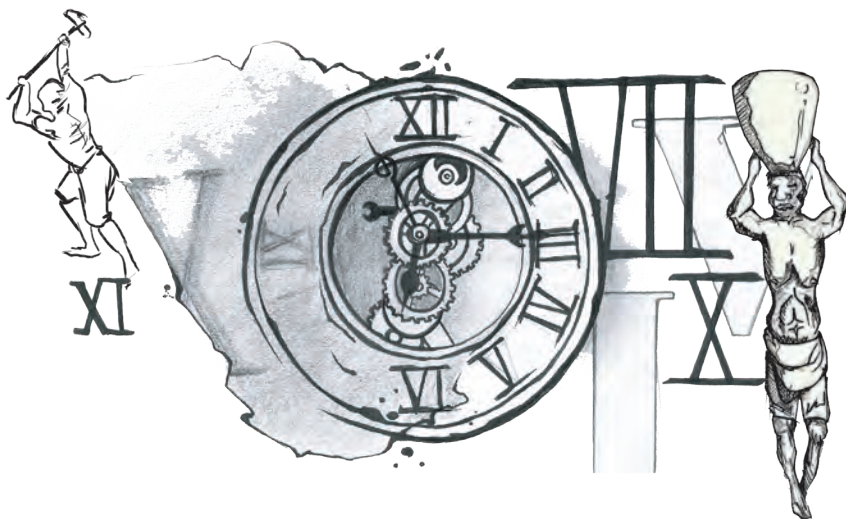
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FACINA, Adriana. Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e “pacificação no Complexo do Alemão”. *In*: FERNANDES, Márcia Adriana; PEDRINHA, Roberta Duboc (Org.). **Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal**: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 39-47.

EPÍLOGO

O MUNDO COMPLEXO... DO ALEMÃO¹

Alan Brum Pinheiro²



...até 1560, uma serra chorona, muitas fontes, lágrimas de alegria de uma vida de conexões com a natureza de uma esplendorosa mata atlântica, nativos Tamoios desfrutavam ouvindo a inhaúma cantando, admirando o seio do mar – a Guanabara.

...1800, fazendas alimentando o mundo com café, laranjas, animais. Escravidão, resistência *versus* sinhô mesquinho, semba.

...1900, terras fragmentadas, chácaras, descanso, ar puro, local de cura, a “viagem europeia” de grávidas coitadas, suas fontes ainda choronas, menos alegrias, menos conexões.

1. Dado o caráter literário do texto, o Editorial preservou as opções ortográficas e sintáticas utilizadas pelo autor no original. As ilustrações são de David Amen.

2. Cientista social; cofundador e diretor do Instituto Raízes em Movimento; e coordenador do Centro de Documentação, Pesquisa e Memória do Complexo do Alemão (Cepedoca).

...1928, europa, corredor polonês, fugindo dos alemães, chega Kaczmarkiewicz, nosso polonês torna-se “O Alemão”, polonês oprimido vira “Alemão” outrora opressor, samba.

...1930-1950, nova república, centro urbano, subúrbios, fábricas, operários, vilas operárias? não, iapi/iaptec/iapc, políticas habitacionais? não, aluguel de chão, um adianto na mão do cara, bota barraco, cria raízes, samba “legal”.

...1950-1970, brasil industrial, exploração no campo, êxodo, cidade grande, sonhos, cinco anos só em cinquenta na favela, política habitacional? não, cidade alta, sinhô quer suas terras. suas?, resistência, coletivo, manda mãinha vir, chama tio, irmão, vem, vem, de Minas, de Campos, interior fluminense. Jango/Lacerda, golpe, Luz? água? só uma bica aqui outra acolá, um fio de luz para dividir, mas só perto da eleição. Luz

amarelinha e fraca como a cabeça e o sorriso do político da vez, golpe, Moleques, futuro, não, samba com uma nova bossa/rock/jovem guarda/música preta, golpe.

...1970-1980, novos êxodos, nortistas, nordestinos, vêm de riba, novos sonhos, ainda golpe, explosão, escolas? saúde? saneamento? pode não, é temporário, sem reconhecimento, sem políticas públicas, terreiros, organização popular, resistência, persistência, assembleia popular, desigualdade social, toda



joaninha tem um pouco de bote negreiro, ainda golpe, autourbanização, laje, mocotó, forró.

...1980-1995, redemocratização, novos novos sonhos, Brizola, Saturnino, Favelados no poder (?), mapeamentos, becos, está na cidade, Região administrativa, Bairro, prosanear, agora vai, ainda não, Brizolões na cidade, aqui não, emprego? moro em Olaria, Ramos ou Bonsucesso, Alemão não, Favelados desmobilizados, Associação dos moradores ou instância menor do Estado, Juventudes, agora não, tráfico, tráfico, morte, tráfico, caem terreiros, forró, *funk*, baile, lado a, lado b.

1997, Verdejar, novos atores, construir juntos, tensionar, propor, novíssimos sonhos, diálogo, não, duplos monólogos, novos novíssimos sonhos, lugar do mal, criminalização da pobreza; Éfeta.

2000, Consa, saúde popular, união de atores internos, propõe, tensiona, exige, sai lixo, entra Vila Olímpica, tensiona, exige, entra PSF, redes solidárias, APARU, algumas conquistas, estruturantes, ainda não, persistência, sempre, morte, tráfico, camburão.

2001, Raízes em Movimento, Carta da Serra da Misericórdia, Fórum da Serra, articulação, recuperação urbana, grafite, conselho, EJA, saúde, educação, saneamento, ainda não, Juventudes, ainda não, não, resistência, pagode, *funk*, samba.

2005, terror, caveirão, porrada, tiro, buscar a alma, Juventudes, ainda não, operações, eventos, resistência, Dorothy Stang, Juventudes, não, *Voz da Comunidade*, sim.

2006, Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, propostas, agenda, Campanha Contra o caveirão, Núcleo de Comunicação Crítica, candidato assume compromisso, sem ações do poder público, Juventudes, ainda não, nós mesmos, repressão, polícia, porrada, mais caveirão, campanha eleitoral.

2007, candidato eleito, promessa desfeita, mais caveirão, mais caveirão, caveirão, buscar a alma, porrada, tiros, Preto, Favelado, pan-americano, Juventudes, nada ainda, negociação, pac, portas fechadas, negociatas, 27 de junho, matança, 1.300 mandados, dezenove mortos, ou mais, denúncias, novas autópsias, sai OAB, execuções, Juventudes, ainda não, Audiência Pública, Plataforma DHESCA, mais denúncias, reage, resiste, Juventudes, sim, Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela.

2008-2010, pac, obras, participação, não, políticas públicas, não, Medalha Chico Mendes de Resistência, prioridades, não, diálogo, não, duplos monólogos, Descolando Ideias, educação, não, prédio, saúde, não, contêiner de lata, saneamento, não, só calha, remoções, conchavos, tráfico, tiros, bombas, caixa de campanha, teleférico, sim, mobilidade, não, mais remoções, falsa liderança local ameaça de morte quem entra no caminho, eleição, empreiteiras, péssimo material, mais caixa

de campanha, reeleição, ocupação militar... Juventudes, que saco, ainda não, estamos matando essa geração, capitães do mato com imprensa aérea.

2011-2012, Agenda Propositiva, de novo, diálogo, não, duplo monólogo, exército, lares invadidos, excrescência jurídica, mandado coletivo, área de exceção federal, papel de polícia, Preto, Favelado, parede, porrada, mortes, DESAPARECIMENTOS, audiências públicas, Ocupa Alemão, Praça do Conhecimento, ruas abandonadas, teleférico, sim, mobilidade favelada, não, turismo de zoológico humano, equipamentos públicos, sim, política pública, não, UPP chegou, nada a comemorar, Unidade de Porrada nos Pretos.

2013-2014, começamos o ano com vida, nasce o primeiro bebê de 2013 na Cidade e é do Alemão, viva Izake, logo mais mortes, única Rede Esgoto que temos é uma novela, menina da novela, gostosona da laje, estudantes? trabalhadoras? para a Rede Esgoto não, piriguetes, morre Cabo Fábio, morre morador, ai meu São Jorge, ops, santo guerreiro dominado pelo discurso midiático, *shopping* no Alemão, firula de ongueiro, agora é Papo Reto, Vamos Desenrolar, manifestação, aqui e acolá, mais repressão, assassinam Dona Dalva – 72 anos –, Caio Moraes – mototaxista também –, Anderson, Gabriel, Lucas, matam, Diogo, Mateus, Seu Antônio – 60 anos –, matam também, comandante de upp? upp mata também se atravessar o caminho, Marcos, Vitor, Rafael, matam, matam, policial também vai de ralo, pobres pretos, matam, pobres pretos, donos de jatinhos, armas, carregamentos? charutos cubanos, iates e Cheval Blanc 1947, branco para não lembrar o sangue do Anderson 34, Vanessa 38, e dona Elizabeth 41, Juventudes? acham o que dá na perdição imposta, estudar? trabalhar? só até as 22h, depois vêm buscar a alma nos becos... Circulando pela Vida para lavar a alma das angústias diárias.

2015, sem estômago, escrevo depois, só penso no MENINO EDUARDO.

SIGLAS E EXPRESSÕES

Aparu – área de proteção ambiental e recuperação urbana.

Brizolões – centros integrados de educação pública (Cieps), implantados pelo governo estadual de Leonel Brizola.

Caveirão – veículo blindado utilizado pela polícia no Rio de Janeiro.

Consa – Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão.

Éfeta – movimento social com atuação no Complexo do Alemão.

EJA – educação de jovens e adultos.

IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.

Iapi – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

Iaptec – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

Joaninhas – antigas viaturas, modelo fusca, da Polícia Militar.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Prosaneer – Programa de Saneamento Integrado para a População de Baixa Renda.

PSF – Programa Saúde da Família.

Verdejar – organização não governamental (ONG) Verdejar Socioambiental.

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Laura Vianna Vasconcellos

Luciana Bastos Dias

Luciana Nogueira Duarte

Thais da Conceição Santos Alves (estagiária)

Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Gláucia Soares Nascimento (estagiária)

Vânia Guimarães Maciel (estagiária)

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Ilustrações (capa e miolo)

David Amen

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

A história pretérita e presente do Alemão está aqui contada no que ela tem de conflituosa e contraditória. Por isso, a complexidade das práticas cotidianas pode emergir de forma inteligível. É na interação com os agentes públicos protagonistas das políticas no território analisado que as várias experiências de associativismo são examinadas. E é por meio dessa interação que os moradores da favela emergem como sujeitos políticos na esfera pública. Está aí o confronto com a voz dominante do estigma.

Essa abordagem foi possível pela proximidade e interação entre os autores desta obra e os sujeitos do lugar. Tanto os trabalhos históricos quanto os que se fixam no tempo presente estão enraizados no território do Alemão, pelo fato de terem sido elaborados ao longo de muita escuta. A própria conformação do grupo de intelectuais, em que participam moradores e não moradores, e os seguidos debates sobre os trabalhos em curso possibilitaram o olhar mais sensível ao sentido dado pelos moradores às suas lutas cotidianas.

Luciana Corrêa do Lago

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ)



Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

Adriana Facina | Alan Brum Pinheiro | Bruno Coutinho de Souza Oliveira
Éric Vidal Ferreira da Guia | Eugênia Motta | Felícia Picanço
Marize Bastos da Cunha | Natália Helou Fazzioni | Patrícia Lânes Araujo
de Souza | Rute Imanishi Rodrigues | Thiago Oliveira Lima Matioli



ISBN 978-85-7811-271-4



9 788578 112714 >

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Ministério do
Planejamento

CEPEDOCA
Centro de pesquisa, memória e documentação do Complexo de Alameda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA